

Revista de Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

32

TEXTOS & DEBATES

ISSN 1413-9987

DOI 10.18227/2217-1448ted

Dossiê

Educação e Transculturalidade

Education and transculturation



TEXTOS & DEBATES

Revista de Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 32



**REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)**

ISSN On-line 2317-1448

Textos e Debates | Boa Vista | Nº 32 | V. 1 | p. 1-215 | 2019

Ficha catalográfica

Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-
Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987 / ISSN On-line 2317-1448

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Textos e Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UNB)

Conselho Executivo

Prof. Dr. Alfredo Ferreira de Souza (UFRR)
Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Olendina de carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
n° 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Editora da UFRR

Direção

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica

Rodrigo P. Chagas e Elivelton M. Lima

Revisão (português e espanhol)

Elivelton Magalhães Lima

ARTIGOS

- JOÃO GOULART E AS REFORMAS DE BASE 5**
Aline de Vasconcelos Silva
- CAMPOS SOCIAIS EM DISPUTA: BASES DO PENSAMENTO E AÇÃO DE
ARTHUR REIS 21**
Rosiel do Nascimento Mendonça
- CONTROLE SOCIAL COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO COMBATE À
CORRUPÇÃO..... 37**
Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra
Kliandra de Almeida Galdino Carvalho
- DA DISTENSÃO POLÍTICA À NOVA REPÚBLICA: APONTAMENTOS SOBRE
A VITÓRIA OPOSICIONISTA NO COLÉGIO ELEITORAL..... 53**
Ivan Salomão
- UMA CRÍTICA E UMA CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM SOBRE
RODOVIAS NA AMAZÔNIA: O CASO DA BR-319 75**
Thiago Oliveira Neto
- NARRATIVAS DO COTIDIANO DE UM CUIDADOR FAMILIAR DA ESPOSA
EM SOFRIMENTO PSÍQUICO..... 91**
Eraldo Carlos Batista
- REALIDADE E PERSPECTIVAS DE ACESSO AOS BENS DOCUMENTAIS E À
INFORMAÇÃO NAS IFES DO ESTADO DE RORAIMA 107**
Tatiana Costa Rosa
Leila Adriana Baptaglin
- O LIVRO DIDÁTICO E AS SOCIEDADES INDÍGENAS 125**
Vitor Ferreira da Silva
- DOSSIÊ: MIGRAÇÃO, FRONTEIRAS E DIREITOS HUMANOS**
- POLÍTICAS MIGRATORIAS Y DINÁMICAS TRANSFRONTERIZAS..... 135**
Adriana González Gil

**MORBIMORTALIDADE POR VIOLÊNCIA ENTRE OS VENEZUELANOS
OCORRIDA NO ESTADO DE RORAIMA, BRASIL 153**

Maria Soledade G. Benedetti

Márian Benedetti Araújo

**DESLOCAMENTOS MACUXI E WAPICHANA EM BOA VISTA – RORAIMA:
PERSPECTIVAS A PARTIR DA ANCESTRALIDADE 163**

Luciana Marinho de Melo

**VENEZUELA ENTRE LA HEGEMONÍA Y LA CONTRA-HEGEMONÍA
(UNA LECTURA CONTEXTUAL PARA COMPRENDER UNA COMPLEJIDAD
SOCIO-HISTÓRICA) 175**

Adrián Padilla Fernández

**O HORIZONTE COMUNICATIVO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA
CIDADE DE BOA VISTA - RORAIMA..... 199**

Vângela Maria Isidoro de Moraes

Damião Marques de Lima

RESENHA

**GALDINO, LÚCIO KEURY ALMEIDA. RORAIMA: DA COLONIZAÇÃO AO
ESTADO (TOMO I) 213**

Hugo Alt Diniz

ARTIGO

JOÃO GOULART E AS REFORMAS DE BASE

Resumo

O presente artigo aponta as bases do pensamento expresso por João Goulart – fundamentalmente o nacionalismo varguista e o trabalhismo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – e explicita, a partir da análise dos discursos do presidente, o conteúdo do seu programa das Reformas de Base, relacionando-as às análises que Goulart faz sobre o país. Do conjunto do programa reformista, destaca-se a proposta de reforma agrária, visto a relevância do espaço que ela ocupa na documentação analisada e a repercussão que provocou na época.

Palavras-Chave: João Goulart; reformas de base; nacionalismo-reformista.

Abstract

This paper points out the bases of the ideas expressed by João Goulart – fundamentally Vargas's nationalism and the Brazilian Labour Party program – and explains, from the analysis of the president's speeches, the content of his program of Basic Reforms, relating this program with the analysis developed by Goulart about Brazilian reality. From the reformist set as a whole, the agrarian reform proposal stands out, considering the relevance of the space it occupies in the analysed documentation and the repercussion that it provoked at the time.

Keywords: João Goulart; basic reforms; reformist nationalism.

* Mestre em História Social pela PUC-SP e professora de Sociologia do Instituto Federal de São Paulo (Campos do Jordão).

INTRODUÇÃO

Este texto corresponde à parte da minha pesquisa de mestrado, cujo objetivo central está na análise dos discursos de João Goulart, pronunciados entre 07 de setembro de 1961 e 31 de março de 1964 – período em que ocupou a Presidência da República – buscando extrair suas especificidades conceituais, suas proposições e seus limites, dentro do processo histórico em que está inserido, explicitando o vínculo orgânico existente entre as propostas e os apelos de tal discurso e um momento da história brasileira marcado por intensas movimentações políticas e debates sobre os rumos do país.

Neste artigo, serão abordados dois elementos que constituem o núcleo central das proposições de João Goulart para o governo do país: a emancipação econômica nacional, como objetivo, e as reformas de base, que seriam o meio para atingi-lo, ao mesmo tempo em que também contemplariam a ampliação dos direitos sociais.

O objetivo definido ao tratarmos das reformas não será o de uma análise detalhada de cada proposta ou do impacto que poderia ser produzido no caso de sua concretização; mas sim o de explicitar o conteúdo do programa reformista defendido por João Goulart em diversas ocasiões e de destacar o posicionamento do presidente sobre elas.

1. REFORMISMO: CONTINUIDADE DE UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA.

Muito embora o programa das Reformas de Base tenha ganhado grande destaque no período em que João Goulart ocupou a presidência do Brasil (entre os anos de 1961 a 1964), ele não é pensado somente a partir de sua posse no cargo. O programa de reformas estruturais já fazia parte do programa do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) como um partido ligado às demandas das classes populares urbanas e que reivindicava a posição de diálogo com os movimentos de trabalhadores.

Sendo assim, João Goulart, havendo trilhado toda a sua carreira política no PTB e sob a forte influência do varguismo, estava politicamente ligado a uma tradição trabalhista, reformista e de um nacionalismo que aspirava pela conquista de um nível de desenvolvimento que alcançasse a “emancipação econômica” do país.

É incorreto, portanto, como fazem alguns autores, classificar o programa reformista de Goulart como um improviso de alguém que havia ascendido ao governo sem nenhum projeto e que, numa tentativa de arregimentar apoio popular e se manter no poder, tirava da manga uma proposta de reformas “populistas”. Alguns, como

o Marco Antonio Villa (2004), chegam a sugerir que Goulart sequer tinha de fato a intenção de implementar o programa reformista que defendia.

Ao contrário disso, analisando os discursos de Goulart, podemos perceber que ele já apontava na direção do reformismo desde sua atuação como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e como vice-presidente de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Exemplo disso é um documento citado por Moniz Bandeira, em “*O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*” – uma carta ao senador Benedito Valadares, na época presidente do PSD (Partido Social Democrático) – em que João Goulart, já no ano de 1959, manifestava seu temor de que a economia brasileira estivesse “caindo progressivamente na dependência de interesses internacionais, sob a pressão direta de companhias estrangeiras ou de instituições por elas controladas, como o FMI e as agências oficiais de crédito”; alertando ainda que seria “sabido que os grandes interesses não só se colocam muitas vezes em antagonismo com os interesses superiores do povo, como também procuram conquistar a própria máquina administrativa do Estado para assumir as rédeas de sua direção econômica” (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 60).

No mesmo ano de 1959, portanto ainda como vice do presidente de JK, Goulart defendia que o “sacrifício” necessário ao desenvolvimento do país não recaísse “apenas sobre os menos afortunados” e que fossem adotadas “medidas de reforma social” que tendessem a impedir o abismo social no Brasil:

Esse povo pode e sabe suportar privações para que o país se mantenha independente e se desenvolva, mas é necessário que esse sacrifício não recaia apenas sobre os menos afortunados, mas sobre todas as classes, proporcionalmente, e que ao mesmo tempo se adotem medidas de reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando em luxo e na ostentação, continue afrontando as privações e a miséria de milhares e milhares de brasileiros (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 60).

Uma vez no governo, Goulart passa a defender a execução de reformas estruturais que estimulassem o desenvolvimento da indústria nacional conjuntamente com uma reestruturação da produção agrária e a integração crescente da população urbana e rural no mercado interno. Essa proposta reformista com o objetivo de aliar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social ficou conhecida como “Reformas de Base”.

Vale ainda lembrar aqui que, embora não apareça no mesmo conjunto das reformas de base, a lei de limitação da remessa de lucros para o exterior, aprovada em fins de 1961 e promulgada em setembro de 1962, também constituía uma medida muito

defendida pelo governo Goulart, por ser considerada como parte da política voltada ao desenvolvimento nacional ou “emancipação econômica”, que o presidente destacava como “missão de sua geração” (GOULART, 1962, p. 86)¹.

2. REFORMAS COMO NECESSIDADE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM “JUSTIÇA SOCIAL” E “PAZ INTERNA”

Primeiramente, ao defender a necessidade das reformas de base, Goulart vai apontá-las como uma necessidade para a *eliminação da miséria*, “o maior de todos os males sociais” (Agência Senado, 2013). Seriam medidas que pudessem diminuir o enorme abismo social entre uma minoria privilegiada e a maioria da população brasileira, garantindo “tranquilidade e paz social”. Interessante manifestação de João Goulart nesse sentido foi seu discurso aos portuários na cidade de Santos, no dia 13 de maio de 1962:

O que interessa ao Brasil são as reformas que nos tragam tranquilidade e paz social, e aqui repito, sob o testemunho insuspeito dos trabalhadores, que desejamos verdadeiramente essa paz e essa tranquilidade, Estou convencido de que nenhum país terá paz social se repousar sobre a miséria das classes operárias e a infelicidade dos mais humildes. Não sei se aqueles que combatem as reformas desejam realmente a paz social: Deus e o tempo se encarregarão de demonstrá-lo (GOULART, 1963, pp. 88-89).

Em outra oportunidade, reforçando a ideia de que as reformas, ao contrário de incentivar revoltas, contribuiriam para um “clima de paz e entendimento” essencial ao futuro do país, Jango afirma: “*Se desejássemos provocar a rebelião, não estaríamos defendendo reformas para evitá-la*, para melhor atender à estrutura social e econômica do País, reformas através das quais conquistaremos a justiça social que desejamos” (GOULART, 1963, p. 121).

Mas, além do conteúdo social das reformas, Jango também destacou que tais reformas estavam também vinculadas a sua ideia de desenvolvimento do país. Para ele, as reformas fariam “do Brasil uma nação forte e independente” (GOULART, 1962, p. 58), na medida em que diminuiriam ou acabariam com entraves ao desenvolvimento econômico brasileiro. Sendo assim, Goulart colocou as reformas de base como condição e estímulo ao desenvolvimento econômico nacional, ao mesmo tempo em que aponta que este desenvolvimento “será orientado por critérios de justiça social”, porque um dos principais objetivos de suas reformas era o da ampliação e fortalecimento do mercado interno.

¹ É importante ressaltar que, apesar de defender a regulamentação do capital estrangeiro, João Goulart sempre afirmou a importância do investimento internacional na economia brasileira; em nenhum momento apontou para uma ruptura com o capital internacional ou afirmou prescindir dele em seu governo.

Só a cegueira, só a incompreensão podem [sic] pretender o desenvolvimento e o progresso dentro de estruturas inteiramente superadas, que não atendem mais aos mínimos reclamos de justiça e paz social.

/.../

No instante em que através das reformas, pudermos *melhorar o poder aquisitivo do povo brasileiro*, a própria indústria nacional será a grande beneficiada (Correio da Manhã, 1964a).

Enfrentamos, hoje, problemas resultantes da capacidade ociosa de setores da nossa produção, que só poderão ser resolvidos com a *expansão do mercado interno*. Este constitui um dos objetivos fundamentais das reformas de base, pois, somente através delas, poderemos transformar a grande maioria da população brasileira, que permanece marginalizada, em elementos ativos do processo econômico (Correio da Manhã, 1964b).

Dessa forma, o programa reformista procurava atender tanto à demanda de parte do empresariado por maior ritmo do crescimento econômico, quanto às aspirações populares de aumento do seu poder aquisitivo. Em poucas palavras, seu objetivo era simplesmente aliar desenvolvimento econômico com bem-estar social.

3. REFORMAS DE BASE: OBJETIVOS E MEDIDAS

Como já apontado no item anterior, em seus diversos pronunciamentos, Jango apontava como objetivos gerais das chamadas Reformas de Base diminuir a desigualdade social, a partir de uma melhor distribuição das riquezas; a consequente manutenção da “paz social”; e a eliminação dos entraves do desenvolvimento econômico do país.

De modo bastante resumido, o conjunto de medidas defendidas por Goulart para atingir esses objetivos, até aqui tratadas genericamente como *Reformas de Base*, era constituído das seguintes propostas:

Reforma eleitoral, que pretendia estender o voto aos analfabetos e conceder elegibilidade aos sargentos;

Reforma tributária, que, ao colocar a receita federal como instrumento de estímulo ao desenvolvimento, buscava impulsionar a arrecadação do Estado aumentando a carga sobre os impostos diretos (como o imposto de renda), aliviando a carga tributária sobre os produtos e serviços (impostos indiretos) e criando mecanismos para evitar a evasão fiscal;

Reforma bancária, com os objetivos de obtenção de um maior controle do fluxo inflacionário e estímulo ao desenvolvimento nacional, através da democratização e seletividade do crédito (de acordo com as necessidades do desenvol-

vimento), com subordinação da rede bancária particular a um sistema oficial de crédito (Banco Central);

Reforma cambial, garantindo o monopólio do câmbio para defender o valor da moeda nacional e controlar o orçamento cambial, além de impedir “a importação do luxuoso e do supérfluo” e aplicar “o saldo de moedas fortes na importação do que é necessário à realização das metas prioritárias do desenvolvimento e da emancipação econômica do País” (CORBISIER, 2006, p. 166);

Reforma administrativa, que teria como objetivo modificar a máquina administrativa do Estado, “simplificando e racionalizando sua organização”, provendo-a de técnicos qualificados e recursos capazes de efetivar planos de desenvolvimento (CORBISIER, 2006, pp. 153-154);

Reforma universitária, visando a democratização da formação científica superior; formação de pessoal técnico qualificado que atendesse à demanda de uma indústria crescente e da produção de “conhecimento científico da realidade nacional” (CORBISIER, 2006, pp. 169-171);

Reforma urbana, de maior apelo popular, objetivava sanar o problema habitacional nos centros urbanos (BRASIL, 1964);

Reforma agrária, constituindo a reforma de maior repercussão ao longo de todo o governo João Goulart e a que, se realizada, causaria maior impacto na estrutura econômica do país, por meio da alteração da estrutura da propriedade fundiária.

4. REFORMA AGRÁRIA

4.1. O PROBLEMA DA REGULAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Logo no dia 18 de setembro de 1961, discursando na ocasião do 15º aniversário da Constituição de 1946, Goulart incluiu a reforma agrária no conjunto de “problemas” a serem equacionados pelo Congresso Nacional, através de necessárias *regulamentações constitucionais* (GOULART, 1962, p. 18). E foi justamente a falta de tal regulamentação constitucional um dos maiores obstáculos à execução de qualquer programa de reforma agrária naquela conjuntura.

A previsão constitucional da obrigação de indenização prévia e em dinheiro pelo Estado em caso de desapropriação fundiária inviabilizava uma reforma agrária efetiva no país. De acordo com o presidente, a Constituição de 1946, ao mesmo tempo em que reconhecia “por um lado, a função social da propriedade, ao admitir

a desapropriação por interesse social”, por outro impossibilitava “a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer que toda e qualquer desapropriação se faça pela prévia e justa indenização em dinheiro” (GOULART, 1962, p. 85). E uma emenda constitucional que contornasse este obstáculo não era da alçada de Jango ou do Conselho de Ministros do período parlamentarista, mas somente seria possível através da atuação e aprovação do Congresso Nacional.

O presidente Goulart repetiu inúmeras vezes o pedido de aprovação de uma emenda ou reforma constitucional que viabilizasse a execução da reforma agrária, ao longo de todo o seu período de governo. No ano de 1963, chegou inclusive a enviar, juntamente com o anteprojeto de reforma agrária, uma mensagem a Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazili, respectivamente, presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, solicitando a modificação constitucional como requisito para a reforma agrária, uma vez que a previsão constitucional da indenização prévia e em dinheiro representava um obstáculo de impraticável transposição ao mais adequado uso social da terra (Correio da Manhã, 1963a).

Debatendo-se ainda por esta questão, Jango insistiu na necessidade da alteração constitucional, chegando a afirmar, segundo reportagem do jornal *Correio da Manhã*, que “a aprovação de um projeto de reforma agrária sem a vinculação com a reforma constitucional, *não passaria de um engodo, seria uma ‘tapação’*” (Correio da Manhã, 1963b). A posição de Goulart diante da possibilidade e das consequências de uma reforma agrária sem a revisão constitucional já fora exposta claramente num discurso proferido aos portuários, em 1962, em que se expressa nos seguintes termos:

É preciso também dizer, com franqueza, que reformas apenas de superfície não resolvem os graves problemas nacionais. No tocante à reforma agrária, por exemplo, entendo que sem a modificação de dispositivos constitucionais não será possível realizá-la em benefício do povo. Por um artigo de nossa Carta Magna, as desapropriações só poderão ser efetuadas mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Ora, evidentemente, *se fôssemos proceder desta maneira, não haveria tal reforma no Brasil. Não chegaríamos a fazê-la se o Governo tivesse que despender quantias fabulosas na compra de terras e pagar preços que serviriam, afinal, não para ajudar o trabalhador, mas para enriquecer ainda mais o latifundiário.* Não defendo, também, a expropriação de terras. Sou favorável a que se pague ao proprietário, mas que se lhe pague o valor à altura daquilo que se lhe pode pagar, e que o pagamento seja feito a longo prazo e em títulos da União. *Se fôssemos emitir o necessário para o pagamento das áreas desapropriadas, antes que se fizesse a reforma agrária já a inflação teria corroído o organismo do País, e o levaria, decerto, à revolução.* Façamos a reforma em termos que realmente atendam aos interesses dos pequenos produtores e possibilitem o acesso à terra àqueles que não a possuem e que, por isso, são obrigados a pagar preços extorsivos, sob o regime de arrendamento ou de parceria (GOULART, 1963, pp. 89-90).

Também no famoso discurso da Central do Brasil, em grande comício realizado dias antes do golpe militar que o depôs, o presidente Jango afirmou que “reforma agrária com pagamento prévio e em dinheiro não é reforma agrária; como consagra a Constituição, é negócio agrário que interessa apenas ao latifundiário” (GOULART, 2006, p. 40).

Vemos, dessa forma, que ao longo de todo o período em que ocupou a presidência – seja na fase parlamentarista, ou na presidencialista – João Goulart reclamou, até mesmo com insistência, na mudança do dispositivo constitucional que, a seu ver, impossibilitava uma reforma agrária no Brasil. No entanto, não obteve êxito junto ao poder legislativo.

4.2. JUSTIÇA SOCIAL COMO PRINCÍPIO CRISTÃO E NÃO COMO SUBVERSÃO

Por diversas vezes, a reforma agrária é invocada por Jango como meio de obtenção de maior justiça social, ao possibilitar “condições dignas de vida” a uma população nacional crescente, impedindo que vegetasse na “pobreza e na incultura” (GOULART, 1963, p. 18). Tal forma de tratar a reforma agrária tanto convergia com os “ideais de fraternidade cristã”, assumidos por Jango em seus discursos, como compunha o quadro de uma situação de alerta, em que a miséria no campo poderia fomentar iniciativas revolucionárias, que, a seu ver, deveriam ser evitadas. É possível e, em vários momentos, provável, que Goulart utilizasse tanto do discurso cristão, como do “antirrevolucionário”, para marcar sua distância do comunismo, de que foi constantemente acusado.

Goulart, inclusive, faz questão de destacar que a reforma agrária por ele defendida não estava apenas desvinculada de qualquer avanço comunista, como também seria uma forma de combatê-lo, uma vez que reforçaria os laços do povo com o regime democrático e multiplicaria o número daqueles que defenderiam a propriedade privada. Por diversas vezes, Goulart ressaltou o conteúdo antirrevolucionário de uma reforma agrária no país naquele momento. Em seus discursos, apontava que a realização das reformas eliminaria o “sentimento de angústia” que poderia levar a revoltas e a “caminhos imprevisíveis” (Correio da Manhã, 1964c).

4.3. REFORMA AGRÁRIA COMO MEDIDA DE “ORDEM TÉCNICA” E NÃO “IDEOLÓGICA”

O presidente João Goulart apontava a necessidade de uma reforma agrária como questão “de ordem técnica”, intrínseca e imprescindível ao desenvolvimento econômico do país, e não como uma decisão de “ordem ideológica” (GOULART, 1963, p. 18). Reafirmando a particularidade da reforma agrária defendida por seu governo, Jango faz questão de assinalar que, além de pacífica, a reforma proposta deveria ser “*típicamente nacional*” (GOULART, 1963, pp. 118-119), considerando as necessidades sociais e econômicas do desenvolvimento do país. E, desse modo, sua reforma agrária não seguiria os exemplos e fórmulas das reformas realizadas em outras partes do mundo, principalmente entre os países comunistas.

Sustentava uma reforma agrária que, não obstante o conteúdo social gerado pela inclusão econômica de parcela considerável da população rural brasileira, constituía uma necessidade econômica do desenvolvimento nacional. Uma reforma que, longe de incorporar ideais comunistas, objetivava a ampliação da defesa da propriedade privada, bem como a contenção de possíveis movimentos revolucionários violentos. Reforma que, em suas palavras, seria “genuinamente brasileira” e realizada pacificamente, dentro de uma “perspectiva democrática e cristã” (GOULART, 1975, p. 244). Ou seja, a reforma agrária buscada por Goulart, ainda que tivesse como tônica o atendimento das particularidades e demandas nacionais, se filiava claramente ao padrão de desenvolvimento e aspirações capitalistas.

Já a preocupação acerca da produtividade agrícola de então pode ser mais bem compreendida considerando que, segundo dados apontados por Darcy Ribeiro, em seu livro *As Américas e a civilização*, no Brasil de 1960, as propriedades brasileiras com mais de mil hectares de área – latifúndios –, embora absorvessem 47,3% das terras apropriadas do país, “cultivavam, tão-somente, 2,3% das mesmas contribuindo seus cultivos com apenas 11,5% do total das lavouras do país”. Mesmo nos latifúndios dedicados à pecuária, a produtividade não era satisfatória: ainda “detendo 60% das pastagens, criava 36,6% do rebanho”. Tal situação fez com que Ribeiro afirmasse: “Estes são índices expressivos do seu caráter ‘latifundiário’ como detenções de terras, não para explorar, mas para monopolizar” (RIBEIRO, 1983, p. 252).

A baixa produtividade agrícola constituía um problema ainda mais grave se considerada a crise de abastecimento de gêneros alimentícios enfrentada pelo país nos primeiros anos da década de 1960 e o conseqüente aumento de seus preços, já avolumados pela inflação.² Diante deste problema, que incrementava cada vez mais o

2 Embora pouco explorada pela bibliografia existente, o economista Cássio Silva Moreira aponta para a possibilidade de a crise de abastecimento de gêneros ter sido agravada por um boicote dos grandes proprietários e produtores rurais, descontentes “frente à sinalização da criação do Estatuto da Terra e da reforma agrária, defendida pelo governo” (MOREIRA, 2011, pp. 111-112).

custo de vida dos trabalhadores, o presidente João Goulart apontava a importância da reforma agrária como parte fundamental da solução.

Vê-se, portanto, que João Goulart enxergava no “livre acesso à terra” para os agricultores que ainda não a tinham, juntamente com “assistência técnica e financeira”, uma saída para aumentar a produção de gêneros alimentícios e torná-la “mais barata e acessível ao povo” – ou seja, eliminar o problema do abastecimento e da alimentação (GOULART, 1963, p. 91).

Sendo assim, constituiriam objetivos da reforma agrária: o aumento da produtividade agrícola; a diminuição dos preços dos gêneros alimentícios e a elevação dos padrões de vida do trabalhador rural – que teria facilitado seu acesso à terra e não estaria mais submetido às condições de trabalho e remuneração impostas pelos latifundiários – e também do trabalhador urbano – que teria seu custo de vida suavizado pelos preços mais baixos dos gêneros alimentícios.

Tais objetivos, embora relevantes, não seriam os únicos no projeto de reforma agrária propagado por Goulart. De acordo com Jango, os benefícios de uma reforma agrária no Brasil seriam também fundamentais para o desenvolvimento industrial. Falando aos industriais representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Goulart defendeu que somente seria possível assegurar uma expansão sem precedentes na indústria nacional “quando, através de uma reforma agrária justa, cristã e democrática, dezenas de milhões de brasileiros, cujo poder de compra é quase nulo”, fossem “incorporados à economia monetária do país, tornando-se verdadeiros compradores” (Correio da Manhã, 1963c).

É nesse sentido que Goulart reclamou a herança varguista, colocando-se como um continuador de Getúlio Vargas em seu projeto de desenvolvimento nacional. Em entrevista à *Revista Manchete*, em fins de 1963, Jango denomina a estruturação e o desenvolvimento da indústria no Brasil, empreendidos por Vargas, como a “primeira reforma de base”, ou ainda a “reforma de base industrial”. Esta reforma constituiria, segundo ele, “a maior vitória da civilização brasileira nos últimos anos”. No entanto, Goulart alerta para o fato de que, ao assumir o governo, percebera que “essa grande vitória estava ameaçada”. Justifica sua preocupação nos seguintes termos:

bastaria observar que a maioria da população rural não tem poder aquisitivo e cresce em ritmo mais veloz do que a população urbana. A produção industrial sofre o risco de parar, por insuficiência de uma estrutura agrícola. Não é outra a razão que me leva a pregar uma urgente reforma de base, no âmbito da agricultura, comparável à que Getúlio Vargas empreendeu no campo da indústria. *Os benefícios do surto industrial estão sendo amesquinçados por uma estrutura agrícola que encarece os custos de nossa produção e não oferece a necessária expansão do*

mercado interno. Apesar de trabalhadora, a população rural está impedida de colaborar com os centros urbanos, em favor do progresso comum. Imensa massa de camponeses se encontra marginalizada, sem existência econômica que lhe permita adquirir as manufaturas produzidas no país. Essa massa carece, ao mesmo tempo, de um sistema de defesa de seus direitos trabalhistas, segundo os preceitos da justiça social. A continuar esse panorama melancólico, a indústria nacional teria de conformar-se com níveis de produção abaixo de sua capacidade. /.../

Compreendi /.../ que só nos resta uma alternativa: a reforma de base no campo, nos mesmos moldes da reforma encetada por Getúlio Vargas nos centros urbanos. É imperativa a necessidade de reorganizar a economia agrícola, assim como se impõem, com urgência, aquelas medidas capazes de estender ao camponês os benefícios que a justiça social lhe pode e lhe deve assegurar. Este é o caminho para que cada camponês, cada fazendeiro, produtor ou trabalhador, possa transformar-se em consumidor dos produtos nacionais (GOULART, 1975, pp. 238-239).

Nesse sentido, a modificação da estrutura agrária, através de sua reforma, estaria intimamente vinculada ao desenvolvimento da economia industrial; uma vez que, além de melhor prover a demanda urbano-industrial pelos produtos agrícolas, possibilitaria também o aumento da demanda pelos produtos industrializados, na medida em que elevaria o padrão de consumo da população rural. Ou nas palavras de Goulart:

de nada adianta uma grande indústria, em meio a um crescimento populacional explosivo, se os brasileiros, principalmente do interior, não puderem adquirir aquilo que os seus irmãos trabalhadores constroem e fabricam nas grandes cidades. De nada adiantaria uma poderosa indústria têxtil, por exemplo /.../, se os trabalhadores rurais não pudessem vestir-se, como não podem, pois apenas cobrem-se de trapos (Correio da Manhã, 1963d).

É, portanto, com esses argumentos que João Goulart defendeu, ao longo de todo o seu governo, a realização de uma reforma agrária no Brasil. Uma reforma agrária que, em suas palavras, removeria “as causas do atraso” no desenvolvimento brasileiro, colocando-o numa “posição favorável às transformações progressistas e emancipadoras” (GOULART, 1962, p. 101); sendo, a seu ver, “a mais justa e humana” dentre as reformas de base, pois, além de “corrigir um descompasso histórico”, beneficiaria “direta e indiretamente milhões de camponeses brasileiros” (GOULART, 1964, p. LI).

Não obstante o esforço do presidente João Goulart em divulgar sua proposta de reforma agrária, destacando a defesa de princípios cristãos e democráticos e inserindo-a num projeto de desenvolvimento econômico nacional, distanciando-as das reformas realizadas pelos países comunistas, não foi possível a efetivação de qualquer avanço que fosse além do amplo debate desenvolvido na época em torno desta ques-

ção. Goulart debateu e argumentou sem sucesso, visto que o poder legislativo não acatou suas propostas de emendas constitucionais ou de reforma agrária, ignorando o resultado de pesquisas como a do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, o IBOPE – empresa de caráter privado – que, em 1963, apontava uma média de 62% dos eleitores como favoráveis à realização da reforma agrária e considerando-a como a mais urgente das reformas necessárias ao país (RODRIGUES, 1965, p. 229).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado ao longo do artigo, é possível resgatar do conjunto de discursos proferidos por João Goulart, desde sua ascensão imprevista ao governo até sua deposição pelo golpe, um conjunto de teses e proposições baseadas no ideário varguista e num trabalhismo cristão – permeado pela doutrina social da Igreja. Goulart apresentou propostas que, aglutinadas, se estruturavam claramente como um projeto de governo, ou melhor, um projeto de Brasil, buscando um desenvolvimento autônomo com justiça social.

João Goulart tenta dar vida concreta a um projeto político que terá como carro chefe as *reformas de base* – uma tentativa de criar um elo entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Com as chamadas *reformas de base*, Goulart propunha formas de aumentar a presença do Estado nas esferas econômica e administrativa do país (através das reformas tributária, bancária, cambial e administrativa, além de outras importantes medidas de caráter nacionalista, como o controle da remessa de lucros para o exterior); melhorar as condições materiais de vida da população (através das reformas agrária, urbana e universitária); bem como estender o direito de participação eleitoral (através da reforma eleitoral). Todo esse conjunto de reformas mantinha, ainda, o objetivo de fortalecer o mercado interno, promovendo o desenvolvimento econômico com autonomia nacional, ou seja, a tão almejada “*emancipação econômica*”.

Portanto, não se justificam as afirmações do historiador paulista Marco Antonio Villa de que Jango teria representado um “vazio de realizações e de ideias”, sendo marcado “pela absoluta falta de plano de governo, de um rumo coerente a ser seguido” (VILLA, 2004, pp. 237-238). Como vimos, ainda que frustrada a maior parte das realizações, João Goulart apresentou um projeto coerente com sua trajetória política.

Em sua tarefa inglória de superar uma série de deficiências econômicas herdadas e promover *desenvolvimento econômico com progresso social*, João Goulart acreditou na possibilidade de estabelecer uma economia capitalista, que embora associada, garantisse autonomia ao país, além de conquistas sociais aos trabalhadores. No entanto,

viu suas expectativas de obter suporte financeiro externo para estimular um desenvolvimento nacional “associado” – mas não subordinado ao capital internacional – frustradas por negativas intransigentes, tanto por parte do FMI, como por parte do governo norte-americano e do capital internacional em geral.³ Àquela altura, a conciliação de interesses mostrou-se impossível.

Como aponta Antonio Rago Filho,

Assim como o peronismo na Argentina e, mais tarde, o *allendismo* no Chile, *os portadores de uma plataforma econômica de estatuto popular e nacional converteram-se, em nosso país, numa ameaça à reorganização da estrutura econômica atrelada aos designs do grande capital internacional e seus parceiros nativos* (RAGO FILHO, 2001, p. 182).

E, de fato, a possibilidade de questionamento e reorganização da estrutura produtiva brasileira, assim como o alargamento da participação popular na vida política, constituíam, sim, uma ameaça aos interesses “do grande capital internacional” e da burguesia nativa a ele vinculada. Isso devido à forma particular através da qual o capitalismo se objetivou no Brasil: de forma hipertardia; com industrialização subordinada ao capital externo e priorizando a produção de bens de consumo duráveis (inacessíveis à maior parte da população); com manutenção da estrutura agrária latifundiária, da superexploração da força de trabalho e da exclusão das massas das decisões políticas.⁴

A burguesia brasileira, portanto, não sustenta um projeto de reformas estruturais e de democracia popular como o proposto por Goulart; uma vez que, por sua debilidade econômica, mostra-se:

incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática. Incapaz de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se colocar à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas (COTRIM, 2000, p. VII)

A burguesia brasileira garante o exercício do seu poder político de forma autocrática⁵.

3 Iniciativas como a ajuda dos Estados Unidos à Europa no pós-guerra, com o plano Marshall, e a Aliança para o Progresso, anunciada em 1961, davam margem para essa expectativa. No entanto, tais iniciativas se mostraram absolutamente distintas em suas práticas e objetivos.

4 José Chasin, analisando a forma e a particularidade da objetivação histórica do capitalismo no Brasil, a denomina de *via colonial* – caracterizada pela conciliação entre atraso e o progresso sociais. Ainda que este caráter conciliatório se aproxime do exemplo alemão (via prussiana), o Brasil se estruturara dentro do capitalismo de forma bastante diversa: a origem da propriedade agrária brasileira se dá através da colonização do país, o que já a coloca em situação totalmente distinta da propriedade agrária feudal alemã. Além disso, a industrialização brasileira se dá de forma hipertardia, no período que vai dos anos 30 aos anos 60 do século XX.

5 Sobre a burguesia brasileira e sua impossibilidade de uma postura democrática como produtos históricos da via colonial de objetivação do capitalismo no Brasil, questiona José Chasin: “*Como poderiam coabitar*

Dessa forma, o que estava em jogo naquele momento, cujo governo João Goulart representa o ponto de inflexão, era justamente a capacidade de o país lutar e sustentar um capitalismo autônomo. No entanto, a busca pela autonomia econômica foi interrompida pelo golpe que depôs Jango, dando início a uma ditadura militar que reafirmou a via colonial como plataforma do desenvolvimento capitalista brasileiro, ou seja, reafirmou a subordinação (ainda que com “inovações”), ao invés de autonomia.

FONTES

AGÊNCIA SENADO, 2013. Em pronunciamento no Congresso, Jango defende reformas de base. 11 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/pronunciamento-de-jango-defende-reformas-de-base.aspx>>. Acesso em: 31/08/2014.

BRASIL. Decreto nº 53.702, de 14 de Março de 1964. Tabela os aluguéis de imóveis, no território nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 mar. 1964. Seção 1, p. 2491. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53702-14-marco-1964-393664-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 de agosto de 2014.

CORREIO DA MANHÃ, 1963a. Estrutura agrária do Brasil é um enorme entrave ao progresso. Rio de Janeiro, 23 mar.

_____, 1963b. Goulart admite reforma ministerial e diz ser normal situação militar. Rio de Janeiro, 14 mai.

_____, 1963c. Goulart anuncia o ano da exportação. Rio de Janeiro, 23 ago.

_____, 1963d. Goulart: Seguirei a linha de Vargas. Rio de Janeiro, 24 ago.

_____, 1964a. JG a Brigadeiros: reformas de base. Rio de Janeiro, 31 jan.

_____, 1964b. JG anuncia reforma do sistema cambial. Rio de Janeiro, 20 fev.

com a 'soberania do povo', na inintegralidade de sua soberania enquanto classe do capital'? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se a sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrofica” (CHASIN, 2000, p. 162).

_____, 1964c. JG: Reformas são para defender democracia. Rio de Janeiro, 07 mar.

GOULART, J. *Desenvolvimento e Independência*. Discursos 1 (1961). Brasília: IBGE, 1962.

_____. *Desenvolvimento e Independência*. Discursos 2 (1962). Brasília: IBGE, 1963.

_____. *Mensagem ao Congresso Nacional*: remetida pelo presidente da república na abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília: Congresso Nacional, 1964.

_____. Entrevista concedida à Revista Manchete, no mês de novembro de 1963. In: CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964*. Tomo 2. A queda de João Goulart. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. Discurso de 13 de março. In: MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. (Org.) *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-RIO / Contraponto, 2006.

REFERÊNCIAS

CHASIN, J. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Ad Hominen, 2000.

CORBISIER, R. Lógica e cronologia das reformas. In: MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. (Org.) *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: PUC-RIO / Contraponto, 2006.

COTRIM, L. O capital atrófico: da via colonial à mundialização (Apresentação). In: CHASIN, J. *A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): Ad Hominen, 2000.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan/ Brasília (DF): EdUnB, 2001.

MOREIRA, C. S. *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAGO FILHO, A. Sob este Signo Vencerás! A ideologia da autocracia burguesa bonapartista. *Cadernos AEL* (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), Campinas, v. 14/15, 2001.

RIBEIRO, D. *As Américas e a Civilização*: processo de formação e causa do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1983.

RODRIGUES, J. H. *Conciliação e reforma no Brasil*: um desafio histórico político. Rio de Janeiro, 1965.

VILLA, M. A. *Jango*: um perfil (1945-1964). São Paulo: Globo, 2004.

ARTIGO

CAMPOS SOCIAIS EM DISPUTA: BASES DO PENSAMENTO E
AÇÃO DE ARTHUR REIS

Resumo

Partindo dos conceitos de campo social e capital simbólico de Pierre Bourdieu, o presente artigo analisa a trajetória política e intelectual do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), que exerceu o cargo de governador do Amazonas durante os primeiros anos da ditadura militar. Para isso, fazemos uso de um corpus documental coletado em jornais dos anos 1960 e no acervo pessoal de Arthur Reis, depositado no Centro Cultural Povos da Amazônia, em Manaus (AM).

Palavras-Chave: Arthur Reis; Amazonas; ditadura militar.

Abstract

Based on Pierre Bourdieu's concepts of social field and symbolic capital, this article analyzes the political and intellectual trajectory of the historian Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), who served as governor of Amazonas during the early years of the military dictatorship. We also use a documentary corpus collected in newspapers of the 1960s and in the personal collection of Arthur Reis, deposited at the Centro Cultural Povos da Amazônia, in Manaus (AM).

Keywords: Arthur Reis; Amazonas; military dictatorship.

*Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas; Repórter dos cadernos Bem Viver/Vida&Estilo do Jornal *A Crítica*.

Nos anos 1960, o historiador Arthur Cézár Ferreira Reis, conduzido ao cargo de governador do Amazonas após o golpe civil-militar de 64, foi uma presença constante nos principais jornais do país. O assunto, quase sempre, era a Amazônia, à qual ele consagrou sua trajetória intelectual e que efetivamente deu a ele projeção para além da sua terra natal, Manaus. Como aponta o professor Renan Freitas Pinto (2008), coube a Arthur Reis, em suas dezenas de publicações, o inventário das fontes referentes a diversos momentos da história regional em seus aspectos demográficos, políticos, administrativos e diplomáticos:

Além disso, sua obra representa um momento privilegiado e rico do pensamento social sobre a Amazônia, especialmente em dois sentidos. O primeiro deles é que realiza uma verdadeira história do pensamento que tem sido produzido em torno da Amazônia [...]. O segundo tema refere-se explicitamente ao sentido da experiência luso-brasileira na Amazônia, sobretudo no sentido de como se construiu, a partir dessa experiência, um modelo de sociabilidade [...] (PINTO, 2008, p. 213).

No âmbito da academia e fora dela, poucos trabalhos se dedicaram a analisar o legado do ex-governador e “amazonólogo”, que figura entre os principais intérpretes da região no século XX, ao lado de Araújo Lima, Leandro Tocantins, Djalma Batista e outros. Como lembra Hélio Dantas, as referências a Arthur Reis geralmente se dividem entre o caráter laudatório e a detração: “realizador”, “metódico” e “governante moderno” para uns, “déspota esclarecido”, “conservador” e “autoritário” para outros. No entanto, a produção intelectual de Reis “parece ser mais alvo de *reverência* do que de referência, sendo também mais *reconhecida* do que efetivamente conhecida” (DANTAS, 2014, p. 15, grifos do autor).

É no sentido de contribuir para esse nicho do conhecimento formulado na e sobre a Amazônia que analisamos os principais eixos do pensamento de Arthur Reis, bem como de sua experiência à frente do governo do Amazonas, entre 1964 e 1967. Para isso, partimos da indicação metodológica sugerida por Pierre Bourdieu em sua abordagem do campo intelectual como um espaço de poder. Diz o sociólogo francês que

[...] é preciso situar o corpus assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu (BOURDIEU, 2007, p. 186).

Para o autor, campo é justamente o espaço (abstrato) no qual as relações sociais objetivas acontecem, estando organizado em torno de uma atividade específica,

como os campos político, científico e artístico. A noção de campo nos ajuda a pensar o objeto de maneira relacional, e não substancialista, ou seja, evidencia que o objeto “não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 1989, p. 27).

A princípio, interessa-nos abordar a trajetória de Arthur Reis dentro de um determinado campo científico destinado a oferecer reflexões sobre os processos sociais e históricos da Amazônia. Valendo-se de noções apresentadas por Bourdieu, dentre outros teóricos, o professor Odenei Ribeiro (2015) assevera que o ex-governador pertencia a uma geração de intelectuais que desempenhavam um papel diretivo/ organizativo na esfera cultural e política do Amazonas ao disputarem, a partir do campo científico, pelo “poder legítimo de definir o lugar e as aspirações políticas das classes sociais da Amazônia no jogo de alianças entre os grupos locais e forças políticas em âmbito nacional” (p. 33). Esse entendimento só é possível na medida em que encaramos a ciência como esfera social também sujeita a formas de interesse e na qual circula uma forma específica de capital simbólico:

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente [...] que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, pp. 122-123, grifos do autor).

Ao assumirem a função de porta-vozes da região por meio de suas obras e inserções no debate nacional (uns mais que os outros), esses intelectuais buscavam cumprir tanto suas aspirações privadas quanto a missão pública de converter a Amazônia em tema do processo de desenvolvimento brasileiro. Para Ribeiro (2015), tais aspirações ganharam corpo, em parte, no momento em que seus agentes puderam se integrar à cadeia institucional e às posições de comando, como quando Arthur Reis foi indicado para o comando da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), nos anos 1950, e do governo do Amazonas, na década seguinte.

LEGADO PORTUGUÊS NA AMAZÔNIA

Um elemento recorrente na obra de Arthur Reis é a interpretação que o historiador deu à ocupação portuguesa da Amazônia, iniciada com a fundação do Forte do Presépio (1616), no local que viria a ser a cidade de Belém. Era o período da União Ibérica, quando Portugal e Espanha tinham um mesmo soberano. Nesse

sentido, a façanha portuguesa de expandir suas fronteiras na América para além do Tratado de Tordesilhas e as posteriores políticas de dominação do território foram, do ponto de vista de Reis, empresas bem sucedidas, dignas de serem exaltadas:

[...] os portugueses e os luso-brasileiros trazidos do Nordeste souberam aproveitar a oportunidade com o maior desembaraço, empossando-se da região sem temores, sem hesitações, antes com uma consciência muito aguda de soberania e de poder (REIS, 1965c, p. 36).

Como sugere Dantas (2015), ao sistematizar uma narrativa da colonização na região Arthur Reis buscava inscrever a contribuição da Amazônia nas páginas da formação da nacionalidade brasileira. Na apresentação de “A Amazônia e a integridade do Brasil”, livro lançado em 1966, o historiador aponta nesse sentido: “Os êxitos que alcançamos sobre a paisagem física já constituem uma evidênciação muito positiva de que somos, realmente, uma Pátria indivisível” (REIS, 2001, p. 13).

Dessa forma, ao campo científico que citamos anteriormente, também se somava a disputa pelas representações da identidade regional, em função da qual era premente estabelecer um panteão de heróis, ancestrais fundadores, monumentos, uma paisagem e uma espacialidade – em resumo, uma “memória histórica positiva” investida de características “cívico-pedagógicas” (DANTAS, 2015, pp. 52-53).

Alexandre Pacheco (2012) identifica outro sentido por trás da representação que Reis fazia da colonização portuguesa. Para ele, o intelectual encontrou no passado colonial lições de determinação e planejamento a serem aplicadas pelo Estado brasileiro na integração da região no presente.

Os portugueses, nesse sentido, não teriam fechado o território apenas para explorar as riquezas de forma aleatória, improvisada, sem preocupações que denotassem interesses menos materiais. Ao contrário e no intuito de demonstrar Portugal como exemplo para os propósitos de intervenção do Estado em sua contemporaneidade, Arthur Reis procurou valorizar os inquéritos sobre as riquezas naturais realizados pelo que chamou de “pessoal de alta qualificação científica” (PACHECO, 2012, p. 98).

Tais elementos são indicativos, naturalmente, da posição de Arthur Reis no campo científico ao qual ele pertencia. Atribuindo um papel civilizador, heroico, disciplinador e nacionalista ao sujeito português, o historiador escreveu a história do Amazonas do ponto de vista do conquistador cristão ocidental, que ele considerava a verdadeira matriz fundadora da civilização tropical. Nesse processo, indígenas, caboclos, negros e a própria natureza tornam-se residuais, coadjuvantes e instrumentais, pois a influência cultural maior foi de origem lusitana (DANTAS, 2015).

No entanto, o posicionamento de Arthur Reis sobre a questão indígena chega a ser ambígua e varia de uma obra para outra. Se, por um lado, ele não nega ao gentio o reconhecimento por sua contribuição à constituição da nacionalidade, em especial por meio de costumes e saberes compartilhados, por outro, o historiador externa uma visão etnocêntrica e evolucionista, recorrente à época, segundo a qual a sociedade se desenvolveria em estágios até alcançar a “civilização”, estando o nativo num estágio civilizatório inferior ao europeu. No livro *Aspectos da formação brasileira* (1982), o historiador foi capaz de denunciar as violências históricas sofridas pelos povos indígenas amazônicos e ao mesmo tempo sugerir que eles continuarão num estado cultural primitivo enquanto não forem “incorporados” à sociedade pela via da destribalização.

DESENVOLVIMENTISMO

A persistência dos métodos rústicos de cultivo da terra e o rude extrativismo que marcaram boa parte da rotina econômica da Amazônia compunham, para Arthur Reis, um preocupante quadro que ajudava a explicar o descompasso no desenvolvimento da região e na sua integração efetiva à nação. É no diagnóstico desse problema que a primazia da técnica e da ciência, bem como a necessidade de apreensão “realística” das complexidades amazônicas, aparecem como outro elemento definidor do pensamento do intelectual amazonense.

Em primeiro lugar, há que se destacar que, ao discorrer sobre desenvolvimento, Reis entendia este processo como resultado de políticas de Estado racionalmente planejadas e executadas, ou seja, uma empreitada a ser orientada e dirigida pelo poder central, mais que pelo poder estadual. A ação desenvolvimentista na Amazônia brasileira seria, dessa maneira, o ato final do “admirável esforço de seus descobridores, dos seus conquistadores e dos que, por primeiro, tiveram a coragem de nela permanecer” (REIS, 1972, p. 59).

Dantas (2015) evoca a pesquisa do sociólogo Marco Aurélio Coelho de Paiva, que estudou a gênese de três instituições intelectuais de elite na Manaus do início do século XX, para explicar como o pensamento dessa geração de autores foi marcado pelas consequências da crise da borracha. Segundo ele, buscava-se àquela altura, por meio do esforço intelectual e interpretativo, uma saída tanto econômica quanto política e cultural para a estagnação que se abatera sobre a região. Um dos escritores a darem o tom a esse debate foi o sanitarista Araújo Lima, com sua célebre obra *Amazônia, a terra e o homem*, lançada em 1933.

Nela, Lima rompe com a tradição naturalista que marcou os clássicos estudos sobre a região e procura desconstruir uma série de preconceitos a respeito, como o determinismo geográfico, que culpava o clima amazônico quente e úmido pelo lento progresso dessa porção do País. Para o estudioso, vista com olhos desapassionados, a Amazônia não é nem inferno verde, nem paraíso verde, “apenas uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada” (LIMA, 2001).

Naquele momento histórico, ainda se duvidava das possibilidades de ocupar efetivamente a Amazônia e de fazê-la prosperar nos padrões de outras regiões. Araújo Lima, no entanto, apresenta em outros termos essa questão, devolvendo ao homem o comando do seu próprio desenvolvimento e história. Contra os “acidentes sanáveis” por trás do estado de escassez da região, como as doenças atribuídas ao ambiente e o subaproveitamento dos seus potenciais econômicos, bastava a ação corretiva da técnica, da educação e do saneamento.

Seguindo essa linha de raciocínio, Arthur Reis também propunha a superação dos discursos “sensacionalistas” e “exóticos” sobre a região, cuja paisagem e “mistérios” foram tão decantados por cronistas, viajantes, cientistas e romancistas. Ao mesmo tempo, ele recusava as teses que tentavam imputar aos trópicos uma natureza hostil ao desenvolvimento humano. Segundo o historiador, tanto a técnica quanto a ciência modernas haviam avançado o suficiente para que o homem pudesse utilizá-las a seu favor onde quer que fosse.

Nenhuma força, telúrica ou não, é força impeditiva para que se efetue a empresa ou a aventura, para muitos, da ocupação da Amazônia e sua integração como espaço útil à civilização universal e, no nosso caso específico, à civilização que o Brasil constrói vencendo as dúvidas e as resistências dos trópicos de que fazemos parte (REIS, 1967a, p. 14).

Para ele, à frente do necessário inventário científico e econômico da região deveriam estar os órgãos oficiais criados para tal finalidade, embora estes nem sempre recebessem a atenção necessária em termos de investimentos e estrutura: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Instituto Evandro Chagas, Museu Emílio Goeldi, Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean)¹, e SPVEA². Na obra “O impacto amazônico na civilização brasileira”, Reis (1972) também sistematiza um conjunto de medidas concretas que deveriam ser empreendidas no sentido de elevar as condições da Amazônia. Além do fomento técnico-científico, o Estado brasileiro precisava dinamizar as vias de acesso – fluviais, terrestres e aéreas – aos territórios amazônicos, de modo a facilitar o trânsito de mercadorias e pessoas.

1 Órgão já extinto.

2 Transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), durante a ditadura militar.

Em contrapartida, a matriz econômica a ser adotada na Amazônia deveria levar em consideração três aspectos: exploração racional dos recursos da floresta, industrialização e incentivos fiscais. Quanto à política de créditos e incentivos, esta era uma etapa importante para a efetiva industrialização da Amazônia, que possuía mercados em potencial nos setores madeireiro e mineral. Para isso, era necessário estimular investimentos públicos e privados na região, que deveria ser dotada de infraestrutura básica para dar suporte às iniciativas industriais (REIS, 1972).

Como destaca Wanderson de Oliveira Coelho (2015), o modelo capitalista defendido por Arthur Reis estava alinhado à economia aberta estimulada pela ditadura, afinal, “era candente que não se entregaria o governo do Amazonas em mãos de grupos os quais não se alinhassem à perspectiva militar” (p. 62). Consequentemente, essa foi a tônica do Plano Bienal, que traçou metas e estratégias para o desenvolvimento econômico e social do Amazonas para os anos de 1965 e 1966. Nesse documento, o governo ressaltava a predominância da livre empresa e da ação do poder estadual como complemento a ela, com instrumentos legais regulando indiretamente o setor privado. Em linhas gerais, a diretriz da política econômica era de “estímulo ao ingresso de capitais e financiamentos externos e de ativa cooperação técnica e financeira, e em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso”³ (CODEAMA, 1965, p. 12).

GEOPOLÍTICA E COBIÇA INTERNACIONAL

Nas obras de Arthur Reis, é possível apreender os frequentes insucessos das esferas do poder em implementar projetos de ocupação e desenvolvimento da região – do Plano de Valorização da Borracha, decretado em 1912, ao início da operação da SPVEA, nos anos 50. Para o historiador, a falta de atenção do poder central, aliada ao “vazio demográfico” e à baixa intensidade da economia amazônica, não eram elementos nocivos somente ao desenvolvimento da região, mas, sobretudo, à sua integridade territorial. Enquanto não fosse retirada do atraso e transformada em “espaço útil”, a Amazônia corria riscos de ser subtraída à soberania brasileira. A História era testemunha disso, e Reis expôs num célebre livro lançado em 1958 aqueles que considerava serem os antecedentes da cobiça internacional sobre a região.

De acordo com o autor, ela teve início ainda no início do período colonial, quando ingleses, irlandeses e holandeses tentaram se estabelecer na Amazônia. Com

3 Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a Aliança para o Progresso foi um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado, em 1961, entre os Estados Unidos e outras 22 nações do hemisfério, entre elas o Brasil. Ao longo de quase dez anos de funcionamento, a Aliança recebeu inúmeras críticas, como a de que ela estava a serviço dos interesses econômicos e estratégicos dos EUA.

o reconhecimento da expansão territorial de Portugal para além do Tratado de Tordesilhas, a Amazônia brasileira foi alvo de uma duradoura política isolacionista, que dificultava a livre circulação no território. Tal configuração passou a ser questionada com mais intensidade em meados do século XIX, em especial na imprensa dos Estados Unidos, que acusava a política brasileira de ser contrária aos “interesses da humanidade” (REIS, 1965c, p. 62).

O episódio do Bolivian Syndicate, no início do século XX, quando as terras do atual Estado do Acre se tornaram alvo de contenda entre bolivianos e brasileiros, também se inscreveu no quadro das ameaças à integridade geopolítica do País. Nos anos 1940, o cenário não era muito diferente: a Amazônia ainda sofria com o que Arthur Reis classificava de “ausência criminosa do poder público”, inclusive em termos de levantamento científico dos potenciais e riquezas da região. Essa situação ensejou a elaboração de projetos como o do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, no âmbito da Unesco, em 1946. A iniciativa logo se tornou alvo de especulações dentro do país, pois se temia que a instituição, planejada para congregar cientistas de todas as partes do mundo em torno dos estudos amazônicos, acabasse cooptada no jogo de forças da Guerra Fria ou servisse unicamente à estratégia liberal de expansão do capital estrangeiro.

O debate contrário à criação do Instituto ganhou força na voz do ex-presidente da República Artur Bernardes, um “nacionalista exaltado”, nos dizeres de Arthur Reis. O historiador atribui a essa campanha de descrédito uma das causas para que as discussões sobre o projeto não tenham avançado no Congresso Nacional. Desde então era latente a discussão em torno da chamada internacionalização da Amazônia, tese pela qual os “interesses da humanidade” estariam acima das soberanias nacionais. Para Arthur Reis, enquanto “empório de matérias-primas”, a região amazônica era alvo natural do imperialismo das grandes potências.

Pior que ele [o imperialismo], no entanto, é a tendência à internacionalização de trechos do mundo, que já se pretende seja operação necessária, uma solução para agasalhar aqueles que não têm onde viver ou reclamam contra a fome que os atormenta (REIS, 1965c, p. 11).

No período em que exerceu o cargo de governador do Amazonas, o intelectual assumiu a dianteira de outro debate público de igual teor nacionalista. Em maio de 1965, Arthur Reis foi à imprensa denunciar o que considerava uma nova ameaça à Amazônia: uma espécie de reedição do Instituto da Hileia, representada pela proposta de criação de Centros Tropicais de Pesquisa e Treinamento na Amazônia (trópico úmido) e no Nordeste (trópico seco). O plano foi apresentado pela Acade-

mia Nacional de Ciências dos Estados Unidos e contou, inicialmente, com o aval do Ministério da Agricultura e do Conselho Nacional de Pesquisas.

O ponto passível de alarme, segundo o governador expôs, era que o projeto dos centros de pesquisa estabelecia que a sua direção deveria ficar a cargo dos organismos norte-americanos, em detrimento das instituições científicas e dos profissionais existentes no Brasil. Para Arthur Reis, não se justificava a exclusão dos brasileiros na empreitada, o que por si só era motivo para desconfianças. Negando a pecha de xenófobo, o historiador se defendia e procurava marcar posição como alguém que não negava, contudo, a cooperação técnica e financeira vinda do exterior.

Ele acabou levando o caso ao conhecimento do presidente Castelo Branco para que o marechal barrasse a iniciativa estadunidense apoiada por “falsos brasileiros” (REIS, 1965a). No início de junho, o governador já considerava afastada a ameaça, sinalizando que o presidente atendera às suas reivindicações, como noticiou o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro:

[Castelo Branco] reafirmou despacho exarado em janeiro do corrente ano, onde diz que “as pesquisas na Amazônia devem ser feitas por Institutos brasileiros, técnicos brasileiros e recursos brasileiros” (GOVERNADOR, 1965, p. 3).

De fato, o capital simbólico acumulado pelo amazonense no campo intelectual/científico e, naquele momento, também no campo político, conferia a ele dupla legitimidade para conduzir o enfrentamento ao projeto da Academia Nacional de Ciências dos EUA, tal qual Artur Bernardes havia feito anos antes, na condição de ex-presidente, no caso do Instituto da Hileia. Como Bourdieu (1989) ressalta, ao tratar do capital político como um crédito baseado na crença e no reconhecimento fora desse campo específico, “basta que as ideias sejam professadas por *responsáveis políticos* para se tornarem em ideias-forças capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou desmobilizar” (p. 187, grifos do autor).

Pode-se dizer, ainda, que a exposição alcançada pelo caso na imprensa nacional e em outras instâncias da sociedade conferiu a Arthur Reis um incremento no seu prestígio como amazonólogo e homem público autorizado a falar sobre a Amazônia. Isso fica claro em uma carta recebida pelo governador em 25 de maio de 1965, cujo remetente não conseguimos identificar: “Sua campanha é nossa também. Com ela você assumiu a liderança efetiva de sua terra, não por ser o seu governador, mas por ser o intérprete de suas autênticas aspirações”⁴.

4 Disponível no acervo pessoal da Biblioteca Arthur Reis, em Manaus.

SERVIDOR E ESTADISTA

A chegada de Arthur Reis ao poder no posto de governador do Amazonas pode igualmente ser interpretada à luz do conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, capital se define como energia social acumulada e inerente às estruturas objetivas e subjetivas, podendo manifestar-se de forma material ou incorporada/interiorizada (BOURDIEU, 2001). Tomando o capital econômico como base de todos os demais tipos de capital, o autor vislumbra as possibilidades tanto de conservação quanto de conversão de um capital em outro, processo que exige certo “esforço de transformação” para que o poder simbólico se efetive no campo social correspondente.

No caso de Arthur Reis, entendemos que o capital econômico não foi o fator determinante para o seu posicionamento dentro dos campos em que ele atuou. Sua legitimidade e autoridade advieram, sobretudo, do capital cultural e científico acumulado ao longo da sua trajetória como historiador, amazonólogo e homem de letras ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sinal disso é que tais credenciais, evocativas de critérios de qualidade e quantidade, eram recorrentemente enunciadas nas notas biográficas escritas sobre o amazonense, como nesta publicada pela editora Edinova, do Rio de Janeiro, na segunda edição do livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional*:

Escritor, historiador e sociólogo, já publicou vinte livros, a maioria dos quais sobre temas amazônicos, além de sessenta e dois trabalhos menores. Pertence a várias instituições culturais no Brasil e no estrangeiro. Sua reconhecida autoridade moral e intelectual, e a de especialista na História e na Economia da Amazônia, credenciou-o para tomar a atitude que tanto sensibilizou o país, em defesa da cultura brasileira, opondo-se à criação de um órgão estrangeiro para realizar pesquisas na Amazônia (REIS, 1965, p. 4).

Certamente, como ressalta Bourdieu (1983), as operações sociais empreendidas com base nesses capitais simbólicos não surgem de maneira desinteressada, estando sujeitas, antes disso, a formas específicas de interesse. No caso do campo científico, os agentes disputam, além de valores como prestígio, reconhecimento e fama, o monopólio da autoridade e uma noção própria de ciência enquanto delimitação de problemas e métodos. Dessa maneira, “a definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure [...] a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos” (p. 128).

A partir daí, pode-se inferir que o capital político ativado no momento em que Arthur Reis se tornou governador do Amazonas derivava de dois percursos principais: em primeiro lugar, das experiências anteriores do historiador em postos de comando no aparelho estatal, com destaque para a direção da SPVEA e do Inpa; em segundo lugar, era fruto da reconversão de um “capital de notoriedade” e de “qualificações específicas” granjeados lenta e continuamente “em outros domínios” (BOURDIEU, 1989, p. 191), como nos campos cultural e científico. Como o próprio Reis apontou no balanço geral do seu governo:

[...] à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha [para o cargo de governador] de quem não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União (REIS, 1967b, p. 12).

Como governador, Arthur Reis foi o que se convencionou chamar de político biônico, pois ascendeu ao cargo pela via indireta em eleição realizada dentro da Assembleia Legislativa do Amazonas, em completo alinhamento à estratégia do regime militar de manter a aparência de legalidade e normalidade democrática após o golpe. Cassado o então governador Plínio Coelho sob acusações de corrupção, Reis foi escolhido como o novo chefe do Executivo estadual em junho de 1964, com a chancela de Brasília, não sem antes a Assembleia ser “convencida” a modificar a Constituição do Estado de modo a permitir a eleição indireta (VIANA FILHO, 1975; FIGUEIREDO, 2014).

Consumado o golpe de Estado, os militares precisavam legitimar o novo regime justificando as suas circunstâncias e objetivos, a saber: reestabelecimento da ordem institucional, combate à corrupção e à subversão política, representada pela penetração da ideologia comunista na sociedade brasileira. É nesse contexto que Coelho (2015) avalia o desempenho de Arthur Reis como um dos principais ideólogos da ditadura na Amazônia, tendo assumido a tarefa de defender a “Revolução de Abril”.

Com Reis no poder, o combate à corrupção ganhou centralidade no discurso oficial, ao lado das promessas de fim do “afilhadismo” e do “protecionismo eleitoral”: “Não tenho o menor receio ao afirmar que todos os que estavam no Governo do Amazonas eram ladrões autênticos”⁵, dizia o mandatário. Era assim que Arthur Reis encarava seu mandato como uma missão ao mesmo tempo cívica, moralista e saneadora, valores que podem ser atribuídos tanto à influência do militarismo quanto ao pendor cientificista do amazonense.

5 Jornal do Brasil, 02 de setembro de 1964.

Ademais, a abertura à ideia de ruptura democrática estava no horizonte ideológico não só de Arthur Reis, mas de outros intelectuais afinados com a tese de que somente um Estado forte e centralizador seria capaz de encontrar saídas para os problemas nacionais e promover o desenvolvimento e modernização do país. Como aponta Ribeiro (2015, p. 86), o golpe de 1964 representou a consolidação de um “projeto autoritário de desenvolvimento nacional de feição militar (que excluía as massas do jogo político)”. No contexto amazônico, segundo o autor, a inclinação autoritária, internalizada como *habitus* pelas elites locais, também refletia certa herança das relações de mando e subserviência do Ciclo da Borracha.

Esse *habitus* se revelava, por exemplo, nas ocasiões em que Reis punha em xeque o sistema político do país. Para ele, o subdesenvolvimento material e cultural fazia com que o Brasil tivesse apenas um arremedo de democracia, dominada por uma classe política que o intelectual não julgava ser merecedora de crédito: “Para mim tanto faz haver eleição como não. Todos os partidos são iguais e ordinaríssimos”⁶, dizia.

Possivelmente, o “horror” que o historiador alegava ter da política profissional vinha das frustrações experimentadas por ele quando pôde conviver próximo ao poder, em especial nos anos como superintendente da SPVEA ou em diferentes posições em outros órgãos. Reis entendia que a atuação da administração pública federal em relação à Amazônia era historicamente errática, dentre outros fatores, devido ao insidioso *modus operandi* da política partidária. A desilusão e o desencanto com a política o fez resistir, inclusive, à sua filiação ao partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). A adesão, segundo ele revelou aos jornais da época, teria vindo somente após insistência do presidente Castelo Branco:

Não gosto de falar sobre a Arena, e só entrarei para ela porque sou obrigado, em consequência da minha situação de governador de um Estado. Se pudesse, permaneceria longe de todos esses movimentos políticos, pois a política brasileira é muito “suja” e não deve ser muito remexida.⁷

Sob outro ponto de vista, as declarações do governador revelavam a preocupação com a construção de uma autoimagem pública como alguém que vinha de fora da política partidária e profissional, portanto, um *outsider* imune às mazelas e

6 Correio da Manhã, 05 de fevereiro de 1965.

7 Correio da Manhã, 22 de dezembro de 1965. Essa declaração valeu ao governador um pedido de explicações formal da Câmara dos Deputados, conforme documento encontrado no acervo pessoal da Biblioteca Arthur Reis.

ao *habitus* degenerado desse meio, além de comprometido com valores e objetivos mais “elevados”. É nesse tom que ele descreve sua condição financeira quando da chegada ao governo: “Se não havia fortuna material, representada em bens que não fossem os dos utensílios de uso pessoal e a biblioteca, possuía em alta dose o sentimento de responsabilidade e a vontade para realizar” (REIS, 1967b, p. 13).

A disposição para controlar as representações de si, no entanto, esbarrou nas crises enfrentadas por Arthur Reis durante o seu mandato. O início do governo, como ele admitiu, foi áspero e exigiu “mão forte” (REIS, 1967b). A primeira crise estourou quando o governador ordenou a ocupação militar e o fechamento da Assembleia Legislativa depois que os deputados rejeitaram o veto do Executivo a um aumento nos salários da magistratura.

Para Reis, quem estava por trás dessa rejeição era o ex-governador Plínio Coelho, que fora cassado pelo regime. Em retaliação, ordenou a prisão de Plínio e o fechamento de seus dois jornais, A Gazeta e O Trabalhista, que combatiam o governo “revolucionário” em suas páginas. Como o Tribunal de Justiça considerou a prisão ilegal e arbitrária, pois Arthur Reis não tinha autoridade para tal, um *habeas corpus* foi concedido a Plínio, abrindo uma crise institucional sem precedentes quando o governador também mandou sitiar a sede da Justiça estadual. O embate ganhou dimensões nacionais, com Reis taxado de ditador pelo jornal Última Hora, e atraiu as atenções de Brasília, que não desejava ver a situação fora de controle (FIGUEIREDO, 2014). Como justificativa para as decisões que tomou, o historiador invocou a sua determinação para ensinar que “surgiam novos tempos”:

O poder não pode ser exercido com hesitações, fraquezas, medo de agir. Quando ele nos é confiado temos de despir-nos do que nos é o prazer da vida para, no peso do dever, decidir com energia e segurança (REIS, 1966, p. 5).

Se pratiquei atos que refletem a decisão revolucionária, é que eles foram necessários para implantar os propósitos dos que promoveram a grande mudança política no país. Não os pratiquei pela volúpia de executar o Poder como um instrumento de força ou de pressão, não é essa a minha formação. Nunca soube odiar nem tampouco perseguir (CODEAMA, 1965b, p. 15).

O mandato de Arthur Reis se encerrou em janeiro de 1967, e o historiador saiu do governo com um título de doutor *honoris causa* pela Universidade do Amazonas e uma vaga na Academia Amazonense de Letras, mas com a promessa de se afastar da vida pública “para dar vez às novas lideranças da Amazônia, pois [...] depois de certa idade cristalizamos nosso pensamento”⁸. Três meses depois, contudo, ele foi

8 Jornal do Brasil, 03 de fevereiro de 1967. Reis ainda declinou a indicação do seu nome para uma vaga no Senado, uma vitória que era tida como certa.

nomeado membro do conselho diretor do Instituto de Resseguros do Brasil e, mais tarde, entre 1968 e 1973, assumiu a presidência do Conselho Federal de Cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso da nossa investigação, situada no escopo do pensamento social brasileiro em sua vertente amazônica, pudemos ter uma visão ampla, mas não totalizante, acerca da trajetória intelectual e política de Arthur Reis. O estudo não se pretende totalizante justamente pelo reconhecimento de que, quando se trata de Ciências Sociais, dificilmente conseguimos abarcar determinado assunto sob seus mais diversos prismas. Quando se trata de uma sondagem a respeito de trajetórias pessoais, então, os embates entre forças múltiplas nos impelem a uma análise que considere os campos sociais como esferas quase nunca harmônicas, mas expostas a dicotomias próprias.

É nesse sentido que este trabalho permitiu identificar pontos-chave para a interpretação do pensamento de Arthur Reis, mas também incoerências e bidimensionalidades que caracterizam o próprio fazer e agir do intelectual, tal como nos ensina Bourdieu (1996). Essas incoerências representam lacunas que ainda não foram completamente elucidadas nos estudos que até agora se debruçaram sobre a obra de Reis. Uma delas, que carece de mais análises, é como a questão indígena é representada nesse *corpus* científico, pois, como sugerimos, o historiador tem visões díspares e conflitantes sobre o lugar do nativo na sociedade.

Outro ponto passível de aprofundamento, e que não abordamos anteriormente, é a autonomia conferida por Arthur Reis ao campo cultural durante o seu mandato de governador. Diríamos que há um consenso em torno do tema, no sentido de conferir ao governo um desempenho positivo no trato com a classe artística e intelectual. Para esses avaliadores, a chegada de Reis ao poder representou uma “renascença cultural” no Amazonas, com a publicação de livros e fomento regular a atividades artísticas, inclusive à produção de um documentário promocional encomendado ao incendiário Glauber Rocha (MICHILES, 2011).

Partindo da crítica de Coelho (2015), o questionamento que se faz é: esse consenso estaria inscrito na mesma linha de compreensão segundo a qual a ditadura militar teria significado um marco positivo para a Amazônia, em termos de “progresso”? Quais as aproximações e distanciamentos entre a atuação dos governos federal e estadual no campo da cultura, no início do regime de exceção? Afinal, como defende Amaral (2013), é preciso compreender a ditadura “não apenas como um regime sustentado pela repressão política, mas também por uma rede de práticas das

quais a conciliação e a cooptação faziam parte” (p. 171).

Por fim, cabe à análise crítica a reflexão sobre como o discurso oficial de Arthur Reis presente nos jornais, discursos e publicações institucionais, refletiu-se nas ações concretas do seu governo, em especial no aspecto socioeconômico. Somente um trabalho de fôlego nesse sentido seria capaz de desmistificar e revelar criticamente esse período da História amazonense, permitindo inserções e articulações no contexto geral dos estudos sobre a ditadura e do pensamento social brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. A. do. Alguns aspectos para repensar o governo de Arthur Cézár Ferreira Reis (1964-1967). *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, n. 4, 2013a, pp 165-177. Disponível em: <<http://www.frenteirasdotempo.net.br/numeros-antteriores/n%C2%BA-4-2013>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. *Poder, Derecho y clases sociales*. 2ª ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. Por um corporativismo do universal. In: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996, pp. 369-378.

CODEAMA. *Plano de desenvolvimento econômico e social (1965-1966)*. Manaus: Governo do Estado, 1965a.

CODEAMA. *Um ano de governo*. Manaus: Governo do Estado, 1965b.

COELHO, W. de O. *A modernização do Amazonas no ideário de Arthur Cézár Ferreira Reis (1964-1967)*. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Roraima, curso de História. Boa Vista, 2015.

DANTAS, H. *Arthur Cézár Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

FIGUEIREDO, P. *O golpe militar no Amazonas: crônicas e relatos*. 3ª ed. Manaus: [s/d], 2014.

GOVERNADOR não quer dominação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 jun.

1965.

LIMA, A. *Amazônia, a terra e o homem*. Manaus: Edições Governo do Estado, 2001.

MICHILES, A. *Glauber Rocha: a conquista do Amazonas*. 20 set. 2011. Disponível em: <<http://ceuvagemichiles.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PACHECO, A. *A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em "A Amazônia e a cobiça internacional" - anos de 1960*. Revista história da historiografia, Ouro Preto, n. 10, dezembro, 2012, pp. 94-110. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/354/313>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

PINTO, R. F. P. *Viagem das ideias*. 2ª Ed. Manaus: Valer, 2008.

REIS, A. C. F. [Carta] 17 mai. 1965a, Rio de Janeiro [para] CASTELO BRANCO, Humberto, [s/l]. 8 f. Expõe posicionamento contrário à criação do Centro do Trópico Úmido.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edinova, 1965c.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e o mundo atual*. Rio de Janeiro: [s/e], 1967a.

REIS, A. C. F. *Aspectos da formação brasileira*. Brasília: José Olympio/MEC, 1982.

REIS, A. C. F. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967b.

REIS, A. C. F. *O impacto amazônico na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Paralelo/MEC, 1972.

REIS, A. C. F. *Reivindicações ao presidente Castelo Branco*. Manaus: Governo do Amazonas/Codeama, 1965b.

REIS, A. C. F. *Dois anos de governo*. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.

RIBEIRO, O. de S. *Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins*. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

VIANA FILHO, L. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ARTIGO

CONTROLE SOCIAL COMO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Resumo

A corrupção é uma marca da administração patrimonialista que persegue o Brasil desde a sua descoberta pelos portugueses. A transparência pública, imposta pelo princípio da publicidade e pela Lei de Acesso à Informação, funciona como a principal ferramenta para o exercício da cidadania através do controle social da administração pública. Diante deste contexto, é relevante que a sociedade volte a exercer o seu papel de cidadania de forma mais efetiva e eficaz. Do ponto de vista metodológico, esse estudo caracteriza-se como estudo bibliográfico e exploratório, tendo como objetivo mostrar a importância do controle social como exercício da cidadania. Dessa maneira, observa-se quão importante é a participação do cidadão no exercício do controle social da administração pública com vistas a cobrar a continuidade da transparência pública, fundamental para o combate à corrupção.

Palavras-Chave: Corrupção; controle social; transparência pública.

Abstract

Corruption is a trademark of the patrimonialist administration that has pursued Brazil since its discovery by the Portuguese. Public transparency, imposed by the publicity principle and the Access to Information Law, acts as the main tool for the exercise of citizenship through the social control of public administration. Given this context, it is relevant that society re-exercise its role of citizenship more effectively and effectively. From a methodological point of view, this study is characterized as a bibliographic and exploratory study, aiming to show the importance of social control as an exercise of citizenship. In this way, it is observed how important is the participation of the citizen in the exercise of social control of the public administration with a view to collecting the continuity of public transparency, fundamental for the fight against corruption.

Keywords: Corruption; social control; public transparency.

*Doutora em Educação, professora da Universidade Federal da Paraíba.

** Possui Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba e integra o Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior - GAES.

1. INTRODUÇÃO

A história da administração pública brasileira é marcada por traços do patrimonialismo como corrupção, enriquecimento ilícito dos seus gestores, favorecimento de terceiros e má gestão dos recursos públicos.

Escândalos envolvendo políticos e corrupção não são novos no Brasil. Desde o início do segundo governo de Dilma Rousseff (PT), em 2011, o cenário brasileiro tem passado por ondas de escândalos de corrupção, como o Caso da Petrobrás, envolvendo políticos, corpo ministerial, servidores públicos e empresários. As denúncias foram se intensificando ao longo do tempo levando os parlamentares da oposição a criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com o intuito de manter o Estado sob uma ampla investigação. Neste processo, a mídia adquiriu centralidade através da contínua publicização das informações acerca de tais escândalos, despertando o papel fiscalizatório entre poderes e instituições, dando voz à sociedade civil organizada e aos movimentos sociais nas distintas áreas da esfera pública (ARAÚJO; COSTA; FITTIPALDI, 2016).

Diante deste contexto, desperta-se a importância da sociedade exercer o seu papel de cidadania de forma mais efetiva e eficaz, cobrando os seus direitos constitucionais e deveres da Administração Pública, expressos na Constituição Federal.

No Brasil pós-Constituinte, o controle social foi uma das importantes inovações institucionais ocorridas, mesmo com maior ou menor sucesso, pois assegurou a presença de múltiplos atores sociais, quer na formulação, na gestão, na implementação ou no controle das políticas sociais (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005).

Conforme Albuquerque e Hermida (2016), o controle social tornou-se um dos principais remédios para o combate do mal da corrupção e para a busca da moralidade administrativa da Gestão Pública. Por isso, é necessário que o Estado seja fiscalizado e controlado continuamente por órgãos de controle e pela sociedade.

É relevante salientar que o fomento do controle social é o acesso à informação, garantido pela Constituição e pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

O acesso à informação é condição básica para se criar um Estado democrático e fortalecer os direitos do cidadão. Ao ter informação o cidadão desenvolve senso crítico e passa a reconhecer que ele é responsável pelo seu crescimento e pelo crescimento da sociedade em que vive. Ao tomar conhecimento dos seus direitos, fica ciente de quem são os responsáveis em disponibilizá-los e passa a lutar para que esses direitos sejam concedidos pelo Estado (SILVA, 2015, p. 61).

Diante do exposto, faz-se necessário estudar e explorar formas que possibilitam o controle social do patrimônio público e o exercício pleno de cidadania, sendo a

transparência pública um desses meios que obrigam a Administração Pública direta e indireta de publicizar as suas receitas, as suas despesas e os seus atos administrativos como um dever constitucional a ser cumprido.

Do ponto de vista metodológico, esse estudo, que tem como objetivo mostrar a importância do controle social como exercício da cidadania, caracteriza-se como estudo bibliográfico e exploratório.

2. ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

O direito de acesso à informação é um direito humano fundamental que se encontra no cerne da democracia garantindo a todo cidadão o direito de pedir e receber informações que estão sob a guarda de órgãos e entidades públicas. Contudo, para que o acesso à informação de interesse público seja livre é imprescindível que seja facilitado pelos órgãos públicos, como determina a Constituição Federal (CONTROLDORIA GERAL DA UNIÃO [CGU], 2013).

Foi através da promulgação da Constituição Federal de 1988 que o Estado Brasileiro democraticamente garantiu aos cidadãos os seus direitos como o acesso à informação pública e impôs também à Administração Pública os deveres e princípios que deve seguir, como o princípio da publicidade e o princípio da eficiência.

A conscientização da necessidade de se assegurar o acesso à informação pública e o direcionamento do Estado para atuar no sentido de garanti-lo têm ocorrido, mais significativamente, desde o último quarto do século XX. Embora não aconteça de maneira uniforme, esse movimento tem-se verificado universalmente, não constituindo exclusivamente de nenhum país. Por conseguinte, há uma meta comum a praticamente todos os legisladores democratas da época contemporânea, a garantia do direito à informação [...] (BATISTA, 2010, p. 42).

No Brasil, um importante dispositivo legal que trata do tema é a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, também conhecida como Lei da Transparência, de autoria do senador João Capiberibe, que vem alterar a redação da LRF no que se refere à transparência da gestão fiscal, a fim de assegurar a transparência por meio do incentivo à participação popular em todo o planejamento do orçamento e da liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, com o prazo máximo de 24 horas (BRASIL, 2009). Contudo, é necessário o cumprimento de algumas exigências técnicas para validar se as informações disponíveis estão corretas perante as fiscalizações do Ministério

Público, sendo deste modo, a transparência considerada como um direito do cidadão e uma obrigação das instituições públicas.

Em 18 de novembro de 2011, a Presidente Dilma Rousseff assinou a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), com o objetivo de regular o acesso à informação, já previsto anteriormente na Constituição Federal, mas que na prática não era executado (BRASIL, 2011).

A transparência pública posta na LAI permite que informação pública seja solicitada por qualquer pessoa sem a necessidade de justificar o seu interesse ao órgão público e exige que esta informação para ser acessível ao cidadão deve ser confiável, organizada, ter conteúdo claro e deve ser divulgada amplamente para que haja possibilidade de produção de conhecimento e de mudança de uma realidade existente.

A transparência vem no sentido de combater a corrupção e se constitui num dos fundamentos da chamada boa governança, entendida como a capacidade de um governo de elaborar e implantar políticas públicas, cumprindo a função de aproximar o Estado da sociedade e de ampliar o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública (CULAU; FORTIS, 2006).

Para o exercício dessa boa governança, foi posto em prática o governo eletrônico que pode ser definido como:

ações de governo direcionadas a disponibilizar informações e serviços à sociedade e novos canais de relacionamento direto entre governo e cidadãos, mediante o uso de recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em especial a internet (PALUDO, 2012, p. 158).

Batista afirma que:

Se, por um lado, recursos tecnológicos, como a internet, proporcionam maior rapidez e facilidade na busca por informação pública, por outro, não são esses recursos que garantem a transparência e a facilidade de acesso (BATISTA, 2010, p. 226).

Mesmo com todo avanço legal na exigência de se fazer a Administração Pública cumprir o que determina a Lei em relação à transparência e considerando todo o avanço ideológico e prático dos modelos de gestão no Brasil, ainda há quem considere a transparência pública como um espetáculo montado para ludibriar a sociedade, como pode-se observar abaixo:

Este breve panorama indica existir uma gradual transformação dos marcos legais da transparência no sentido de ampliar a divulgação de dados para a sociedade civil. Justifica-se esta mudança por meio de um suposto empoderamento do cidadão, mais aparelhado para controlar a atividade pública, uma falácia que ignora as assimetrias de poder e informação

entre o Estado e o indivíduo. Em meio a esse cenário, os Portais de Transparência seriam, justamente, as ferramentas mais utilizadas para efetivar o controle social, algo que só ocorre como **espetáculo** (ABDALA; TORRES, 2016, p. 149, grifo nosso).

Falar da transparência pública como espetáculo é renegar a existência de uma história nefasta da cultura do segredo e do sigilo institucional, é renegar o esforço de legalizar o acesso às informações públicas, é renegar uma condição presente de possibilidade de participação popular no controle e na construção de políticas públicas.

Paludo (2012) contrariamente ao que diz Abdala e Torres (2016) defende que a disponibilização das informações na internet constitui por si só numa espécie de controle da Administração Pública independentemente da disponibilidade de tempo dos cidadãos ou do seu conhecimento prévio técnico para compreensão, fiscalização e controle das informações divulgadas.

Já Medeiros; Magalhães e Pereira ressaltam que:

o acesso à informação pública e a transparência não garantem o correto funcionamento da atividade pública, mas sem eles é improvável que tal atividade ocorra sequer de maneira razoável MEDEIROS; MAGALHÃES e PEREIRA (2014, p. 71).

Mesmo com a existência de problemas para implementação da transparência pública, é preciso ter uma compreensão amadurecida da importância da LAI para o cidadão, para os órgãos e entidades públicas, pois o acesso à informação, além de ser um direito do cidadão, tem um papel determinante para o exercício da cidadania através do controle social da Administração Pública no combate à corrupção e ao abuso de poder.

4. EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Para que a sociedade mergulhe intensamente no mundo da transparência pública e compreenda a essência histórica do acesso à informação, é preciso que cada pessoa entenda quem realmente é, o seu verdadeiro papel e a sua importância dentro da coletividade. Por isso, faz-se necessário compreender a concepção e o significado do que é ser cidadão e ter o direito de exercer a cidadania.

Primeiramente, é importante ressaltar que o princípio da cidadania passou por uma evolução histórica e só na modernidade se tornou um pilar universal democrático. Segundo Pinsky (2003), a definição de cidadania não é estanque, é um conceito histórico, significando que seu sentido varia no tempo e no espaço. Portanto, é muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil.

Em 1988 no Brasil, através da Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã, a cidadania foi reconhecida como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, no qual todas as pessoas nascidas nesta nação são reconhecidamente cidadãos brasileiros.

A cidadania nem sempre foi posta a todas as pessoas e a história revela que esse direito é fruto de muitas lutas, reivindicações e até violências. Por isso, cada cidadão deve se apropriar e se empoderar da sua condição de cidadão, deve requerer os seus direitos garantidos constitucionalmente, bem como exercer o seu dever perante a sociedade.

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...] A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 1999, p. 42).

É relevante ressaltar que nos primórdios do berço da democracia, no século V a.C., na Grécia, o conceito de cidadão era bem diferente do que se tem atualmente. Na cidadania ateniense, os direitos eram restritos exclusivamente aos direitos políticos, dados apenas aos homens livres, excluindo escravos, mulheres e estrangeiros. No entanto, garantia participação direta nas decisões políticas da polis através dos debates nas ágoras ou praças públicas gregas, sem a necessidade de representantes, onde se tinha a expressão direta da vontade cidadã nas decisões do governo, fazendo valer o real significado da gênese da democracia, o governo (*kracia*) do povo (*demos*).

Na Idade Média, com o advento do feudalismo, após a queda do Império Romano, a ideia de cidadania foi relegada a segundo plano e só no mundo moderno, no período do Renascimento, houve o seu ressurgimento com a noção de cidadania ligada à ideia de direitos civis, políticos e sociais, sendo esta a grande contribuição do sociólogo britânico Thomas Marshall para o entendimento da dimensão histórica da cidadania (COUTINHO, 1999).

Os direitos civis são os direitos naturais apontados por John Locke, referidos às liberdades individuais, como o direito de ir e vir, o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade. Quanto aos direitos políticos, referem-se à participação do cidadão nas decisões do governo, própria da dimensão da cidadania dos gregos. E os direitos sociais nasceram das lutas dos trabalhadores e se constituem nos direitos

que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade, como moradia, saúde e educação. Para Marshall, não há cidadania plena, logo não há democracia, se houver a ausência de um desses direitos (COUTINHO, 1999).

E é com base neste argumento de Marshall que hoje todos os cidadãos devem buscar intensamente a concretização desses direitos em suas vidas, embora pareça ser inatingível.

Este estudo trata justamente da história da busca de um direito individual, o acesso à informação pública, bem como do direito político de participação popular nas decisões do governo e do controle dos cidadãos sobre as ações dos gestores públicos.

Percebe-se que ao longo da história houve o desvirtuamento do conceito inicial de democracia que é o governo do povo, no qual foi retirado a participação popular nas decisões das políticas públicas. A sociedade viveu com o silêncio da cultura do segredo da informação pública e com a expectativa da volta da opinião dos cidadãos nas decisões públicas.

Contudo, na atualidade, a essência democrática clássica tem encontrado força na democracia deliberativa, a qual defende o exercício da cidadania para além da mera participação no processo eleitoral e exige uma participação mais direta dos indivíduos no domínio da esfera pública, a qual evoluiu em espaço e tempo, chegando a era digital (ARRUDA, 2016).

Neste contexto, a internet apresenta-se como um dos instrumentos mais importantes na construção da democracia e para alguns as redes sociais são ágoras modernas que aos poucos têm se desenvolvido para ampliar discussões do campo político, econômico e social do país, como também para fomentar discussões de temas de interesse planetário como o aquecimento global.

5. CONTROLE SOCIAL

No período pós-militar, o Brasil passou por um processo de redemocratização que culminou na elaboração da Constituição de 1988, a qual fundamentou o federalismo, a descentralização e a democracia. Estas, por sua vez, trouxeram uma série de novos desafios a serem enfrentados tanto pelo Estado como pela sociedade, como a prevenção da tirania, o controle dos governos, a transparência pública e a prevenção da corrupção.

Esse último desafio, a luta contra a corrupção, não é um fato específico do Brasil.

Trata-se de um fenômeno global que resulta da convivência social e afeta na contemporaneidade a todos os Estados e nações. Entretanto, por questões culturais e institucionais, alguns países são mais suscetíveis à corrupção. No caso brasileiro, a corrupção é um fenômeno histórico e social, sem origem determinada, que decorre da formação cultural do país, gerada a partir de relações de dominação patrimonialista, associada a um comportamento permissivo da sociedade e da classe política (ALBUQUERQUE; HERMIDA, 2016, p. 183).

A corrupção por ser um fenômeno global despertou em alguns indivíduos a decisão de tomar uma posição contra a mesma, e assim, em 1993, foi criada a *Transparency International*, uma organização que trabalha em conjunto com governos, empresas e cidadãos para acabar com o abuso de poder, o suborno e negócios secretos, na busca de alcançar um mundo livre de corrupção (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017).

A *Transparency International* age em mais de 100 países e possui sede em Berlim. Esse movimento lidera internacionalmente uma luta contra a corrupção para transformar sua visão em realidade através de um trabalho incansável para agitar a consciência coletiva do mundo e provocar mudanças frente à corrupção (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017).

Então numa busca para tentar mensurar a corrupção, essa organização desenvolveu o Índice de Percepção da Corrupção (IPC). Esse índice acabou se tornando o indicador de corrupção mais utilizado no mundo. Através dele os países são ordenados anualmente em um ranking de acordo com os níveis de percepção da corrupção no setor público (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017).

A última avaliação realizada em 2016 revelou que nenhum país se aproxima de uma pontuação perfeita no IPC. Os resultados deste ano destacaram a conexão entre corrupção e desigualdade, as quais se alimentam mutuamente criando um círculo vicioso entre corrupção, distribuição desigual de poder na sociedade e distribuição desigual da riqueza. O IPC também revelou, neste último ano, que mais de dois terços dos 176 países e territórios no índice deste ano cairam abaixo do ponto médio da escala do IPC que varia de 0 (altamente corrupto) para 100 (muito limpo). Essa pontuação média global é de 43, a qual indica a existência de corrupção endêmica no setor público de um país (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017).

Essa avaliação de 2016 realizada pela *Transparency International* ratifica o que Lucas (2007) verificou em suas entrevistas onde líderes da América Central consideraram a corrupção como o principal obstáculo ao desenvolvimento. A União Africana

estimava que este flagelo custava anualmente ao continente negro 150.000 milhões de dólares. Logo, a corrupção é considerada uma praga que está por todo o lado e tem um preço pesado para os países pobres. A jornalista ressaltou um fato não menos universal que quem corrompe ou aceita ser corrompido está a ajudar a produzir pobreza.

No meio de todo esse contexto de corrupção mundial, com base nessa avaliação realizada através do IPC em 2016, o Brasil ocupou a posição 79ª em um ranking de 176 países, com um score de 40, que é abaixo da pontuação média global do IPC, porém apresentou uma breve melhora em relação ao ano de 2015, onde obteve um score de 38. Contudo, observando os scores do Brasil de 2016 a 2012, verificou-se que o país alcançou no máximo a pontuação de 43, indicando que há no país uma condição de corrupção endêmica no setor público (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017).

Outro ponto de destaque nesta avaliação foi o fato de ser digno de nota na página da *Transparency International* os escândalos envolvendo os casos da Petrobrás e Odebrecht no Brasil, onde foi relatado que o conluio entre empresas e políticos desviou bilhões de dólares em receitas de economias nacionais, beneficiando poucos à custa de muitos, havendo violação dos direitos humanos, impedimento do desenvolvimento sustentável e alimentação da exclusão social (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2017).

Diante desses fatos, a sociedade e os órgãos de controle precisam reagir e utilizar um dos mecanismos existentes para o combate à corrupção que é o controle. Conforme Meirelles (2011, p. 713) “Controle, em tema de administração pública, é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro.”

A finalidade do controle é assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa. (DI PIETRO, 2011, p. 735)

Logo, percebe-se que a intenção do controle é fiscalizar se os funcionamentos do Estado e das demais Instituições que o compõem estão de acordo com o interesse coletivo e se estão seguindo sempre as leis vigentes e os princípios da Administração Pública.

O controle da Administração Pública pode ser classificado de acordo com algumas modalidades. Quanto aos órgãos que exercem o controle, podem ser: administrativos, legislativos ou judiciais. Quanto ao momento em que se efetua, o controle pode ser prévio, concomitante ou posterior. Quanto ao aspecto a ser monitorado, o controle pode ser de legalidade ou de mérito. Quanto à amplitude, o controle pode ser hierárquico ou finalístico. E por fim, quanto à origem, o controle pode ser interno ou externo (DI PIETRO, 2011; MEIRELLES, 2011; PALUDO, 2012).

Com relação especificamente ao controle, quanto à origem, o controle interno, segundo Paludo (2012) é todo aquele realizado dentro de cada Poder sobre os atos por ele praticados, com o objetivo de verificar a legalidade dos atos praticados, a consonância entre a execução orçamentária e os orçamentos aprovados, a utilização correta do dinheiro público e de auxiliar o Tribunal de Contas no exercício das suas funções. Esse tipo de controle é desempenhado pela Controladoria-Geral da União (CGU), por departamentos de controle interno existentes nos próprios órgãos e entidades públicas e pelo superior hierárquico.

É importante ressaltar que para os órgãos exercerem o controle, seja ele interno ou externo, é imperioso a existência de prestação de contas, que é a operação que instrumentaliza o controle. O agente público, ao lado do dever de eficiência e de probidade, tem o dever constitucional, fundamentado no parágrafo único, do art. 70, de realizar prestação de contas. Essa por sua vez revela sua vinculação ao princípio democrático e à soberania popular, demonstrando o protagonismo do cidadão frente ao Estado (ZIELINSK, 2015).

Com relação ao controle externo, Meirelles (2011, p. 715-716) o define como aquele realizado “por um Poder ou órgão constitucional independente funcionalmente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à Administração responsável pelo ato controlado.” Como exemplo, pode-se citar o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Poder Judiciário ao fiscalizar os Poderes Legislativo e Executivo, e também o poder legislativo ao fiscalizar o Poder Executivo.

Como forma também de controle externo, tem o controle externo popular ou controle social, que segundo Paludo (2012) pode ser exercido por entes institucionalizados, como os Conselhos ou por entes não institucionalizados, como associações ou diretamente pelos cidadãos.

Portanto, da maneira como se apresenta o controle social é provavelmente o meio mais eficaz de controle da Administração Pública (DI PIETRO, 2011).

O controle social traz em si não só a questão da fiscalização das ações do Estado por parte da sociedade e do cidadão como indivíduo e da participação nas decisões

das políticas sociais e na sua implementação, ele possibilita o resgate do exercício da cidadania que foi extremamente aviltado no período da ditadura militar.

A relevância do controle social como prática de exercício da cidadania é expressa como uma marca de conquista histórica de lutas sociais, o qual dá um freio em abusos, autoritarismo e em ilegalidades nas ações do Estado.

Bravo e Correia (2012) consideram que a participação social nas políticas públicas passou de um *status* de proibição, no período da ditadura, para um *status* de obrigatoriedade, como fruto de lutas sociais, sendo impulsionado legalmente e assegurado na Constituição Federal.

Silva, Jaccoud e Beghin (2005) trazem três enunciados que resumem os sentidos da participação no que se refere aos direitos sociais, à proteção social e à democratização das instituições que lhes correspondem, sendo eles:

- a) a participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório;
- b) a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e
- c) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005, p. 375).

Nesta perspectiva, a participação dos cidadãos no interior da Administração Pública passou a ser uma tendência contemporânea, refletindo uma moderna relação entre Estado e cidadão, onde o interesse do público volta-se não apenas na execução do interesse coletivo, mas também no acompanhamento das ações e por fim, na avaliação das suas consecuições, mas sempre com uma perspectiva de melhoria e avanço nos direitos sociais que lhe são garantidos constitucionalmente.

Nesse dilema, se torna clara a importância do controle social exercido por cada cidadão como fiscalizador das ações do Estado e por isso, o acesso à informação se torna um elemento fundamental como ferramenta de controle social, com a finalidade de coibir a corrupção e fraudes de recursos públicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transparência pública por ser um meio de comunicação entre os órgãos e entidades públicas e a sociedade precisa ser estudada pelas duas óticas, a institucional e a social, pois o que pode estar em suficiência para um lado, não necessariamente estará para o outro. Daí, a importância das leis para mediar esse conflito e também para

serem avaliadas e ajustadas de acordo com as novas necessidades emergentes da sociedade e das Instituições Públicas.

É importante registrar também que por mais que o marco legal da transparência pública tenha evoluído não está definitivamente concluído. A prática já dá sinais que é preciso mais ajuste nas leis, como por exemplo, um entendimento de uma transparência comentada para facilitar a compreensão pela sociedade dos dados técnicos disponibilizados, principalmente no que se refere às contas públicas.

A transparência pública, imposta pelo princípio da publicidade e pela LAI, funciona justamente como a principal ferramenta para o exercício da cidadania através do controle social da administração pública.

É essa transparência de informações que permite que o cidadão tenha condições de conhecer, compreender e de fazer uma leitura crítica dos dados públicos apresentados, pois a partir disso o cidadão consciente poderá desempenhar o seu papel de fiscalizador e controlador das ações dos gestores públicos.

Vale ressaltar que a garantia do direito de acesso à informação, do exercício da cidadania e do controle social da administração pública em normativas legais é resultante de histórias de lutas, de ideologias, persistência e resistências.

Dessa maneira, revela-se quão importante é a participação do cidadão no exercício do controle social da administração pública com vistas a cobrar a continuidade da transparência pública, fundamental para o combate à corrupção.

Como o objetivo maior da transparência pública é combater a corrupção e permitir o direito de acesso à informação a todo e qualquer cidadão, é preciso deixar registrado na memória de cada cidadão que assim como a cidadania, a transparência pública precisa ser perseguida cotidianamente para que não seja perdida.

Portanto, é imperioso que cada cidadão exerça a sua cidadania utilizando as informações para cobrar dos gestores públicos a responsabilidade pela correta utilização dos recursos públicos em benefício de toda a sociedade, e as utilizem também para denunciar a má utilização dos recursos públicos e exigir a punição dos responsáveis, sendo exercido dessa maneira o verdadeiro controle social.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z.; TORRES, C. M. S. de O. A transparência como espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 8(3), 147-158, 2016, julho/setembro). Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/1023/pdf#.WC0mKtUrLiw>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ALBUQUERQUE, E. F.; HERMIDA, J. F. Portais da transparência como instrumentos de controle social na Paraíba (2009-2013). *Gestão & Aprendizagem*, João Pessoa, 5(2), 180-201, 2016.

ARAÚJO, C. M.; COSTA, S. F.; FITTIPALDI, I. Boa noite, e boa sorte: determinantes da demissão de ministros envolvidos em escândalos de corrupção no primeiro governo Dilma Rousseff. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 93-117, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000100093&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2018.

ARRUDA, C. E. G. *Transparência subnacional: um estudo das variáveis determinantes para o atendimento da lei de acesso à informação nos municípios brasileiros*. Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3482859>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BATISTA, C. L. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. *Transinformação*, Campinas, 22(3), 225-231, 2010, setembro/dezembro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v22n3/a03v22n3.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 maio 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 3 out. 2018.

BRASIL. *Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/32404798/dou-edicao-extra-secao-1-18-11-2011-pg-1>>. Acesso em: 4 out. 2018.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2018.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

COUTINHO, C. N. Cidadania e modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, 22, 41-59, 1999. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087>>. Acesso em 10 jan. 2018.

CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. *Anais do XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Cidade da Guatemala, Guatemala, 16, novembro de 2006.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito administrativo*. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LUCAS, A. G. Corrupção no mundo: produzir pobreza. *Revista Além-Mar*, Lisboa. Março de 2007. Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEZkyVlpVVnCaraaym>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. *Inf. Inf.*, Londrina, 19 (1), 55-75, de janeiro/abril de 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/13520/14207>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 37ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

PALUDO, A. V. *Administração pública: teoria e questões*. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto. 9-10, de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/023/23res_pinsky.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, A. G. *Informação legislativa ao alcance do cidadão: contribuição dos Sistemas de Organização do Conhecimento*. 2015. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18052015-155605/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, F. B. da; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* (p. 373-407). Brasília, DF: Ipea, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Transparency International: the global anti-corruption coalition*. 2017. Disponível em: <<https://www.transparency.org>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ZIELINSKI, D. Z. *Controle social da administração pública: a Lei de Acesso à Informação na perspectiva da dimensão da accountability societal*. 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37963>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ARTIGO

DA DISTENSÃO POLÍTICA À NOVA REPÚBLICA:
APONTAMENTOS SOBRE A VITÓRIA OPOSICIONISTA NO
COLÉGIO ELEITORAL

Resumo

A abertura política promovida pelo regime militar remonta ao governo Geisel (1974-1979). Do início da distensão ao anticlímax representado pelo falecimento do presidente eleito no Colégio eleitoral, o processo de redemocratização enfrentou distintos desafios. Baseado na percepção de que o regime discricionário não poderia mais se legitimar no robusto crescimento de outrora, o restabelecimento da normalidade político-institucional sobreviveu às restrições da chamada “linha-dura” do exército, fortaleceu-se com a campanha das “Diretas-já” e assistiu, por fim, à articulação que levou José Sarney à chapa oposicionista. Abandonado pelas lideranças políticas, Sarney viu-se obrigado a buscar nas ruas a legitimação que faltava ao seu governo.

Palavras-Chave: Abertura política; Nova República; José Sarney.

Abstract

The political openness promoted by the military regime dates back to Geisel's administration (1974-1979). From the beginning of the distension to the anticlimax represented by death of the president elected in the Electoral College, the democratization process faced different challenges. Based on the perception that the discretionary regime could no longer be justified by robust economic growth of the past, the restoration of political and institutional normality survived the restrictions of the “hard-line” Army, was strengthened with the campaign of “Diretas-já” and watched, finally, the joint that led José Sarney to opposition plate. Abandoned by political leaders, Sarney was forced to seek in the streets the legitimation missing to his government.

Keywords: Political openness; New Republic; Jose Sarney.

*Doutor em Economia, professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico Universidade Federal do Paraná (UFPR).

1. INTRODUÇÃO

A distensão política promovida pelos governos militares esteve envolta a desdobramentos os quais ultrapassam o momento histórico da redemocratização. A articulação social, a reorganização partidária e a oportunidade para experimentações heterodoxas na economia não refletem apenas o *zeitgeist* da Nova República, mas também contribuíram para emoldurar a realidade do Brasil atual.

Tema recorrente na literatura política, esse evento não carece de análises diversas, das críticas às entusiastas, tecidas por distintos autores, incluindo aqueles por cujas mãos o processo foi levado a cabo. Assunto polêmico, sofreu revisões e recebeu qualificações das mais variadas ordens. A relevância da abertura para a realidade do Brasil contemporâneo exige análise abrangente, que confira a todas as suas particularidades a dimensão pertinente dentro do processo de transformação por que passa o país desde 1985.

Morosa e hesitante desde o seu início, a marcha da redemocratização baseou-se na percepção de que, diante da crise econômica internacional dos anos 1970, o regime discricionário perdera um de seus mais importantes pilares de legitimação. A anistia concedida em 1979 já evidenciava a necessidade de descompressão do sistema político, a qual não haveria de escapar, porém, do controle do generalato.

Do início da abertura durante o governo Geisel ao anticlímax representado pelo falecimento do presidente eleito no colégio eleitoral, o restabelecimento da normalidade político-institucional assistiu à articulação que levou Sarney – um político cujo nome evocava identificação imediata com os governos autoritários – a ocupar a vice candidatura da chapa oposicionista. Esta aparente contradição foi suplantada através da hábil composição que selou a aliança com Tancredo Neves, o qual, embora responsável direto pela vitória da Aliança Democrática, veio a falecer sem jamais assumir o posto.

Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de problematizar aquele momento histórico, demonstrando que a argúcia política responsável pela formação híbrida da chapa peemedebista foi a mesma que, anos mais tarde, minou a legitimidade do governo quando da ascensão de José Sarney à Presidência da República.

Para tanto, dividiu-se o artigo em quatro partes, além desta breve introdução. Na seção dois, discorre-se acerca do início do processo de distensão política durante o governo Geisel. A seguir, analisa-se o desmonte do regime militar durante o mandato de João Baptista Figueiredo. No terceiro ponto, aborda-se acerca da campanha das “Diretas-já” e da articulação que levaram à vitória da oposição no colégio eleitoral. Por fim, tecem-se as considerações finais.

2. A ABERTURA DO GOVERNO AUTORITÁRIO

O processo de distensão política patrocinado pelo regime militar remonta ao período em que o general Ernesto Geisel ocupou a Presidência da República, entre os anos de 1974 e 1979. Diversas foram as medidas adotadas pelo governo que permitem interpretação neste sentido. Ciente da inevitabilidade de se transmitir o poder central aos governantes civis, o ministro-chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, desempenhou papel basilar na garantia de uma abertura, pelo presidente assim condicionada, lenta, gradual e segura¹.

A sucessão do presidente Emílio Garrastazu Médici, em 1973, já revelara a preponderância dos oficiais comprometidos com o abrandamento da “Revolução” de 31 de março em detrimento dos que articulavam em sentido contrário. A indicação do então presidente da Petrobras, Ernesto Geisel, para a disputa da eleição indireta pela Aliança de Renovação Nacional (doravante, Arena) selou, em definitivo, a hegemonia dos oficiais chamados castelistas² dentro das forças armadas.

O presidente Geisel afeiçoou a abertura política na adoção de medidas hesitantes, colidentes e repletas de nuances³. Conforme assinala Couto (1998, p. 147), “a necessidade da abertura era ideia antiga de Geisel e Golbery, que foi sendo operada e ampliada, de modo improvisado, às vezes contraditório, conforme o balanço de poder e a evolução da realidade militar e política.” Recebidas com entusiasmo por setores da oposição e pela sociedade civil, as intenções do governo acarretaram fissuras no seio do partido oficial.

Por imperiosidade moral ou puro pragmatismo, o fato é que a distensão do regime, a despeito dos reveses pontuais, parecia ter se tornado irreversível a partir da posse do quarto mandatário militar. O cálculo do general-presidente não exigia reflexão elevada: procurando assumir o papel de árbitro em vez do de ditador, Geisel restringia o espaço para o surgimento de problemas que não poderia controlar. Desejoso estava de descomprimir o regime, “desde que tivesse a prerrogativa de dizer qual, como e quando.” (GASPARI, 2004b, p. 35). Estratagem, este, que se provou adequado tendo-se em vista a relativa calma social observada durante grande parte dos onze anos de sobrevida garantidos aos militares. Era a chamada “liberalização a partir de dentro”, conforme expressão cunhada por Skidmore (1988, p. 321).

1 Segundo o ex-ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, “Golbery tinha consciência da senectude do regime e da inviabilização de sua permanência pela crise econômica.” (in COUTO, 1998, p. 148).

2 Grupo de militares ligados ao Marechal Humberto de Alencar Castello Branco os quais demonstravam comprometimento com a restauração das instituições democráticas.

3 Ainda em 1976, o presidente Ernesto Geisel declarava: “temos que fazer abertura, não arrombamento.” (in COUTO, 1998, p. 197).

A primeira ação concreta no rumo da descompressão foi a própria incorporação da ideia, ainda que de forma contida, ao discurso oficial. De certa maneira, a abertura legitimava o agente que a promovia, uma vez que este já não se podia jactar do exuberante crescimento econômico observado no governo anterior. Indicativo máximo da intencionalidade deste movimento foi o paulatino processo de alheamento da chamada “linha dura”, ala do exército refratária ao arrefecimento do regime e à revogação do Ato Institucional número 5 (AI-5).

A realidade cotidiana demonstrava que, na segunda metade dos anos 1970, já se respiravam ares menos opressivos. O MDB obtivera eloquente vitória nas eleições parlamentares de 1974, dobrando seu número de deputados federais e multiplicando por três o total de senadores oposicionistas, resultado, este, que foi plenamente reconhecido pelo governo. Considerava-se real e efetivo o empenho realizado no sentido de se minorar a censura imposta aos meios de comunicação, estendida até mesmo aos veículos mais conservadores, como “O Estado de S. Paulo”⁴.

Ainda que menos frequentes, as bárbaras sessões de tortura e os assassinatos políticos cometidos nos porões do regime não sucumbiam como se esperava. Mas já não passavam incólumes diante da outrora plácida opinião pública, como ocorrera durante o governo anterior. A resistência a este tipo de prática poderia não brotar do humanismo dos novos ocupantes do Palácio do Planalto. Mas a percepção de que, se mantida esta conduta, o feitiço poderia atuar contra o próprio Feiticeiro, precipitou a jornada vertical, partida do cume, contra as selvagerias promovidas pelo aparelho repressor do Estado.

Além disso, assistia-se ao alvorecer de manifestações dos mais diversos atores organizados da sociedade civil, os quais se encontravam silenciados desde 1968. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sob a presidência do jurista Raymundo Faoro, voltou a disseminar sua mensagem pró-liberalizante de maneira mais contundente agressiva. A Igreja Católica, liderada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, constituiu-se em verdadeira trincheira na luta pela defesa dos direitos humanos. Ao final da década, um novo sindicalismo fazia-se ouvir nos arredores da capital paulista. Sob a vociferante batuta de Luiz Inácio da Silva, trabalhadores desafiaram as forças policiais promovendo greves cujas reivindicações ultrapassavam as insatisfações dentro da linha de montagem e faziam coro à causa da liberalização política. Por fim, uma classe outrora entusiasta da “Revolução” passou a engrossar a voz dos críticos ao regime autoritário. Os empresários não se

4 Para Golbery, o fim da censura “não libertaria forças incontroláveis do liberalismo (de “O Estado de S. Paulo”): ‘sairá o jornal conservador que ele é. Mais conservador do que eu.’” (in GASPARI, 2004b, p. 21).

engajaram em causas políticas propriamente ditas, mas passavam a registrar com incisividade suas insatisfações relacionadas a questões econômicas. Na interpretação de Couto (1998, p. 134), “pouco a pouco, a liberalização deixava de ser meramente unilateral e concessiva para tornar-se um processo interativo.”

O presidente Geisel estava ciente de que o sucesso da abertura dependia do banimento cirúrgico do epicentro político do grupo de oficiais refratários à liberalização. Sabia que o êxito da maior causa política de seu governo dependia de uma operação bem sucedida no seio das forças armadas. Segundo o próprio presidente, a descompressão “tinha que caminhar a passo lento [...], pois exigia manter e capitalizar prestígio, confiança e respeito no meio militar.” (*in* COUTO, 1998, p. 142).

Diante deste cenário, o primeiro passo consistia em isolar o principal nome da “linha dura”. Após meses de conflitos – velados, no início, explícitos, com passar do tempo –, o afastamento do ministro do Exército Sylvio Frota mostrava-se imperativo. Independente em relação ao presidente, Frota comportava-se como um ostensivo adversário da política de liberalização do regime conduzida pelo governo. Chegara ao cargo três anos antes, pela morte do titular. Sua maior credencial residia em sua absoluta falta de expressão política. Por entre o comportamento muitas vezes permissivo de seu superior hierárquico, soube galgar posições que sustentassem suas crescentes aspirações presidenciais.

Sem consultar o Alto Comando Militar, em uma jogada marcial, de nenhuma visibilidade pública, Geisel convocou o ministro ao Alvorada – em uma Brasília esvaziada, inclusive e principalmente, de militares –, na manhã de 12 de outubro de 1977, onde travaram o elucidativo diálogo:

- Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso preciso que você peça demissão.
- Eu não peço demissão – respondeu Frota.
- Bem, então vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo⁵ (*in* GASPARI, 2004a, p. 22).

Primeira vitória incontestada do processo de abertura.

5 Fiel às suas raízes antidemocráticas, Sylvio Frota deu mostras de que não sucumbiria calado. Segundo Gaspari (2004a p. 25), “até o início da noite, quando passou o cargo ao general Fernando Belfort Bethlem, escolhido para substituí-lo, tentou acionar os dispositivos de um golpe de Estado.”

A liberalização do regime encontraria, contudo, obstáculos salientes até a sua total edificação. O chamado “Pacote de abril”, de 1977, respondeu por um destes pontos de retrocesso. Diante do avanço da oposição sobre as cadeiras do Legislativo nas eleições de 1974, o governo gestara uma série de reformas político-eleitorais, impostas sobre um Congresso fechado, a fim de garantir maioria à Arena no escrutínio de 1978⁶. Dois anos antes, outra intervenção casuística na legislação eleitoral já havia emudecido os candidatos. A chamada “lei Falcão” permitia que apenas o nome e o rosto dos candidatos fossem exibidos no horário eleitoral, podando-lhes o direito de discursar.

No último dia do ano de 1978, a pouco mais de dois meses do fim de seu mandato, o presidente Ernesto Geisel promoveu a mais clara e efetiva medida até então tomada rumo ao fim do regime discricionário. No bojo das reformas votadas em outubro – em especial, a emenda constitucional nº 11 – aprovou-se a lei que revogaria o AI-5. Sucumbia, assim, o instrumento institucional responsável pelas maiores arbitrariedades cometidas pelo regime militar. A despeito de alguns artigos que salvaguardavam poderes extraordinários ao Executivo, avanço irreversível fora compreendido rumo ao fim da estrutura autoritária.

O afastamento dos áulicos da “linha-dura” praticamente assegurara o nome de um castelista à sucessão de Geisel. No entanto, empenhado em não repetir o equívoco de 1967 – quando um grupo de militares radicais articulou exitosamente o nome de Costa e Silva à presidência, apesar da luta obstinada do marechal Castello Branco e aliados contra seu ex-ministro da Guerra –, Geisel comprometeu-se pessoalmente na escolha do nome arenista. Descartada a opção Golbery, em função de sua já avançada idade e dos problemas de saúde dela decorrentes, o nome do ainda hesitante chefe do Sistema Nacional de Informação (SNI), general João Baptista de Oliveira Figueiredo, emergia naturalmente no quadro sucessório.

Frequentador assíduo do núcleo do poder havia mais de uma década, Figueiredo adquirira um cabedal de conhecimentos que o habilitara a ocupar o cargo. Antes de ser o candidato favorito, era o favorito a candidato da dupla que maior influência exercia sobre a Arena. Geisel e Golbery consideravam-no influenciável. Lapidável, apesar de folclórico. Fiel politicamente ao primeiro, ligado pessoalmente ao segundo, a quem sempre se dirigia como “senhor”, Figueiredo reunia as características ideais para comandar o país. Em 14 de outubro de 1978, o colégio eleitoral contabilizou

6 As principais medidas contidas no “Pacote” foram assim arroladas por Gaspari (2004b, p. 365): eleições dos governadores manter-se-iam indiretas; a escolha de um terceiro senador por unidade da federação seria delegada unicamente ao Executivo; alterou-se o cálculo de representação dos estados na Câmara dos Deputados, baseado agora no tamanho da população e não mais na do eleitorado; e dividiu-se o estado do Mato Grosso em dois.

355 votos para a chapa da Arena, composta por Figueiredo e Aureliano Chaves, contra os 266 concedidos ao general Euler Bentes Monteiro e seu vice, Paulo Brossard, ambos do MDB.

A despeito da aparente postura por vezes vacilante, o legado político do governo Geisel mostrou-se concreto e relevante. No Planalto, não se questionava se a abertura deveria ser levada a cabo ou não, mas sim como procedê-la. Tal convicção poderia não estar necessariamente edificada sobre ideais democráticos, mas o pragmatismo da dupla Geisel-Golbery logrou em desmontar o regime de modo inteligente e eficaz.

3. O CREPÚSCULO DO REGIME MILITAR

O processo de distensão política foi mantido e aprofundado durante o governo do general Figueiredo (1979-1985). Ator de importância ímpar para o ocaso controlado do regime que ajudara a estabelecer, o presidente anunciou já em seu discurso de posse seu “propósito inabalável fazer deste país uma democracia”. Homem de sensibilidade elevada⁷, reafirmou, mais tarde, seu compromisso com a abertura: “é para abrir mesmo, e quem quiser que não abra eu prendo e arrebento.” (*in* COUTO, 1998, p. 256). A manutenção do general Golbery do Couto e Silva na chefia do gabinete civil evidenciava o compromisso do novo presidente com os propósitos liberalizantes do governo anterior.

Várias e variadas eram, contudo, as intempéries que se avistavam no horizonte da década que se iniciava. A crise econômica internacional com origem no segundo choque do petróleo (1979) imporia limitações insuperáveis à manutenção das expressivas taxas de crescimento econômico a que se assistiu na década de 1970. Não cabia mais ao governo escolher ou recusar uma recessão. Diante da negativa por parte do presidente em se adotar uma estratégia de contenção de gastos, o ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, demitiu-se ainda no primeiro ano do mandato. Seduzido pela esperança de um novo “milagre”, Figueiredo trouxe Delfim Netto de volta à esplanada dos ministérios com o mesmo poder e *status* de outrora⁸.

Apesar da urgência que o cenário econômico requeria, foi política a primeira grande manobra adotada pelo novo governo. Em agosto de 1979, seis meses após

7 Figueiredo eternizou diversos lampejos verbais de destaque no anedotário político brasileiro. Teria proferido o general-presidente frases do calibre de: “prefiro cheiro de cavalo a cheiro do povo”; “gaúcho é gigolô de vaca”; “cavalo e mulher a gente só conhece depois que monta”; e “se eu ganhasse salário mínimo, eu dava um tiro no coco”, entre outras (*in* COUTO, 1998, p. 256).

8 Em seu discurso de posse, Delfim Netto tentou ratificar – em vão, como provou a história – a aura mística que sobre ele pairava ao anunciar: “senhores, preparem seus arados e suas máquinas: nós vamos crescer.” (*in* CRUZ, 1984, p. 69).

assumir o cargo, o presidente patrocinou medida a partir da qual se tornou irreversível o itinerário rumo à democracia, e que é considerada como o cume do processo de desconstrução do regime autoritário: a anistia política. Tradição nacional, o consentimento deveria ser, desta vez, bilateral. Amplo, geral e irrestrito. Considerada vital para o apaziguamento dos ânimos, a dualidade com que fora concedida a anistia era considerada fator *sine qua non* para se banir o temor de revanchismos. Os militares temiam por seus pares que sabidamente haviam extrapolado a legalidade e que trariam ônus político incalculável ao partido governista caso fossem condenados por violação dos direitos humanos.

A anistia precipitou uma série de eventos políticos que viria a catalisar o fim do regime, em 1985. Com a nova lei dos partidos políticos, de dezembro de 1979, assistiu-se a importante rearranjo partidário promovido, principalmente, por lideranças repatriadas. No campo governista, a Arena transformou-se, coerentemente, no Partido Democrático Social (PDS). O agora Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) manteve-se como bastião da oposição, abrigando os principais nomes que se opuseram ao regime autoritário. Tancredo Neves uniu-se ao seu histórico adversário Magalhães Pinto para, juntos, formarem o moderado Partido Popular (PP), em cujas fileiras passaram a atuar dissidentes arenistas e do velho MDB⁹. A sigla do PTB foi calculadamente entregue pelas autoridades eleitorais a Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio e figura politicamente inexpressiva. A manobra obrigou Leonel Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), posicionando-se à esquerda no trabalhismo político. E o Partido dos Trabalhadores (PT), com base no novo sindicalismo paulista, reuniu setores da Igreja Católica e da intelectualidade para ocupar o papel da esquerda radical. Dessa forma, rompida estava a unidade oposicionista, fratura tão cara à antiga estratégia eleitoral do governo militar.

Eventos de relevância maior para sepultar qualquer ambição política remanescente nos representantes da “linha-dura” foram as explosões ocorridas durante a comemoração do dia do trabalho, em 1981, no Rio de Janeiro. O terrorismo de direita se manifestava desde as primeiras medidas liberalizantes adotadas pelo governo Geisel, sendo as redações dos semanários de esquerda, e até as bancas de jornal que os comercializavam, os principais alvos.

Se ação isolada ou previamente orquestrada por patentes superiores, o fato é que a bomba que sorrateiramente estourou sobre dois militares civilmente trajados

9 Segundo Rodrigues (1986, p. 291), o PP “conseguiu afirmar-se como bomba de sucção de elementos liberais e/ou conservadores que antes engrossavam os quadros da Arena, reunindo, ao mesmo tempo, faixas do emedebismo histórico e do populismo cartorial.”

durante os *shows* no Riocentro estilhaçou o eventual projeto de candidatura do general Octávio de Medeiros, chefe do SNI e, agora, o principal nome da ala repressiva do exército. O próprio presidente Figueiredo atribuiu às explosões o isolamento definitivo dos radicais: “talvez a bomba [...] tenha sido um benefício para a abertura. Porque, com ela, cessou tudo.” (*in* COUTO, 1998, p. 302). A hesitante condução da apuração do caso vitimou, contudo, o principal expoente da trincheira pró-abertura. A dúbia e condescendente posição do governo em relação ao atentado inviabilizou a permanência de Golbery na Casa Civil, que veio a renunciar quatro meses após o atabalhoado episódio.

O infarto sofrido pelo presidente Figueiredo em 18 de setembro 1981 não testou apenas a resistência de suas artérias coronárias. As sete semanas de afastamento a que foi submetido ratificou a irrevogabilidade da abertura. A transmissão ainda que temporária do cargo ao primeiro político civil desde o início do regime não veio acompanhada apenas de significado simbólico. Os recentes impedimentos de José Maria Alkmin e de Pedro Seixas – quando das circunstâncias que impossibilitaram Castello Branco e Costa e Silva de exercerem suas atividades –, haviam constituído precedentes acintosos. A posse de Aureliano Chaves, porém, foi garantida pelo ministro do Exército, Walter Pires de Albuquerque. Dois anos depois, em julho de 1983, quando da viagem do presidente aos Estados Unidos para cirurgia de pontesafena, Aureliano assumiu novamente o posto por seis semanas sem qualquer interferência concreta da área militar. Atestava-se mais uma vez o enfraquecimento perene da “linha-dura”.

As eleições de novembro de 1982 vieram a contribuir de maneira decisiva para o sepultamento do regime militar. Votar-se-ia pela primeira vez em candidatos para todas as esferas de governo, exceto a presidencial. Os fantasmas de 1974, contudo, não permitiriam brechas para novos resultados desfavoráveis. Já no início daquele ano, aprovou-se reforma eleitoral em cujas letras observou-se clara intenção de asfixiar os partidos de oposição, sendo o mais vistoso deles a inevitável incorporação do PP ao PMDB¹⁰.

As urnas não demonstraram, porém, leniência por parte do eleitorado em relação ao PDS. Apesar de manter a maioria no Congresso Nacional e, portanto, no futuro colégio eleitoral, o governo assistiu a vitórias maiúsculas da oposição por todo o país, como a conquista dos governos estaduais em São Paulo, Rio de Janeiro,

10 O governo estava decidido a minimizar quaisquer chances de derrota. Em maio daquele ano, providenciou projeto de emenda constitucional que arrolava uma série de novas regras eleitorais que visavam limitar as chances de vitória da oposição, dentre as quais: extensão do prazo para filiação partidária; ampliação do número de deputados federais; criação do estado de Rondônia; adiamento da eleição presidencial indireta; alteração da composição do colégio eleitoral, entre outras (COUTO, 1998).

Minas Gerais e Paraná. As previsões do SNI mostraram-se corretas: sem interferências casuísticas, o PDS teria sido massacrado no pleito. E em nome do governo.

Esta simbólica porém fragorosa derrota eleitoral sofrida pelo governo, somada aos efeitos da grave crise econômica que se arrastava havia anos, vieram a armar o palco ideal para as contestações populares as quais incitaram a proposição de emenda constitucional que propunha eleições presidenciais diretas.

4. DAS “DIRETAS-JÁ” AO COLÉGIO ELEITORAL

Definida a data de votação da proposta de emenda constitucional número 5, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) em abril de 1983, verdadeira aura libertária tomou as ruas do país. De início cauteloso, a campanha por eleições diretas para presidente da República ganhava vida própria a cada nova manifestação. Reprimido havia vinte anos, o desejo popular em se fazer representar politicamente encontrou na empreitada cívica sua tradução perfeita. Em poucos meses, a campanha recebeu a adesão dos mais variados segmentos da sociedade. Às lideranças políticas juntaram-se personalidades televisivas, esportistas, intelectuais e sindicatos, além de grande parte da já mobilizada imprensa, contribuindo para instigar ainda mais o clima de contestação em que o país se encontrava.

Conduzia-se a articulação em duas frentes: a mobilização popular e a atuação direta junto aos parlamentares a fim de se reverter a vantagem numérica do PDS no colégio eleitoral. A votação aberta favorecia a coação do reduzido número de eleitores. A despeito do constrangimento que a campanha desejava impor àqueles que pregavam voto contrário a causa tão reclamada pela sociedade brasileira, as lideranças do movimento eram céticas quanto às chances de vitória.

Nas ruas, a campanha arrebatava corações e mentes, tornando-se cada vez mais caudalosa. Em junho de 1983, o primeiro comício do PMDB reuniu tímidas cinco mil pessoas em Goiânia. Aos poucos, as principais capitais do país passaram a assistir a manifestações não vistas havia mais de duas décadas. As aglomerações, mescla de civismo e entretenimento, formavam-se prontamente face às convocações realizadas pelos líderes da campanha. Acercando-se do dia da votação, Rio de Janeiro e São Paulo conheceram a apoteose do movimento. Em 10 de abril de 1984, a capital fluminense reuniu mais de oitocentas mil pessoas que bradavam por sufrágio direto. Seis dias depois, mais de um milhão de cidadãos fizeram do vale do Anhangabaú o palco final da romaria pelo direito de se eleger diretamente o presidente da República.

O clamor popular, contudo, não logrou vitória imediata¹¹. No dia 25 de abril de 1984, em sessão que durou mais de 16 horas, a emenda recebeu 298 votos favoráveis, 22 a menos do que o necessário para ser aprovada. A ampla base parlamentar do governo, com orientação expressa do Palácio do Planalto, postergou por mais quatro anos o sonho das eleições diretas. Foi o primeiro golpe na renascente esperança da sociedade brasileira. Derrotado temporariamente, o movimento valera por si só.

Concomitantemente à campanha pelo sufrágio direto, contenda paralela entre os caciques peemedebistas que almejavam ter seu nome alçado à cédula mostrava-se inevitável. Dentro do partido, o número de políticos habilitados a liderar a chapa oposicionista era suficiente para inviabilizar a unanimidade. A disputa, contudo, resumiu-se à polarização entre o governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves, e o deputado federal por São Paulo, Ulysses Silveira Guimarães.

Presidente nacional do partido, Ulysses construíra forte reputação como líder de oposição ao regime autoritário. Amplificador de fórmulas raramente ouvidas, contudo, passou a ser visto como ameaça à estabilidade econômica. Além disso, sua postura beligerante e pouco afeita a negociações com a elite das Forças Armadas resultou em restrições insuperáveis ao seu nome no seio militar, praticamente inviabilizando sua candidatura. Com a derrota da chamada “emenda Dante de Oliveira”, estas ressalvas pavimentaram o caminho para a unção de Tancredo como nome do PMDB ao pleito indireto.

Era claro ao governador mineiro que, no caso de eleições diretas, seria o de Ulysses, e não o seu, o nome ideal para a disputa. Mais evidente ainda fora o contraste entre engajamento do deputado paulista pela aprovação da emenda e a postura calculadamente resignada de Tancredo. Ulysses Guimarães não descartava a ideia de boicotar o colégio eleitoral caso corroboradas fossem as eleições indiretas, possibilidade jamais aventada pelo seu oponente interno. Deriva da sua crença real na vitória da emenda a alcunha de “Senhor Diretas”. Para o então senador Fernando Henrique Cardoso, “ele estava convencido da autonomia das ruas”. Resignado, Ulysses atribuiu à defecção do governador paulista a ausência de apoio ao seu nome: “eu poderia ter sido o candidato das indiretas, mas o Montoro não me apoiou. Aí outros tiveram dificuldade em fazer isso. O presidente regional do partido [o senador FHC]

11 Sob o pretexto de evitar que partidários das “Diretas-já” coagissem os legisladores, o governo decretou estado de emergência em Brasília no dia da votação. Em resposta, os manifestantes desfilarão pela esplanada dos ministérios acionando as buzinas de seus veículos. O caricato general Newton Cruz, responsável pela execução da medida, proporcionou, então, cena inimaginável: como se fustigasse seu alazão, brandiu seu chicote sobre os capôs dos automóveis, reforçando a imagem de impotência e desespero com que o regime militar chegava ao seu fim (SKIDMORE, 1988, p. 471).

não poderia me apoiar se o governador não me apoiou.” (DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 79-81). Ao final de junho de 1984, em um jantar no Palácio das Mangabeiras, Ulysses anunciou a retirada de sua pré-candidatura e aderiu não oficialmente ao nome de Tancredo.

No partido do governo, o ponto de ignição da sucessão presidencial dera-se quando da viagem do presidente aos Estados Unidos para tratamento de sua cardiopatia, em meados de 1983. A longa ausência do general incitou as primeiras movimentações dos postulantes pedessistas ao posto. Nome naturalmente destacável pela natureza do cargo que ocupava, o vice-presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça teria sua pré-candidatura catapultada de dentro do próprio Palácio do Planalto. Figueiredo não assimilou a desenvoltura e independência com que exercera a presidência nas duas oportunidades em que se licenciou por motivos de saúde.

A esta recíproca e insuperável desconfiança deveu-se a consolidação do pacto não oficial firmado entre Aureliano e Tancredo. Convencido de que a sucessão do último presidente do regime militar passaria por Minas Gerais, o vice-presidente, já ciente de que não seria ungido por seu partido como candidato situacionista, foi ao Palácio da Liberdade onde subscreveu o seguinte acordo tácito com o governador mineiro: aquele que não fosse candidato ofereceria ao outro apoio explícito e efetivo. Tratava-se do germe que posteriormente viria a implodir o PDS a menos de dez meses da eleição no colégio eleitoral.

O número de pré-candidatos do partido governista facilitou a tarefa dos articuladores políticos do PMDB. Aos primeiros sinais das manobras com vistas à sucessão presidencial, quase uma dezena de postulantes apresentava seus nomes ao pleito. Os principais aspirantes à vaga pedessista, entretanto, eram o vice-presidente da República, Aureliano Chaves, o senador pernambucano Marco Antônio de Oliveira Maciel, o ministro do Interior, Mário David Andreazza e o ex-governador de São Paulo e deputado federal, Paulo Salim Maluf.

Aureliano reunia qualidades destacáveis. Mineiro, de comprovada capacidade técnica e elogiável postura moral, encontrou nas já citadas restrições pessoais do presidente Figueiredo sua maior barreira para galgar apoio interno. O gaúcho Mário Andreazza, coronel do exército, contava com um influente grupo de apoio na cúpula do governo¹² e entre os governadores do partido. Titular de diferentes pastas desde o governo Costa e Silva, esteve por trás de obras públicas nos setores de habitação,

12 Ainda que não o apoiasse explicitamente, Andreazza contava, ao menos, com a indiferença do presidente Figueiredo. O ministro esbarrava, contudo, no veto militar do grupo de Geisel em função do apoio oferecido a Costa e Silva em 1967, contrariando o desejo de Castello Branco.

saneamento e eletrificação, o que lhe rendeu formidável rede de contatos país afora. Além disso, coordenou a construção de projetos portentosos, como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, ícones dos governos militares. As denúncias de corrupção que sobre ele pairavam, entretanto, contribuíram fortemente para minar as chances de consenso ao redor de seu nome.

Paulo Maluf causava apoplexia na esquerda, no centro e em setores do próprio PDS. Seu nome despertava paixões. Descrivê-lo era tarefa que exigia adjetivos extremados, fossem hostis ou elogiosos. Pertencente a uma rica e influente família de industriais libaneses que emigrara para São Paulo, fazia política com base na concessão de favores pessoais. Dessa forma ganhou a indicação para o governo de São Paulo na convenção da Arena em 1978, desafiando as instruções do governo federal, que apoiava o ex-governador Laudo Natel. Eleito deputado federal em 1982, foi a Brasília aparar as arestas que lhe ameaçavam o caminho rumo ao Palácio do Planalto.

À postura aparentemente indolente e desinteressada assumida pelo presidente Figueiredo, que ora parecia querer permanecer no cargo, ora se mostrava ansioso para deixá-lo, não faltava um componente racional: a aventada possibilidade de ter seu mandato prorrogado em mais dois anos. A calculada delegação da tarefa de escolha de seu sucessor às instâncias partidárias atuaria neste sentido: “como não antevejo a possibilidade de alcançar o consenso que almejava, restituo a coordenação ao meu partido.” (*in* DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 12).

Durante meses, Figueiredo não amparou nem encampou nenhuma das várias postulações à candidatura oficial¹³. Até meados de 1984, o presidente considerava a possibilidade da prorrogação de seu mandato: “eu só admito continuar aqui se o povo encher essa praça e me pedir pra ficar.” (*in* DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 30). Ideia esta que foi materializada pela proposta enviada ao Congresso Nacional em cujas letras se sugeria que fossem adotadas eleições diretas somente em 1988. Se receava ou não indicar um nome incapaz de bater o de Maluf na convenção, ou o de Tancredo no colégio eleitoral, o fato é que sua postura hesitante em muito colaborou para o desgaste interno do PDS. Estava engatilhada, assim, a implosão do partido oficial.

O germe da fissura remonta à posse da legislatura 1983-1987, quando os novos deputados requisitaram mais espaço para atuação político-parlamentar e apre-

13 Sua restrição em apoiar qualquer candidato do PDS era ampla, geral e irrestrita. Na campanha de Maluf, enxergava seus novos desafetos, Golbery e Heitor Aquino. Considerava o ex-governador paulista arrogante, prepotente, despreparado e despojado de escrúpulos: “o turco não sentará na minha cadeira de maneira nenhuma.” (*in* DIMENSTEIN *et al.*, 1985, p. 15). Sobre Aureliano: “não quero.” Acerca de Mário Andreazza: “humilde demais.” E a respeito de Tancredo, por trás de quem via os interesses de Sarney e de Aureliano: “Tancredo Never.” (COUTO, 1998, p. 355).

sentaram chapa de oposição ao grupo oficial dos caciques pedessistas no diretório nacional (CANTANHÊDE, 2001, p. 18). Atuando nos bastidores da manobra, seus líderes eram os mesmos que viriam a oficializar o apoio à candidatura do PMDB seis meses antes da eleição: os senadores Marco Maciel (PE), Jorge Bornhausen (SC) e Guilherme Palmeira (AL).

As projeções vislumbradas pelos artífices da cisão bastaram para que o grupo, decidido a evitar a eleição de Maluf, propusesse à oposição o nome de um candidato consensual. Além disso, conforme argumenta Reale (1992, p. 17), a inclinação da opinião pública à candidatura de Tancredo Neves, vista desde logo como a mais indicada para uma delicada fase de transição, condicionou e legitimou a decisão dos dissidentes pedessistas. No início de junho, após meses de sinais contraditórios emitidos pelo presidente da República e da inesperada longevidade da pré-candidatura de Maluf, Aureliano rompeu com o imobilismo e passou a articular publicamente a aliança com Tancredo Neves.

No dia 11 deste mês, por ocasião da reunião da comissão executiva do PDS, o presidente do partido, José Sarney, arriscou uma manobra com objetivo de enfraquecer a candidatura de Maluf¹⁴. A proposta de realizar uma ampla consulta em todos os diretórios estaduais tinha por finalidade aparente viabilizar o nome do vice-presidente, uma vez que Aureliano Chaves, seu principal adversário, mantinha autoridade incontestável junto às bases pedessistas. Insatisfeito, Maluf recorreu ao presidente Figueiredo, que condicionou a realização das prévias à aceitação entre todos os pré-candidatos. Diante da oposição do deputado paulista, Sarney renunciou à presidência do partido em resposta ao veto velado do general à ampla consulta partidária. A futura dissidência do PDS era mais do que um sinal de repulsa a Maluf; tratou-se, também, de um movimento de contestação ao presidente da República e ao seu governo.

Ato contínuo, Aureliano Chaves e Marco Maciel retiraram oficialmente seus nomes da disputa no início do mês subsequente. Em 11 de agosto, Paulo Maluf venceu Mario Andreatza por 493 a 350 votos na convenção do partido, sagrando-se candidato oficial do PDS à Presidência da República. Estava consolidado o caminho para a formação da ampla coalização de apoio à candidatura de Tancredo Neves.

O governador mineiro sabia que desta cisão dependeria a vitória do PMDB. A chamada Frente Liberal rompeu com o partido do governo e oficializou seu apoio

14 Em rara cena de belicosidade, Sarney assumiu ter participado da reunião armado de um revólver calibre 38. Motivo: a pressão insuportável dos aliados de Maluf. Apesar da tensão e da beligerância que marcaram o evento, o senador conteve, a contragosto, seus impetos pistoleiros: “eu confesso que estava até um pouco frustrado, por não a ter utilizado.” (in COUTO, 1998, p. 352).

ao PMDB, selando, em 7 de agosto de 1984, a coligação denominada Aliança Democrática. Entre os dissidentes, articulava-se a escolha do quadro que comporia a chapa com Tancredo. O nome do senador pernambucano Marco Maciel contava com a preferência de setores relevantes do grupo e do próprio candidato peemedebista. Político promissor de um estado historicamente tradicional, Maciel era considerado ideologicamente mais “leve” que Sarney, nome excessivamente ligado à UDN, à Arena, ao regime militar e ao próprio PDS.

Um capricho legislativo, contudo, excluiria do grupo dos selecionáveis aqueles que haviam sido eleitos já pelo PDS. Perderia o mandato o parlamentar que se opusesse “por atitudes ou pelo voto” às diretrizes das cúpulas dos partidos pelos quais haviam sido eleitos, compelindo-os, portanto, a votar em Paulo Maluf. Era o caso de todos os líderes da Frente Liberal, com exceção do senador alagoano Luiz Cavalcanti e do seu par maranhense, José Sarney, eleitos em 1978 pela extinta Arena (CANTANHÊDE, 2001, p. 26).

Bifurcado, Tancredo pendia para o nome de Cavalcanti, por ele considerado mais discreto ao mesmo tempo em que não se deixava subjugar pelos militares. Por imposição da Frente Liberal – e em especial, de Aureliano Chaves –, contudo, o nome de Sarney foi o escolhido para compor a chapa oposicionista que iria ao colégio eleitoral. Em 12 de agosto, na convenção do PMDB, Tancredo recebeu 656 votos, com 32 brancos e nulos. Sarney obteve 543 votos, com 143 brancos e nulos, oficializando a chapa oposicionista que enfrentaria Paulo Maluf e Flávio Márcilio (COUTO, 2001, p. 83). O compromisso inicial do recém-ingressado senador maranhense era filiar-se ao PMDB para depois vir a se tornar um dos fundadores do Partido da Frente Liberal, em janeiro de 1985, e exercer a vice-presidência pelo novo partido. Não pôde cumpri-lo, contudo, pois se sabia que o governo da esperança cabia ao PMDB e não àqueles que passaram a empunhar suas causas no último instante.

De acordo com Mendonça (2005, p. 168), deveu-se ao profundo conhecimento que possuía de seu ex-partido a opção por José Sarney. A credencial de ex-presidente do PDS o gabaritava para prospectar outras adesões à candidatura da Aliança Democrática, trunfo de vital relevância na missão de implodir seu antigo partido. Para Skidmore (1988, p. 485), sua personalidade acomodaticia e sua ascendência nordestina, fato que poderia desviar votos de Maluf, foram fatores determinantes em sua escolha. Além disso, a proximidade de Sarney com alguns dos maiores expoentes militares, como o general Leônidas Pires Gonçalves, que viria a ocupar o Ministério do Exército em seu governo, atuava em benefício de seu nome.

Além disso, em muito contribuiu para a formação do amplo apoio costurado em torno do nome de Tancredo Neves a confiança que um político conservador, experiente e de gestos comedidos inspirava não apenas na alta cúpula militar, mas também entre as nascentes lideranças civis. A candidatura do governador mineiro não representava uma chapa puramente oposicionista, tendo em vista que o lançamento de seu nome provocou uma cisão real e irreconciliável entre os membros da própria elite política autoritária. Tancredo propunha a conciliação nacional, à qual era imprescindível o apoio dos militares. Para tanto, negou reiteradamente qualquer tipo de represália aos membros do regime autoritário.

A despeito da tentativa de se evitar que fosse outorgado ao pleito a noção de confronto, era patente o caráter plebiscitário conferido à eleição indireta, conforme a análise de Soares:

A projeção de valores positivos sobre a imagem do candidato da Aliança Democrática resultou, sobretudo, das circunstâncias didaticamente dicotômicas e maniqueístas da disputa. O crescimento da candidatura, junto às faixas mais amplas da opinião pública, deveu-se mais à polarização e aos efeitos do contraste com Maluf do que propriamente às qualidades de Tancredo [...]. Não era preciso desejar a vitória de Tancredo para torcer por ela, bastava desejar a derrota de seu adversário (SOARES, 1993, p. 154).

A força da ideia de se romper definitivamente com o regime autoritário podia ser traduzida, assim, pela expressão cunhada pelo próprio candidato: sua vitória representaria o início de uma nova era, de uma “Nova República”.¹⁵ Esta clareza premeditada, do rompimento com algo velho e da inauguração de um novo momento buscava, paradoxalmente, a conciliação entre o povo e o regime militar.

O clima de vitória que envolveu a campanha da Aliança Democrática no segundo semestre de 1984 negligenciava, contudo, riscos não desprezíveis. Não eram diminutos os vários percalços por que sua candidatura ainda teria que passar: além da supracitada proposta de prorrogação do mandato do presidente Figueiredo, ecoavam pela capital federal rumores de manobras golpistas por parte de setores militares radicais ou de um possível boicote ao colégio eleitoral via desistência da candidatura de Maluf.

Tancredo receava um *putsch* em Brasília comandando pelo general Newton Cruz. Temendo a possível ação golpista, a assessoria do candidato chegou a preparar um plano de fuga da capital, possivelmente para Curitiba ou Belo Horizonte.

15 Para Faoro (2008, p. 35), porém, “o adjetivo do nome tentava mascarar os velhos arranjos e monótonos métodos de conciliação da política brasileira.”

Reforçava esta desconfiança a notória antipatia que Geisel e Figueiredo nutriam pelo ex-governador mineiro. Todo o receio, entretanto, foi afastado diante da garantia oferecida pelo ministro do Exército, general Walter Pires, de que o comando militar asseguraria a posse de qualquer um dos candidatos vencesse o pleito.

No caso do aborto da candidatura de Maluf, havia o temor de lançamento de uma candidatura de “união nacional”, com o apoio do grupo dissidente do PDS que havia embarcado na Aliança Democrática. A trama fora articulada, à revelia do candidato, pelo seu coordenador de campanha, Calim Eid, em dezembro de 1984. Eid fez chegar a Aureliano Chaves a proposta de que, caso este desfizesse a aliança com Tancredo, o deputado paulista apoiaria seu nome. Mas Paulo Maluf recorreu à ética que sempre lhe pautou a biografia para explicar por que não desistiu de concorrer, ainda que mínimas fossem as suas chances de vitória:

Por uma questão de princípio [...]. Eu fui, vamos dizer, um pouco de boa-fé, pra não dizer inocente, por ter acreditado nas palavras de todos, porque todos depois foram para o Tancredo. [...] Andrezza, vamos ser muito claros, lavou as mãos. Mas eu tinha ficado preso somente com a minha palavra e bem com a minha consciência. Eu não traí. [...] Eu não concordei. Eu joguei um jogo só, joguei limpo, joguei sem segundas intenções (*in* COUTO, 2001, p. 95).

A iminente vitória do PMDB no colégio eleitoral não poderia ser creditada somente à bem sucedida arquitetura política costurada entre as lideranças no Congresso Nacional. A comoção nacional que se abateu sobre a opinião pública foi fundamental para constranger eventuais parlamentares propensos a votar no candidato apoiado pelo desmoralizado governo militar que batia em retirada. O voto secreto, que na convenção do PDS mostrou-se essencial para garantir a vitória de Maluf, foi o mesmo que lhe faltou na eleição no colégio eleitoral. Coagidos pela voz das ruas, os parlamentares ratificaram o desejo por mudanças. Neste sentido é que se pode afirmar que a derrota das “Diretas-já” pavimentou a inicialmente hesitante candidatura de Tancredo e condenou a campanha situacionista, qualquer que fosse o nome indicado. A sociedade organizada foi decisiva mesmo na eleição indireta.

Brasília, 15 de janeiro de 1985. O candidato oposicionista recebeu 480 votos do Colégio Eleitoral contra 180 de seu adversário¹⁶, elegendo-se, assim, o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar. A transição democrática, porém, ainda

16 Tancredo recebeu 275 votos do PMDB (de um total de 280) e 166 do PDS. Maluf obteve 174 votos de seu partido, de um total de 356. O restante da oposição contava com 50 votos. Houve 17 abstenções e 9 ausências (SKIDMORE, 1988, p. 486).

não estava garantida. Após três meses de trabalho incessante e de luta diária contra a doença que fustigava-lhe o corpo, Tancredo foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília, a menos de 14 horas da posse. O país mergulhava em um clima de perplexidade e de agonia.

Diante da urgência de intervenção cirúrgica, o presidente eleito implorou para que lhe operassem somente no dia seguinte:

Eu peço pelo amor de deus: me deixem até amanhã e depois de amanhã façam de mim o que quiserem. Mas eu tenho a obrigação. É um compromisso que eu tenho. Eu sei de fonte fidedigna que o Figueiredo não dá posse ao Sarney (in COUTO, 2001. p. 98).

Ludibriado por Francisco Dornelles, seu sobrinho e futuro ministro da Fazenda – o qual lhe assegurara, mesmo despossuído de qualquer garantia, que o presidente daria posse tanto a Sarney quanto a Ulysses –, Tancredo consentiu em ser operado ainda naquela madrugada.

Reunidos em uma sala do hospital, a cúpula do Congresso Nacional e a nova equipe do governo discutiram à exaustão quem deveria tomar posse: se o vice-presidente eleito ou o presidente da Câmara dos Deputados. Pressões de todas as ordens ensejavam a posse de Ulysses Guimarães; PMDB e os militares à frente. A recusa peremptória do deputado paulista¹⁷, entretanto, precipitou a decisão dos caciques, já na madrugada do dia da posse, pelo nome de Sarney.

Palácio do Planalto, 15 de março de 1985, 9 horas da manhã. A restrição de Figueiredo ao ex-líder de seu partido fez com que o general cogitasse a hipótese de dar posse até ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves. A Sarney, jamais. Juridicamente vencido, mas não convencido, o presidente se recusou a transmitir a faixa presidencial a seu desafeto, saindo pela porta dos fundos do palácio momentos antes da chegada da comitiva do novo governo. José Sarney assumiu interinamente o governo da Nova República. Após trinta e oito dias de agonia, o já esperado falecimento de Tancredo Neves viria a perenizar – e, em última análise, a estigmatizar – o deslegitimado mandato de seu vice.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seqüência de fatos históricos que levou José Sarney à Presidência da República responde por parcela significativa da crise de legitimidade que açoitou os cinco

17 Anos depois, Ulysses Guimarães revelaria: “eu não fui bonzinho coisa nenhuma. Segui as instruções do meu jurista. O meu ‘Pontes de Miranda’ (general Leônidas Pires Gonçalves) estava lá fardado e com a espada me cutucando que quem tinha de assumir era o Sarney.” (in COUTO, 2001, p. 101).

anos de seu mandato. As inúmeras aspirações políticas, reprimidas havia duas décadas pelo regime autoritário, terminaram por estreitar ainda mais o já tênue equilíbrio de forças sobre o qual o presidente governou o país.

Atribui-se sua fragilidade ao posicionamento político apresentado durante os anos 1970, período em que edificou sua carreira escurado por todos os governos militares. Senador pelo estado do Maranhão e presidente nacional do PDS até junho de 1984, Sarney atuou deliberativamente para garantir a sobrevivência do regime discricionário e, por consequência, postergar o retorno do país à normalidade democrática. Seu nome somente foi alçado à chapa oposicionista através de uma hábil manobra patrocinada pelo recém-criado Partido da Frente Liberal. Vice-presidente, teria desempenhado papel fundamental na articulação do governo da Nova República. Confirmado como chefe de Estado, contudo, passou a sofrer os efeitos deletérios da crise política tão logo fora noticiado o falecimento de Tancredo Neves.

Egresso da mais antiga e conservadora linhagem de políticos nordestinos, a figura de Sarney contrastava diretamente com os propósitos que haviam derrotado Paulo Maluf no colégio eleitoral. Ávida por mudanças, a sociedade brasileira negou apoio àquele que havia trabalhado explicitamente para derrotar a emenda das eleições diretas. A rejeição popular contribuiu para que o *establishment* nacional se arredasse ainda mais do já contestado presidente, lançando-o em um verdadeiro vácuo político.

A história brasileira recente sugeria ao novo presidente que seria necessário, portanto, repartir para atrair o hesitante apoio político de sua base parlamentar. Utilizando-se das práticas públicas mais tradicionais, Sarney cortejou o hesitante apoio dos partidos que formavam a Aliança Democrática através da concessão de cargos e recursos orçamentários. Abandonado por seu próprio partido, recorreu ao suporte do PFL, cuja fidelidade, contudo, foi insuficiente para garantir a mínima estabilidade na relação com o Parlamento. Acuado, o presidente foi buscar nas ruas a legitimação que faltava ao seu governo.

A adoção de medidas econômicas de ampla repercussão foi, portanto, o modo pelo qual o presidente instrumentalizou as tentativas de conferir popularidade ao seu governo. A primeira e principal delas foi o lançamento do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. Exitoso em seu objetivo político, o sucesso inicial do plano heterodoxo de estabilização elevou Sarney à efêmera condição de estadista durante oito meses, período em que atingiu os mais elevados níveis de aprovação já auferidos por um presidente brasileiro.

A lógica de se arcar com custos tão elevados quanto os decorrentes desta ruptura internacional não carecia, portanto, de um preciso cálculo político. A esperada retaliação externa pouco influenciaria a decisão diante da desde sempre presente necessidade, por parte presidente José Sarney, de galgar a adesão dos mais diversos setores da sociedade brasileira. É neste sentido que se justifica a racionalidade política das medidas heterodoxas de ampla repercussão junto à opinião pública. Ao apelo chauvinista da moratória não faltou embasamento técnico. O pretendido bônus político, entretanto, mostrou-se decisivo para persuadir um presidente da República com as credenciais supracitadas a patrocinar medida de tamanha excentricidade.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, A.; DINIZ, E. (orgs.). *As dimensões da crise*. Continuidade e mudança no Brasil da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

CANTANHÊDE, E. *O PFL*. São Paulo: Publifolha, 2001.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

COUTO, R. da C. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

CRUZ, P. R. D. C. *Dívida externa e política econômica*. A experiência brasileira dos anos 70. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIMENSTEIN, G. et al. (org.). *O complô que elegeu Tancredo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: JB, 1985.

FAORO, R. *A democracia traída*. Entrevistas. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, F. *A transição prolongada*. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004a.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das letras, 2004b.

LAMOUNIER, B. *et al.* (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

MENDONÇA, D. de. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários . *Veja e Isto é. Alceu*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 164-185, Jan./Jun. 2005.

REALE, M. *De Tancredo a Collor*. São Paulo: Siciliano, 1992.

RODRIGUES, N. *Brasil provisório: de Jânio a Sarney*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTAYANA, M. *Conciliação e transição: as armas de Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, W. G. dos. *Estratégias de descompressão política*. Brasília: Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, 1973.

SOARES, L. E. *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARTIGO

UMA CRÍTICA E UMA CONSTRUÇÃO DA ABORDAGEM
SOBRE RODOVIAS NA AMAZÔNIA: O CASO DA BR-319**

Resumo

O objetivo deste texto é demonstrar uma possibilidade teórica de elucidar um tema regional de pesquisa para diversas áreas das ciências humanas, em destaque, na ciência geográfica. Nesse sentido, este trabalho busca demonstrar caminhos teóricos e empíricos, assim como, contraposições às concepções científicas referentes à rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho). Por fim, visa concatenar uma gama de reflexões sobre o objeto de análise, a partir de elementos da nova ciência.

Palavras-Chave: BR-319; geografia; rodovia.

Abstract

The purpose of this paper is to demonstrate a theoretical possibility of elucidating a regional research topic for many areas of the humanities, highlighted in geographical science. In this sense, this work aims to demonstrate theoretical and empirical ways, as well as contrasts to scientific conceptions regarding the BR-319 highway (Manaus-Porto Velho). Finally, it aims to concatenate a range of reflections on the object of analysis, from elements of the new science.

Keywords: BR-319; geography; highway.

* Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: thiagoton91@live.com

** Trabalho oriundo da disciplina Tópicos Especiais 1, oferecida em 2016 do curso de geografia da Universidade Federal do Amazonas.

INTRODUÇÃO

A Amazônia do século XX foi palco de ações do Estado, o qual estruturou uma malha de integração que articulou essa porção territorial com os centros dinâmicos e políticos do país. Uma das ferramentas para essa articulação foi a construção de grandes rodovias, unindo diversos pontos e formando uma rede geográfica que se constituiu num conjunto de lugares interligados entre si.

O auge dessa geopolítica de integração foi marcado pela construção de rodovias na Amazônia, atingindo o ápice de 1968 até 1977, quando foram concluídas as rodovias: BR-174, Manaus-Boa Vista-Pacaraima inaugurada em 04 de abril de 1977; BR-230, Cabedelo-Lábrea com trechos inaugurados em 1972 e 1974; BR-401, Boa Vista-Bonfim com obras concluídas em 1972; BR-163 no trecho Santarém-Cuiabá inaugurados em 1976; ampliação da BR-364 Cuiabá-Porto Velho a partir de 1972; e a BR-319 entre as cidades de Manaus-Porto Velho que foi inaugurada em março de 1976 sendo a única rodovia amazônica construída e asfaltada naquele momento. Após esse período, iniciou-se a constituição de aspectos jurídicos que constituirão uma contraposição ao que vinha sendo realizado, com a inserção de leis ambientais, exigências de estudos ambientais e a própria criação de territórios protegidos como as unidades de conservação e terras indígenas. Além disso, a partir da década de 80 do século XX, a produção intelectual¹ começou a demonstrar e apontar que as rodovias amazônicas possuíam uma relação com o desmatamento, iniciando-se, então, estudos que apontam projeções do desflorestamento em vinte até cem anos numa dada porção territorial.

Para além das críticas da década de 80, este estudo busca contrapor a simplista concepção de projeção futurística e de modelos que demonstram o desmatamento na Amazônia, assim como, busca compreender a relação sociedade, natureza e as rodovias a partir de um recorte teórico, calcado em autores que constituíram uma ruptura com a ciência clássica.

Com esse quadro, estruturou-se este artigo em duas partes: na primeira, busca-se demonstrar os limites da abordagem ecológica para interpretação de processos complexos na Amazônia, apontando algumas críticas à abordagem clássica de ciência; na segunda, destacam-se as possibilidades de se pensar e compreender os processos no que tange às rodovias amazônicas, em destaque a BR-319, à luz daquilo que se convencionou denominar de ciência da complexidade.

¹ Fearnside et al (2009a, 2009b) e Barni (2009).

OS LIMITES DAS ABORDAGENS E AS NOVAS POSSIBILIDADES

O objeto de análise deste trabalho é a problemática ambiental, no que tange à recuperação de 405 km da rodovia BR-319, uma rodovia construída entre junho de 1968 e dezembro de 1975, quando foi concluída com sucesso. Foi inaugurada em 27 de março de 1976, interligando as cidades de Manaus e Porto Velho (fig. 1), por uma via inteiramente pavimentada, tendo, contudo, se desestruturado por completo na década de 80, ao ponto de impossibilitar o fluxo de veículos automotores.

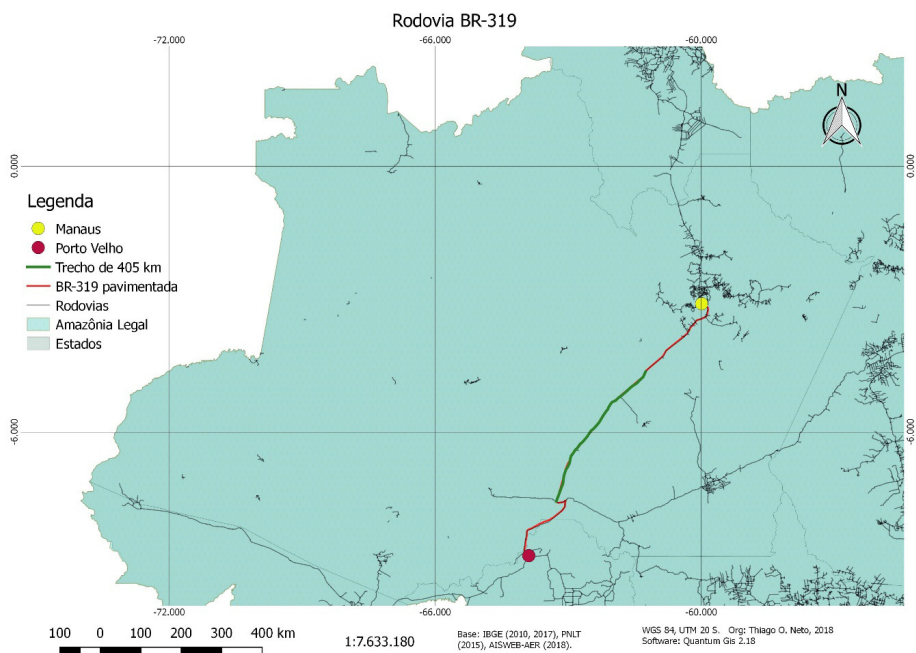


Figura 1. Rodovia BR-319.

Na atualidade, o receio da reconstrução e a possibilidade do avanço do desmatamento cercam os debates, que vão desde as falas de políticos² até de pesquisadores, notando-se uma discussão calcada quase que exclusivamente em uma ciência clássica, seja na ideia de modelos de desmatamento ou na concepção de causa efeito, ou, ainda, em ideias baseadas no senso comum.

² Os políticos utilizam como figura de linguagem algumas palavras que possuem uma conotação geográfica tais como: desenvolvimento regional, integração territorial etc.

Nesse contexto, buscou-se, nesta primeira parte, apresentar os limites da abordagem que alguns pesquisadores usam para compreender os processos na Amazônia e as incoerências construídas no meio acadêmico, as quais se refletem nas ações de instituições do próprio Estado.

Para iniciar, quer se deixar claro que a matriz da ciência, de forma geral, é oriunda de uma construção epistemológica, calcada no positivismo, fundado pelo filósofo Augusto Comte; e no racionalismo de René Descartes, obviamente, interligado com um método positivista.

As descobertas científicas entre os séculos XVI e XVII da chamada Revolução Científica estavam associadas aos nomes de Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton. Neste momento, utiliza-se como método o pensamento analítico, realizando a quebra de fenômenos complexos em verdadeiros pedaços, na busca de se compreender as partes para entender a totalidade a partir das propriedades das frações (CAPRA, 1996).

Essa matriz de pensamento, que, por sinal, foi o edifício episteme da ciência moderna, refletiu em construções teóricas e interpretativas da realidade da superfície terrestre, através da constituição de leis gerais, um pressuposto de que o que ocorre num determinado lugar ocorre em todo e qualquer lugar do mundo. Essa máxima faz parte, também, da constituição dos modelos que utilizam as partes, frações, para criarem explicações para o todo.

Um dos autores que muito contribuiu para o desmoronamento do edifício epistemológico da ciência clássica é Fritjof Capra. Dentre seus apontamentos, e que aqui se utilizará como base, destaca-se a tensão básica entre as partes e o todo, sendo que a ênfase calcada nas partes está presente nas análises mecanicistas e reducionistas, enquanto a ênfase ao todo parte de uma visão holística (CAPRA, 1996).

Esse rompimento de paradigma é apontado por Thomas Kuhn como “uma constelação de realizações – concepções, valores, técnicas etc. – compartilhada por uma comunidade científica e utilizada para definir problemas e soluções legítimas” (CAPRA, 1996, p. 24).

O pensamento sistêmico, que contrapõe a ciência clássica, tem como primeiro critério a mudança da compreensão do todo ao invés das partes, já que os sistemas vivos e demais processos são totalidades integradas. Um segundo critério “do pensamento sistêmico é sua capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para o outro entre níveis sistêmicos”, sendo que em cada nível sistêmico pode se observar níveis diferentes de complexidade (CAPRA, 1996, p. 46).

De acordo com Capra, na ciência sistêmica, “as propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo maior” (1996, p. 46), ou seja, “na visão sistêmica, compreendemos que os próprios objetos são redes de relações embutidas em redes maiores”, com diversos níveis de relações e interações (CAPRA, 1996, p. 47).

Nesse sentido, Gondolo aponta:

Uma característica fundamental para o surgimento do comportamento complexo é que os processos de dissipação são não-lineares, ou seja, os fluxos não são funções lineares das forças, as flutuações surgem espontaneamente e perturbam, assim, o sistema. São sistemas instáveis onde as flutuações, ao invés de regredirem, podem ampliar-se invadindo todo o sistema, fazendo-o evoluir para um novo regime de funcionamento, qualitativamente diferente dos estados estacionários. Pode-se dizer, então, que a não-linearidade é uma forma de descrição que trata de fenômenos que admitem mudanças qualitativas e estão presentes em nosso cotidiano e em todas as disciplinas que lidam com sistemas dinâmicos, como em física, química, biologia, ecologia, economia, sociologia e outras (1999, p. 67).

De acordo com Capra, foi Ludwig Von Bertalanffy que estabeleceu sua teoria geral dos sistemas em uma base calcada na biologia, destacando que um sistema físico, seja ele aberto ou fechado, se “encaminhará espontaneamente em direção a uma desordem sempre crescente” (1996, p. 54). De forma geral, o “universo vivo evolui da desordem para a ordem, em direção a estados de complexidade sempre crescente” (CAPRA, 1996, p. 54). Capra aponta que a teoria geral dos sistemas propicia um “arcabouço conceitual geral para unificar várias disciplinas científicas que se tornaram isoladas e fragmentadas” (1996, p. 55).

Nesse contexto, o russo Sotchava ressalta que os geossistemas são fenômenos naturais, entretanto outros fatores, tais como a ação humana, o uso de técnicas e a utilização de recursos naturais, influenciam os sistemas.

Embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais, influenciando sua estrutura e peculiaridades espaciais, são tomados em consideração durante o seu estudo e suas descrições verbais ou matemáticas. Modelos e gráficos de geossistemas refletem parâmetros econômicos e sociais influenciando as mais importantes conexões dentro do geossistemas, sobretudo no que se refere às paisagens gradamente modificadas pelo homem (SOTCHAVA, 1977, pp. 6-7).

O geossistema, para Sotchava apoiado em Bertalanffy, se constitui numa “classe peculiar de sistemas dinâmicos abertos e hierarquicamente organizados” (1977, p. 9), controlados e subdivididos:

Os geossistemas controlados são subdivididos em dois grupos: de controle episódico ou constante. No primeiro caso, a estrutura do geossistemas recebe interferência uma vez e, depois disso, se desenvolve de maneira nova, embora espontaneamente. Nos geossistemas constantemente controlados, as influências externas atuam sistematicamente, com um grau de intensidade (SOTCHAVA, 1977, p. 7).

Desse modo, para se compreender as dinâmicas ao longo da rodovia BR-319, precisa-se, em primeiro lugar, analisar a complexa rede de relações existentes, assim como identificar os sistemas e seus diferentes níveis de complexidade, além de buscar elucidar os emaranhados da densa rede existente, seja pelos impactos ocasionados na construção, ou pela própria relação que o ser humano estabelece com a natureza ao longo de um caminho que atravessa um bloco de floresta Amazônica com a inserção de atividades agrícolas e residenciais.

A própria constituição de um projeto de estrada parque, ao longo de 400 km da BR-319, deve ter como pano de fundo, ou, melhor dizer, como reflexão epistemológica, um pensamento e um projeto que aglutine os diferentes níveis sistêmicos ao longo de um caminho asfaltado, e isso vai além da preservação ou conservação de blocos de floresta. Em primeiro lugar, a dimensão geográfica da área entrecortada há 40 anos não pode ser entendida apenas como fio indutor de desmatamento; em segundo, para se compreender a complexidade que envolve esta rodovia, lança-se, como opção de análise e reflexão, a utilização dos princípios concatenados por Edgar Morin, conforme seguem.

Nesse sentido, inicia-se uma breve reflexão, a partir de alguns princípios. O princípio organizacional – sistêmico – se fundamenta partindo da máxima de que é necessário conhecer o todo, assim como suas partes para, posteriormente, apontar soluções para um impasse ou intervir numa dada situação.

No caso emblemático da rodovia BR-319, é necessário, via de regra, estudá-la como um todo e suas respectivas partes, para compreender as dinâmicas da natureza e da sociedade, presentes ao longo do eixo viário.

No segundo princípio – o hologramático, cada parte possui informações sobre o todo. Este princípio, por sua vez, esbarra numa contra-argumentação, calcada nas diferenciações regionais; ou seja, ao longo de uma rodovia amazônica com 850 km, suas frações, sejam os 200 km próximos de Manaus ou de Porto Velho, ou, ainda, o trecho do meio de 400 km, possui especificidades. Nesse contexto, cada parte não vai possuir uma compreensão geral para investigar o espaço geográfico, mas este princípio pode ser uma saída para realizar investigações calcadas em estudos numa escala local, como o movimento de massa em apenas um trecho da rodovia, os pro-

cessos de ocupação, ou ainda, a formação de lagos nas margens da rodovia e seus múltiplos usos.

No terceiro princípio, Edgar Morin destaca a retroatividade - consiste em que “não só a causa age sobre o efeito, mas o efeito retroage de maneira informacional sobre a causa, permitindo a autonomia organizacional do sistema” (SANTOS *et al*, 2012, p. 563), rompendo com o princípio da linearidade. Esse pressuposto já denota uma ruptura na concepção de modelos lineares, que demonstram, em boa parte, a previsão de ações humanas daqui 20, 30, 40, 100 anos.

Desse modo, os modelos construídos e que denotam uma projeção das ações humanas no território devem ser questionados, pois os resultados dos algoritmos podem demonstrar uma projeção que não condiz com a realidade, pois a elaboração de modelos tem como ponto inicial a utilização de informações sobre um processo que ocorre/ocorreu numa parte do território e projetar para outra parte do território, que em decorrência das próprias diferenciações espaciais se torna um limitador a reaplicação de um modelo em todo e qualquer parte do território ou de uma região. A rigor, as projeções de desflorestamento na Amazônia e ao longo da BR-319 são passíveis de equívocos, e em um contexto geral Becker aponta:

Um grupo de pesquisadores do Inpa, liderado por um norte-americano, realizou um modelo afirmando que, em 2020, a Amazônia estaria totalmente destruída. Um modelo linear, que não prevê alteração alguma, o que não se pode aceitar num mundo de imprevisibilidade (2005, p. 82).

O quarto princípio - recursivo - “é um processo em que os produtos e os efeitos são, ao mesmo tempo, causas e produtores daquilo que os produziu” (MORIN, 1990, p. 108). Morin destaca que a sociedade é efeito das interações humanas, sendo que ela age sobre os mais variados elementos que a produziram, bem como os altera, transformando, assim, a si própria. Esse princípio estabelece uma ruptura com a concepção de linearidade de causa-efeito, pois o efeito retorna sobre a causa em um ciclo de auto-organização.

A construção da rodovia trata-se de um processo, cujos efeitos são ao mesmo tempo causadores e produtores de um circuito produtivo e auto-organizado, seja no momento de funcionamento ou de secção dos fluxos, pois, da mesma forma que a sociedade como um todo manteve uma estrutura de apoio aos fluxos na rodovia, esta mesma sociedade se auto-organizou quando o objeto geográfico não permitia o fluxo contínuo de veículos.

O quinto princípio – dialógico – enfatiza que, na realidade, existem duas forças contrárias atuando no funcionamento e no desenvolvimento de um fenômeno organizado. Permite pensar e compreender as contradições no seio da unidade que, por sinal, complementam um sistema dinâmico, de tal forma que ambas se complementam e não se excluem ou anulam.

Este princípio pode corroborar para se compreender e desvendar a(s) contradição(ões) no seio da unidade, no que tange à recuperação de 400 km da rodovia BR-319, visando desvendar e elucidar os autores que compõem as duas forças, a contrária e aquela que é a favor, e identificar a contradição de cada uma.

O sexto princípio – da reintrodução, baseia-se na lógica de que todo conhecimento gerado foi oriundo de estudos e pesquisas de acontecimentos surgidos na sociedade, ou seja, toda construção de um conhecimento é uma reconstrução.

O sétimo e último princípio – da auto-organização – parte do pressuposto de que os seres vivos necessitam do meio ambiente para dele extraírem energia, informação e organização, sendo que a autonomia destes seres é inseparável dessa relação de dependência dos recursos naturais.

O princípio de auto-organização ou dependência chama atenção de que os seres humanos, de forma geral, dependem das interações do meio ambiente e dos recursos naturais para permitirem a propagação das relações sociais e a permanência da própria sociedade. Tal fato pode servir de base para se justificar a reconstrução de 400 km da rodovia BR-319 com uma “estrada parque”³, pois tanto o ser humano necessita de uma via para realizar ações de circulação entre os lugares, sendo esta uma necessidade humana; quanto ao Estado, este precisa buscar caminhos que permitam a circulação e evitem a destruição da fauna e flora ao longo de 400 km.

Esse quadro descrito mostra a gama de conexões possíveis de serem feitas e analisadas, mas não quer dizer que se alcançou a certeza plena, ou se esgotou o tema. Nele se intencionou destacar as guias do pensamento complexo articulado com um objeto geográfico, na busca de apontar sete caminhos que permitam corroborar uma reflexão à luz da complexidade.

As interações ao longo do eixo rodoviário consistem em um conjunto de sistemas afastados do equilíbrio, formado, primeiramente, pelas cheias e vazantes dos rios que não mantêm valores fixos a cada ano, por esse comportamento associado a

3 No caso particular da rodovia BR-319, a reconstrução de 400 km que atravessa diversas unidades de conservação e a necessidade de a via permitir a passagem de caminhões e carretas, acarreta uma anulação da proposta de uma estrada parque, porém, algumas características poderiam ser incorporadas e tornar um determinado trecho da BR-319 em uma estrada parque diferenciada.

efeitos globais, interagindo com a floresta; e pelas ações humanas em pontos localizados, que também contribuem com a auto-organização e a constituição de desordens criadoras de uma nova ordem.

Numa análise geográfica, também podem se incluir atores que operam a partir de um tripé formado pelos aspectos: (geo)políticos, jurídicos e ideológicos. Esses atores, sejam o Estado, as instituições deste ou mesmo os atores sociais que esboçam diferentes discursos no que tange à recuperação de 400 km da rodovia, demonstrando um caminho teórico e metodológico de uma análise estruturalista, indicam outro percurso para novas reflexões e análises.

Atrelada a um discurso forjado em premissas da ciência clássica, como pode se observar no discurso oficial da época com slogan de “conquista da Amazônia”, pode-se observar que isso remete à ideia de Francis Bacon, segundo a qual se deve utilizar um método capaz de propiciar aos seres humanos o domínio da natureza, para dela tirar proveito. Contudo, deve-se ressaltar que uma das justificativas para a construção da rodovia, envolvia um caráter geopolítico e geoeconômico, mas no discurso de Estado o slogan era forjado com elementos de uma ciência clássica positivista.

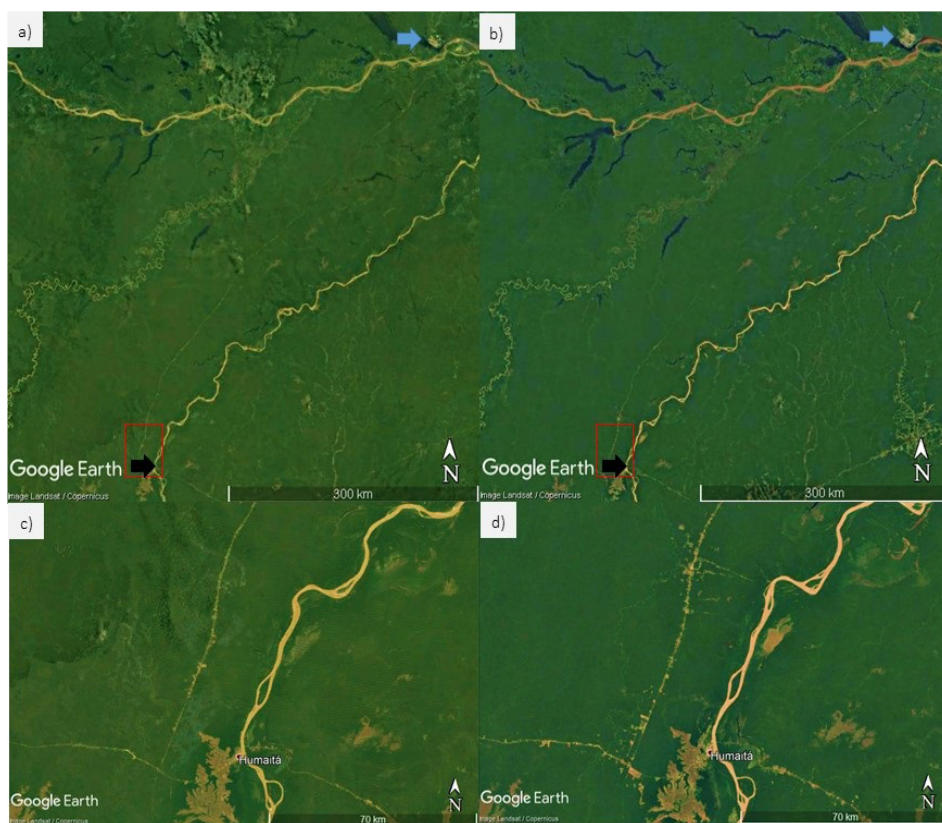
Como crítica a todo esse contexto de produção intelectual positivista e mecanicista, Ernesto Renan Freitas Pinto mostra que, desde a formação da Amazônia como pensamento, esta estava carregada de certo romantismo social, notando-se, hoje, um novo senso comum.

A Amazônia como um dos espaços mais característicos do Novo Mundo esteve, desde o início da construção da filosofia do mundo moderno, presente nas reflexões em torno de temas como o surgimento da sociedade e do Estado, do reconhecimento da desigualdade entre os homens e os povos, das novas geografias, e continua a fornecer alimento para a recriação de novas polarizações, como a recriação do bom selvagem em idéias com a de “povos da floresta” e de “ribeirinhos”, portanto, de um novo romantismo social. (...) hoje, quando se fala em Amazônia, estamos diante da produção de um novo senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, sociodiversidade, desenvolvimento sustentável, populações ribeirinhas, povos da floresta, que são as expressões correntes e presentes em praticamente todos os escritos que têm sido produzidos sobre a região e que freqüentemente carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata sobretudo de lidar com a situação e o destino das populações locais (PINTO, 2005, pp. 98-99).

Na década de 70, começavam a eclodir diversos debates sobre aspectos ambientais, os quais se prolongam até o início do século XXI. As conferências de Estocolmo, em 1972; Eco-92, em 1992; Rio+10, em 2002; e a Rio+20, em 2012 vão refletir

nas ações dos Estados. No caso do Brasil, nota-se a obrigatoriedade de relatórios e estudos de impactos ambientais quando se almeja construir um ou vários objetos geográficos, como rodovias, aeroportos, usinas hidrelétricas, portos etc., e, ainda, a institucionalização de frações territoriais em terras indígenas e em unidades de conservação com usos diversos.

As dinâmicas, os movimentos, assim como as especificidades dos lugares, são inteiramente distintos de um para outro, principalmente quando se trata de rodovia na Amazônia. Não é possível comparar certas dinâmicas, ações e ambientes situados em coordenadas diferentes, pois cada rodovia, além de forma, função, processo diferenciados, possui estruturas distintas uma das outras, apesar de terem sido construídas entre 1968-1976.



As rodovias Transamazônica BR-230 e Cuiabá-Santarém BR-163 tiveram projetos de colonização e incentivo maciço, voltados ao povoamento e desflorestamento, algo muito diferente do que se vê ao longo da BR-319, uma rodovia que possui núcleos populacionais nas suas margens, oriundos da travessia de balsa e poucos assentamentos.

Outra diferenciação primordial consiste em que as rodovias citadas (BR-230 e BR-163) não foram pavimentadas imediatamente e tiveram o processo denominado de “espinha de peixe”⁴, enquanto a rodovia BR-319 foi inteiramente pavimentada, funcionou por uma década e não teve essa mesma espacialização, conforme se pode ver pelas imagens obtidas pelos satélites artificiais (Fig. 2).

Figura 2. No mosaico: a) imagem da área onde está o trecho da rodovia BR-319 entre Manaus (indicada em seta de cor azul) e Humaitá (indicada em seta de cor preta) em 1984; b) mesma área em imagem de 2016; c) recorte no trecho de aproximadamente 120 da BR-319 nas proximidades da cidade de Humaitá em 1984; mesmo recorte em 2016. Imagens do Google Earth.

É lamentável que inúmeros cientistas têm como base, exemplos do passado para condenar a abertura ou recuperação de estradas na Amazônia. Argumentam que haverá ampliação dos desmatamentos, conflito por terras, exploração madeireira e tantos outros malefícios. Para contestar tais afirmações, deve-se argumentar que, em primeiro lugar, o desmatamento da região no passado, tendo como vetor a abertura das rodovias, foi estimulado pelo próprio Estado brasileiro, que financiou e estimulou a vinda de migrantes para os projetos de colonização, assim como grandes empresários para a agropecuária na região; em segundo lugar não havia, naquele período, política ambiental para nortear as ações; em terceiro lugar, buscava-se uma integração inter-regional, cuja meta era ligar a Amazônia ao Brasil.

Hoje, praticamente quatro décadas depois, as mudanças substanciais nos processos de ordenamento territorial brasileiro, a questão ambiental e a inserção do Brasil no comércio mundial devem servir como elementos balizadores para a abertura ou recuperação de estradas na região. Primeiramente, deve-se deixar claro que a pressão migratória para a região é muito inferior à do passado; não há, por parte do Estado brasileiro, novos projetos de colonização e assentamento na região, nem de estímulo à migração, a qual, para a região amazônica, tem se voltado mais para as cidades do que para o mundo rural. A Amazônia também participa da integração

4 Decorrência de assentamentos e colonização.

brasileira ao mercado mundial, e, numa integração sul-americana, ela é central, ou seja, deverá ser cortada por diversos fluxos. A população amazônica também tem direito à mobilidade ampla, rápida e irrestrita como em outras regiões do país, não ficando cativa, refém do transporte fluvial, lento e desconfortável. Enfim, os mecanismos de controle ambiental, instituídos pelo Estado, podem determinar formas específicas de regulação para abertura desses empreendimentos.

Entre 1970 e 2015, houve mudanças substanciais no controle e na destinação de parcelas territoriais, situadas ao longo das rodovias amazônicas. No passado, foram destinados 100 km de cada lado das grandes rodovias para uso federal, disponibilizados à implantação de projetos de colonização e mineração. Contudo, ainda hoje, depois de quatro décadas, essa cartografia mostra outro panorama, pois o Governo Federal e seu aparato político e jurídico intervieram no ordenamento territorial, no sentido de que os blocos de florestas, situados nas margens destas rodovias, num raio de 10, 50, 100, 200 km, fizessem/façam parte de um conjunto de unidades de conservação, além de consistirem, em alguns casos, de terras indígenas e parques nacionais. Isso registra a interferência com inserção de políticas voltadas para diminuir as ações predatórias sobre uma parcela da Amazônia (OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2016, p. 21).

O Estado brasileiro esteve presente ao longo da elaboração de projetos viários de integração territorial para a Amazônia. O princípio da integração do território pelas redes físicas se perpetua até o início do século XXI, apesar das preocupações ambientais dominarem o discurso de instituições do próprio Estado. É mais do que evidente a semelhança dos projetos rodoviários elaborados antes do governo militar e implantados durante esse regime, bem como com os atuais projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana-IIRSA e do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC. A cartografia mostra isso. Afinal, os pontos de conexão permanecem praticamente os mesmos, referendando a ideia do condicionamento espacial.

Na atualidade, não basta diminuir as barreiras comerciais entre os países para estabelecer fluxos entre ambos, é necessário, inicialmente, que se garanta uma estrutura capaz de possibilitar esses fluxos entre os territórios, seja uma ponte entre duas cidades fronteiriças ou uma rodovia entre os centros políticos e econômicos, interligando-os às fronteiras e propiciando, desta maneira, uma base física para existência dos fluxos comerciais e de pessoas entre os países.

A própria ação humana sobre um objeto geográfico ocasiona ordens e desordens, como se pode observar no período de interrupção dos fluxos na rodovia BR-319. A secção na rede física promoveu o rompimento de inúmeros fluxos e diversas redes, sejam elas de relações sociais ou de transporte, propiciando uma mudança no

fluxo que, naquele momento, era rodoviário, passando a se intensificar no fluvial, pela hidrovia do rio Madeira. Ora, a substituição de um modal por outro, implica diversas escalas, no lugar e no território, seja na estruturação de objetos geográficos capazes de propiciar o fluxo, no caso a construção de portos, o mapeamento constante e a dragagem do rio; e, por outro lado, o abandono dos lotes de colonos e moradores que habitavam as margens da rodovia, ocasionando uma desterritorialização e uma nova territorialidade.

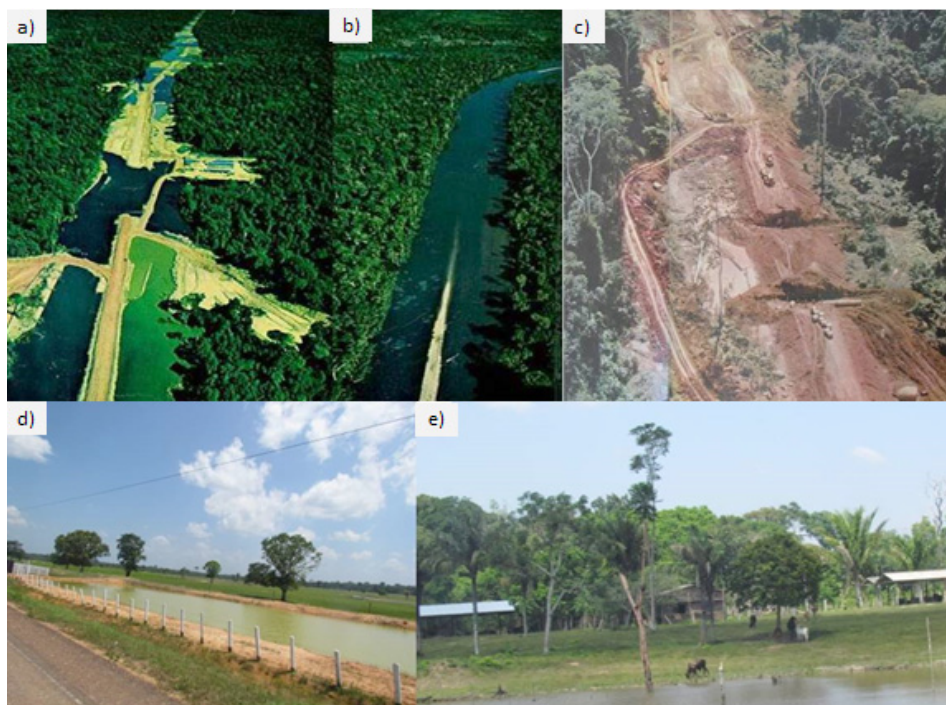


Figura 3. Construção da BR-319: a) margens da rodovia repleta de caixas de empréstimo inteiramente alagadas; b) área de aterro sendo recoberto pela água. Fonte: Veja (25/06/1969, p. 24-25); c) aterro e colocação de duas galerias. Fonte: Manchete (02/1973, p 67-68); d) utilização da caixa de empréstimo para tanque de piscicultura; e) Lago oriundo da caixa de empréstimo que, atualmente, é utilizado para fornecer água aos animais da fazenda. Fonte: Thiago O. Neto em 02/01/14.

Os transtornos decorrentes da desestruturação da rede provocaram, em escala local, uma “desordem” numa velocidade sem precedentes, estabelecendo processos de abandono de propriedades, desde residências, fazendas e até postos de combustível. Uma década após a inauguração da rodovia, ela já apresentava inúmeros problemas que afetavam, diretamente, o fluxo de veículos que a utilizavam e, em pouco tempo, a BR-319 se constituiu numa via intrafegável aos veículos que circulavam diariamente, apresentando problemas para o fluxo de passageiros e escoamento de mercadorias entre as cidades de Manaus, Manicoré, Humaitá e Porto Velho.

Hoje, quando se percorre a rodovia BR-319 em sua totalidade, ou se a observa nas margens da rodovia inúmeros lagos, resultantes do processo de construção, pois, para realizar os aterros, foram retirados 20 milhões de m³ de solo (MOTOYAMA, 2004), na escavação de caixas de empréstimo (Fig. 3a\c), com medições de 100 m de comprimento por 4 m de profundidade (OLIVEIRA NETO, 2014). Após a retirada do solo e com as cheias anuais dos rios, essas caixas de empréstimo se tornaram lagos perenes ou efêmeros (Fig. 3d\e). Formados no trecho Vila do Marco Zero até a cidade de Castanho, esses lagos são utilizados para irrigação, sanar sede de animais e para atividades de piscicultura.

O quadro acima mostra, de forma clara, que as ações realizadas no passado alteraram o espaço geográfico ao longo da rodovia, desencadeando a formação de lagos que propiciaram o desenvolvimento de outras atividades humanas, demonstrando que as alterações pretéritas favoreceram práticas rurais na atualidade.

CONSIDERAÇÕES

Em momento algum este trabalho objetivou repetir a série de críticas já realizadas por outros autores sobre a política de reconstrução e de consolidação da rodovia BR-319 no Amazonas. Diferentemente, visa trazer à tona um conjunto de reflexões que possam servir de base para aqueles que buscam compreender, à luz da complexidade, um objeto geográfico situado na Amazônia.

A ciência em sua gênese e o discurso político com destaque para as décadas de 60 e 70, possui esse último, uma justificativa para a construção de rodovias na Amazônia apoiado em um discurso da ciência clássica em que o ser humano tinha que “dominar” a natureza e dela retirar o que poderia ser utilizado para movimentar o sistema econômico.

Optando em utilizar os princípios de Morin como possibilidade interpretativa

de processos ao longo da rodovia Manaus-Porto Velho, enfatizando o rompimento com a linearidade e que a proposta de modelos até então utilizada, possui limites para a compreensão de processos espaciais.

A reflexão a que se propôs faz parte de uma contribuição que tange a pensamentos filosóficos e científicos, na busca de se esmiuçar as trilhas capazes de iluminar uma compreensão sobre um objeto detentor de toda uma trama calcada em previsões assimétricas, distintas, às vezes, da realidade Amazônica, pois o desflorestamento continua a ocorrer nas margens da rodovia com ou sem pavimento. Entretanto, a previsão assimétrica que se buscou não foi tão precisa.

Enfim, a partir de todo esse debate teórico e de alguns apontamentos referentes à rodovia BR-319, almeja-se que este conjunto de ideias abra um caminho que permita a realização de novas pesquisas que tange aos sistemas complexos existentes ao longo desse objeto construído há mais de 40 anos e que alterou radicalmente uma parte da Amazônia nos aspectos físicos e sociais e que atualmente está novamente sendo debatido o seu processo de reconstrução.

REFERÊNCIAS

BARNI, P. E. *Reconstrução e asfaltamento da Rodovia BR-319: Efeito “dominó” pode elevar as taxas de desmatamento no Sul do Estado do Amazonas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências de Floresta Tropicais) - Programa de Pós-graduação Ciências de Floresta Tropicais, INPA, Manaus.

CAPRA, F. *A teia da vida*. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix 1996.

FEARNSIDE, P. M; GRAÇA, Paulo Maurício Lima de Alencastro. *BR-319: a rodovia Manaus Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco de desmatamento à Amazônia central*. Novos Cadernos NAEA, n. 1, v. 12, p. 19-50, jun. 2009a

FEARNSIDE, P. M; GRAÇA, Paulo Maurício Lima de Alencastro; KEIZER, Willen Hermanus; MALDONADO, Francisco Darío; BARBOZA, Reinaldo Imbrozio; NOGUEIRA, E Euler Melo. Modelagem de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa na região sob influência da rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319). *Revista Brasileira de Meteorologia*, v. 24, n. 2, p. 208-233, 2009b.

FREIRE, M. A. A. *A Política Rodoviária e a BR-319: Os custos de uma Decisão*. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da Fundação Escolar de Sociologia e Política de São Paulo, PUC, São Paulo – SP.

GONDOLO, G. C. F. *Desafios de um sistema complexo à gestão ambiental*. São Paulo: Fapesp, 1999.

MANCHETE, Rio de Janeiro: Bloch, Edição Especial: Amazônia, fev. 1973.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 1990.

_____. *O Método 3: o conhecimento do conhecimento*. Trad. Juremir Machado da Silva. 2ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; 2000.

MOTOYAMA, S. (Org.). *Prelúdio para uma história – ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2004.

OLIVEIRA NETO, T. A Geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-319. *Revista de Geopolítica*, V. 5, n° 2, pp. 109-128, 2014.

OLIVEIRA NETO, T; NOGUEIRA, R. J. B. N. Por uma Integração Rodoviária da Amazônia. *Revista de Geopolítica*, V. 7, N. 2, pp. 1-24, 2016.

PINTO, E. R. F. *A viagem das ideias*. Estudos Avançados. N. 53, v. 19, 2005, pp. 97-114.

SANTOS, S. S. C.; HAMMERSCHMIDT, K. S. de A. *A complexidade e a relação de saberes interdisciplinares: contribuição do pensamento de Edgar Morin* Rev. bras. enferm. vol.65 no.4 Brasília July/Aug. 2012, pp. 561-565.

SOTCHAVA, V. B. *O estudo de Geossistemas*. Métodos em Questão. Universidade de São Paulo – Instituto de Geografia: São Paulo, 1977.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 42, 25, jun. 1969. A Selva Asfaltada, p. 24-27.

ARTIGO

REALIDADE E PERSPECTIVAS DE ACESSO AOS BENS DOCUMENTAIS E À INFORMAÇÃO NAS IFES DO ESTADO DE RORAIMA

Resumo

A presente investigação objetivou compreender a atual situação do acesso ao patrimônio documental e à informação. Para isso, foram realizadas pesquisas de campo, utilizando-se entrevistas abertas, diretamente com os sujeitos envolvidos com a gestão documental e o acesso à informação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Roraima: o IFRR e a UFRR. As narrativas dos sujeitos entrevistados foram compreendidas por meio da análise do conteúdo, segmentada em duas categorias, as quais foram elaboradas com base em dois tópicos guias pré-estabelecidos no roteiro da entrevista, são elas: 1. Acesso, na qual contemplase aspectos acerca do acesso aos documentos e à informação das IFES e 2. Perspectivas, na qual explana-se sobre as perspectivas e o desenvolvimento de futuras ações destas instituições frente ao acesso e ao patrimônio documental. Por meio dos resultados obtidos constatou-se que o acesso vem ocorrendo, ainda que não de forma satisfatória e as perspectivas voltadas aos bens documentais e ao acesso a eles e às informações são promissoras nas IFES do Estado de Roraima.

Palavras-Chave: Lei de acesso à informação; Patrimônio documental; Instituições Federais de Ensino Superior; Roraima.

Abstract

The present investigation objective comprise the current situation of the access to the documentary patrimony and to the information. For this, were made investigations of field, using open interviews, directly with the subjects wrapped with the documentary management and the access to the information of the Federal Institutions of Upper Education of the State of Roraima: the IFRR and the UFRR. The narratives of the subjects interviewed were comprised by means of the analysis of the content, divided in two categories, which were elaborated with base in two commonplaces guide pre-established in the script of the interview, are they: 1. Access, in which it contemplates appearances about the access to the documents and to the information of the IFES and 2. Perspectives, in which explain-if on the perspectives and the development of future actions of these institutions in front of the access and to the documentary patrimony. By means of the results obtained ascertained that the access comes occurring, although no of satisfactory form and the perspectives gone back to the documentary patrimony and to the access to them and to the informations are promissors in the IFES of the State of Roraima.

Keywords: Law of access to the information; Documentary patrimony; Federal institutions of Upper Education; Roraima.

*Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR)

**Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

1. INTRODUÇÃO

Alheios ao tempo e ao espaço “os documentos de arquivo são vitais” (DELMAS, 2010, p. 18) às instituições, pessoas e sociedades. Preservam o registro de momentos e memórias valiosas, tornando-se ricas fontes de pesquisa, nas quais é possível analisar informações em seus mínimos detalhes expressados.

No que diz respeito ao tempo e espaço, o Estado de Roraima, onde se encontram as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) lócus desta investigação, foi Território Federal do ano de 1943 até o ano de 1988 quando se tornou um Estado Federado, oficializado pela nova Constituição Federal: “Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.” (Constituição Federal, 1988, Art. 14º). Deste modo, Roraima possui uma constituição histórica diferenciada de alguns dos demais Estados brasileiros, passando por transformações ao longo dos anos, de ordens sociais, políticas e culturais, as quais são refletidas na sua gente e, conseqüentemente, em seus documentos e na cultura de acesso a eles.

Para Magalhães (1986, p. 137) “a história de Roraima é ainda um vasto campo de investigação científica, tão inexplorado, quanto rico”. No que tange às fontes documentais do Estado, o autor esclarece:

Em se tratando da formação de Roraima e suas correlações implícitas, existem poucos trabalhos, principalmente porque grande parte de seu acervo de fontes primárias já foi destruído, restando bastante nítida ainda, a tradição oral e documentos esparsos, salientando-se que esforços estão sendo envidados no sentido de preservar o que já foi detectado” (MAGALHÃES, 1986, p.137).

Neste contexto, a presente investigação¹ tem o intuito de contribuir com a preservação e a difusão da cultura regional de Roraima, contemplando a temática patrimônio documental e acesso à informação nas IFES do Estado.

Toma-se como base a Lei nº 12.527 do ano de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação Brasileira (LAI), apoia-se na premissa de que um patrimônio documental é um documento de valor permanente histórico, o qual se torna uma inestimável fonte de pesquisa. Tem-se como foco as IFES de Roraima, por considerar que devido às suas atividades meio e fim, estas instituições possuem documentos com potenciais de bens patrimoniais, tendo uma relação direta com a sociedade e a

1 Este artigo trata-se de um recorte da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras Universidade Federal de Roraima (PPGL-UFRR) intitulada “Antigos documentos, novas perspectivas: acesso ao patrimônio documental das Instituições de Ensino Públicas Federais de Roraima”, defendida em agosto de 2017.

história roraimense. Esta relação as tornam pilares importantes na implantação da transparência pública e na disseminação do acesso informacional.

Desta forma, se estabeleceu o seguinte questionamento como problema de pesquisa: Qual é a situação acerca do acesso ao patrimônio documental e à informação nas IFES do Estado de Roraima? A partir deste questionamento tem-se como objetivo geral, compreender a atual situação do acesso ao patrimônio documental e à informação. E como objetivos específicos, reconhecer as IFES do Estado de Roraima que contém patrimônio documental; diagnosticar as condições de acesso ao patrimônio documental e a informação nas IFES do Estado de Roraima; apresentar as perspectivas das IFES do Estado de Roraima frente ao patrimônio documental e ao acesso.

2. AS IFES DO ESTADO DE RORAIMA E O ACESSO À INFORMAÇÃO

De acordo com Rodrigues (2013, p. 425), as instituições de Ensino Públicas Federais “se inscrevem na mesma lógica de transparência exigida do estado”, por terem uma interação direta com a sociedade, são um dos pilares mais importantes na disseminação da transparência pública. Desta forma, é de suma importância que desempenhem seu papel de formadoras de cidadãos, aliando-o a ações de comunicação e interação junto à comunidade interna e externa. Tais ações, após a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) deveriam ocorrer de forma cada vez mais objetiva.

No que diz respeito às IFES, o Estado de Roraima conta atualmente com duas: o Instituto Federal de Roraima (IFRR) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR). Sendo que, segundo seu portal eletrônico, o IFRR passou por diversas transformações estruturais e de nomenclaturas, desde o ano de 1986 quando era denominado Escola Técnica, até o ano de 2008 quando passou a ser Instituto Federal de Roraima², e atualmente ainda mantém esta denominação. O IFRR contempla o Ensino em nível Médio, Subsequente, Superior e Pós-Graduação (lato sensu). Esta trajetória de mudanças e transformações é refletida nos documentos oriundos das atividades do instituto. A produção e a guarda documental também sofreram alterações e muitas perdas nas transições entre cada etapa. Cabe destacar que cada setor armazena

2 Criado e regulamentado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Prevê no Art. 2º: Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

sua própria documentação, pois o IFRR não possui uma estrutura física de arquivo geral, central ou permanente. Além disto, somente em setembro de 2014 e janeiro de 2015, respectivamente, foram nomeados dois arquivistas na instituição, lotados na Reitoria e no Campus Boa Vista Centro do IFRR.

Já a UFRR, segundo seu portal eletrônico foi implantada no ano de 1989, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85. Trata-se da primeira instituição federal de ensino superior a instalar-se em Roraima. No que diz respeito ao seu acervo documental, a UFRR conta com um Arquivo Central, onde é armazenada parte da documentação permanente, concomitantemente no Núcleo de Documentação de Pesquisa Histórica (NUDOCHIS) dispõe de alguns documentos, constituindo um corpo fragmentado do patrimônio documental da Universidade. Os responsáveis por ambos os acervos são uma técnica em secretariado e um professor de história, não dispondo de profissionais arquivistas. O que dificulta a implementação da gestão documental e do acesso à informação de acordo com o que a legislação determina.

Um exemplo da falta de atenção ou despreparo das Instituições Públicas do Estado de Roraima para a adoção de ações voltadas ao patrimônio documental e ao acesso, é a implantação da Lei de Acesso à Informação Brasileira (LAI) no Estado. O resultado da Escala Brasil Transparente (EBT), aplicada no ano de 2015 pelo IBGE, mostra Roraima em 23º lugar no ranking nacional de implantação da LAI, com uma nota de 2,50 na escala de 10,0 pontos. No ano de 2017, esta nota aumentou para 8,05, mas o Estado caiu para o 25º lugar no ranking nacional, devido ao fato da maioria dos demais estados brasileiros obterem a nota máxima, estando na frente apenas dos estados do Rio de Janeiro e do Amapá.

A Lei nº 12.527, conhecida como a Lei de Acesso à informação brasileira, foi sancionada pela Presidente do Brasil Dilma Rousseff em 2011 e passou a vigorar em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724. Tem como propósito afirmar o direito fundamental de acesso dos cidadãos às informações públicas, na qual o acesso passa a ser regra e o sigilo exceção. De acordo com Jardim:

É uma oportunidade histórica para a sociedade e os Estados brasileiros a aprovação de uma Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) após 23 anos de uma Constituição que consagrou os princípios do direito à informação e do dever da administração pública na gestão e acesso a documentos, sucedida por dispositivos legais regulamentadores que jamais foram implementados. (JARDIM, 2012, p. 18).

Embora antes de sua promulgação fossem adotados outros dispositivos legais que embasavam o direito ao acesso a bens documentais e à informação, é somente com a LAI que as instituições públicas vêm efetivamente aplicando e concretizando

ações para que se promova a transparência administrativa em todas as esferas da administração pública, pois seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

No Art. 10º da LAI está estabelecido que:

qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades [...], por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida (BRASIL, 2011).

Deste modo, é possível solicitar informações, incluindo sobre os bens patrimoniais documentais das instituições públicas, por qualquer “meio legítimo”. Estes meios legítimos são: telefone, portais eletrônicos, carta, e-mail, ou mesmo pessoalmente e não mais apenas nos órgãos responsáveis e nos arquivos como ocorria antes da LAI ser promulgada. Conforme Minetto, o Art. 10º:

É o grande diferencial da LAI, não sendo encontrado entre os dispositivos legais mencionados anteriormente, pelo seu caráter essencialmente democrático. É que ele de fato, permite o amplo acesso da população à informação pública ao longo de seu ciclo vital, diferentemente do que previa a Lei dos Arquivos, com acesso apenas aos documentos de caráter permanente e que fossem encontrados nas instituições arquivísticas. (MINETTO, 2012, p.18).

Antes da promulgação da LAI informações e documentos podiam ser solicitados pessoalmente nos órgãos e arquivos públicos, porém, ao solicitá-los, nem sempre o cidadão tinha certeza se iria recebê-los e se em caso negativo teria uma justificativa para ocorrer tal fato. Com a LAI, ficou estabelecido que o prazo para o órgão público retornar quando um cidadão solicita um documento ou informação é de vinte dias, podendo ser prorrogado por mais dez dias. Caso o cidadão não obtenha retorno após esse período, o órgão público deve informar o motivo pelo qual não disponibilizou o que foi requerido e o cidadão pode recorrer.

3. OS DOCUMENTOS SOB A ÓTICA DE BEM PATRIMONIAL

O termo “patrimônio documental” é amplamente utilizado no meio arquivístico, especialmente ao tratar da preservação da documentação histórica, porém o termo traz consigo incertezas e questionamentos quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação. É comum observar, por exemplo, casos em que o termo é utilizado como forma de divulgação da instituição ou da própria documentação, alegando que aquele material é um patrimônio documental e deve ser preservado.

Por vezes, o termo patrimônio documental é aplicado sem uma exploração de sua noção. O que visto por uma perspectiva otimista é positivo, pois ao não ter uma concepção engessada, é permitido o livre uso do termo.

Lage (2002) pesquisou e aprofundou a compreensão acerca do patrimônio documental e destaca que:

Mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de Patrimônio Documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como o são as Ciências da Documentação e Informação, a História das Populações e a Demografia Histórica e os Estudos Culturais e Sociais das Ciências e das Técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento. (LAGE, 2002, p. 14).

Neste sentido, é possível perceber que o conceito de patrimônio documental dialoga com outras áreas de investigação, como a História e as Letras, por exemplo, onde pode sofrer interferências, não ficando restrito apenas ao que tange o meio arquivístico.

No que diz respeito aos arquivos em geral, principalmente os de instituições de ensino, os documentos geralmente passam a serem considerados bens patrimoniais após passar pela função arquivística de avaliação, na qual adquirem o caráter permanente com valor histórico. Bellotto (2006) esclarece que:

Um arquivo permanente não tem seu arquivo constituído de ‘preciosidades’ colecionadas aqui e ali, recolhidas para que, com elas o historiador estabeleça seu referencial de fontes. Um arquivo permanente constitui-se de documentos produzidos em geral há mais de 25 anos [...] remanescentes de eliminação criteriosa. (BELLOTTO, 2006, p. 115).

A autora afirma que um documento tem que merecer ser permanente e entrar na considerada terceira idade. A análise deste merecimento se dá por meio da avaliação documental, que compreende o que é permanente levando em conta o valor dos documentos, que podem ser: de valor primário/administrativo, ou de valor secundário/histórico. Quando o documento possui o valor secundário/histórico é geralmente considerado por profissionais do meio arquivístico como patrimônio documental de uma instituição, pois ele “é produzido para a administração e guardado para a história” (BELLOTTO 2006, p. 17). Porém isto não é uma regra, varia de acordo com os interesses e demandas de cada instituição.

Lage (2002) defende que da mesma forma que qualquer patrimônio, os patrimônios documentais correspondem a uma categoria de bens culturais que remetem à memória. Colaborando assim com a ideia de que os bens patrimoniais documentais são documentos permanentes de valor histórico, pois são estes que remetem à memória. Segundo a autora:

O Patrimônio Documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo no entanto mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento, Informação ou Fonte Histórica. Todo o dado precedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objectiva, relacionado com a actividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado. (LAGE, 2002, p. 15)

Esta concepção é que a mais se aproxima da compreensão de que o patrimônio documental é composto por documentos permanentes de cunho histórico. O interesse histórico presente nos documentos permanentes surge no momento em que são transferidos do valor primário para o secundário. A partir daí, o documento permanente passa da sua finalidade funcional (de atender apenas a administração), para a cultural (servindo principalmente a história e outras áreas afins), por meio das informações contidas neles.

Assim, vale ressaltar que apesar dos documentos, especificamente os das IFES de Roraima, investigados nesta pesquisa, não estarem tombados como patrimônio documental, eles possuem aspectos de bens patrimoniais, conforme o referencial apresentado embaixo. Portanto, são fontes importantes para a compreensão da constituição histórica, da memória e da construção identitária das IFES, de sujeitos e conseqüentemente, do Estado. Por mais que os bens documentais não estejam estruturalmente ou legalmente tombados, guardam conteúdos históricos e culturais de Roraima. Cabendo assim, compreender a situação do acesso ao patrimônio documental e à informação nas IFES do Estado de Roraima.

4. CAMINHOS DA PESQUISA

Tendo em vista atender aos objetivos inicialmente propostos, esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de campo e documental. A pesquisa de campo, conforme Gil:

[...] focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2008, p. 53).

Além disto, caracteriza-se também como documental, sendo que se teve como base tanto para fundamentar, quanto para alcançar os objetivos, documentos ma-

nuscritos e impressos, como: Leis, Decretos, organogramas, etc., disponíveis virtualmente e também documentos encontrados nas próprias instituições investigadas.

O critério para a escolha das instituições lócus desta pesquisa foi o geográfico (pertencer ao Estado de Roraima), o âmbito (Federal) e o contexto que se inserem (Instituições de Ensino). Sendo assim, as duas instituições selecionadas foram: o Instituto Federal de Roraima (IFRR) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), ou seja, as IFES de Roraima.

Deste modo, para fazer parte desta pesquisa o sujeito deveria estar inserido no âmbito e contexto de uma destas duas instituições e envolvido com o trabalho de gestão documental e/ou disponibilização do acesso à informação do IFRR e da UFRR. Sendo assim, foram entrevistados cinco sujeitos, conforme é possível observar no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: sujeitos entrevistados.

SUJEITO	SIGLA	FORMAÇÃO	SETOR DE LOTAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO NO LOCAL
1	REITORIA - IFRR	Arquivologia	Coordenação de Protocolo e Arquivo da Reitoria do IFRR	2014
2	CBVC - IFRR	Arquivologia	Coordenação de Protocolo e Arquivo da CBVC do IFRR	2015
3	DARQ - UFRR	Téc. Secretariado	Divisão de Arquivo Geral da UFRR	2014
4	DARQ - UFRR	Administração	Coordenação de documentos da UFRR	2014
5	NUDOCHIS - UFRR	História	Coordenação do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica	2013

Fonte: elaboração própria.

Para obter os dados necessários para esta investigação, realizou-se uma pesquisa de campo, diretamente com os sujeitos envolvidos com a gestão documental e o acesso à informação do IFRR e da UFRR. Para este fim, elaborou-se e realizou-se uma entrevista semiestruturada aberta. As narrativas dos entrevistados fundamentam os dados obtidos, sendo que “as narrativas orais se apresentam assim muito mais do que uma mera técnica de coleta de dados, transformando-se nos próprios dados.” (FREITAS, 2007, p. 109).

As narrativas dos sujeitos entrevistados foram compreendidas pelas autoras desta investigação por meio da análise do conteúdo, segmentada em duas categorias, as quais foram elaboradas com base em dois tópicos guias pré-estabelecidos no roteiro da entrevista, são eles: **1. Acesso**, no qual constavam os seguintes questionamentos “1.1 Como ocorre o acesso ao patrimônio documental da instituição pelo público interno e externo? 1.2 Há adoção da LAI? 1.2.1 Se não ocorre, por quê? 1.2.2 Quem é o responsável por possibilitar este acesso?” e **2. Perspectivas**, no qual constavam os questionamentos “2.1 Quais são as perspectivas da instituição frente ao patrimônio documental? 2.2 Existem ações, ou previsão de ações da instituição que envolvam o patrimônio documental? 2.3 Quais são as perspectivas da instituição frente ao acesso à informação?”. As entrevistas ocorreram entre março a abril de 2017 e todas duraram em média cerca de uma hora e meia.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir apresenta-se e discute-se por meio das categorias, “1. Acesso” e “2. Perspectivas” os resultados obtidos. Tendo em vista que ambas corroboram para a compreensão da atual situação do acesso ao patrimônio documental e à informação. Cabe esclarecer que na categoria 1, contempla-se aspectos acerca do acesso aos documentos e à informação das IFES, enquanto na categoria 2 explana-se sobre as perspectivas e o desenvolvimento de futuras ações destas instituições frente ao acesso e ao patrimônio documental.

5.1 ACESSO AOS BENS DOCUMENTAIS E À INFORMAÇÃO NAS IFES DO ESTADO DE RORAIMA

No que tange ao IFRR, devido ao fato de não possuir um arquivo independente (geral, central ou permanente) e a gestão documental ainda estar em fase de implantação, optou-se por compreender como ocorre o acesso aos documentos e informações em um nível geral, não restringindo apenas ao patrimônio documental do Instituto, o qual encontra-se localizado no Campus Boa Vista Centro (CBVC), contemplando também a Reitoria, sendo que esta armazena a documentação administrativa. Desta forma, pode-se constatar que ambos, Reitoria e o CBVC possuem realidades distintas.

Conforme o sujeito 1 da Reitoria: *“O público externo, que seria a sociedade, não tem acesso aos documentos, pois não temos ainda uma estrutura de arquivo aberto ao público. Já o público interno, sim, há um acesso aos documentos do cotidiano, porque os gestores e servidores*

pesquisam para desenvolver seus trabalhos dentro da instituição, mas vale salientar que a Reitoria possui documentos administrativos, não tem nada histórico ou antigo do IFRR.” (SUJEITO 1, REITORIA - IFRR, 2017). O fato do sujeito 1 mencionar que o público externo não tem acesso aos documentos da Reitoria do IFRR é preocupante. Por mais que na Reitoria se concentre apenas a documentação administrativa do IFRR, a Lei de Acesso à Informação Brasileira (LAI) determina que é direito de qualquer cidadão ter acesso às informações de caráter público. Este acesso somente poderia vir a não ocorrer se os documentos tivessem algum grau de sigilo determinado, o que não é o caso no IFRR.

Já no CBVC, onde encontra-se o patrimônio documental do IFRR: *“O acesso ocorre tanto pelo público interno, quanto pelo público externo. O público externo são estudantes de outras instituições, pesquisadores, jornalistas, que por vezes vem procurar documentos e fontes históricas para realizar suas pesquisas, solicitam informações presencialmente ou virtualmente via Lei de Acesso à Informação. O público interno, que são os técnicos administrativos, docentes e alunos do Instituto em geral, acessam mais os documentos correntes e intermediários que utilizam para desempenhar suas atividades rotineiras dentro do Campus. Raramente o público interno solicita acesso ao patrimônio documental, talvez até por não conhecerem sua existência, ou por não saberem onde encontrá-lo.”* (SUJEITO 2, CBVC - IFRR, 2017).

Este relato do sujeito 2, vai ao encontro com a perspectiva de Cruz Mundet (2012), o qual afirma que a valorização que documentos e arquivos vêm adquirindo nas últimas décadas está interligada a difusão e ao acesso à cultura propriamente dita, por parte dos cidadãos, pois segundo o autor, documentos e arquivos contribuem com a construção da identidade das sociedades mais desenvolvidas. E:

Como consecuencia de este nuevo estado de cosas, los archiveros se ven envueltos en un nuevo reto profesional, que consistente en adoptar todas las medidas necesarias para satisfacer las necesidades de los usuarios externos, así como para captar sectores de población poco interesados en estos servicios e incluso desconocedores de su existencia” (CRUZ MUNDET, 2012, p. 152).³

Assim, torna-se evidente a possibilidade que os arquivistas do IFRR têm de desenvolver um trabalho no Instituto, no sentido de promover a difusão dos bens que compõe o acervo documental, especialmente no CBVC, onde está localizado o patrimônio documental. Para deste modo, contemplar tanto usuários internos, quan-

3 Como resultado desse novo estado de coisas, os arquivistas estão envolvidos em um novo desafio profissional, composto por adotar todas as medidas necessárias para satisfazer as necessidades dos usuários externos e para capturar os segmentos da população pouco interessada por estes serviços e inclusive desconhecem sua existência. (Tradução nossa).

to externos, bem como o que a legislação vigente determina, difundindo este bem cultural ainda pouco explorado.

A UFRR por outro lado, mesmo não contando com profissionais arquivistas, demonstra uma postura pertinente e cautelosa frente ao acesso aos bens documentais e à informação. Segundo o sujeito 3 da Divisão de Arquivo Geral (DARQ): *“Internamente: o servidor interessado, ou responsável pelo setor interessado vem diretamente ao arquivo e solicita o que deseja. Tiramos cópia do que ele quer e entregamos a ele. E externamente: o interessado tem que ir diretamente no setor que produziu o documento, que por vezes pode estar lá também, caso esteja aqui, ele tem que pedir uma autorização no setor que produziu o documento para que possamos disponibilizar para ele ter acesso. “(SUJEITO 3, DARQ - UFRR, 2017).* Isto demonstra que apesar do cuidado que a DARQ tem ao disponibilizar o acesso aos documentos e informações a seus usuários, a Divisão não se impõe enquanto custodiadora da documentação, por consequência, da informação. Sendo que, não possui autonomia para liberar o acesso, quando por exemplo, um usuário externo solicita alguma documentação que não seja pessoal e que tenha sido produzida por outro setor da Universidade.

A realidade de acesso encontrada no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOCHIS), onde se encontra o patrimônio documental da UFRR é mais ampla, ao menos na teoria⁴. O sujeito 5 esclarece que *“Quase todos que vem aqui deixamos acessar os documentos e pertences do Núcleo. Temos como usuário interno alguns alunos e alguns professores da UFRR. E externo professores e alunos da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e às vezes vem visitantes de fora mesmo. Em outubro de 2015 trouxemos dois palestrantes do Paraná, do Centro de documentação e pesquisa histórica da Universidade Estadual de Londrina, eles além de ministrarem um seminário de três dias sobre estrutura e organização de arquivos históricos, nos visitaram aqui no Núcleo e nos deram algumas dicas básicas de organização”.* (SUJEITO 5, NUDOCHIS - UFRR, 2017).

Desta forma, por meio das respostas obtidas, tanto no que diz respeito ao IFRR, quanto a UFRR, ressalta-se que é essencial que a comunidade acadêmica, científica e a sociedade, bem como os próprios custodiantes dos documentos e arquivos, tenham em mente a função dos acervos documentais, especialmente aqueles compostos por patrimônios documentais, como é o caso do CBVC e do NUDOCHIS, pois “quanto à função cidadã, social e científica, cabe aos arquivos preservar a memória

4 Ao entrar ao contato com o responsável pelo NUDOCHIS, convidando-o a participar desta pesquisa houve resistência da parte dele para responder a entrevista, e principalmente para permitir que a pesquisadora tivesse acesso e realizasse a observação direta no acervo. Assim, a pesquisadora explicou ao sujeito que solicitaria as informações que necessitava via Lei de Acesso à Informação, pois são informações de caráter público. Por fim, o sujeito compreendeu, aceitou ser entrevistado e liberou a pesquisadora para ter acesso ao acervo documental e às informações.

social, atender aos diferentes direitos dos cidadãos e facilitar a investigação histórica” (FLORES, 2017, p. 32). Entre estes direitos, encontra-se o direito de se obter acesso à informação de caráter público.

No que tange ao órgão competente por esta atribuição dentro das IFES de Roraima, os dois sujeitos do IFRR mencionaram que este papel cabe ao setor de Ouvidoria, a ouvidora é a servidora responsável pelo Sistema de Informação ao Cidadão (SIC). Enquanto os três sujeitos da UFRR, citaram que estas atribuições são desenvolvidas dentro da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e a responsável ocupa o cargo de Gestora do SIC.

Ao questionar os entrevistados quanto a implantação da LAI, todos afirmaram acreditar que ela vem sendo adotada, porém ressaltaram que ainda está em fase de implantação nas IFES. E devido ao fato desta Lei contemplar informações e documentos de todos os setores do Instituto e da Universidade e não apenas daqueles setores considerados produtores de documentos arquivísticos sob suas custódias, os sujeitos não tiveram como confirmar se a Lei está implantada em sua totalidade.

5.2 PERSPECTIVAS DE ACESSO AOS BENS DOCUMENTAIS E À INFORMAÇÃO NAS IFES DO ESTADO DE RORAIMA

Os cinco entrevistados afirmaram que as perspectivas acerca do patrimônio documental são promissoras. Os dois sujeitos do IFRR salientaram que há boas perspectivas voltadas ao patrimônio documental, no momento em que a instituição estiver totalmente habilitada em termos de recursos de pessoal e informatizado. Conforme o sujeito 1 isto vai: *«Possibilitar organizar os documentos, especialmente os permanentes históricos, de forma adequada, como a legislação arquivística determina. E assim, preservá-los da melhor forma possível e difundí-los, possibilitando que cumpram seu papel enquanto prova e fonte de pesquisas e informações, frente a sociedade roraimense.»* (SUJEITO 2, CBVC - IFRR, 2017).

Já os dois sujeitos da DARQ da UFRR, afirmaram que pretendem dar continuidade nas atividades que vêm desenvolvendo e *“Tornar a DARQ cumpridora de todas as exigências legais que deveríamos cumprir, possibilitando de forma cada vez mais eficiente o acesso aos documentos que estão sob nossa custódia.”* (SUJEITO 4, DARQ - UFRR, 2017). O sujeito 5 do NUDOCHIS, onde se encontra o patrimônio documental da UFRR, mencionou que a principal perspectiva é dar andamento nas atividades do Núcleo, sempre visando resgatar e preservar a memória e a produção do conhecimento crítico, principalmente sobre a realidade de Roraima, UFRR e: *“Deixar algo de bom, de fontes, para os futuros historiadores e pesquisadores em geral.”* (SUJEITO 5, NUDOCHIS - UFRR, 2017).

Quanto a existência de ações em andamento, ou previsão de ações das IFES, que envolvam o arquivo e o patrimônio documental, novamente os cinco entrevistados afirmaram que existem e acreditam que estas ações sejam perspectivas essenciais para desenvolver uma boa gestão, e contemplar o que a legislação determina.

Entre as ações em andamento e almeçadas no IFRR, o sujeito 2 do CBVC, destacou: *“Duas ações importantíssimas estão em andamento desde o ano passado: o projeto de regulamentação da criação do nosso sistema de arquivos integrado e o projeto de criação da estrutura física do arquivo central. Ambos já foram aprovadas pela Direção Geral do CBVC e se encontram na lista de espera para aprovação do Conselho Superior.”* (SUJEITO 2, CBVC - IFRR, 2017). Além disto, *“Para dar sequência a organização adequada dos documentos e tentar assegurar a conservação dos documentos, principalmente os que acreditamos serem históricos, elaboramos e foi aprovado pelo Conselho Superior do IFRR, o Curso semipresencial de Formação Inicial e Continuada em auxiliar de arquivos e nós arquivistas vamos ministrá-lo semestralmente [...] Fechamos também uma parceria com os servidores da DARQ da UFRR e vamos disponibilizar 5 vagas para eles neste curso.”* (SUJEITO 1, REITORIA - IFRR, 2017).

Indo ao encontro desta concepção e a esta menção do sujeito 1 sobre o curso, ambos os sujeitos da DARQ da UFRR citaram que uma de suas perspectivas é exatamente realizar este curso que os arquivistas do IFRR irão ministrar. Pelo fato de não contarem com nenhum arquivista, acreditam que o curso vai auxiliá-los a alcançar suas demais perspectivas, as quais dizem respeito *“A implantação do assentamento digital e a elaboração das normativas arquivísticas internas, principalmente a criação do plano de classificação e da tabela de temporalidade, que vamos criar e designar uma comissão interna específica voltada a estes aspectos. E assim dar sequência ao desenvolvimento das demais funções arquivísticas, contemplando tudo segundo a legislação.”* (SUJEITO 3, DARQ - UFRR, 2017). Enquanto o sujeito 5 do NUDOCHIS, salientou que sua perspectiva é a contratação de um arquivista, mesmo que temporariamente, para auxiliar no desenvolvimento das atividades com a documentação do Núcleo.

Por fim, ao questionar os sujeitos quanto às perspectivas referentes ao acesso à informação, considerando que:

As informações acessíveis são, em grande maioria, as contidas nos documentos arquivísticos, produzidos, recebidos e acumulados durante o curso das atividades das instituições. E os documentos arquivísticos, portanto, são registros que apoiam e possibilitam o acesso às informações públicas governamentais. (JARDIM, 2016, p. 2-3).

O sujeito da Reitoria do IFRR e os dois da DARQ da UFRR, afirmaram que pretendem disponibilizar o acesso à informação da melhor forma possível. Já os sujeitos onde se encontra o patrimônio documental das IFES, foram além.

O sujeito 2 do CBVC do IFRR, respondeu o seguinte: “O CBVC possibilita que eu esteja sempre me atualizando sobre a LAI e o acesso e também que eu passe isto aos demais colegas. No momento estou participando da comissão de atualização da carta de serviço ao cidadão do IFRR, participando de um curso sobre a implantação de dados abertos. Então acredito que as perspectivas da instituição seja que eu treine os demais servidores para contribuírem com a promoção do acesso e que o acesso seja implantado e disponibilizado em todos os campi do IFRR, de forma rápida e eficaz.” (SUJEITO 2, CBVC - IFRR, 2017).

Enquanto o sujeito 5 do NUDOCHIS da UFRR, citou algo semelhante, ressaltando a consequência da disponibilização do acesso à informação “Espero poder dar o acesso às informações para todos que pedirem e acho que isso só vai acontecer mesmo a partir do momento em que os fontes, os documentos estiverem corretamente organizados. A partir disto sim, vamos poder por meio da disponibilização do acesso às informações, divulgar e manter viva a história e a memória da UFRR.” (SUJEITO 5, NUDOCHIS - UFRR, 2017).

Estes apontamentos de ambos os sujeitos lotados onde encontram-se os bens documentais das IFES, vão ao encontro com a concepção de Rodrigues (2011), que afirma que ao se tratar de uma perspectiva de acesso, principalmente aos documentos permanentes de instituições públicas:

Pelo fato de refletirem as ações do aparelho de Estado, o acesso as suas informações é de fundamental importância, não apenas pelo seu aspecto probatório ou, pelo seu potencial poder de culpabilizar e responsabilizar, mas, igualmente, pelo seu caráter testemunhal.” (RODRIGUES, 2011, p. 257).

Além disto, no que diz respeito à arquivística, informações, documentos e arquivos, devem ser entendidos e vislumbrados sempre em seu duplo, paradoxal e conflituoso sentido. Enquanto “memória, por conseguinte, testemunhas de acontecimentos ou de ações passadas, mas também como dispositivos no presente, portanto, muitas vezes, incômodos.” (RODRIGUES, 2011, p. 257). Portanto, estes dispositivos encontrados no presente do IFRR e da UFRR, cabem os resultados apresentados. Sendo que, a partir do que vem sendo desenvolvido e do que está sendo almejado, pode ser assegurada a preservação das ações passadas, registradas nos bens documentais, os quais armazenam a memória e a história das IFES e de parte do Estado de Roraima.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização desta investigação constatou-se que o Estado de Roraima passou por transformações ao longo dos anos que refletiram nas instituições que

encontram-se em seu âmbito e nos documentos destas, especialmente naqueles que armazenam a memória e preservam registros da história, como é o caso de parte dos acervos documentais das IFES, investigadas: o IFRR e a UFRR.

No que concerne a estas instituições, foi possível perceber que apesar de fazerem parte da mesma instituição, a Reitoria e o Campus Boa Vista Centro (CBVC) do IFRR possuem realidades distintas, bem como, a Divisão de Arquivo Geral (DARQ) e o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NUDOCHIS) da UFRR, tanto no que tange aos documentos, quanto ao acesso informacional. Contudo, o acesso vem ocorrendo, ainda que não de forma satisfatória e as perspectivas voltadas aos bens documentais e ao acesso a eles e às informações são promissoras. Desta forma, esta compreensão da atual situação do acesso ao patrimônio documental e à informação apresentada nesta investigação pode nortear possibilidades de desenvolvimento de novas investigações, tendo em vista a carência de estudos encontrados contemplando esta temática no Estado de Roraima.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4a Ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 de Abr. 2016.

_____. *Decreto nº 7.724*, de 16 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7724.htm>. Acesso em: 16 de Abr. 2016.

_____. *Lei nº 12.527*, de 18 de novembro de 2011. Regulamenta o acesso às informações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 16 de Abr. 2016.

CRUZ MUNDET, J. R. *Archivística: Gestión de documentos y administración de archivos*. Alianza Editorial, S. A. Madrid, 2012.

DELMAS, B. *Arquivos pra quê?*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

ESCALA BRASILEIRA DE TRANSPARÊNCIA. Disponível em: <https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=22>. Acesso em: 09 de Jul. 2017.

FLORES, C. R. *Treinamento de servidores via Moodle com vistas a preservação do patrimônio documental da Universidade Federal do Pampa*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2017.

FREITAS, D. B. A. P. *A construção do sujeito nas narrativas orais*. In Clío. Revista de Pesquisa Histórica. N.25-2, 2007. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. IFRR. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1>> Acesso em: 17 de Ago. 2016.

JARDIM, J. M. *O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas*. In: MATTAR, E. (Org.). Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

_____. *A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões político-informacionais*. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/68/110>>. Acesso em: 16 de Abr. 2016.

LAGE, M. O. P. *Abordar o patrimônio documental: territórios, práticas e desafios*. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4).

MAGALHÃES, D. de. *Roraima: Informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.

MINETTO, G.V. *Lei de Acesso à Informação: a implantação dos requisitos de transparência ativa nas universidades federais com curso de graduação em Arquivologia*. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre, UFRGS, 2012.

RODRIGUES, G. M. *Indicadores de “Transparência Ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais*, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/616>>. Acesso em: 16 de Ago. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Disponível em: <<http://ufr.br/a-ufr/historico>>. Acesso em: 17 de Ago. 2016.

ARTIGO

NARRATIVAS DO COTIDIANO DE UM CUIDADOR FAMILIAR
DA ESPOSA EM SOFRIMENTO PSÍQUICO

Resumo

O cuidador familiar da pessoa em sofrimento psíquico vive constantes mudanças em seu cotidiano, tendo que se adaptar constantemente às novas formas de condução de suas atividades diárias. O objetivo com este artigo foi fazer uma análise de narrativa de uma entrevista autobiográfica de um cuidador familiar da esposa em sofrimento psíquico. Utilizou-se como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa sob a perspectiva da narrativa autobiográfica. Da análise das narrativas emergiram quatro eixos temáticos: dificuldade de adaptação ao novo papel e a sobrecarga do cuidador; a abdicação da vida social; o sentimento de culpa e o cuidar como fator preditor de adoecimento. O texto autobiográfico mostra que na trajetória como cuidador familiar o informante passa por um momento de enfrentamento e dificuldades para lidar com a situação. Além disso, a falta de habilidade com essa nova função provocou não somente um desgaste físico como também emocional, levando seu João a um estado de estresse.

Palavras-Chave: Cuidador familiar; sofrimento psíquico; narrativa.

Abstract

The family caregiver of the person in psychic suffering lives on constant changes in their daily life, having to constantly adapt to the new ways of conducting their daily activities. The purpose with this article was to make a narrative analysis of an autobiographical interview of a family caregiver of the wife in psychic suffering. Qualitative research was used as a methodological approach from the perspective of the autobiographical narrative. From the analysis of the narratives emerged four thematic axes: difficulty of adaptation to the new role and the overload of the caregiver; the abdication of social life; the feeling of guilt and caring as a predictor of illness. The autobiographical text shows that in the trajectory as a family caregiver the informant goes through a moment of confrontation and difficulties to deal with the situation. In addition, the lack of ability with this new function provoked not only a physical as well as emotional wear taking his John into a state of stress.

Keywords: Family caregiver; psychic suffering; narrative.

*Professor na Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Departamento de Educação.
e-mail: eraldo.cb@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Com o movimento da Reforma Psiquiátrica a pessoa em sofrimento psíquico encontra, ou pelo menos esse foi o objetivo, uma nova possibilidade de conviver em sociedade. Novos olhares e novas estratégias de atendimento no campo da saúde mental foram sendo incrementados. Uma das principais mudanças ocorridas a partir desse movimento foi o processo de desinstitucionalização, a qual propôs novas alternativas de cuidado ao indivíduo em sofrimento psíquico, como a sua reinserção em seu ambiente familiar e social (GOMES; SILVA; BATISTA, 2018; BATISTA; FERREIRA, 2015). Nesse contexto a família passa a ter um importante papel na reinserção social desse sujeito.

Por outro lado, cabe ressaltar que, mesmo que a família seja apresentada como acolhedora do paciente em sofrimento psíquico, na maioria das vezes a obrigação do cuidado naturalmente fica sob responsabilidade de apenas um membro da família, que assume o papel de cuidador familiar principal dessa pessoa (DO CARMO; BATISTA, 2017; BATISTA; FERREIRA; BATISTA, 2017), em alguns casos com pouco auxílio dos demais familiares. Ao assumir essa função, o cuidador familiar não apenas altera a sua trajetória de vida como muda sua história de vida, pois o ato de cuidar implica abrir mão da própria vida para se dedicar ao cuidado de outrem. É nesse cenário que a história de vida ganha novas formas, novas vivências e novos desafios.

Dessa forma, com a permanência dos pacientes em casa, passaram a fazer parte da rotina familiar: garantir as suas necessidades básicas; coordenar suas atividades diárias; administrar sua medicação; acompanhá-los aos serviços de saúde; lidar com seus comportamentos problemáticos e episódios de crise; fornecer-lhes suporte social; arcar com seus gastos; e superar as dificuldades dessas tarefas e seu impacto na vida social e profissional do familiar (BARROSO; BANDEIRA; NASCIMENTO, 2009).

Diante do que foi contextualizado o objetivo com este artigo foi fazer uma análise de narrativa de uma entrevista autobiográfica de um cuidador familiar da esposa em sofrimento psíquico.

2. A NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

A utilização das histórias de vida começou na década de 1960 e vai até os dias de hoje na França, Inglaterra, Suíça, Canadá, Portugal e América Latina (SOUZA, 2006). No Brasil ressaltam-se o vínculo com os programas de história oral, desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970, e o modo como a abordagem ganha espaço

no contexto educacional, com os movimentos instituídos no início dos anos 1990. Depois de um longo período de esquecimento, a abordagem autobiográfica ressurgiu e ganhou destaque por representar uma alternativa para a renovação metodológica pretendida para a Sociologia e por possibilitar a mediação entre a história individual e a história social, o que significava atender a uma dupla necessidade dos pesquisadores e outros grupos sociais da época (FERRAROTTI, 1988).

A Psicologia Cultural proposta por Bruner postula que os seres humanos possuem a capacidade de construção do pensamento em dois modos diferentes, irreduzíveis um ao outro, mas que atuam de forma complementar: o pensamento paradigmático e o pensamento narrativo (MARTINES; REIS; COSTA, 2014). Dizer que as narrativas são construções mentais repletas de atos de significação implica dizer que as histórias de vida são passíveis de constantes interpretações e reinterpretações do mundo e de si mesmas (BRUNER, 1987, 2004).

O que vem a ser a pesquisa narrativa? Conforme Lieblich et al. (1998, p. 2), “refere-se a qualquer estudo que use ou analise material narrativo.” O foco na narração, portanto, mais do que em uma técnica particular de coleta ou de tratamento de dados, confere a esse método um caráter intrinsecamente baseado na perspectiva temporal (GORDON; LAHELMA, 2003).

Bruner (1986) coloca a narrativa como a moeda comum entre nosso *self* e o mundo social, o que indica, certamente, uma mesma origem. Explorar a natureza da narrativa, desde que sejamos sensíveis ao contexto em que foi revelada, seria explorar um modo de raciocínio. As suas diferentes formas teriam origem na cultura, e, assim, a narrativa apresentar-se-ia como uma fonte de dados valiosa para o estudo da mente. Em suma, a narrativa autobiográfica pressupõe a ideia de que recordar é fundamental para evidenciar práticas formativas, aprendizagens, passagens e pessoas que marcam a singularidade de uma trajetória.

Para Bruner (1991), narrativas são uma versão da realidade cuja aceitabilidade é governada mais por convenção e necessidade do que por verificação empírica e requisitos lógicos, embora continuem sendo chamadas de histórias verdadeiras e falsas.

Organizam-se a experiência diária e a experiência de acontecimentos humanos principalmente sob a forma de narrativa. Criam-se histórias, desculpas, mitos, razões para fazer ou não fazer. À medida que caminham para a vida adulta, pelo menos na cultura ocidental, os indivíduos se tornam cada vez mais adeptos a ver o mesmo conjunto de acontecimentos de acordo com múltiplas perspectivas, interpretando os resultados como se fossem mundos alternativos. As histórias de vida devem se

encaixar, por assim dizer, dentro de uma comunidade de histórias de vida, na qual contadores e ouvintes compartilham regras de contar a vida, dialogicamente, gerando entendimento mútuo (BRUNER, 1991; BRUNER, 1987, 2004).

Atribui-se diferentes status de realidade a experiências criadas a partir de diferentes encontros com o mundo. Atribui-se, por exemplo, um valor canônico a atitudes que dizem respeito a certas formas de conhecimento. Algumas delas são o científico, o racional e o lógico. Mas muito das experiências não é dessa natureza (BRUNER, 1986).

Segundo Bruner (2001), existiriam nas realidades narrativas alguns conceitos universais, os quais podem ser resumidos da seguinte forma: as narrativas possuem uma estrutura do tempo que não é medida por relógios, mas pelos eventos ou ações humanas mais importantes; é fácil avançar ou voltar no tempo quando se trata da narrativa; as ações têm motivos, implicam estados intencionais, crenças, desejos, valores, não são determinadas por causa e efeito; não possuem uma única interpretação, e sempre existe a possibilidade de questionamento, independente do quanto sejam verificadas; por vezes a sua referência aponta ou expressa um sentido para a narrativa que não é direto; existe espaço para uma certa contestação, para se contar e negociar versões da história; e tem de romper com o canônico para valer ser contada.

3. A TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para descrever e classificar a infinidade de narrativas é necessário, pois, uma teoria, e é para pesquisá-la e esboçá-la que é preciso inicialmente trabalhar (BARTHES, 2011). Nesse sentido, trata-se de um estudo qualitativo, do tipo exploratório-descritivo, no qual foi utilizada a abordagem metodológica da teoria narrativa autobiográfica.

A construção de uma narrativa autobiográfica, segundo Cunha (1997), também contempla o objetivo de compreender o próprio fazer-pedagógico, pois no momento em que o sujeito organiza suas ideias em uma narrativa, reconstrói sua experiência de forma reflexiva e, portanto, acaba fazendo uma autoanálise que lhe cria novas bases de compreensão de sua própria prática.

3.1 O INFORMANTE DA HISTÓRIA DE VIDA

O informante deste estudo foi um adulto de 47 anos de idade, do sexo masculino, com história de cuidador familiar da esposa em sofrimento psíquico. Após a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), houve

o contato com o informante no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Rolim de Moura no momento posterior ao atendimento psiquiátrico da esposa.

Considera-se como principal cuidador a pessoa que provê ao paciente os principais cuidados primários, como alimentação, vestuário, higiene, administração de remédios e finanças. O informante foi entrevistado a respeito de sua história de vida, devendo ele considerar eventos marcantes a fim de se orientar na narração de sua própria história. “Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal.” (JOYCHELOVITCH; BAUER, 2014, p. 91).

3.2 A ENTREVISTA NARRATIVA COMO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento para a coleta de dados e informações, nesta pesquisa foi utilizada a entrevista narrativa autobiográfica. A entrevista narrativa fornece para os pesquisadores pistas importantes sobre o pesquisado. Esse tipo de método serve para reconstruir acontecimentos sociais e investigar representações a partir da perspectiva do informante. A entrevista narrativa tem em vista uma situação que encoraje e estimule um informante a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social. Sua ideia básica é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível (JOYCHELOVITCH; BAUER, 2014).

3.3 DO LOCAL DA ENTREVISTA

A entrevista narrativa ocorreu num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Rolim de Moura, RO. Para a realização da entrevista, utilizou-se uma sala com isolamento acústico, mantendo-se o direito do informante ao sigilo, adotando-se os procedimentos básicos e éticos de respeito aos voluntários e à instituição, de acordo com a Resolução n. 196/96 sobre pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996). O projeto que envolve a entrevista foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), recebendo parecer favorável por meio do protocolo de número 650.879.

3.4 O MÉTODO DE ANÁLISE UTILIZADO

A metodologia da pesquisa foi fundamentada pelas entrevistas narrativas abertas de Bauer (2002). A narrativa autobiográfica, como metodologia de investigação, implica uma negociação de poder e representa, de algum modo, uma intrusão pesso-

al na vida de outra pessoa. Não se trata de uma batalha pessoal, mas é um processo ontológico, porque os indivíduos, pelo menos parcialmente, são constituídos pelas histórias contadas uns aos outros e a si mesmos acerca das experiências que são vivenciadas (GALVÃO, 2005).

3.5 MAPEAMENTO TEMÁTICO DAS NARRATIVAS

A primeira etapa ocorreu por meio de uma primeira leitura do material, em seguida foram organizados os relatos, reviram-se objetivos e questões teóricas discutidas no estudo. Terminando essa etapa, mapearam-se os dados, segundo os temas emergentes nas histórias do seu João.

As partes significativas foram agrupadas em temas ou perspectivas de investigação, escolhidas a partir de fatos relacionados ou acontecidos com o entrevistado que são concernentes às narrativas que envolvem o seu papel de cuidador familiar da esposa em sofrimento psíquico. Em seguida, realizaram-se análises com orientação de estudos da fundamentação teórica; a análise dos dados, com foco temático, é desenvolvida nas seções de análise das narrativas.

4. NARRATIVAS

As narrativas que aqui se apresentam trazem à cena a história de vida de um homem – aqui apresentado pelo nome fictício de João – cuidador familiar da esposa que se encontra em sofrimento psíquico. A análise é apresentada a partir das cenas que marcaram a memória de acordo com a trajetória de vida do informante.

Para uma melhor compreensão da narrativa, procurou-se organizar a fala do informante dentro de uma ordem cronológica. Assim, algumas falas são representadas em mais de uma cena. De acordo com Bruner (2001), as narrativas possuem uma estrutura do tempo que não é medida por relógios, mas pelos eventos ou ações humanas mais importantes. Dessa forma é fácil avançar ou voltar no tempo quando se trata da narrativa.

4.1 A TRAJETÓRIA DE VIDA DO ESPOSO COMO CUIDADOR

Cena 1 – Morada no Rio de Janeiro

Ó... Assim que a gente se conheceu “nóis” morávamos no Rio de Janeiro... Eu tinha um bom emprego, um bom carro, nós tínhamos uma boa casa. [...] eu sempre tive uma tendência assim, se o cara é meu amigo, eu não me importava o que ele fizesse. A vida dele era dele, a minha, eu conseguia conviver sem me envolver. [...] o pai queria muito que eu viesse, sair, né, e eu “num” via essa coisa

assim muito de bons olhos. Aí ele me deu um sítio no Machadinho... E também porque eu vim pra Rondônia “conhecê” aqui, ilusão de Rondônia. E larguei ela lá com um bebezinho novinho. Ela teve hemorragia “precisô de i” pro hospital, e eu não “tava” lá pra ficar com ela.

Cena 2 – Moradia em Machadinho, RO

Aí nós “foi” pro Machadinho. Moramos no sítio; mosquito mordida ela... Ela era alérgica aí fomos pra cidade; arrumei um emprego lá também... Mas ela e minha mãe não “era” muito simpaticante, mas cada uma tinha sua casa e convivíamos. Eu não fui buscar ela na maternidade, que eu levei ela um monte de vezes e ela não ganhava o neném no dia que era pra ganhar o neném eu mandei um amigo meu “levá” que eu tinha que trabalhar. Ela lembra disso toda vez... Aí ela já tinha tido um neném, nós “deixamo”, é... Eu deixei ela com o neném lá uma semana... Ela teve uma hemorragia e eu não “tava” lá pra “cuidá” dela... Aí esse foi um dos “primeiro” baque que deu na vida dela [...]. Fiquei com a consciência pesada, porque ela com esse problema de cabeça e eu não importei. Aí ela foi ter um bebê, e o Machadinho no dia lá não teve como ela... Assim saí pra fora; a estrada “tava” ruim, tinha barreiro, eu tinha ido pro sítio ver um animal da gente, que a gente tinha sítio ainda. Mais uma vez ela foi ter um bebê e eu não “tava” perto... Ela teve sofrimento; passou noites e noites pra ter o bebê em casa com a parteira... Também culpa minha...

Cena 3 – Moradia em São Miguel, RO

Aí viemos pra São Miguel... Porque minha irmã foi “pro” Estados Unidos, aí vim cuidar de uma fazenda pra ele, aí fiz concurso, ela também. “Passamo” a ser funcionário público aqui, “abandonamo” lá e “passamo” aqui. Aí eu comprei uma chácara... E tinha muito tempo pra chácara e pouco tempo pra ela... Aí, eu com problema que ela me achava, assim, um marido muito bonzinho, muito exemplar, e quando ela descobriu o canalha que eu era, que eu traía, que eu tinha outra, aí o transtorno foi maior... Aí “precisô” mesmo de médico, não teve mais jeito...

Cena 4 – Início do adoecimento da esposa

Aí, eu com problema que ela me achava, assim, um marido muito bonzinho muito exemplar, e quando ela descobriu o canalha que eu era, que eu traía, que eu tinha outra, aí o transtorno foi maior... Os primeiros sintomas foi... Não dormir, chorar... “Acusá” muito... Tem, tem uns períodos de crises a mais... As mais fortes, que ela quer dormir e não quer acordar mais... Se não for ir lá na casa do gaúcho, um amigo nosso que ela se “adaptó”, outra casa ela não vai. Numa festa, ela só senta se ficar mais “afastado”. Pra ir comprar... Final de semana ir numa pizzaria ela só vai

se nossa filha for também; tem que tá tudo junto, é assim... É, as coisas têm que ser tudo conforme ela “qué”, pra ela não “ficá” chorando, não “dá” crise de depressão... Ela tem um problema é de, de, “conite crônica”, um problema no intestino que incha que é muito grave. Essa noite mesmo ela teve uma crise no problema de “conite”... Não tem como fazer, é só remédio.

Cena 5 – Quando seu João passa a ser um cuidador

Olha... Hoje minha vida é dedicada a ela, a minha acabou... Eu vivo a vida dela só. Eu tenbo que abandonar tudo e “ficá” com ela... Ela não aceita que eu saia e ela fica em casa... [grande pausa]. Olha, hoje minha vida é dedicada a ela, a minha acabou... Eu vivo a vida dela só; é assim, eu “num”, “num”, vou mais pra pista de laço porque eu fico com ela... Eu “num” vou na casa dos amigos meus porque ela não gosta de ninguém... A amizade dela é fulano e sicrano e pronto. Eu continuava trabalhando e cuidando dela, aí como por último eu “tava” precisando eu falei assim “nós dois já ‘tamo’ velho, os dois casado”, e ela reclamando de falta de atenção. Eu tive que vender minha chácara que era meu sonho. Todo cara que vem pra Rondônia que é funcionário público “qué” ter um sítio, uma vaca e um cavalo e “virá” fazendeiro... Eu desisti, tive que desfazer do meu sonho, porque ela é meu sonho principal... E eu fui cuidar só dela... Olha tivemos problemas muito sérios, mas hoje, “tá”, eu tento controlar. Mas teve uns “dia” que eu precisei “de” sair ir “prum” sítio de um amigo, “passá” lá uma semana porque “tava” difícil... “Tava” difícil. Aí passei uma semana lá e voltei pra cuidar dela de novo. Assim, ela “tava” com muito ciúme. Ela “tava”... é, é, reclamando, brigando e “tava” muito difícil. “Num” tinha como, eu tinha que sair um pouquinho de perto pra “num” desistir dela de vez... Aí falei com a minha menina, ela ficou com ela lá uns “dia”; eu passei uma semana na chácara, lá com meu amigo, depois voltei pra casa. Mas essa semana que eu passei lá, ela foi todo dia me “vé”.

Cena 6 – O tratamento

Aí “precisó” mesmo de médico, não teve mais jeito... Aí “começamo” a tratar; vai com um, vai com outro, até a gente “acha” esse Antonio [nome fictício do médico psiquiatra] num outro hospital particular, aí depois viemos pra cá. Eu continuava trabalhando e cuidando dela, aí como por último eu “tava” precisando, eu falei assim “nós dois já ‘tamo’ velho, os dois casado” e ela reclamando de falta de atenção... Mas, quando a gente precisa “de” vir pra cá [CAPS], às vezes ela falta no trabalho dela porque ela é técnica lá, né, também eu, eu não consigo sempre fazer uma troca, e ela falta mesmo e pega atestado. É só os remédios dela que ela “mesmo” controla, mas mesmo assim eu tenbo que ficar vendo que às vezes ela... Tem umaa... Uma certa crise, assim, de choro, de tristeza, toma remédio demais; já teve umas quatro ou cinco vezes. Aí dorme muito, fica muito

ruim. Já teve um dia que ela “tava” no plantão no... Aí eu tive que “abandoná” o laboratório e ir em casa porque ela falava que queria morrer, que não sei o quê. Quando eu cheguei lá, “tava” com um monte de remédio na mão... Até você convencer e tal... Sentar... Mas é difícil; a pessoa que cuida fica quase tão doente quanto o doente. Eu tenho percebido que depois que ela arruinou mais minha saúde também sofreu uma queda. Sinto uma cansaça que eu não sentia antes. E até a mente da gente vai ficando barulhada. Ah, moço, cuidar de pessoa com esses problemas adoce a gente também. Tem, tem uns períodos de crises a mais.... As mais fortes, que ela quer dormir e não quer acordar mais. Ela tem um problema é de “conite crônica”, um problema no intestino que incha que é muito grave. Essa noite mesmo ela teve uma crise no problema de “conite”; não tem como fazer, é só remédio. Olha, mas já teve pior; ela tá melhorando bem, tá melhorando. Já antigamente ela não gostava muito de sair, queria que no final de semana comprasse lanche, é, é, tinha que levar, agora a gente já vai lá... Agora nós já “tamo” indo em festa que ela não gostava, ela já está indo. Fala com ninguém, mas vai.

Cena 7 – A vida social atual

Ela não gosta de ninguém, ela é difícil de adaptação... Ela não é de falar com ninguém; ela sempre foi assim, só que agora se tornou mais fechada. Ela tem uma amizade muito grande com a nossa filha, com mais ninguém e com uma vizinha no máximo, assim, um “Oi, tudo bem?” e tal, sem entrar na nossa casa. Passa o tempo todo em casa ou vendo televisão ou trabalhando no postinho. E aí eu tenho que ficar junto dela, “num” posso sair também. Ah, a gente vai sempre, assim, uma vez por mês... Duas... Porque ela, como eu já falei, não gosta de passeio, só de balneário. Então, estes que tem por aí, eu já levei ela em todos. Aí ela fica bem, mas... Festa, assim, clube, ela não gosta muito não... Se não for ir lá na casa do gaúcho, um amigo nosso que ela se “adaptô”, outra casa ela não vai. Numa festa, ela só senta se ficar mais “afastado”. Pra ir comprar... Final de semana, ir numa pizzaria, ela só vai se nossa filha for também; tem que tá tudo junto, é assim...

5. A ANÁLISE DA NARRATIVA

5.1 ANÁLISE TEMÁTICA E DISCUSSÃO DA NARRATIVA DO INFORMANTE COMO CUIDADOR

Com base na análise textual das verbalizações do informante foi reconstruído o discurso consensual. Da análise dos dados emergiram quatro categorias temáticas que indicaram os significados de ser familiar cuidador da esposa em sofrimento

psíquico, as quais foram: Dificuldade de adaptação ao novo papel e a sobrecarga do cuidador; a abdicação da vida social; o sentimento de culpa; e o cuidar como fator preditor de adoecimento.

5.1.1 DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO AO NOVO PAPEL E A SOBRECARGA DO CUIDADOR

O cuidado cotidiano de uma pessoa em sofrimento mental pode levar ao estreitamento de laços afetivos, vínculos, intimidade e reciprocidade entre quem cuida e quem é cuidado. Por outro lado, a relação muito próxima, por vezes, pode favorecer a geração de conflitos entre o cuidador e a pessoa cuidada (DO CARMO; BATTISTA, 2017).

Tal afirmativa fica evidente na narrativa a seguir:

É, as coisas têm que ser tudo conforme ela “quê” pra ela não “ficá” chorando, não “dá” crise de depressão. É só os remédios dela que ela “mesmo” controla, mas mesmo assim eu tenho que ficar vendo que às vezes ela... Tem uma... Uma certa crise, assim, de choro, de tristeza, toma remédio demais. Já teve umas quatro ou cinco vezes que, aí dorme muito, fica muito ruim. Já teve um dia que ela “tava” no plantão no... Aí eu tive que “abandoná” o laboratório e ir em casa porque ela falava que queria morrer, que não sei o quê. Quando eu cheguei lá, “tava” com um monte de remédio na mão... Até você convencer... E tal... Sentar... (informação verbal).

Em razão do processo de desinstitucionalização psiquiátrica e da natureza grave e crônica da doença mental, a família, e em especial o familiar cuidador, é submetida a constantes eventos estressores no curso dessas doenças, o que pode afetar, além das relações familiares, a saúde do próprio familiar cuidador, sempre trazendo algum grau de sobrecarga e provocando a constante necessidade de adaptações (LAUBER et al., 3003).

Quando a família tem entre os seus membros uma pessoa em sofrimento psíquico, a sua rotina é alterada, criando uma sobrecarga. A sobrecarga familiar pode ser definida, segundo Goldman (1982), como o estresse emocional e econômico a que as famílias se submetem quando um parente recebe alta de um hospital psiquiátrico e retorna ao seu lar. E nesse contexto, quase sempre um membro fica responsável como cuidador principal. Ou seja, esse membro passa a ser aquela pessoa que provê ao paciente os principais cuidados primários, como alimentação, vestuário, higiene, administração de remédios e finanças. E é sobre esse cuidador que recai a maior sobrecarga, como se pode observar no fragmento da narrativa do informante a seguir:

Olha tivemos problemas muitos sérios, mas hoje, tá, eu tento controlar. Mas teve uns ‘dia’ que eu precisei ‘de’ sair, ir ‘prum’ sítio de um amigo, passa lá uma semana porque ‘tava’ difícil... ‘Tava’ difícil. Aí passei uma semana lá e voltei pra cuidar dela de novo. (informação verbal).

Observa-se que Sr. João encontrou dificuldade na adaptação ao novo papel, demonstrando momentos de insegurança e incapacidade. Estudos têm evidenciado que a presença de um membro em sofrimento mental modifica todo o contexto familiar, alterando, sobretudo, a vida do cuidador (DO CARMO; BATISTA, 2017; BATISTA; SILVA, 2015). Isso porque os cuidados com a pessoa em sofrimento mental passam a fazer parte da rotina do cuidador, e este assume o papel de garantir as necessidades básicas, administrar os medicamentos, coordenar as tarefas cotidianas, acompanhá-lo nos serviços de saúde e lidar com suas atitudes e comportamentos complexos (SANT’ANA; PEREIRA; SILVA, 2011; BARROSO; BANDEIRA; NASCIMENTO, 2007). Além disso o cuidador, quase sempre, restringe a sua vida em prol da sua função.

5.1.2 ABDICAÇÃO DA VIDA SOCIAL

Cuidar de uma pessoa em sofrimento psíquico exige uma dedicação quase exclusiva, levando o cuidador a abrir mão dos contextos profissional e social para se dedicar ao paciente, pois não há mais tempo para interação, por vezes. O cuidador passa a viver isolado, dedicando-se apenas ao cuidado; sua vida fica vazia, muito além de suas possibilidades de existência (DO CARMO; BATISTA, 2017; MELMAN, 2001)

Tal situação fica evidente na narrativa de seu João e como ele percebe essa realidade.

Olha... Hoje minha vida é dedicada a ela; a minha acabou... Eu vivo a vida dela só. Eu tenho que abandonar tudo e “ficá” com ela... Ela não aceita que eu saia e ela fica em casa... [grande pausa]. Olha, hoje minha vida é dedicada a ela; a minha acabou... Eu vivo a vida dela só. É assim, eu “num” vou mais pra pista de laço porque eu fico com ela... Eu “num” vou na casa dos amigos meus porque ela não gosta de ninguém... A amizade dela é fulano e sicrano e pronto. (informação verbal).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2001), os transtornos mentais e comportamentais exercem considerável impacto sobre os indivíduos, as famílias e a comunidade, em consequência não somente dos sintomas inquietantes, como também das incapacidades de participar em atividades de trabalho e de lazer, as quais são acentuadas pela discriminação.

Ela não gosta de ninguém, ela é difícil de adaptação... Ela não é de falar com ninguém, ela sempre foi assim, só que agora se tornou mais fechada. Ela tem uma amizade muito grande com a nossa filha, com mais ninguém e com uma vizinha no máximo, assim, um “Oi, tudo bem?” e tal, sem entrar na nossa casa. Passa o tempo todo em casa vendo televisão ou trabalhando no postinho. E aí eu tenho que ficar junto dela, “num” posso sair também. (informação verbal).

Diante dessa narrativa, fica clara a insatisfação de Sr. João em relação a não poder usufruir da vida social. Nesse caso, cabe destacar, como apontam Silva, Batista e Cerqueira (2017), que o exercício do cuidado, por ocupar na maioria das vezes um considerável tempo da rotina diária do cuidador e em alguns casos um período integral, acarreta-lhe um desgaste físico e mental, por ter reduzido o seu convívio em sociedade.

5.1.3 SENTIMENTO DE CULPA

O sentimento de culpa em relação ao surgimento da doença foi trazido pelo informante como um fator que o acompanha pela vida, trazendo latentes inúmeras interrogações acerca de erros cometidos no relacionamento com a esposa, especificamente nos períodos de gravidez dela. Parece que a situação exposta acontece também em virtude dos sentimentos envolvidos na aceitação da doença mental da esposa (GOMES; SILVA; BATISTA, 2018). O sentimento de culpa permeia a convivência com a pessoa que vive no momento em sofrimento mental e se revela como uma das marcas mais visíveis na vida das famílias (VICENTE et al., 2013), fato esse que provoca constante conflito interno no cuidador.

O nascimento do primeiro filho foi conflituoso, pois Sr. João sempre acompanhava a sua esposa na maternidade, mas quando ela teve o bebê não estava presente. Por motivo de trabalho delegou essa tarefa para um amigo, até porque não imaginava que o bebê nasceria naquele dia depois de tantas idas e vindas para o hospital, conforme a sua fala a seguir:

Eu não fui buscar ela na maternidade, que eu levei ela um monte de vezes e ela não ganhava o neném no dia que era pra ganhar o neném. Eu mandei um amigo meu “levá” que eu tinha que trabalhar. Ela lembra disso toda vez... Aí ela já tinha tido um neném, nós “deixamo”, é... Eu deixei ela com o neném lá uma semana... Ela teve uma hemorragia e eu não “tava” lá pra “cuidá” dela... Aí esse foi um dos “primeiro” baque que deu na vida dela [...]. Fiquei com a consciência pesada, porque ela com esse problema de cabeça e eu não importei. (informação verbal).

Para esses sujeitos a experiência de doença trouxe o abatimento e o abalo moral do orgulho, da autoestima da família, como se a pessoa doente fosse o representante das falências do sistema familiar. Assim, a ferida narcísica dos pais fica exposta, estimulando indagações sobre a responsabilidade pela origem e surgimento do quadro psicótico (MELMAN, 2001). Muitas vezes um jogo de culpas vai se delineando na busca de possíveis causas para o desencadear da doença.

5.1.4 O CUIDAR COMO FATOR PREDITOR DE ADOECIMENTO

Quanto ao cuidador de pessoa em sofrimento psíquico, Campos e Soares (2005) apontam que existe a necessidade de se cuidar desse familiar, pois há uma sobrecarga emocional nessa realidade. Faz-se necessário, portanto, conhecer como está se processando cotidianamente a produção desse cuidado para que os técnicos em saúde mental possam auxiliar tais famílias (SEVERO et al., 2007). Para esses autores, o cuidado necessita sair da esfera institucional para abranger a realidade concreta dos familiares.

[...] mas é difícil, a pessoa que cuida fica quase tão doente quanto o doente. Eu tenho percebido que depois que ela “arruinou mais” minha saúde também “sofreu uma queda”. Sinto uma cansaça que eu não sentia antes. E até a mente da gente vai ficando barulhada. Ah, moço, cuidar de pessoa com esses problemas adoce a gente também. (informação verbal).

Observa-se que o exercício de cuidado à esposa já traz consequências na saúde do esposo, afetando sua saúde física e psicoemocional. Ou seja, o surgimento desses sintomas indica a necessidade de cuidado específico ao próprio cuidador, em consequência do seu estado de saúde (GOMES; SILVA; BATISTA, 2018). Negligenciar esses sintomas pode resultar no adoecimento desse cuidador familiar. De acordo com Campos e Soares (2005), muitos cuidadores se tornam usuários diretos de serviços de saúde mental diante da sobrecarga emocional vivenciada. Estudo realizado por Dourado et al. (2018) com 40 cuidadores familiares de pessoas com transtorno mentais, concluiu que a maioria apresentava sintomas leves e moderados de ansiedade e depressão, e 47,5% já faziam algum tipo de tratamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo teve-se por objetivo conhecer e analisar a narrativa da história de vida de seu João, cuidador familiar da esposa em sofrimento psíquico. Por meio da análise da narrativa e do referencial teórico utilizado, obteve-se uma melhor

compreensão do mundo vivido do informante, contribuindo para descobertas de novos significados e reflexões acerca do cuidar em saúde mental.

Por meio dos resultados, observou-se que o início da doença da esposa provocou certa instabilidade no cuidador. Ou seja, a compreensão do sofrimento e a busca pela assistência mais adequada à esposa acontecem de forma lenta e progressiva. Fica evidente que ao assumir o papel de cuidador familiar principal seu João se sente meio confuso, sem saber ao certo quais medidas tomar. Constatou-se que a função de cuidador gerou em seu João uma sobrecarga, uma vez que além das atividades cotidianas, ele assume também os trabalhos domésticos da esposa. A falta de habilidade com essa nova função provocou não apenas um desgaste físico, mas também emocional, levando seu João a um estado de estresse. Percebeu-se também neste estudo que seu João carrega consigo um sentimento de culpa pelo agravamento do sofrimento da esposa, e que o cuidar, ao longo do tempo, contribuiu para o seu adoecimento.

Diante dos achados sugere-se que as políticas públicas em saúde mental ampliam suas propostas de intervenções integrando novas estratégias de apoio ao cuidador, como por exemplo medidas de educação continuada que o instrumentaliza em sua função cotidiana. Essas medidas devem contemplar, entre outras, orientações no cuidado de sua saúde psicossocial, organização material/financeira e nos conhecimentos básicos de administração de medicamentos. Por outro lado, é preciso que a equipe de saúde mental encare a família, sobretudo o cuidador principal como aliados ao cuidado e não como empecilho aos mesmos. O planejamento de estratégias direcionadas ao cuidador repercutirá de forma positiva no avanço do tratamento do familiar em sofrimento mental, bem como da sua própria saúde. Acrescenta-se a necessidade de implementação de serviços de saúde mental que estejam cada vez mais próximos da realidade social em que se insere a família e o usuário. Esse tipo de estratégia proporciona melhor compreensão do contexto sociocultural e facilita o desenvolvimento das ações que visam melhorias na qualidade de vida, não só da pessoa em sofrimento mental, como também do seu cuidador.

Cabe ressaltar que este estudo apresenta algumas lacunas que merecem ser destacadas. Entre as limitações aponta-se o estudo de caso único, o que impede a generalização dos resultados. Além disso, é preciso pensar também essas narrativas a partir de um viés das relações de gênero. Por se tratar de uma figura do sexo masculino, de tradição patriarcal, na qual o homem sempre absteve-se da atividade de cuidador, senda esta considerada uma exclusividade da mulher, seria interessante a comparação entre os dois gêneros. No entanto, observa-se que esta temática é complexa e esses apontamentos revelam o quanto se precisa explorar essa área. Dessa

maneira, é relevante que novos estudos sejam realizados com essa população, sobretudo investigações com números representativos que contemplam outras variáveis como gênero, religião, nível de escolaridade, entre outras, que possam contribuir para tornar o dia a dia dos cuidadores menos desgastante e, conseqüentemente, aliviar a sobrecarga.

REFERÊNCIAS

BARROSO, S. M.; BANDEIRA, M. N.; NASCIMENTO, E. Fatores preditores da sobrecarga subjetiva de familiares de pacientes psiquiátricos atendidos na rede pública de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, n. 9, p. 1957-1968, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2009.v25n9/1957-1968/pt>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

BARROSO, S. M.; BANDEIRA, M.; NASCIMENTO, E. Sobrecarga de familiares de pacientes psiquiátricos atendidos na rede pública. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 34, n.6, p. 270-277, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34n6/v34n6a03.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: _____. *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BATISTA, E. C.; SILVA, J. C. B. *A saúde mental do cônjuge cuidador familiar da parceira em sofrimento psíquico grave*. 136f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2015.

BATISTA, E. C.; FERREIRA, D. F. A música como instrumento de reinserção social na saúde mental: um relato de experiência. *Revista Psicologia em Foco*, v. 7, n. 9, p. 67-79, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.fv.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1593>>. Acesso em: 02 out. 2017.

BATISTA, E. C.; FERREIRA, D. F.; BATISTA, L. K. S. O papel do cuidador familiar no campo da saúde mental: avanços e contradições. *Clínica & Cultura*, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/5743>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

BRUNER, J. *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. Life as narrative. *Social Research*, v. 54, i. 1, p. 11-32, 1987. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/social_research/v071/71.3.bruner.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

_____. The Narrative Construction of Reality. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 18, p. 1-21, 1991. Disponível em: <<http://www.semiootika.ee/sygiskool/tekstid/bruner.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução n. 196/96*. Sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 1996.

DO CARMO, F. J.; BATISTA, E. C. Impacto físico, emocional e social em cuidador familiar da pessoa em tratamento psiquiátrico. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 197, p. 114-131. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/37160/20803>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

DOURADO, D. M. et al. Ansiedade e depressão em cuidador familiar de pessoa com transtorno mental. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 8, n. 1, p. 153-167, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2377>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.). *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 17-34.

GALVÃO, C. Narrativas em educação. *Ciência & Educação*, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n2/12.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

GOLDMAN, H. H. Mental illness and family burden: a public health perspective. *A Journal of the American Psychiatry Association*, v. 33, i. 7, p. 557-560, 1982. Disponível em: <<http://ps.psychiatryonline.org/article.aspx?articleID=68434>>. Acesso em: 19 set. 2017.

GOMES, M. L. P.; SILVA, J. C. B.; BATISTA, E. C. Escutando quem cuida: quando o cuidado afeta a saúde do cuidador em saúde mental. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 10, n. 1, p. 3-17, 2018. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/530/pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

GORDON, T.; LAHELMA, E. From Ethnography to Life History: Tracing Transitions of School Students. *International Journal of Social Research Methodology*, London, v. 6, i. 3, p. 245-254, July 2003.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 90-113.

LAUBER, C. et al. Determinants of burden in caregivers of patients with exacerbating schizophrenia. *European Psychiatry*, v. 18, i. 6, p. 285-289, 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0924933803001147>>. Acesso em: 11 out. 2017.

LIEBLICH, A.; TUVAL-MASHIACH, R.; ZILBER, T. *Narrative Research: Reading, Analysis and Interpretation*. Thousand Oaks: Sage, 1998.

MARTINES, E. A. L. M; REIS, F. B. A.; COSTA, M. F. pesquisa e avaliação de narrativas. *Em Rede-Revista de Educação a Distância*, v. 1, n. 1, p. 51-66, 2014. Disponível em: <https://auniredede.org.br/revista_2.4.8-2/index.php/emrede/article/view/11>. Acesso em: 10 out. 2017.

MELMAN, J. *Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e seus familiares*. São Paulo: Escrituras, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Relatório sobre a saúde no mundo 2001: saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Genebra: Autor, 2001.

SANT'ANA, M. M. et al. O significado do ser familiar cuidador de tratamento do portador de transtorno mental. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 20, n. 1, p. 50-58, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n1/06.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

SEVERO, A. K. S. et al. A experiência de familiares no cuidado em saúde mental. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v59n2/v59n2a05.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

SILVA, F. M.; BATISTA, E. C.; CERQUEIRA, G. R. O uso de fármacos ansiolíticos e antidepressivos pelo cuidador de idoso acamado. *Saúde em Foco*, v. 3, n. 2, p. 62-76, 2017. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/saudeemfoco/article/view/1191>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SOUZA, E. C. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. *Revista Educação em Questão*, v. 25, n. 11, jan./abr. p. 22-39, 2006. Disponível em: <<http://incubadora.ufrn.br/index.php/req/article/view/851/745>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

VICENTE, J. B. et al. Aceitação da pessoa com transtorno mental na perspectiva dos familiares. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 34, n. 2, p. 54-61, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v34n2/v34n2a07.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ARTIGO

O LIVRO DIDÁTICO E AS SOCIEDADES INDÍGENAS**

Resumo

O presente trabalho busca perceber e discutir as representações acerca da temática indígena a partir do livro didático de História. Nosso objetivo é entender que conteúdos esses materiais didáticos fabricam/reproduzem acerca das sociedades indígenas e, a partir disso, pontuar os elementos que colaboram para a cristalização de uma memória histórica sobre esses grupos sociais. Dentro de uma breve discussão sobre o currículo de história, livro didático e representações sobre os indígenas, veremos como a invisibilidade do “índio” é reforçada por uma narrativa tradicional e ainda hegemônica nos livros escolares.

Palavras-Chave: livro didático; currículo; invisibilidade; indígenas.

Resumen

El presente trabajo busca perceber y discutir las representaciones acerca de la temática indígena a partir del libro didáctico de Historia. Nuestro objetivo es comprender qué contenidos estos materiales fabrican/reproducen acerca de las sociedades indígenas y, a partir de esto, puntuar los elementos que colaboran para la cristalización de una memoria histórica sobre estos grupos sociales. Dentro de una breve discusión sobre el currículo de historia, libro didáctico y representaciones sobre los indígenas, veremos cómo la invisibilidad del “indio” se ve reforzada por una narrativa tradicional y aún hegemónica en los libros escolares.

Palabras clave: libro de texto; plan de estudios invisibilidad pueblos indígenas

* Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: thiagoton91@live.com

** Trabalho oriundo da disciplina Tópicos Especiais 1, oferecida em 2016 do curso de geografia da Universidade Federal do Amazonas.

VISÍVEL OU INVISÍVEL? O PROBLEMA DA COMUNICAÇÃO

Quanto menos as culturas tinham condições de comunicar entre si e, portanto, de se corromper pelo contato mútuo, menos também seus emissários respectivos eram capazes de perceber a riqueza e o significado dessa diversidade (Lévi-Strauss, Tristes Trópicos, 1955).

Falando sobre os anos iniciais de sua vida como etnólogo, Claude Lévi-Strauss questionou qual seria o melhor momento para se estudar os “selvagens” americanos em seu “estado puro” e que, conseqüentemente, traria maior satisfação ao pesquisador, revelando a forma menos alterada do modo de vida do nativo americano. Para Lévi-Strauss, o momento inicial do contato, em fins do século XV, revelou o desconhecimento que o europeu tinha do indígena, sobrando troça e desprezo em relação ao nativo. Após o contato, configurava-se uma dissolução da realidade do nativo, corrompido pela relação com o europeu colonizador.

Nesse momento, percebendo o “círculo intransponível” em que se encontrava no início do século XX, o etnólogo belga reconhece, “sou perdedor”. Para Lévi-Strauss, o problema da comunicação estava posto. Como conhecer esses nativos sem corromper ou alterar seus costumes? O dilema epistemológico do etnólogo era: se conheço previamente, estou rompendo a barreira e provavelmente maculando meu objeto de estudo. Se não conheço, padeço da ignorância que “deixa quase tudo escapar”, sobrando preconceitos e troças sobre os nativos. Muito pior do que a sensação de derrota é a dúvida de seu próprio grau de humanidade: sua sensibilidade embotada pela civilização europeia contemporânea seria suficiente para compreender seres humanos com costumes e perspectivas de mundo tão diferentes do seu?

Entretantes, as trocas culturais entre europeus e americanos afetaram os dois lados, e isso é algo que trabalhos historiográficos mais sofisticados hoje comprovam (GRUZINSKI, 1991; ALMEIDA, 2003; CARVALHO JÚNIOR, 2017). No entanto, a conquista e colonização da América (e isso também sabemos, sem necessárias sofisticadas teóricas-metodológicas) foi uma tentativa e um esforço do europeu para que o indígena não fizesse parte da História. Esse silenciamento que gera a invisibilidade das sociedades e das culturas indígenas e o pessimismo em relação ao futuro dos nativos americanos é um dos grandes problemas que enfrentamos ainda nos dias atuais (MONTEIRO, 1995). Dentro das escolas, nas ruas, nas mídias modernas e antigas, nas universidades, o problema da invisibilidade das sociedades indígenas se impõe como um obstáculo para se compreender a riqueza da diversidade des-

sas culturas. Essa invisibilidade ainda está nos livros didáticos e nos currículos de história e reflete o saber oficial, a visão das elites, sejam elas políticas, culturais ou econômicas (BITTENCOURT, 2013). Esse discurso que generaliza e naturaliza a história, tomando a visão de mundo de determinado setor da sociedade, tornando-o amplo e cristalizando a visão etnocêntrica, decerto gera o preconceito contra as sociedades indígenas. Atualmente, o Governo Federal vem insistentemente mantendo esse discurso, colocando o indígena em uma condição “primitiva” quase animalésca, pregando a necessidade de uma “integração” à sociedade nacional, alcançando o invejável *status* de cidadão brasileiro.

Desde 2003 a legislação brasileira tem buscado inserir no contexto escolar temas e grupos sociais que antes eram negligenciados, motivada sobretudo pela pressão dos movimentos sociais, dos movimentos indígenas e pelas novas abordagens no estudo dessas sociedades feitas por antropólogos e historiadores. Os estudos antropológicos favoreceram a emergência de uma nova perspectiva no trato com a temática indígena a partir da década de 1960. O fortalecimento do movimento indígena na década de 1980 no Brasil bem como o marco legal estabelecido pela Constituição de 1988 também são apontados como os fatores do desencadeamento de novas abordagens nos estudos que tratam sobre os povos nativos do Brasil. Entre os historiadores foi criado um campo de estudo que hoje é denominado de História Indígena e do Indigenismo, onde a perspectiva eurocêntrica é recusada e se incorpora a perspectiva indígena. Um novo olhar sobre temas como a escravização indígena, a legislação indígena no período colonial e as resistências e/ou negociações indígenas fazem parte da agenda desses estudos. Nesse sentido, a prescrição de conteúdos se alarga a partir da obrigatoriedade da história e cultura africana e indígena nos currículos escolares¹.

Segundo Elza Nadai (1985), a escola deve pensar em um modelo pedagógico que atenda as amplas demandas da população. Nesse sentido, tendo o Brasil quase um milhão de indígenas, é urgente a visibilidade desses grupos no livros didáticos. Em termos regionais, ou melhor, em “termos amazônicos”, estudar as sociedades indígenas se faz necessidade urgente e obrigatória². Precisamos nos ver nos livros

1 Em 2003, a Lei 10.639 alterou a LDB (lei 9.394/96) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira. No ano de 2008, a Lei 11.645 alterou novamente a LDB para incluir no currículo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas. Assim, a legislação passou a exigir a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Fonte: Ministério da Casa Civil, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 04 nov. 2016.

2 Segundo dados do IBGE, o maior contingente de populações indígenas está em nossa região. O Brasil tem 896,9 mil indígenas em todo o território nacional, somando a população residente tanto em terras indígenas (63,8%) quanto em cidades (36,2%), de acordo com o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e

didáticos. Precisamos entender as relações de trocas culturais que nos caracterizam, tributárias em larga medida da cultura indígena.

Apesar de crescentes grupos sociais, antes ignorados, serem acrescentados à historiografia, existe ainda uma flagrante pouca atenção dada aos povos indígenas, e isso vai da universidade à escola. Em suas últimas entrevistas, John Manuel Monteiro dizia que o “pesquisador não quer ver o índio na documentação” e que faltava um interesse pela temática indígena. Decerto, as populações nativas não se extinguíram e a visão pessimista de Karl von Martius e Francisco Adolfo Varnhagen (para os índios não há história, há apenas etnografia) não se cumpriu³. Acabar com a invisibilidades dos indígenas em sala de aula é uma tentativa de perceber e afirmar a contemporaneidade desses povos nos livros didáticos e também de aproximar-nos dessas sociedades e culturas, entendendo-as em seus próprios termos.

UM CURRÍCULO HEGEMÔNICO?

No início da década de 1990, a professora Elza Nadai publicava o artigo *O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva* (1992). Analisando o surgimento das primeiras escolas secundaristas no país e também a formação e consolidação da história como disciplina escolar, o artigo de Elza Nadai traz informações valiosas sobre os currículos da disciplina, que estavam em vigor desde meados do século XIX até meados do século XX nas escolas, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na visão da autora, esse currículo refletia uma história que ainda era amadora, uma vez que a instalação dos cursos superiores - um século depois da criação dos cursos secundários no Brasil - destinados à formação de docentes para o ensino secundário encerraria o “autodidatismo” da produção historiográfica nacional (NADAI, 1992, p. 144). Seguindo em sua caracterização, a autora afirma que a história ensinada aqui era uma simples transposição da historiografia francesa. Os professores do Colégio Pedro II usavam em suas aulas os manuais de história francesa traduzidos ou “na falta de traduções, apelava-se diretamente para os manuais franceses” (Idem, 1992, p. 146). Nesse sentido, a história aprendida nas escolas secundaristas era basicamente uma história eurocêntrica, fundada na noção do quadripartismo histórico (História antiga, medieval, moderna e contemporânea), baseada na crono-

Estatísticas. Entre as regiões, o maior contingente está na região Norte (342,8 mil indígenas), e o menor, no Sul (78,8 mil)

3 F. A. Varnhagen, *História Geral do Brasil* [1854], 10 edição integral, São Paulo, Edusp, 1981, vol. 1, p.30. Para a visão pessimista de von Martius, ver “Como se deve escrever a história do Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (1845), pp. 389-411.

logia política e nas biografias de homens ilustres. Ou seja, era uma história linear, que naturalizava os eventos e tornava neutro o estudo do passado.

Como parte desse projeto civilizador, a história como disciplina escolar também silenciava determinados grupos sociais: os negros e os indígenas. Os livros didáticos pouco ou nada falavam sobre a escravidão ou sobre as sociedades nativas da América. Segundo Elza Nadai,

O fio condutor do processo histórico centralizou-se, assim, no colonizador português e, depois, no imigrante europeu e nas contribuições paritárias de africanos e indígenas. Daí a ênfase no estudo dos aportes civilizatórios - os legados pela tradição liberal europeia (Idem, 1992, p. 149).

Conjugados, esses fatores deram o sentido para a história no século XIX. O que estava “explicitado” e aquilo que era silenciado no currículo de história fazia parte do projeto civilizador, que buscava na nação o motivo maior de sua existência. O conflito derivado da conquista portuguesa, a escravidão africana e indígena, tudo era eficazmente silenciado, em busca da harmonia na construção da identidade nacional. Essa construção da nação estava ligada com a busca de nossa genealogia. Nesse caso, esses inícios não poderiam estar dissociados da civilização europeia, da qual Portugal era parte constitutiva importante.

O Brasil deveria ser um *continuum* da nossa metrópole, que não era antagonizada nesse momento. Segundo Kátia Abud (2007), quando a velha historiografia do século XIX não antagonizou a metrópole portuguesa mas, ao contrário, fez dela sua aliada na genealogia da nação brasileira, elegia-se um outro antagonista.

A alteridade que se buscava como afirmação da identidade caminhou por duas vias. No plano externo, os outros, os representantes da barbárie, eram as novas repúblicas americanas. Internamente, os outros, eram os excluídos do projeto de Nação, pois se tratava de gente incivilizada: os índios e os negros. O conceito de nação era eminentemente restrito aos brancos (ABUD, 2007, p. 109).

Mesmo com a criação de cursos superiores no país, o currículo de história ainda ficaria engessado naquilo que Elza Nadai chama de *modelo hegemônico de ensino de História*, que começa, segundo ela, a ser combatido duramente no século XX, em função das demandas sociais que passam a existir no Brasil a partir daquele momento. No entanto, apesar de várias reformas pelas quais passou a educação no Brasil, a disciplina de história continuou “contemplando a narrativa cronológica, distribuindo por meio do eixo temporal os episódios e seus personagens” (ABUD, 2007, p. 112).

Segundo Kátia Abud, uma pesquisa feita com livros didáticos de história aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático em 2002 revelou algo desanimador: a esmagadora maioria ainda mantinha (quem diria) o “modelo francês” do século XIX, com a periodização quadripartite que se torna o eixo organizador dos conteúdos. Poucas foram as coleções que romperam com esse padrão de história, que ainda vê o Brasil como “caudatário da história europeia”. Para piorar o quadro atual, uma pesquisa feita com professores de história de São Paulo afirma que predomina a “maneira tradicional” de se ensinar a disciplina, mesmo entre aqueles professores formados em instituições reconhecidas pela pesquisa e que tinham pós-graduação (ABUD, 2007, p. 114-115).

LIVRO DIDÁTICO E REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS

Lutas e conquistas à parte, quando olhamos rapidamente o sumário da maioria dos livros didáticos de história hoje em dia, dificilmente conseguimos ver outra coisa a não ser o modelo do quadripartismo francês, adotado desde o século XIX na história como disciplina. Estão lá, ainda, vivos, nossa genealogia civilizacional, nossa gênese que tanto nos orgulha, nascida na Grécia e em Roma. E vem evoluindo no tempo até chegar nas sociedades democráticas em que vivemos atualmente. Lendo esse sumário, a antiguidade clássica ainda é o nosso berço. Nos sentimos em casa quando acompanhamos as discussões políticas na ágora ateniense do século V a.C. Nada mais estranho à nós do que a América dos Incas ou das sociedades indígenas do vale amazônico antes do Descobrimento.

O livro didático, mesmo com todas as reelaborações, ainda silencia violentamente outras histórias. De acordo com Circe Bittencourt, o livro didático é antes de tudo uma mercadoria (BITTENCOURT, 2004, p. 71). Mesmo entendido em todos os seus aspectos e contradições, dos sujeitos que o fabricam até aos sujeitos que os consomem, o livro didático continua sendo um instrumento de reprodução da ideologia e do saber oficial. Ele é o veículo portador de um sistema de valores e de uma cultura, generalizando e tornando naturais temas que dizem respeito unicamente à classe dominante (Idem, 2004, p. 72-73). Não é à toa, portanto, que os livros didáticos, de forma geral, mantenham a invisibilidade das sociedades indígenas e de tantos outros grupos sociais ainda hoje.

De acordo com Circe Bittencourt, a representação dos indígenas no livro didático sempre foi constante a partir de 1860 (Idem, 2004, p. 80-81). Muito embora estereotipada em sua grande maioria, houve uma variação nessas representações, feita por autores que tinham obviamente pontos de vista diferente. É o caso do livro

publicado em 1900, *História do Brasil nas escolas primárias*, de João Ribeiro. Ao admitir os conflitos entre nativos e portugueses e destacar a importância de se entender as culturas indígenas, evitando generalizações e estereótipos, João Ribeiro era um contraponto na representação tradicional do indígena no livro didático (Idem, 2004, p. 82).

De forma geral, as representações sobre os indígenas nos livros didáticos fortaleciam a percepção que se tinha sobre os nativos: selvagens (ou seja, sem civilização), normalmente retratados em rituais antropofágicos, quando não, devorando algum missionário católico. A oposição entre o europeu e o indígena se fazia através do martírio dos padres católicos, considerados, nessa situação, como heróis. Com o fôlego que as teorias racistas ganharam no início do século XX, o indígena agora é visto nos livros didáticos como o degenerador da raça brasileira, que através da mestiçagem nos deixou como herança a indolência e a aversão ao trabalho (Idem, 2004, p.84). A representação dos indígenas nos livros didáticos segue o mesmo rumo das representações dessas sociedades em outros lugares, sejam revistas, livros, música ou jornais. Segundo Luís Donisete Grupioni, os livros didáticos “ajudam a formar uma visão equivocada e distorcida sobre os grupos indígenas brasileiros” (GRUPIONI, 1995, p. 482). Segundo esse autor, existe um descompasso entre a produção da ciência de referência e o saber escolar. As sociedades indígenas são desconhecidas ou mal interpretadas pelos professores de escola para não-índios. Sobram estereótipos nos livros didáticos e uma visão romântica do indígena, visto como parte inicial da história e sem grandes contribuições para a construção da nação (a não ser na culinária e em algumas palavras que foram emprestadas do tupi).

Tanto os índios quanto os negros são evocados apenas no passado. Sua contemporaneidade é absolvida pelos livros didáticos. Ainda segundo Grupioni, o livro didático não problematiza a origem dos nativos americanos. Seu enfoque é no passado, onde o “índio aparece como coadjuvante na história e não como sujeito histórico” (Idem, 1995, p. 487). Sendo retratados pela falta (sem leis, sem civilização, sem governo, sem escrita), as sociedades indígenas são descontextualizadas pelos manuais didáticos, ao mesmo tempo que os relatos dos viajantes muitas vezes *naturalizam* a visão do europeu conquistador. O exotismo que surge dessa falta de compreensão do Outro, traz à reboque o preconceito, que se manifesta, entre outras coisas, com a morte de um indígena incinerado por jovens em plena madrugada⁴.

4 Em 1997, o líder indígena Galdino de Jesus dos Santos, da etnia pataxó, foi queimado vivo por jovens da classe alta de Brasília. Em sua defesa, os jovens alegaram a não-intenção do homicídio, justificando o ato apenas por uma vontade de “dar um susto” em Galdino, que dormia no ponto de ônibus da cidade. Condenados em 2001, foram soltos em 2004, o que comprova a velha relação espúria entre poder judiciário e poder econômico.

Os livros didáticos tornam invisíveis as sociedades indígenas. Mesmo que os alunos sejam bombardeados com notícias sobre os “índios” nos jornais ou na internet, sua história no livro escolar é marcadamente pretérita, sem relação com o presente ou o futuro. O índio é representado de forma genérica (usam cocar, andam nus, comem peixe e farinha), ignorando-se a diversidade que existe entre as diferentes etnias e, principalmente, ignorando seus rituais, suas cerimônias, sua cosmologia ou suas relações de parentesco (Idem, 1995, p. 490).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUPRINDO DEMANDAS

“O que eu tenho de índio / Vai compartilhar / Desilusões Triste, na floresta / Em que nasceu pra amar” (Djavan)

O indígena continua caricaturado nos livros didáticos. E é uma caricatura presa no tempo. Eles estão na fundação de nossa história. Nada mais. Amigável colaborador da empresa mercantil portuguesa. Romantizado pelos poetas. Considerados em estado de degeneração pela *intelligentsia* que pensou o Brasil no século XIX. Espelho do mal provocado pela mestiçagem segundo as teorias raciais no início do século XX.

Parece que só recentemente, as sociedades indígenas começaram a reivindicar para si uma outra visão do não-índio. Afinal, nossa ignorância pode deixar “quase tudo escapar”, quando desconhecemos a riqueza da diversidade cultural dessas sociedades. Segundo John Manuel Monteiro, em suas últimas entrevistas, o surgimento de forças organizadas dentro do movimento indígena nos anos 1980 é um dos motivos principais pela quebra desses estereótipos formados em torno da representação do indígena.

A força desses movimentos indígenas (que contou com a colaboração decisiva de antropólogos e outros pesquisadores) chegou até a nossa Constituição de 1988. Nela, foram reconhecidos os direitos das sociedades indígenas e, acima de tudo, foi reconhecido o direito ao futuro desses povos. Garantia-se assim, segundo John Manuel Monteiro, a historicidade dessas sociedades. As demandas dos povos nativos do Brasil faziam a roda da história girar.

Em 1990 os professores indígenas de Rondônia encaminharam um documento ao senado federal pedindo “para que se respeite os índios e suas culturas nas escolas não-indígenas e nos livros didático”. Na *Declaração de princípios dos Povos Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre*, de 1991, escrita por professores indígenas, há a recomendação: “nas escolas dos não-índios, será corretamente tratada e veiculada a história e cultura dos povos indígenas brasileiros, a fim de acabar com os preconceitos e o racismo” (GRUPIONI, 1995, p. 483).

Nesse sentido, as demandas geradas pelos próprios indígenas demonstram que a era do estereótipo deve ser superada. Se é necessário romper com a caricatura sedimentada durante séculos em relação à imagem do nativo, isso se deve em grande parte aos movimentos organizados das lideranças indígenas. E isso precisa chegar a não-índios. Afinal, como nos alertava o antropólogo francês no início, o grau de humanidade é aferido pelo nosso maior ou menor nível de preconceito em relação às sociedades indígenas.

A produção acadêmica ainda está distante da valorização da temática indígena. As universidades da região norte andam bem longe de pesquisas que se concentrem nesse tema. As escolas, mais distantes ainda. O livro didático, talvez o único livro que entre na casa de milhares de famílias no país, precisa ser repensado para que os indígenas sejam entendidos em seus próprios termos e para que saiam da invisibilidade a que estão confinados em nossa cultura.

Enquanto mantivermos a ênfase em um currículo de características explicitamente eurocêntricas, a invisibilidade indígena (ou a perspectiva eurocêntrica sobre essas sociedades) ainda continuará dentro de sala da aula e em toda a experiência do aluno no ambiente escolar. Da mesma forma que ao longo da história do Brasil procurou-se obliterar a presença indígena, seja nos discursos políticos ou intelectuais (intelectuais e instituições que negaram ou procuraram retirar o papel de sujeitos históricos das sociedades indígenas, principalmente a partir da constituição de uma ideia de Nação, no século XIX), manter uma orientação curricular que prescreve conteúdos fortemente influenciados por noções eurocêntricas, se constitui como um reforço para que as sociedades indígenas continuem marginalizadas, sem espaço para o entendimento da alteridade, e sem espaço para a discussão sobre pluralidades étnicas e culturais.

Estudar os povos indígenas em seus próprios termos, sem abordagens etnocêntricas em sala de aula, ao mesmo tempo em que se prescrevam conteúdos que lhes devolvam o estatuto de sujeitos atuantes na História, é um passo importante para uma prática docente que dialoga com a diversidade cultural e com o protagonismo indígena.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. *A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula*. In: MONTEIRO, Ana Maria F.C., GASPARELLO, Arlette Medeiros, MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.) *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2007.

BITTENCOURT, C. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. *História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos*. In: *Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101 – 132.

CARVALHO JÚNIOR, A. D. de. *Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial*. Curitiba: Editora CRV, 2017, 355 p.

GRUPIONI, L. D. B. *Livros didáticos e informações sobre as sociedades indígenas no Brasil*” In: LOPES DA SILVA & GRUPIONI (orgs.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília, MEC/MARI/Unesco, 1995.

GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

IBGE. Censo Demográfico 2010. *Características gerais dos indígenas*. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996

LOPES DA SILVA, A. *Mito, razão, história e sociedade*. In: LOPES DA SILVA & GRUPIONI (orgs.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília, MEC/MARI/Unesco, 1995.

MONTEIRO, J. M. *O desafio da história indígena no Brasil*. In: LOPES DA SILVA & GRUPIONI (orgs.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília, MEC/MARI/Unesco, 1995.

NADAI, E. *O ensino de História no segundo grau: Problemas, deformações e perspectivas*. Atas do Encontro Nacional de Prática de Ensino. V.II. São Paulo: FEUSP, 1983. 261-275.

_____. *A escola pública contemporânea: os currículos oficiais de História e o ensino temático*. Revista Brasileira de História [São Paulo] 6.11 (set.1985/fev.1986): 99-116.

VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil (1854)*. 10 edição integral, São Paulo, Edusp, 1981, vol. 1, p. 30.

VON MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (1845), pp. 389-411.

DOSSIÊ

POLÍTICAS MIGRATORIAS Y DINÁMICAS
TRANSFRONTERIZAS**Resumo**

El caso colombiano en materia de desplazamientos internos y migraciones forzadas transfronterizas sirve de punto de partida para la reflexión que aquí se presenta. Un análisis exploratorio de los requerimientos de atención de la población migrante y de las respuestas estatales a sus demandas, en contextos de creciente conflictividad durante los años recientes, subyace a la mirada comparada que se pretende establecer entre los casos de Colombia y México. Las dinámicas migratorias recientes en los corredores fronterizos de Colombia –con Ecuador, Venezuela y Panamá– y de México y el denominado Triángulo Norte Centroamericano –El Salvador, Honduras, Guatemala–, ponen en evidencia contextos en los cuales se destaca una creciente movilidad forzada en condiciones de precarización sociomaterial y de vulneración de los derechos ciudadanos de una amplia población que se moviliza, y frente a la cual se observa una limitada y diferencial respuesta gubernamental y social. Aunque se trata todavía de una reflexión preliminar, interesa abordar aquí el debate que suscita el proceso de transformación de las políticas migratorias, de cara a las necesidades de protección de poblaciones altamente vulnerables y a la creciente tendencia a la securitización de las medidas adoptadas, presente también, en las dinámicas transfronterizas sur-sur.

Palavras-Chave: Migración transfronteriza; Derechos de los migrantes; Respuesta estatal.

Abstract

The Colombian case on internal displacement and forced cross-border migrations serves as a starting point for the reflection presented here. An exploratory analysis of the assistance requirements of the migrant population and the responses by the State to their demands, in contexts of increasing conflict during recent years, lies under the comparative perspective that is sought between the Colombian and Mexican cases. The recent migratory dynamics in Colombia's and Mexico's border corridors, among Ecuador, Venezuela and Panama in the first case, and the so-called Central American North Triangle: El Salvador, Honduras, Guatemala, in the later, highlight contexts in which there is an increase in forced displacement in conditions of socio-material precariousness and the violation of the citizen's rights of a large population. The study shows that there is a limited and somehow excluding type of social response by the government. Although it is still a preliminary reflection, it is of interest here to address the debate that arises in the process of transforming migration policies, in view of the protection needs of highly vulnerable populations and the growing tendency to securitize the measures adopted, also present in the south-south cross-border dynamics.

Keywords: Cross-border Migration; Migrant Rights; State Response.

*Profesora investigadora del Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, Colombia

ENTRE LA RETÓRICA HUMANITARIA Y LA SECURITIZACIÓN DE LOS FLUJOS MIGRATORIOS

Un aspecto sustantivo que singulariza el contexto global contemporáneo en materia de migraciones es la coexistencia de una compleja combinación de movimientos poblacionales voluntarios e involuntarios. En particular, las migraciones forzadas han estado asociadas, especialmente, a diversas causas relacionadas con la violencia –guerra, crimen organizado, persecución– y con problemas medioambientales o por desarrollos a gran escala, con la consecuente afectación de los derechos de la población migrante, cuya protección debería ser responsabilidad de los estados sin distinción de origen, tránsito o residencia dado su carácter universal (Gzesh, 2008). Sin embargo, un rasgo igualmente presente y preocupante de la situación actual es la incapacidad de los estados o su negligencia para garantizar o proteger los derechos de la población migrante. Por ello, la pregunta por las políticas migratorias y sus transformaciones recientes adquiere renovada importancia.

Una mirada a las dinámicas migratorias en los corredores fronterizos de Colombia – con Ecuador, Venezuela y Panamá – y de México y el denominado Triángulo Norte Centroamericano – El Salvador, Honduras, Guatemala – evidencia contextos en los cuales se destaca una creciente movilidad forzada en condiciones de precarización sociomaterial y de vulneración de los derechos ciudadanos de una amplia población que se moviliza y, desvela una respuesta de los gobiernos, por lo menos ambigua, a los requerimientos de atención de esta población. Ambivalencia derivada de una creciente preocupación por la masiva migración transfronteriza, un hecho inédito, particularmente en América Latina¹, al que se percibe como un peligro o como fuente de diversos problemas.

Los países de la región se caracterizaron en el pasado reciente por ser expulsores de población hacia el norte, fundamentalmente. El paso de las fronteras, en casos

¹ Así como se tornó permanente el tránsito de los migrantes africanos a través del Mediterráneo a pesar del riesgo que corren sus vidas (<http://www.hispantv.com/noticias/libia/364802/muertos-naufragio-mediterraneo-migrantes-2018>), es cada vez más frecuente observar el tránsito en y desde el sur, en contextos latinoamericanos, bajo condiciones altamente peligrosas, las cuales se agravan según las medidas adoptadas por los distintos gobiernos, de atención o contención, de forma explícita o velada:

<https://expansion.mx/mundo/2018/08/28/brasil-autoriza-uso-de-fuerzas-armadas-en-roraima-por-migracion-de-venezolanos>); https://www.alianzaamericas.org/mexico-pese-a-su-discurso-de-politica-humanitaria-continua-con-la-politica-de-detencion-y-contencion/?lang=eshttps://elpais.com/internacional/2019/04/23/mexico/1556037413_037927.html

como el de México, constituía sólo un momento de tránsito de poblaciones centroamericanas que buscaban llegar por esa ruta a los Estados Unidos. Las migraciones de poblaciones del sur de América Latina hacia el norte, por supuesto, también utilizaron atajos para llegar a ese destino, para el cual el camino por México aparecía como una alternativa ante las condiciones restrictivas de acceso a los visados exigidos por las autoridades migratorias estadounidenses. México se erigió, en el imaginario latinoamericano, en la puerta de ingreso a un futuro promisorio -o el muro que lo impide-. Unas trayectorias que han fluctuado entre condiciones de asistencia y represión. Protección y control han sido dos caras de la moneda, según el momento y el contexto local, regional y global. Para algunos, se trata de evitar los controles o contar con recursos económicos que permitan pagar por el ingreso; para otros, hacerse a un plan clandestino de ingreso al país del norte en calidad de indocumentado, a riesgo de hacer parte de la lista de víctimas del tráfico de personas.

La complejidad de los desplazamientos de población en América Latina llama la atención sobre la relevancia que han adquirido las políticas de atención a la población migrante y el proceso de transformación que han experimentado en función de las nuevas conflictividades locales, regionales y globales. Un contexto violento explica, en gran medida, la creciente demanda de atención y reparación de las víctimas de los conflictos violentos y de la población migrante, en particular, por la también creciente vulneración de sus derechos. Colombia y México si bien exhiben problemáticas diferenciadas empiezan a ser objeto de una mirada comparada, especialmente en función del desplazamiento forzado interno -presente por décadas en Colombia y de reciente emergencia en México-; por la persistente violencia asociada al narcotráfico en ambos países y por las dinámicas migratorias en la frontera sur de México y en la frontera de Colombia con Venezuela, que han llevado a diagnosticar la emergencia de “crisis humanitarias” en ambas fronteras. Enunciados que ameritan una explicación.

COLOMBIA: CONFLICTO Y DINÁMICAS TRANSFRONTERIZAS

Las especificidades de las demandas de atención de la población migrante y las diferenciales respuestas estatales y sociales, permiten observar el proceso de transformación de la cuestión migratoria y de las variaciones en los discursos y políticas adoptadas por los gobiernos. En el caso colombiano, la agudización del conflicto armado en décadas recientes dio lugar a la transformación del desplazamiento forzado interno en una creciente migración transfronteriza. Las fronteras colombianas fueron adquiriendo un carácter estratégico en la dinámica de la confrontación armada,

específicamente a partir de los años noventa del siglo pasado y a partir del proceso de internacionalización del conflicto colombiano. El fortalecimiento de las guerrillas, la avanzada del paramilitarismo, la expansión del narcotráfico y la presencia de factores estratégicos -riquezas naturales, cultivos de uso ilícitos, megaproyectos energéticos y mineros- convirtieron buena parte de los corredores fronterizos en “territorios en disputa y fronteras en expansión” (Grimson, 2005). Un proceso que dio lugar a la transformación del espacio fronterizo. De la frontera como espacio socialmente construido y lugar de interacción –social, cultural, económica-, donde tenían lugar históricas relaciones de encuentro cultural e integración social entre los vecinos-habitantes de espacios fronterizos, se transitó gradualmente a la configuración de la frontera como zona de seguridad nacional y de seguridad hemisférica.

Los corredores fronterizos entre Colombia y Venezuela, Colombia y Panamá, Colombia y Ecuador, especialmente, han sido epicentro de un crecimiento inusitado del desplazamiento forzado de población. Cientos de personas han transitado por estos corredores fronterizos huyendo de la confrontación armada interna y en busca de un refugio para preservar la vida. Así, las condiciones particulares de los corredores fronterizos y las transformaciones del conflicto armado favorecieron un tránsito que se tornó regular, permanente, dando lugar a procesos de reconfiguración territorial en las fronteras. Las dinámicas de expansión territorial en función de los objetivos de control estratégico y geopolítico de las fronteras las convirtieron en escenarios permanentes de confrontación agravando la situación humanitaria y social que ha caracterizado la situación general del país. Como lo ha señalado Montúfar para el caso ecuatoriano, la presencia de actores colombianos violentos convirtió el territorio fronterizo en un lugar de descanso y abastecimiento que a lo largo de los 640 kilómetros de frontera cuenta no sólo con los puntos de paso oficialmente establecidos -los puentes internacionales- sino, además, con lugares clandestinos de paso entre ambos países (Montúfar, 2001).

El control de las fronteras – como corredores estratégicos o lugares de protección y refugio en la evolución de la guerra – está mediado por las necesidades estratégicas de control territorial de los distintos actores en conflicto; además, en tanto el mismo conflicto detona procesos de movilidad poblacional, las fronteras devienen también en zonas apropiadas por la vía de la expulsión y el desalojo masivo de la población desplazada. Este tipo de reconfiguración del territorio evidencia, de nuevo, la porosidad de los límites fronterizos y cuestiona la capacidad estatal para el ejercicio de su control. En otras palabras, en las fronteras colombianas se hace presente, por la vía de la expansión del conflicto, la vulnerabilidad estructural del Estado

colombiano o su precaria presencia – institucional y social – en cuanto no logra proporcionar protección a las comunidades localizadas en dichas áreas o a las que se ven obligadas a transitar hasta allí, y en esa medida, sin asegurar la permanencia de sus habitantes, no logra prevenir los movimientos transfronterizos hacia los países de la región, con las implicaciones que ello tiene en términos diplomáticos.

En relación con la frontera Colombia-Ecuador, la creciente movilidad de población entre ambos países², con implicaciones diversas, particularmente, en materia de seguridad humana, reconfiguración territorial y transformaciones socioculturales, expresa un ambiente de alta conflictividad, cuyo telón de fondo – los efectos del conflicto armado colombiano y la aplicación del Plan Colombia – no puede ocultar la importancia que tiene una histórica ausencia de inversión social, que muestra, en la marginalidad, la injusticia social, la pobreza y la violencia, sus rasgos más distintivos. A principios del siglo XXI los dos países experimentaron cambios en materia migratoria: diversificación de los destinos y crecimiento del flujo migratorio hacia el exterior, sin que ello diezme el constante flujo poblacional en la frontera por razones comerciales, políticas, socioculturales; y por supuesto, sin que haya cesado la migración forzada transfronteriza por causas asociadas a la violencia. Sin embargo, el tema migratorio no ha sido prioritario en la agenda binacional (Ramírez, S. y Montúfar, C. 2007).

Las históricas relaciones binacionales han vivido un proceso de transformación gradual; de la ausencia de disputas territoriales durante casi un siglo de “buena vecindad” hacia una relación mucho más compleja en el marco de la integración andina, escenario de presiones hemisféricas y globales (Ramírez, S. y Montúfar, C. 2007). No obstante, el tema de seguridad no puede soslayar la importancia que reviste la dinámica social en los corredores fronterizos. Las experiencias de intercambio histórico entre las poblaciones fronterizas y las prácticas de resistencia a la violencia han dado lugar a una capacidad de las comunidades para atender, integrar y facilitar

2 Por lo menos, desde 1995, un seguimiento al flujo de colombianos hacia a Ecuador ha sido documentado por Codhes, en cuyos informes puede observarse un crecimiento sostenido de la migración transfronteriza que escala: de 900 colombianos que huyeron en 1995 se pasó a 3100 en 1999, cifra que fue triplicada para el año 2000 cuando se registraron 9206 colombianos (SISDHES. Codhes, 2000, 2000b). Para 2006 aunque no se contó con cifras oficiales de colombianos en situación migratoria irregular, el gobierno ecuatoriano calculaba que cerca de 600 mil colombianos (entre migrantes, refugiados y población en situación irregular) habían llegado a ese país. (Codhes, 2006). Y pese a los cambios operados a partir del proceso de negociación entre el gobierno colombiano y las FARC, los desplazamientos de población siguen presentándose por razones asociadas a enfrentamientos entre actores violentos:

<https://www.eluniverso.com/noticias/2019/03/04/nota/7217378/san-lorenzo-recibio-mas-200-familias-que-huyeron-colombia>; https://caracol.com.co/radio/2019/03/03/internacional/1551638469_250534.html

el proceso de inserción de los inmigrantes. Pero también, los grandes desafíos de integración y desarrollo regional que persisten, la heterogeneidad sociodemográfica de los espacios territoriales, los profundos desequilibrios subregionales y la expansión de factores conflictivos en el corredor fronterizo. Fragilidad de los proyectos de inserción económica y estabilidad sociopolítica y existencia de múltiples exclusiones y conflictos. Esto es, nuevas territorialidades homogeneizadas a través de la violencia devienen en escenarios que comparten similares ambientes de inseguridad e incertidumbre.

En relación con las especificidades del contexto en la frontera Colombia-Venezuela, es preciso recordar la importancia estratégica del oriente colombiano, representado entre otros factores, en el permanente despliegue militar y la explotación de recursos naturales en la zona de frontera, el comercio internacional, la infraestructura del transporte de mercancías hacia la cuenca del Caribe, la existencia de megaproyectos en la perspectiva de la conectividad férrea binacional. En un contexto, además, con presencia de intereses de multinacionales minero energéticos (norte y centro de la frontera) y ampliación de la frontera agrícola hacia el sur, donde se expresa un rasgo distintivo del desarrollo capitalista global: la acumulación por desposesión (Harvey, 2005). No menos importante, es la presencia de los intereses por el control del negocio de narcóticos, tráfico de armas y riqueza petrolera en esa región. Además de las acciones relacionadas con el conflicto armado, emergen intereses económicos provenientes de otros actores – ganaderos, terratenientes, narcotraficantes, capitalistas nacionales y transnacionales – los cuales imprimen una dinámica más compleja al fenómeno de la migración forzada, en cuanto la presencia de factores causales que la detonan y expanden.

El crecimiento sostenido de la migración forzada transfronteriza asociada al conflicto armado colombiano situó en el escenario regional una “crisis humanitaria” entre 1995 y 2005, década que registró un escalamiento del conflicto armado colombiano y un crecimiento sostenido del desplazamiento forzado de población (Codhes, 2000; 2004)³. La coyuntura reciente introduce una problemática nueva en lo que se refiere a las dinámicas transfronterizas Colombia-Venezuela por la creciente y masiva migración de venezolanos hacia Colombia⁴. En este nuevo contexto, se asiste,

3 El registro sistemático de Codhes mostró para 1995 que 1500 colombianos cruzaron la frontera hacia Venezuela huyendo de la violencia; cifra que fue en aumento en los años siguientes (7000 en 1998, 5800 en 1999, 4100 en 2001. SISDHES. Codhes 2000).

4 Durante 2017 se registraron 37.000 entradas a Colombia y 35.000 salidas al día. Es decir, por jornada quedaron en el territorio colombiano aproximadamente 2.000 venezolanos: <http://ieu.unal.edu.co/noticias-del-ieu/item/colombia-sin-politica-migratoria-ante-crisis-venezolana>. De acuerdo con Migración Colombia, en 2018, más de 870 mil venezolanos se encuentran radicados en Colombia (entre regulares, en proceso de regularización e

incluso, a una modificación importante del patrón migratorio colombiano como país expulsor de población que encontraba en Venezuela un destino preferente de los colombianos que huían de la guerra, el cual empieza a invertirse debido a la crisis venezolana que ha conducido a una masiva movilización de su población hacia diversos destinos, entre los cuales Colombia ocupa un lugar central. Así, uno de los desafíos explicativos que hoy tenemos se refiere a ese cambio: el tránsito de país expulsor a país receptor, sin la suficiente experiencia de acogida de población inmigrante y en un contexto de política migratoria ambivalente, que frecuentemente aplica medidas equívocas en relación con el ingreso y acogida de población inmigrante⁵.

En relación con la frontera Colombia-Panamá, si bien puede situarse en condiciones similares a las señaladas antes, respecto al impacto del conflicto armado sobre el desplazamiento de población hacia las fronteras, algunos rasgos específicos han hecho de esta frontera un escenario complejo de la crisis humanitaria por la presencia de comunidades afrocolombianas e indígenas que han mantenido un permanente desplazamiento -individual y colectivo- hacia zonas selváticas de Panamá y del departamento de Chocó. Resulta especialmente relevante la mayor vulnerabilidad de las comunidades indígenas en esta frontera al ver limitadas sus posibilidades de refugio debido a la doble nacionalidad, al ser parte de comunidades con presencia binacional.

La importancia geoestratégica de la frontera con Panamá – comercio ilegal de armas, tráfico de drogas, selva del Darién, canal interoceánico – ha alimentado por años la percepción del gobierno panameño de tener un problema grave de seguridad, especialmente por la amenaza que ha representado el conflicto armado y la presencia de actores armados ilegales. En mayo de 2016 se presentó la más grave

irregulares). Esta cifra representa un incremento del 58% respecto al año 2017. *Diariamente un poco más de 3.000 personas ingresan por zona de frontera y utilizan a Colombia como país de tránsito, pues su interés no es radicarse en el territorio nacional*: <http://www.migracioncolombia.gov.co/index.php/es/prensa/comunicados/comunicados-2018/julio-2018/7929-mas-de-870-mil-venezolanos-estan-ubicados-en-colombia>

5El Estado Colombiano ha orientado su política migratoria, especialmente, a los migrantes colombianos en el exterior; en 2004 creó el Programa Colombia Nos Une (Decreto 4000); en 2009 el Consejo Nacional de Política Económica y Social (CONPES) 3603 de 2009 creó la Política Integral Migratoria (PIM) y la Ley 1465 de 2011 reglamentó el Sistema Nacional de Migraciones. En relación con los protocolos de atención a población inmigrante, si bien, ha suscrito los tratados internacionales básicos (OIT 1949; Estatuto Refugiados 1951), sólo recientemente se ha visto abocado a darle trámite a situaciones provenientes de la presencia masiva de extranjeros en Colombia. Mediante el Decreto 1067 de 2015 estableció parámetros para el control de flujos migratorios en las fronteras, y específicamente, frente al caso venezolano, emitió el Decreto 542 de marzo de 2018, mediante el cual adopta medidas para la creación de un Registro Administrativo de Migrantes Venezolanos en Colombia, como insumo para el diseño de una política integral de atención humanitaria; en abril de 2018 emitió la Circular Conjunta (Migración Colombia y Ministerio de Educación) para la atención de niñas, niños y adolescentes procedentes de Venezuela en los establecimientos educativos colombianos.

crisis humanitaria que haya afectado a la población de nacionalidad extranjera y a las comunidades de acogida en las localidades de Acandí-Chocó y Turbo-Antioquia resultado del cierre de la frontera. Más de mil migrantes quedaron represados en Turbo y se vieron ante la disyuntiva de intentar el paso fronterizo de manera irregular, atravesando una zona selvática o ser deportados a sus países de origen⁶. La afectación de los derechos de los migrantes y la vulneración de su integridad estuvo presente en este episodio que mostró, además, la incapacidad del gobierno colombiano para atender la situación (Codhes, et.al, 2017).

Estas dinámicas transfronterizas dan cuenta de diferentes modalidades de desplazamiento poblacional; distintas estrategias de quienes se ven forzados a migrar -desplazamiento provisional, circular, instalación definitiva y/o solicitud de refugio-; y diferentes respuestas institucionales y sociales⁷. Así mismo, permiten observar la transformación del desplazamiento poblacional en un asunto de seguridad. La “porosidad” de las fronteras ambientó la “securitización” de la agenda regional y con ella, el control de los flujos migratorios.

UN PARALELISMO CON EL CASO MEXICANO

El aumento de los índices de criminalidad y violencia en México y el denominado Triángulo Norte Centroamericano -El Salvador, Honduras, Guatemala- subyace al crecimiento sostenido del desplazamiento de población en estos países. A ello se suma, la precariedad económica y la creciente vulneración de los derechos de la población que huye.

El aumento de la violencia en México está asociado desde finales del siglo pasado a la acción de los Cárteles de la droga, especialmente con el fortalecimiento y protagonismo del Cártel del Golfo, que marca una diferencia importante con sus antecesores en relación con su estructura organizativa y la ausencia de un clan familiar como garante de la lealtad entre sus miembros, generando con ello una disputa violenta por el acceso al mando de la nueva organización criminal y el control de rutas y territorios (Valdés, 2013; Astorga, 2005).

6 La decisión del presidente panameño de cerrar la frontera con Colombia fue explicada como una medida de lucha contra el narcotráfico y para enfrentar el paso de migrantes irregulares: <https://www.semana.com/mundo/articulo/panama-cierra-su-frontera-con-colombia-en-la-operacion-escudo/472944>

7 En un estudio reciente, Santiago Valenzuela (2018) destaca que, ante la ausencia de una política enfocada en los derechos humanos para los inmigrantes indocumentados, en el caso de Colombia, la solidaridad y la búsqueda de derechos se construye en la cotidianidad de las poblaciones afectadas y en las acciones directas de las instituciones locales.

La creación y expansión de Los Zetas a fines de los noventa y los primeros años de este siglo fue un verdadero punto de inflexión que daría paso a un nuevo momento en la historia de la delincuencia organizada en México: el de organizaciones criminales apoyadas en verdaderas maquinarias para matar (ESCALANTE, 2013, p. 14).

El recrudecimiento de la violencia en México se erige en una razón importante para migrar, a lo que se suma el crecimiento de los flujos migratorios provenientes Centroamérica.

Las nuevas conflictividades globales y la estrategia de lucha contra el terror a partir de los atentados de 2001 sirvieron de contexto explicativo para el endurecimiento de las políticas migratorias estadounidenses: un mayor control de los flujos migratorios se vio acompañado del uso de la fuerza, incremento de mecanismos de vigilancia, deportaciones, persecución y estigmatización de los migrantes y la consecuente vulneración de sus derechos. La agudización de la violencia en la zona de México y el Triángulo Norte Centroamericano, acrecentó la desconfianza del gobierno norteamericano hacia la población proveniente de esta región. Además, el miedo al “terrorista” se convirtió en un pretexto para reprimir las condiciones de entrada y justificar abusos de la patrulla fronteriza norteamericana. El gobierno estadounidense aumentó el presupuesto de la Patrulla Fronteriza y del Servicio de Inmigración y Naturalización (INS, por sus siglas en inglés); aumentó también las horas de vigilancia y lanzó varias operaciones para reforzar la seguridad fronteriza –Bloqueo, El Paso, Guardián San Diego–.

Para la primera década del siglo XXI las horas de vigilancia crecieron un 74%, el presupuesto un 52% y las deportaciones un 32%. El aumento de las deportaciones superó los peores años antiinmigrantes (1930 cuando se contabilizaron 139 mil deportaciones, frente a las 500 mil por año de la era Obama) (Massey et al., 2009; Massey et al., 2002; Chávez, 2001; Dobbs, 2006). Por tanto, la frontera se convirtió en un campo de batalla, en el que Estados Unidos ejercía su poder castrense para cuidar la seguridad interna. Así se dio un cambio en las rutas de paso y el alza de los costos y riesgos del cruce de la frontera. El endurecimiento de la política migratoria estadounidense ha cambiado los patrones migratorios de quienes antes realizaban movilizaciones circulares. Se trataba de trabajadores temporeros, de origen mexicano en general, que ante esta política restrictiva comenzaron a establecerse en destino con sus familias. La criminalización y persecución a la que se sometió a la población migrante les obligaba a disminuir sus movimientos y las tasas de retorno se redujeron (Massey, Pren y Durand, 2009). Además, estas políticas han aumentado los riesgos del paso, no únicamente por los obstáculos naturales, sino por los riesgos que constituye cruzar rutas controladas por el crimen organizado. Todo esto, sin

mencionar la negligencia de las fuerzas de policía, que toleran o hacen parte de las acciones que vulneran los derechos de los migrantes, mexicanos y extranjeros.

Tradicionalmente el ingreso de trabajadores guatemaltecos a México ha sido autorizado sin restricciones, contrario al ingreso de otros migrantes a quienes se les exige visado. Sin embargo, a partir de los atentados de septiembre de 2001, México también transformó la seguridad fronteriza, en virtud de nuevas exigencias del gobierno norteamericano respecto al control de su frontera sur. Desde entonces el gobierno mexicano busca contener los flujos de centroamericanos en su territorio, sobre todo evitando que se dirijan a Estados Unidos⁸. El endurecimiento de las políticas migratorias de Estados Unidos y de México ha repercutido en las condiciones de seguridad y respeto de los derechos de los migrantes. Las nuevas rutas de los migrantes para evitar los controles migratorios los llevaron a coincidir, frecuentemente, con las rutas del crimen organizado – narcotráfico, trata, contrabando – que rápidamente vieron en esa población vulnerable una nueva fuente de ingresos (Isacson y Meyer, 2012; Azaola, 2008; CIDH, 2014; Martínez, Cobo y Narváez, 2015).

Por otro lado, y no menos importante, una histórica movilidad poblacional interna en el sur de México se ve profundizada en los años recientes por la violencia asociada al narcotráfico. Unas 160 mil personas han sido desplazadas de su lugar de origen, principalmente por este motivo, según información del IDMC, cifra que incluye desplazamientos prolongados en el tiempo desde el levantamiento zapatista en 1994 en Chiapas hasta los desplazamientos generados por el narcotráfico y el crimen organizado desde 2007 (Rosas, 2017). Si bien como lo señala esta investigadora, el caso de desplazamiento forzado interno en México no es comparable, cuantitativamente, con el caso colombiano, sí resulta importante subrayar su situación reciente, entre otras razones, por su vínculo con la violencia y por la falta de reconocimiento del fenómeno y, en consecuencia, su limitada atención gubernamental y social.

8 La institucionalización de la gestión migratoria en México se inicia formalmente en 1993 con la creación del Instituto Nacional de Migración, que simboliza el resultado de las modificaciones de la política migratoria mexicana. La migración ha sido una preocupación en México desde inicios del siglo XX, resultando en leyes que buscaban regular sobre todo la residencia de los extranjeros en el país, pero también la salida de trabajadores mexicanos al extranjero. A mediados del siglo XX se establece la primera Ley de Migración, que estuvo vigente hasta 1974. En ese año se propuso una nueva ley que ampliaba los beneficios para los refugiados, pero también controlaba la participación de extranjeros en empresas como inversionistas o la adquisición de inmuebles. Hasta 1989 el gobierno mexicano no ve la necesidad de establecer ningún programa que se ocupe de los migrantes mexicanos que retornan o circulan desde Estados Unidos a México. En ese año se instauró el programa Bienvenido Paisano creado para apoyar a los connacionales que vuelven –de manera permanente o temporal– a México. Con la creación del Instituto Nacional de Migración se pretende descentralizar las funciones que hasta entonces realizaba la Secretaría de Gobernación, en una institución abocada únicamente a la gestión, control y verificación de los flujos migratorios. Pero no es hasta 2005 que el INM es considerado una instancia de seguridad nacional. <http://www.inm.gob.mx> (consultado el 20 de septiembre de 2017)

A este desplazamiento interno en el sur de México se ha sumado una dinámica transfronteriza caracterizada por la migración centroamericana de carácter masivo, bajo la forma de Caravanas que han puesto a prueba la capacidad de respuesta de las autoridades migratorias mexicanas bajo la presión estadounidense para que se evite su tránsito hacia el norte. Desde octubre de 2018 una multitudinaria caravana de migrantes centroamericanos que empezó en Honduras se propuso avanzar hasta llegar a Estados Unidos, cruzando por aquellos tramos considerados peligrosos para los centroamericanos. Las cifras estimadas entre cuatro mil y siete mil caminantes de la primera caravana y las razones explicativas de este éxodo desvelan que además de la violencia, los centroamericanos huyen de la precariedad económica y la desigualdad extrema en sus países⁹. Desde entonces, el fenómeno de las caravanas de migrantes centroamericanos llama la atención sobre la histórica migración por pasos fronterizos peligrosos, a causa de la presencia y acción de las organizaciones criminales, por los abusos de autoridades en materia de derechos humanos de los migrantes y por los controles migratorios establecidos bajo el gobierno de Peña Nieto bajo el Plan Frontera Sur. El cambio de gobierno en México inauguró a una nueva estrategia que en estos primeros meses del año 2019 ha tenido algunos cambios. Las visas humanitarias fueron entregadas a cientos de migrantes para garantizar su tránsito libre por el país, permiso de trabajo y atención sanitaria. En palabras del comisionado del Instituto Nacional de Migración (INM), Tonatiuh Guillén, “el objetivo por nuestra parte es que su ingreso sea regular, que todos tengan una situación jurídica apropiada y que valoren a México como opción de alternativa laboral. Uno de los proyectos de la nueva política migratoria es formalizar las condiciones para un desarrollo compartido entre México y Centroamérica”¹⁰. Sin embargo, la respuesta mexicana no ha evitado el propósito de los migrantes de cruzar la frontera norte para obtener refugio en los Estados Unidos. Recientemente, una nueva estrategia del gobierno mexicano, la Tarjeta de Visitante Regional (TVR) permite que los migrantes ingresen a México por tiempo limitado, pero no autoriza que puedan trabajar durante ese periodo. Los nuevos requisitos pretenden la regularización del creciente éxodo centroamericano y ha puesto en cuestión las consideraciones humanitarias presentes en las primeras medidas adoptadas por el gobierno de López Obrador y frustra las expectativas de los migrantes en relación con la salida a su situación con el nuevo gobierno mexicano¹¹.

⁹<https://www.nytimes.com/es/2018/10/30/opinion-oscar-martinez-caravana-migrante/>

¹⁰<https://www.jornada.com.mx/ultimas/2019/01/22/mas-de-9-mil-migrantes-registrados-en-frontera-inm-7351.html>

¹¹<https://www.elheraldo.hn/minisitios/hondurenosenelmundo/1278393-471/qu%C3%A9-requisitos-nuevos->

En la perspectiva comparada que se pretende, como se señaló atrás, es importante subrayar que el desplazamiento forzado y la migración transfronteriza de colombianos, mexicanos y centroamericanos, evidencia que además de la violencia como factor detonante, existe un crítico contexto socioeconómico y político, agravado por las estrategias que se derivan del nuevo orden mundial, de las nuevas conflictividades globales, particularmente a partir de las cruzadas contra el narcotráfico y el terrorismo. Estrategias, que como bien lo documenta Gloria Naranjo, evidencian la actual tendencia a la transformación de las migraciones internacionales en migraciones forzadas y, en consecuencia, la emergencia del nexo migración-desplazamiento-asilo, con dos rasgos adicionales: el incremento de políticas de control, seguridad fronteriza y contención migratoria en los Estados nacionales y el incremento de las migraciones mixtas, de los flujos y asentamientos mezclados de migrantes, desplazados, refugiados (Naranjo, G. 2015).

Las transformaciones de las condiciones sociales y económicas de los habitantes de las regiones fronterizas, la vulneración de los derechos de los migrantes en tránsito y las distintas respuestas sociales – acogida, hostilidad o rechazo – son elementos importantes para examinar los retos que enfrentan los Estados (en sus distintas escalas) para garantizar la atención de los migrantes. Interesa, especialmente, observar si la formulación e implementación de políticas migratorias contribuye a reforzar o a desactivar los imaginarios contruidos sobre la cuestión migratoria, cada vez más proclives al control y restricción de la movilidad poblacional. Por eso, se advierte de la ambivalencia presente en algunas medidas que al amparo del discurso humanitario no hacen más que desvelar una postura contraria a los principios de universalidad de los derechos.

Precisamente, reivindicaciones como el refugio y el derecho de asilo, se han visto cada vez más en riesgo a partir de los requerimientos imperantes para su trámite. Si bien la condición – regular o irregular – del migrante suele definir el tipo de acogida que recibe, también es cierto que la condición de refugiado no garantiza soluciones duraderas a su situación vulnerable, aunque posibilite el acceso a una oferta institucional de servicios prevista para estos casos por las instituciones de ayuda humanitaria y facilite la libre circulación. Sin embargo, la reciente ola migratoria ha puesto en cuestión la eficacia de este recurso y, sobre todo, ha mostrado que los Estados tienden a dilatar en el tiempo su respuesta (para desestimular su trámite) o a rechazar las solicitudes tramitadas¹².

deben-cumplir-los-migrantes-para-ingresar-a-m%C3%A9xico

12 En marzo de 2018, la Cancillería colombiana señaló que daría inicio a un censo de población venezolana

NUEVOS HECHOS, VIEJAS RESPUESTAS

Las dinámicas transfronterizas en el sur de México y el Triángulo Norte Centroamericano y la transformación de la migración transfronteriza en el caso Colombia-Venezuela, en la más reciente coyuntura, llaman la atención sobre el real alcance de las medidas ensayadas por los distintos gobiernos para garantizar el restablecimiento de los derechos vulnerados a la población migrante y la restitución de condiciones adecuadas para darle salida a la precariedad de su situación.

En materia de transformación de las políticas migratorias en América del Sur, Eduardo Domenech sitúa sus antecedentes en el caso argentino, país que adelantó un cambio importante en sus políticas migratorias a partir de 2003. Un cambio que dejaba atrás los planteamientos de la doctrina de la seguridad nacional dominantes, que reconocía la migración como derecho y que abría el camino a un proceso de regularización sin antecedentes a través del programa “Patria Grande” (Domenech, 2017). No obstante, ese optimismo por el cambio ocultó los límites de una política migratoria que superara los problemas de exclusión y favoreciera los procesos de integración. Además, las prácticas de control y vigilancia presentes en las políticas migratorias, desde entonces, e incluso su justificación al amparo del discurso humanitario, revelan hasta hoy, la preeminencia de un paradigma regulatorio de los flujos migratorios.

La presencia de un doble discurso en la experiencia de tratamiento de la migración ha estado incluso en la construcción y delimitación del problema público que intentan resolver las políticas migratorias. Pero ¿cuál es el problema? ¿Cuál es el papel de los Estados en contextos de violencia prolongada para garantizar el respeto de los derechos de los ciudadanos y el ejercicio pleno de la ciudadanía en contextos de movilidad transfronteriza? ¿Qué relación existe entre situaciones de vulneración de derechos con el carácter forzado de las migraciones? Partimos de un planteamiento hipotético según el cual, en contextos de violencia la responsabilidad del Estado en materia de protección de los derechos ciudadanos y garante del ejercicio de estos parece desdibujarse. Esta situación resulta emparentada con la pérdida gradual del monopolio de la violencia por parte del Estado y la creciente intervención de actores armados ilegales. Las fisuras que permiten la injerencia de actores que vulneran el desempeño del Estado por efecto de su captura o persistente disputa y la incapacidad del Estado para atender las demandas y expectativas de sectores poblacionales

en Colombia, con el fin de conocer su situación y darles estatus migratorio; además, afirmó que “evitaría dar el estatus de refugiados” para facilitar su integración: <https://www.notimerica.com/politica/noticia-colombia-iniciara-censo-venezolanos-migrantes-evitara-darles-consideracion-refugiados-20180318112841.html>

diversos, son factores que subyacen a la migración y que deben ser explicados.

Las cifras de migrantes-víctimas (en el Mediterráneo o en América Latina) esconden un contexto de políticas públicas enfocadas en la segregación, en una cadena de exclusiones que afecta a diversas poblaciones que se desplazan a través de las fronteras. La deportación de los migrantes irregulares se ha hecho cada vez más frecuente, como amenaza o como práctica. El imaginario del “migrante ilegal”, del “desplazado bandido”, del “migrante irregular” es visible en las fronteras del mundo, y los espacios fronterizos de México-Centroamérica, de Colombia-Venezuela, son localidades de frontera en los que se reedita, con las especificidades del caso, el drama humanitario de otras fronteras del mundo.

El goce efectivo de los derechos humanos puede constituir una herramienta de defensa que responda a los reclamos de la población. Sin embargo, para ello es necesaria una reconfiguración de la ciudadanía adecuada al contexto actual que no encuentre límites en las delimitaciones geográficas. En los términos de Eduardo Domenech, “la ciudadanización de la política migratoria” constituye uno de los procesos sociopolíticos que está modificando la construcción de las políticas públicas migratorias: “la ciudadanización estaría dando cuenta de dos hechos íntimamente articulados: por un lado, la creciente participación de los movimientos y organizaciones de la sociedad civil en la determinación de los asuntos migratorios y, por el otro, el formal reconocimiento y extensión de derechos civiles, sociales, económicos, políticos y culturales a los migrantes, tanto a los inmigrantes como a los emigrantes” (Domenech, 2008: 54).

Por otro lado, la existencia de fenómenos asociados a las dinámicas migratorias actuales como el tráfico de personas, sin duda, demanda un tratamiento policial, pero ello no justifica la vulneración de los derechos de los sujetos involucrados o incluso el uso de medidas, como la deportación, frecuentemente invocada como amenaza. Detrás de cada “etiqueta” con la que reconocemos el fenómeno migratorio se esconde una postura frente al mismo que es preciso identificar y deconstruir. El llamado al control de las migraciones por razones de seguridad y organización, no son más que consideraciones que ocultan una “selectividad” de la migración que condiciona, diferencia, excluye a sujetos, colectivos y países. Ambivalencia, contraste, paradojas de las políticas migratorias, que solo de cara al examen de los casos específicos, permite una postura crítica, capaz de proponer un giro en la mirada y un redireccionamiento de las políticas migratorias.

En esta dirección, las dinámicas transfronterizas, como puede observarse en los casos referidos, fue imponiendo el proceso de *securitización* de la migración y,

en consecuencia, la criminalización de los migrantes transfronterizos. El vínculo migración-seguridad se observa así con precisión. En otros términos, el examen de los casos nos permite identificar ese doble discurso que prevalece: por un lado, la permanente invocación a la apertura de fronteras en función de los procesos de integración regional y, por otro, las medidas restrictivas que enfrentan los migrantes en los espacios fronterizos. La tendencia global a la *securitización* de las fronteras tras su creciente control y vigilancia agrava las situaciones de vulnerabilidad que se cruzan frecuentemente con factores de riesgo como el incremento del tráfico de personas y otras acciones delictivas que suelen asociarse a la movilidad irregular (López Salas, 2003). Eduardo Domenech ha problematizado no sólo la tendencia creciente al control y vigilancia de las migraciones y las fronteras, sino su justificación a partir del discurso del reconocimiento de los derechos de los migrantes que se invoca. Para ello, introduce la noción de “control con rostro humano” para “poder dar cuenta de prácticas estatales y no estatales que indican nuevas modalidades de control de las migraciones y las fronteras en las cuales se encuentran imbricadas, ideas, enunciados, objetos, lógicas e instituciones relacionados con los “derechos humanos” y la “seguridad” (Domenech, 2017: 15).

La continuidad y sostenibilidad de medidas favorables al hecho migratorio demanda no sólo de una estructura normativa adecuada; se requiere, además, una línea de cooperación con otros Estados, teniendo en cuenta que las situaciones particulares -como los casos de venezolanos y centroamericanos- no impacta sólo a Colombia o a México, respectivamente. Los países de la región también son impactados con el crecimiento de estos flujos migratorios. Por tanto, además de garantizar acceso a derechos es importante que las políticas migratorias reconozcan en el hecho migratorio una oportunidad y contribuyan a evitar la criminalización, la discriminación y la xenofobia. Los desplazamientos forzados transfronterizos que vemos en aumento en el contexto de la crisis regional reciente devienen en un factor internacional que tiene que ser tratado como asunto prioritario en la agenda de integración regional (Moreno Durán, 2003). Esto es, la situación de los desplazados hacia las zonas de frontera revela una persistente cadena de exclusiones y vulnerabilidades extremas que requiere una indagación a partir de una mirada renovada del problema, con el propósito de que su explicación contribuya a su inclusión en una agenda compartida de acción política regional

REFERENCIAS

ASTORG, L. *El siglo de las drogas: el narcotráfico, del Porfiriato al nuevo milenio*, Plaza y Janés, México, 2005.

AZOLA, E. Crimen, castigo y violencias en México, *Colección Ciudadanía y Violencias*, Vol. 5, FLACSO – MDMD, Quito, Ecuador, 2008.

CASTLES, S. La política internacional de la migración forzada, *Migración y desarrollo*, N°1: 1-28, 2003.

_____. Comprendiendo la migración global: una perspectiva desde la transformación social, *Relaciones Internacionales*, N° 14, GERI-UAM, 2010.

CODHES et.al. *Desplazamiento, refugio y apatridia. Informe Colombia seguimiento al Plan de acción de Brasil*, 2017.

CODHES. *Alarma en las fronteras por el Plan Colombia*, 2000.

CODHES. *Fronteras: conflicto y crisis humanitaria*, 2000a.

COMISIÓN Interamericana de Derechos Humanos. *Derechos humanos de los migrantes y otras personas en el contexto de la movilidad humana en México*, OEA, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación de España, 2014.

DOBBS, L. *War on the middle class: how the government, big business, and special interest groups are waging war on the american dream and how to fight back*, Viking, Nueva York, 2006.

DOMENECH, E. Migración, legislación y políticas en la Argentina actual: Escenas etnográficas de prácticas de control y vigilancia. En Ramírez, Jacques Migración, Estado y políticas. Cambios Sur. La Paz (Bolivia): Vicepresidencia y continuidades en América del del Estado Plurinacional, 2017.

ESCALANTE GONZALBO, F. Paisaje antes de la batalla. Notas sobre el contexto de la guerra contra las drogas en México, *Revista Mexicana de Ciencias Política y Sociales*, N° 218: 73-104, Universidad Nacional Autónoma de México, 2013.

GÓMEZ-JOHNSON, C. De la migración económica a la migración forzada por el incremento de la violencia en El Salvador y México, *Estudios Políticos*, N° 47: 199-222, 2015.

GRIMSON, A. Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur, en Daniel Mato, *Cultura, política y sociedad*. Perspectivas latinoamericanas, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, pp. 127-142, 2005.

GZESH, S. Una redefinición de la migración forzada con base en los derechos humanos, *Migración y desarrollo*, N° 10: 97-126, 2008.

MASSEY, D.; D, J. y M; N. B. *Smoke and mirrors: Mexican immigration in an era of economic integration*, Russell Sage Foundation, Nueva York, 2002.

HARVEY, D. *El "nuevo" imperialismo: acumulación por desposesión*. CLACSO, 2005.

IRANTZU, M. *Migración Forzada*, 2009. disponible en: <http://dicc.hegoa.efaber.net/listar/mostrar/143>

ISACSON, Adam; MEYER, M. *La seguridad y los migrantes a lo largo de la frontera entre EE.UU. y México*. El Colegio de la Frontera Norte (COLEF), Oficina en Washington para Asuntos Latinoamericanos (WOLA), México, 2012.

LÓPEZ, A. *Repensando el papel político de las fronteras en la conformación y la regulación de la movilidad internacional*. En: María, Anguiano y Ana, López, (ed). (2010) *Migraciones y fronteras. Nuevos contornos para la movilidad internacional*, (pp. 333-344). Barcelona, CIDOB Ediciones, 2010.

LÓPEZ, A. *Inmigrantes y Estados: la respuesta política ante la cuestión migratoria*. Barcelona: Anthropos, 2005.

LÓPEZ, A. El control de la inmigración: Política fronteriza, selección del acceso e inmigración irregular, *Arbor*: vol. 171, núm. 713, pp. 27-39, 2007.

MASSEY, D. S.; P. K. A.; D. J. Nuevos escenarios de la Migración México-Estados Unidos: Las consecuencias de la guerra antiinmigrante, *Papeles de Población*, Vol. 15 (61): 101-128, 2009.

NARANJO, G. *El nexo migración-desplazamiento-asilo, entre el orden fronterizo de las cosas y su desafío: políticas migratorias/fronterizas de control y gestión y prácticas emergentes de ciudadanía transfronterizas en las fronteras España (Unión Europea)-Marruecos (África) y Colombia-Venezuela (CAN-Suramérica)*. 1990-2010. Tesis doctoral, 2015.

RODRÍGUEZ, C.; ERNESTO, B. S., S.; R.; M. L. F. Migración centroamericana de tránsito irregular por México. Estimaciones y características generales, *Apuntes sobre migración*, N° 1: 1-8, 2011.

ROSAS, M.C. El nuevo rostro de la migración y la seguridad: Los desplazados internos. Los casos de México y Colombia. En: Galeana, P. (Coordinadora). *Historia comparada de las migraciones en Las Américas*. México: UNAM, 2014.

SASSEN, S. *Expulsiones: brutalidad y complejidad en la economía global*, Katz editores, Buenos Aires, 2015.

VALDÉS CASTELLANOS, G. *El nacimiento de un ejército criminal*, Nexos, septiembre, México, 2013.

VALENZUELA, S. *Ayudando a los chilangos: solidaridad, políticas, redes y subjetividades en Turbo (Antioquia)*. Tesis de Maestría en Antropología. Universidad de Antioquia, 2018.

DOSSIÊ

MORBIMORTALIDADE POR VIOLÊNCIA ENTRE OS
VENEZUELANOS OCORRIDA NO ESTADO DE RORAIMA,
BRASIL

Resumo

Analisar a morbidade e a mortalidade por violência ocorrida em Roraima entre os venezuelanos no período de 2009 a agosto de 2018. **METODO:** Estudo descritivo, por meio dos dados de morbidade de violência sexual e autoprovoçada (tentativa de suicídio) do SINAN, e de mortalidade por acidente de transporte terrestre (ATT), lesão interpessoal (homicídio), e lesão autoprovoçada (suicídio) do SIM, ambos da vigilância em saúde estadual. **RESULTADOS:** Foram notificados 7.261 casos de violência no estado, destas, 21,1% por violência sexual e 17,5% por tentativa de suicídio. Os imigrantes concentraram 0,4% das violências, destes, 80,6% ocorreram entre venezuelanos, nessa população, 24% (n=6) foram por violência sexual e 20% (n=5) por tentativa de suicídio. As violências sexuais foram por estupro; 33,3% entre 5-9 anos e 77,7% de 10-14 anos; e 83,3% no sexo feminino. As tentativas de suicídio, 80% foram no sexo masculino; 20% nas faixas etárias de 15-19 anos, 20-29 anos e 30-39 anos, cada, e 40% de 40-49 anos. O SIM captou 3.176 mortes por violências no estado (16% do total). Entre os venezuelanos, ocorreram 56 mortes, destas 55,3% (n=31) por violências, sendo ATT (80,7%), homicídio (12,9%) e suicídio (6,5%). **DISCUSSÃO/CONCLUSÃO:** A partir de 2016 Roraima registrou um aumento significativo do fluxo migratório de venezuelanos que fogem da atual crise econômica do País, e essas pessoas ficam vulneráveis as várias formas de violência, tanto no papel de vítima como podem ser agressores.

Palavras-chave: Imigrantes; Roraima; Violências.

Abstract

*To analyze morbidity and mortality due to violence in Roraima among Venezuelans between 2009 and August 2018. **METHOD:** A descriptive study, using morbidity data on sexual and self-inflicted violence (suicide attempt) of SINAN, and mortality (ATT), interpersonal injury (homicide), and self-injury (suicide) of the SIM, both from state health surveillance. **RESULTS:** There were 7,261 reported cases of violence in the state, of these, 21.1% for sexual violence and 17.5% for attempted suicide. Immigrants accounted for 0.4% of the violence, of which 80.6% occurred among Venezuelans; in this population, 24% (n = 6) were for sexual violence and 20% (n = 5) for attempted suicide. Sexual violence was by rape; 33.3% between 5-9 years and 77.7% between 10-14 years; and 83.3% were female. Attempts to suicide, 80% were male; 20% in the age groups of 15-19 years, 20-29 years and 30-39 years, each, and 40% of 40-49 years. The SIM captured 3,166 deaths from violence in the state (16% of the total). Among the Venezuelans, there were 56 deaths, 55.3% (n = 31) of violence, ATT (80.7%), homicide (12.9%) and suicide (6.5%). **DISCUSSION / CONCLUSION:** As of 2016, Roraima registered a significant increase in the immigration flow of Venezuelans fleeing the country's current economic crisis, and these people are vulnerable to various forms of violence, both as victims and as aggressors.*

Keywords: Immigrants; Roraima; Violence.

*Universidade Federal de Roraima – UFRR, Secretaria de Saúde do Estado de Roraima - SESAU

**Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima - SEJUC

INTRODUÇÃO

A migração internacional é considerada um dos maiores desafios da Saúde Pública a nível mundial. Há uma reconhecida necessidade de compreensão da movimentação da população e do seu impacto na saúde, quer para os países de acolhimento, trânsito e origem, quer para as populações, migrantes e autóctones. Neste sentido, é fundamental um melhor conhecimento dos determinantes de saúde e do estado de saúde dos indivíduos e comunidades imigrantes. A crescente imigração, a que muitos países estão sujeitos, torna necessário refletir sobre políticas e estratégias de saúde pública integradoras e sustentadas, que produzam efeitos reais na redução de riscos e vulnerabilidades e permitam obter ganhos efetivos em saúde (DIAS; GONÇALVES, 2007).

Atualmente tornou-se comum acreditar na existência de nexos profundos entre os grandes fluxos migratórios e o crescimento da violência. Acredita-se que a chegada maciça de estrangeiros provoque necessariamente o aumento de crimes hediondos e outros atos violentos (CSEM, 2018).

Os trabalhos científicos sobre migração e violência são muito ambíguos. Enquanto muitos pesquisadores consideram a migração como um importante variável para explicar a violência, outros analisam a migração interna como um importante recurso para o desenvolvimento regional e não necessariamente promove a atividade criminal (CLEMENTE; RODRIGUES; LÍRIO, 2014).

Nos últimos anos, o Brasil tem sido destino de um fluxo maior de pessoas. Elas fogem de locais de conflitos, de tragédias naturais ou de nações que vivenciam problemas econômicos e estruturais graves. Em 2016, pessoas de 95 países diferentes solicitaram refúgio no Brasil. No caso de venezuelanos, houve aumento de 307% em comparação com 2015 (OLIVEIRA, 2017).

Nesse contexto, o presente estudo tem o objetivo de analisar a morbidade e a mortalidade por violência entre os venezuelanos ocorrida no estado de Roraima, Brasil, nos últimos 10 anos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo.

Roraima é um estado do extremo norte da amazônia legal brasileira e possui uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2018 de 570 mil habitantes (IBGE, 2018). Faz fronteira internacional com a Venezuela e Guiana em 1.922 km. Convive com a intensa imigração de venezuelanos, iniciada em 2016 e intensificada em 2017.

Os dados de morbidade incluem violência física, violência sexual e violência autoprovocada (tentativa de suicídio), sofrida pelos imigrantes venezuelanos. Os dados foram levantados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) estadual.

Os dados de mortalidade incluem acidente de transporte terrestre (ATT), lesão interpessoal (homicídio), e lesão autoprovocada (suicídio) e foram levantados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) estadual. Os programas SINAN e SIM, no nível estadual, são gerenciados pela Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde estadual.

O dado analisado é do período de 2009 a agosto de 2018, foram tabulados no TABNET e exportados para o programa Excel®. Foram levantados o número de casos e de óbitos, e calculado os percentuais.

O presente estudo não necessitou de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa tendo em vista que foram utilizados dados secundários e sem qualquer identificação dos sujeitos da pesquisa, conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) N° 466, de 12 de dezembro de 2012.

RESULTADOS

Foram notificados 7.261 casos de violência no estado no período estudado, destas, 70,4% (n= 5.114) por violência física, 21,1% (n=1.533) por violência sexual e 17,5% (n=1.271) por tentativa de suicídio. A violência entre os estrangeiros foi de 0,4% (n=31), destes, 83,9% (n=25) são de nacionalidade venezuelana, nessa população 56% (n=14) foram por violência física, 24% (n=6) foram por violência sexual, 20% (n=5) por tentativa de suicídio (Figura 1).

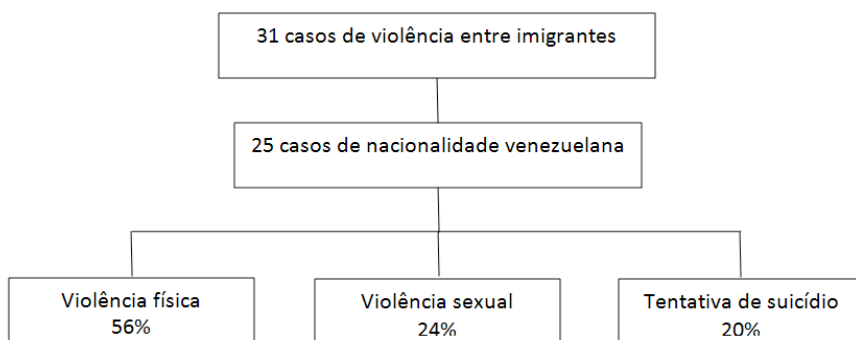


Figura 1: Demonstrativo das notificações de violências ocorrida entre os venezuelanos, Roraima, 2009 a agosto de 2018. Fonte: SINAN/Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde estadual. Dados sujeitos à alteração.

Na distribuição anual, observa-se que nos anos de 2009 e 2018 não houve notificação de violência, no entanto, 24% (n=6) dos casos ocorreram no ano de 2016 (Figura 2).

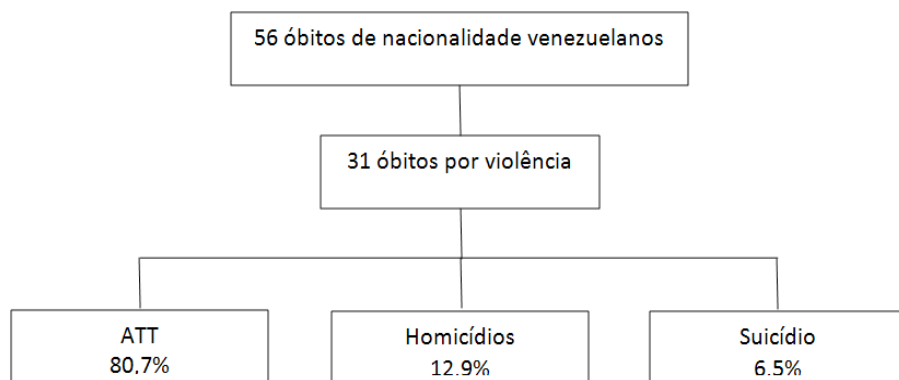


Figura 2: Número de notificações de violências ocorrida entre os venezuelanos, Roraima, 2009 a agosto de 2018. Fonte: SINAN/Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde estadual. Dados sujeitos à alteração.

As violências sexuais foram por estupro, destas, 33,3% (n=2) ocorreram na faixa etária de 5 a 9 anos de idade e 66,7% (n=4) de 10-14 anos; e 83,3% (n=5) no sexo feminino. As tentativas de suicídio foram mais prevalentes no sexo masculino onde representaram 80% (n=4) dos casos, 20% (n=1) dos casos ocorreram nas faixas etárias de 15 a 19 anos, 20-29 anos e 30 a 39 anos, cada, e 40% (n=2) de 40 a 49 anos.

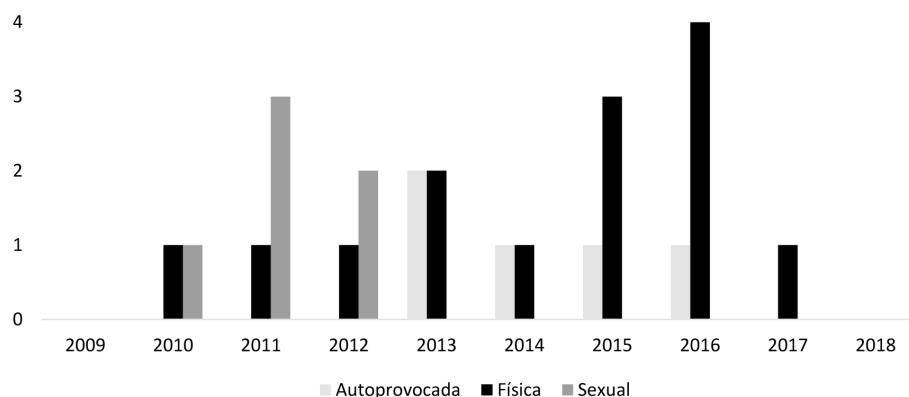


Figura 3: Demonstrativo dos óbitos por violências ocorrida entre os venezuelanos, Roraima, 2009 a agosto de 2018. Fonte: SIM/Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde estadual. Dados sujeitos à alteração.

O SIM captou 3.176 óbitos por violências no estado no período estudado, o que representa 16% do total de mortes. Entre os venezuelanos, ocorreram 56 óbitos, destes, 55,3% (n=31) foram por violências, sendo 80,7% (n=25) por ATT, 12,9% (n=4) por homicídio e 6,5% (n=2) por suicídio (6,5%) (Figura 3). Foram registrados óbitos por ATT anualmente, e 19,3% (n=6) ocorreram em 2016 (Figura 4).

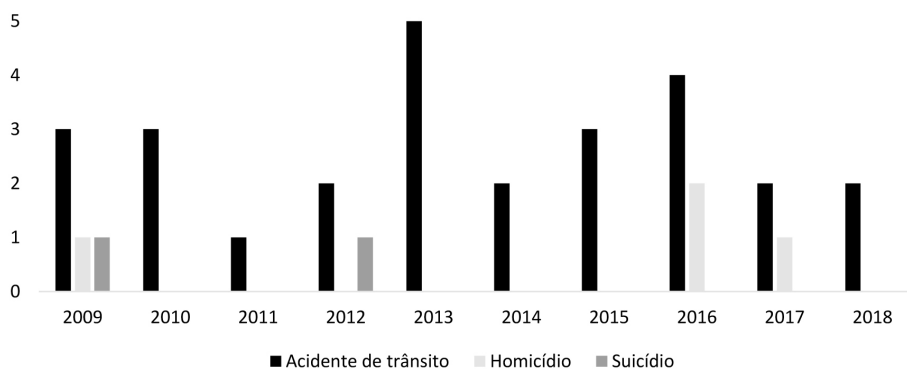


Figura 4: Número de óbito por violência ocorrida entre os venezuelanos, Roraima, 2009 a agosto de 2018. Fonte: SIM/Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde estadual. Dados sujeitos à alteração.

DISCUSSÃO

O estado de Roraima apresenta em sua formação histórica grande participação de migrantes. No século XX a criação de gado era um estímulo à fixação humana. O aparecimento da atividade mineral (garimpo de ouro e diamante) foi responsável por um pequeno fluxo migratório na década de 1910. Contudo, não foi fator responsável por significativo crescimento populacional ou econômico (BARBOSA, 1993; PEREIRA, 1993). Na década de 1980 a população dobrou de tamanho e tal fato se deu em função, sobretudo, da “exploração do garimpo” de ouro. Assentamentos agrícolas também auxiliaram nesse aumento populacional ao longo das décadas passadas (RORAIMA, 1996).

A proximidade territorial com a Venezuela permitiu um convívio intenso e harmonioso. No entanto, devido a grave crise humanitária que assola a Venezuela houve uma intensificação da imigração desde 2016. Entre 2017 e agosto de 2018, 154 mil venezuelanos entraram no Brasil por Pacaraima, cidade fronteiriça que fica a 215 Km da capital Boa Vista. Desse total, 75,5 mil pediram para se regularizar em

Roraima (COSTA, 2018). Pontuamos que houve aumento da notificação de casos de violência e óbitos por violência nessa população em 2016, coincidindo com o aumento da imigração.

Historicamente, a chegada de povos estrangeiros esteve frequentemente relacionada aos riscos de guerras e outras formas de violência. Na atualidade, algo análogo ao descrito por Girard é a “criminalização” dos migrantes, cujo objetivo é enfraquecer suas potencialidades reivindicativas e, sobretudo, dissimular as verdadeiras causas das crises sociais. Infelizmente, essa violência se auto justifica e auto reproduz: a criminalização dos migrantes justifica os atos de violência contra eles; por outro lado, essa prática costuma gerar uma violência reativa por parte das vítimas, desencadeando o conhecido processo da “escalada da violência”, um progressivo aumento dos atos violentos de ambos os lados, reiteradamente legitimados pela violência alheia (CSEM, 2018).

A violência sofrida pelas pessoas que migraram para Roraima representou 0,4% de todas as violências notificadas no estado nos últimos 10 anos, com importante participação de venezuelanos. É importante destacar que este trabalho não visa abordar a violência gerada por esses imigrantes. Nos tempos atuais, tornou-se comum acreditar na existência de nexos profundos entre os grandes fluxos migratórios e o crescimento da violência. Acredita-se que a chegada maciça de estrangeiros provoque necessariamente o aumento de crimes hediondos e outros atos violentos. Nesta perspectiva, o endurecimento das leis imigratórias é tido como um importante instrumento de proteção das populações locais. A questão migratória virou uma questão de ordem pública (CSEM, 2018).

A violência física foi o tipo de violência mais prevalente entre os venezuelanos e correspondeu a pouco mais da metade dos casos, na população geral do estado, a proporção é de 70%.

A violência sexual ocorreu em 1/4 dos casos, e a grande maioria ocorreu em meninas com até 14 anos de idade, mostrando o quanto o sexo feminino e as crianças e adolescentes estão expostas a essa violência. Na população geral do estado a violência sexual foi responsável por 1/5 dos casos.

Entre 2009 e 2016, 15,1% dos casos de violência notificados em Roraima foram por violência autoprovocada, uma média de 100 casos por ano (BELO et al., 2017). No presente estudo corresponderam a 17,5% dos casos, demonstrando que se encontra em crescimento na população geral. No entanto, entre os venezuelanos a proporção foi de 20% no mesmo período, representando 14,3% a mais que a proporção do estado.

As mortes por violência representaram 16% de todas as mortes ocorridas em Roraima, entre os venezuelanos que morreram no estado no período estudado. As mortes violentas representaram a metade de todas as mortes, uma proporção significativa maior que da população geral. Enquanto a principal causa de morte no mundo e no Brasil são as doenças do aparelho circulatório, em Roraima o grupo das causas externas (violências) ocupa a principal causa de morte há décadas, representando em média 21% de todas as mortes ocorridas nos últimos 18 anos, destas 35,2% foram por homicídios e 33,5% por ATT (BRASIL, 2018).

O detalhamento por tipo de causa externa mostrou como mais frequente, para os venezuelanos, os ATT (80,7%), os homicídios (12,9%) e os suicídios (6,5%). O suicídio é considerado um importante problema de saúde pública no mundo, no Brasil e em Roraima (BENEDETTI, 2017). No estudo realizado em São Paulo em 2015 mostrou que entre os imigrantes, as causas mais frequentes foram: as quedas acidentais (27,1%); os acidentes de trânsito (16,3%); e os homicídios (15,7%). Os óbitos de bolivianos representaram 2,3% do total de óbitos de imigrantes, e responderam por 14% dos óbitos por causas externas de imigrantes, 26% dos óbitos por acidentes de trânsito e 34,6% por homicídio (SÃO PAULO, 2015).

Os ATT constituem grave problema mundial com sérios impactos sociais, psicológicos, econômicos, previdenciários, ambientais e no âmbito do setor Saúde, em virtude do impacto na morbidade e na mortalidade, principalmente da população jovem e do sexo masculino (BRASIL, 2014).

O homicídio é a morte provocada por agressão de um indivíduo contra outro e pode ocorrer nas relações interpessoais, comunitárias e sociais. Os danos, as lesões, os traumas e as mortes causados por esse agravo afetam os envolvidos diretamente ou indiretamente como familiares, amigos, conhecidos com prejuízos a saúde individual e coletiva. E geram perdas econômicas como anos de vida produtiva perdidos, absenteísmo no trabalho e sentimentos de medo e insegurança na sociedade (BRASIL, 2014).

É fundamental conhecer a relação entre a violência de migrações, e tentar superar visões estereotipadas, em busca de análises que alcancem os problemas verdadeiros e suas causas mais profundas. Neste sentido, julga-se ser no mínimo, duvidoso culpar os migrantes e sua alteridade pelo aumento de uma violência que, na realidade, brota de crises sociais, políticas e econômicas que, por sua vez, são uns dos sintomas da globalização planetária propositalmente construída de forma unilateral, assimétrica e acríca (CSEM, 2018).

Algumas iniciativas estão sendo adotadas por instituições governamentais e não governamentais visando dar dignidade aos venezuelanos que buscam refúgio no Brasil. Recentemente ocorreu a terceira reunião técnica internacional sobre mobilidade humana de venezuelanos nas Américas (Quito III) e foi concluída com uma declaração que destaca a importância da cooperação internacional e da coordenação, comunicação e articulação entre os governos dos países receptores de refugiados e migrantes na região. A reunião reconheceu os avanços na atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade. Os países participantes reafirmaram seu compromisso com a continuidade do Processo de Quito (ONU, 2019).

CONCLUSÃO

A partir de 2016 o estado de Roraima registrou um aumento significativo do fluxo migratório de venezuelanos que fogem da atual crise econômica do País, e essas pessoas ficam vulneráveis as várias formas de violência, tanto no papel de vítima, como também, no papel de agressor.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R.I. *Ocupação Humana em Roraima*. I. Do Histórico Colonial ao início do assentamento dirigido. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi 9(1): 123-144, 1993. Disponível em: <https://www.inpa.gov.br/nucleos/roraima/publicacoes.htm>

BELO, P.K.S.; BENEDETTI, M.S.G.; ARAÚJO, M.B.; SCALABRIN, R.; RODRIGUES, T.M.; VALENÇA, L.C. *Tentativa de suicídio: incidência e perfil epidemiológico das vítimas*. Anais do II Seminário de Fenomenologia e Psicologia Fenomenológica e I Congresso Internacional Pessoa e Comunidade. Boa Vista, 12 e 13 de setembro de 2017

BENEDETTI, M.S.G. (Org). *Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima*, 2017. Secretaria de Saúde do Estado de Roraima. Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, 2018. Disponível em: http://www.saude.rr.gov.br/cgvs/images/visa/relatorios/novo/relatorioanualdeepidemiologia_2017.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. *Saúde Brasil 2013: Uma análise da situação e das doenças transmissíveis relacionadas à pobreza*. Brasília, 2014. 384 p. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Saúde Brasil estados 2018: uma análise de situação de saúde segundo o perfil de mortalidade dos estados brasileiros e do Distrito Federal*. 2018. 374p.

CLEMENTE, F.; RODRIGUEZ L.A.R.; LÍRIO, V.S. *Violência e Migração no Brasil*, 2014. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/violencia-e-migracao-no-brasil.pdf>

CSEM. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. *Criminalização dos migrantes e violência no contexto migratório: desafios*. Disponível em: <https://www.csem.org.br/artigo/criminalizacao-dos-migrantes-e-violencia-no-contexto-migratorio-desafios/19> de julho de 2018

COSTA, E. *Mais de 75 mil venezuelanos pediram para se regularizar em Roraima entre 2015 e agosto de 2018*, diz Casa Civil. G1 RR. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/06/mais-de-75-mil-venezuelanos-pediram-para-se-regularizar-em-rr-entre-2015-e-agosto-de-2018-diz-casa-civil.ghtml>. 06/09/2018

DIAS, S.; GONÇALVES, A. (Org.) “Migração e Saúde”. *Revista Migrações* - Número Temático Imigração e Saúde, setembro 2007, n.º 1, Lisboa: ACIDI, pp. 15-26

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estimativas populacionais: Roraima*, 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. Países latino-americanos destacam importância da cooperação na acolhida de venezuelanos. Disponível em: F:/IV%20SEMINÁRIO%20INTERNACIONAL%20SOCIEDADE%20E%20FRONTEIRAS%202018/Países%20latino-americanos%20destacam%20importância%20da%20cooperação%20na%20acolhida%20de%20venezuelanos%20_%20ONU%20Brasil.html 12/04/2019

OLIVERIA, R. *Dossiê Violência - Origem e destino: migrantes sofrem violência em todas as pontas da jornada*. ComCiência. issn 1519-7654. disponível em: <http://www.comciencia.br/12/10/2017>

PEREIRA, L. *O Rio Branco – observações de viagem*. Imprensa Pública, Manaus. 68p. apud Barbosa R.I. Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao início do assentamento dirigido. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi 9(1): 123-144, 1993. Disponível em: <https://www.inpa.gov.br/nucleos/roraima/publicacoes.htm>

RORAIMA. *Relatório Anual de Epidemiologia de Roraima 1996*. Centro de Epidemiologia de Roraima (CEPIRR), 1996.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação | CEInfo. Aguiar B S, Neves H, Lira M T A M. *Alguns aspectos da saúde de imigrantes e refugiados recentes no município de São Paulo*. Boletim CEInfo Análise. Ano X, n.º 13, dezembro 2015. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, p. 49, 2015.

DOSSIÊ

DESLOCAMENTOS MACUXI E WAPICHANA
EM BOA VISTA – RORAIMA:
PERSPECTIVAS A PARTIR DA ANCESTRALIDADE**

Resumo

Neste artigo abordo a presença dos povos indígenas pertencentes às etnias Macuxi e Wapichana no contexto urbano da cidade de Boa Vista, Roraima, a partir da perspectiva da ancestralidade. O argumento que apresento ao longo do texto é de que a circulação de pessoas autodeclaradas indígenas na capital roraimense é justificada por meio de uma compreensão de território que transcende os limites políticos de fronteiras estabelecidos pelo Estado brasileiro. Este entendimento não é compartilhado pelos demais cidadãos, tampouco pelos agentes do Estado, que consideram ilegítima a permanência de povos indígenas na cidade, desencadeando manifestações racistas direcionadas a este último. No texto, apresento os posicionamentos dos agentes do Estado, bem como as estratégias adotadas pelas lideranças Macuxi e Wapichana para reconhecimento da presença indígena em contexto urbano.

Palavras-Chave: Indígenas Urbanos; Estado; Etnicidade.

Abstract

In this article I discuss the presence of indigenous peoples Macuxi and Wapichana ethnic groups in the urban context of the Boa Vista city, State of Roraima, from the perspective of ancestry. The argument I present throughout the text is that the circulation of indigenous people in the capital of Roraima is justified by an understanding of territory that transcends the political boundaries established by the Brazilian State. This understanding is not shared by other citizens, nor by agents of the State, who consider it illegitimate the permanence of indigenous peoples in the city, triggering racist manifestations. In the text, I present the positions of state agents, as well as the strategies adopted by the Macuxi and Wapichana leaderships to recognize the indigenous presence in an urban context.

Keywords: Urban Indigenous; State; Ethnicity.

* Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA) com Doutorado Sanduíche pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris-França). Professora do Instituto Federal de Roraima campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR-CBVZO).

** Recorte da tese de doutorado intitulada *Povos Indígenas na cidade de Boa Vista: estratégias identitárias e demandas políticas em contexto urbano*.

OS IMPASSES COM OS AGENTES DO ESTADO

A presença de povos indígenas em contexto urbano não é um tema recente nas Ciências Sociais. Invariavelmente, esta presença vem acompanhada da construção de pautas reivindicatórias e lutas direcionadas à sociedade envolvente. No caso aqui abordado, a saber, povos indígenas Macuxi e Wapichana residentes na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, o ponto fundamental desta luta reside no fato de que os agentes do Estado das esferas municipal, estadual e federal, bem como demais membros da sociedade local, não reconhecem o pertencimento étnico destes grupos e os consideram desaldeados.

Na ocasião de desenvolvimento da tese de doutorado que deu origem a este artigo, examinei os elementos sociais e políticos que compõem esta situação, bem como os seus agentes e discursos, com o intuito de identificar as estratégias de luta elaboradas pelos Macuxi e Wapichana em contexto urbano boavistense. As ações entendidas como estratégias derivam de processos de resistências e negociações que intencionam a visibilidade étnica na cidade, bem como para que haja garantia de direitos fundamentais que lhes são negados.

Esta discussão conduziu à reflexão sobre os sentidos atribuídos às identidades étnicas. Esta reflexão, por sua vez, suscita conceitos como etnicidade (ERIKSEN, 1991; 2002), agenciamentos (ARRUTI, 2009) e negociações, que, neste último caso, diz respeito à dinâmica de afirmação ou negação de identidades étnicas em contexto urbano, a depender do espaço em que os indivíduos se situam. Igualmente depende dos sujeitos e do que se busca quando se assume o pertencimento étnico. Desta questão, derivam duas situações complementares: a primeira é decorrente do fato de que os indígenas residentes na cidade de Boa Vista não possuem seus pertencimentos étnicos reconhecidos pelos agentes do Estado. A segunda é a justificativa apresentada por esses agentes, segundo a qual uma vez vivendo fora das aldeias não são mais considerados indígenas, pois participam da comunidade nacional sem distinções aos demais membros da sociedade civil.

As implicações desta prática repousam na impossibilidade de acesso aos direitos constitucionais direcionados aos indígenas, além de reforçar discriminações e racismos institucionais. Priscilla Cardoso Rodrigues (2016) analisa o papel do Poder Judiciário brasileiro no tratamento dos direitos dos indígenas que vivem em contexto urbano. No texto, a autora apresenta diversos exemplos que ilustram a maneira com a qual o Estado brasileiro trata a questão, evidenciando um grande desconhecimento do poder público no trato com povos indígenas que não se encontram em

comunidades, estabelecendo critérios como a posse de celular, saber dirigir veículos automotivos, falar a língua portuguesa, votar, ter algum grau de escolaridade ou possuir documento de identidade nacional para desqualificar o pertencimento étnico dos que estão na cidade, reforçando discriminações e violências.

Para além dos aspectos mencionados pela autora, penso que a questão é um tanto mais complexa. A recusa do Estado em reconhecer o pertencimento étnico de povos indígenas em contexto urbano, valendo-se de critérios que ferem princípios constitucionais, não seria ela uma estratégia deliberada e reflexo do conjunto de práticas integracionistas e assimilacionistas empreendidos historicamente pelo Estado brasileiro que visavam a completa assimilação dos povos indígenas à *civilização*?

Segundo Antônio Carlos de Souza Lima (1995) este processo de assimilação está vinculado às ações civilizatórias, sendo estas o conjunto de táticas do governo em que se pretende o controle da população indígena através de *Um Grande Cerco de paz*: “seria uma via de acesso e forma intermediária do cumprimento de um projeto de extinção dos povos nativos enquanto entidades discretas, dotadas de uma historicidade diferencial e de autodeterminação política” (p. 118).

Conforme pude empreender em discussões anteriores (MELO, 2018; GONTIJO & MELO, 2018), a ação civilizatória também tem por finalidade a incorporação de povos indígenas a partir dos “costumes do povo civilizador” (SOUZA LIMA, 1995, p. 122), como a adoção da língua portuguesa, vestimenta e religião cristã, na qual a culminância desse processo se daria pela transformação deles em trabalhadores nacionais. Em outras palavras, o entendimento era de que o indígena comporia a sociedade nacional (e não mais seria “índio”) na medida em que passasse a partilhar certos códigos originalmente externos à sua cultura.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha avançado na tentativa de banir as perspectivas assimilacionistas e da crença na presença transitória do indígena em contexto brasileiro, o documento não é efetivamente aplicado em prática institucional indigenista, já que são constantes os relatos que sinalizam discriminações nos órgãos públicos, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Observemos um caso exemplar a partir do trecho da entrevista concedida por Érica¹, estudante pertencente à etnia Macuxi, a respeito de sua experiência quando esteve na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para solicitar o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI): “(...) a mulher que me atendeu foi bem grosseira comigo, disse que eu não tinha nenhuma característica, que já morava na cidade e que eu não tava fedendo. Disse que eu era muito bonitinha pra ter cara de índia” (MELO, 2018).

1 Nome fictício. Entrevista concedida em 13 de setembro de 2015.

Ao valer-se do fato de que a estudante mora na cidade para recusar o pertencimento étnico e, portanto, negar o atendimento, evidencia-se o teor do problema que a mentalidade assimilacionista legou às concepções institucionais acerca dos elementos que são levados em consideração na identificação do indígena. A partir disso, a questão vai ainda mais além: ao sublinhar as ações de discriminação institucionais, esta situação também se apresenta como um problema legislativo, já que vai contra os princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, documento que o Brasil é signatário desde 2002. Este documento traz consigo o critério da autoidentificação como fator para assegurar direitos fundamentais. Esta situação também se constitui como um problema na medida em que evidencia que mesmo que haja um aparato jurídico que não apenas ampara, mas também estimula os processos de autoidentificação, como é o caso da Convenção nº 169, os povos indígenas não possuem essa autonomia respeitada (GONTIJO & MELO, 2018).

Por essa e outras razões, não são raras as ocasiões em que o pertencimento étnico é estrategicamente escamoteado, camuflado por outros atributos, pois “se o índio não fala nada, não fala quem ele é, ele vai ficar bem. Se ele diz, ele vai ter discriminação”, conforme me informou Anastácio². Por outro lado, aqueles filiados aos movimentos indígenas recorrem à outras estratégias que visam a desconstrução do histórico de negação étnica, bem como a apropriação da contemporaneidade, por assim dizer, que lhes é negada.

É nessa perspectiva que o indígena que habita na cidade representa o afrontamento ao senso comum e a desconstrução de velhas e persistentes concepções. Contudo, quando os agentes do Estado estrategicamente ignoram os processos de contato e deslocamentos dos povos indígenas, esta competência é eclipsada por outros atributos que visam a recusa do pertencimento étnico. Vejamos outro caso que faz-se exemplar para analisar a questão.

Em matéria jornalística veiculada pela imprensa de maior circulação em Roraima, foi relatado que o Centro Municipal de Vacinação estava realizando uma campanha de vacinação contra o vírus H1N1 nas comunidades indígenas localizadas na zona rural de Boa Vista. Com a intenção de serem contemplados pela campanha, dois indígenas da etnia Wapichana procuraram o Centro, mas foram impedidos de procederem com a vacinação. Segundo a informação contida na matéria: “A coordenação do centro informou que os índios que vivem em perímetro urbano não são considerados indígenas e que eles se encaixariam em outras categorias, pois não são mais aldeados” (Folha 2014).

2 Em entrevista concedida em 25 de outubro de 2015.

Este não é um caso isolado em que o Estado se exime do atendimento aos indígenas da cidade sob a alegação da situação de “desaldeamento”. Na tese de doutorado de Carmen Lúcia Silva Lima (2010) são relatadas e analisadas recorrentes situações em que a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e FUNAI recusam o atendimento aos povos indígenas residentes em Crateús, Ceará, os quais eram orientados a retornarem às suas aldeias de origem. Ocorre que muitos deles jamais foram *aldeados*, ou seja, seus nascimentos e constituições étnicas se deram em contexto urbano e, portanto, retornar ao local de origem imaginado pelas instituições se mostrava distante da realidade.

CIRCULAÇÕES E DESLOCAMENTOS PARA ALÉM DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELO ESTADO

No caso dos indígenas residentes em Boa Vista, porém, não ser ter o pertencimento étnico reconhecido pelo Estado sob a justificativa do desaldeamento é um posicionamento que não se mostra coerente para as lideranças dos movimentos indígenas em contexto urbano. Conforme pude evidenciar em pesquisa desenvolvida para a construção da tese de doutorado, o argumento sustentado por elas é de que as fronteiras estabelecidas pelo Estado não correspondem às delimitações territoriais das populações indígenas e que a cidade de Boa Vista, outrora uma grande maloca, foi construída em territórios tradicionais por onde circulavam seus ancestrais. Portanto, sua presença na cidade seria uma continuidade desse modo de habitar o território, agora ocupado por migrantes de vários lugares do Brasil. Nesse sentido, recusam a condição de desaldeados com a qual são concebidos pelos representantes do Estado. Esta seria, segundo as lideranças, uma forma de negar o acesso às políticas afirmativas. De fato, conforme apresentei nos dois exemplos anteriores, os indígenas da cidade são impedidos a este acesso.

Este quadro apresenta um cenário mais amplo, a exemplo, digamos, das disputas pelo poder sobre a legitimidade étnica. Dito em outras palavras, se trata de uma tensão constante entre dois blocos distintos, onde de um lado estão representantes do Estado e, do outro, lideranças do movimento indígena, em disputa sobre qual agente tem prerrogativa para identificar quem são os povos indígenas e, portanto, quem pode ter direito às políticas afirmativas. Nos termos da legalidade esta prerrogativa é atribuída à União e, portanto, aos agentes do Estado. Estes, porém, utilizam-se do poder e da violência para desqualificar a presença indígena em seus territórios ancestrais.

Conforme pude discutir em outros momentos (MELO, 2018; GONTIJO & MELO, 2018), questões como poder e violência também estão presentes na análise que Antônio Carlos de Souza Lima (1995) empreende a respeito da relação que o Estado historicamente mantém com povos indígenas. Em *Um Grande Cerco de Paz* o autor se apropria das estratégias e táticas elaboradas pelo Estado por meio de múltiplos mecanismos que visavam, de uma maneira geral pressionar as populações indígenas ao abandono do nomadismo e, assim, arregimentá-los em torno de um sistema produtivo destinado a manter a própria administração estatal, exemplo disso seria a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Estratégias como a agremiação, doação de brindes, catequese, conquistas, expedições, entre outras, são concebidas pelo autor como atualizações de relações de guerra e dotadas de sentido por meio da atribuição do índio como:

Designativo de um status jurídico e peça central de um código. (...) por ela (a definição) se desloca o ‘direito à identidade’ para uma forma externa de atribuição. (...) Para o SPILTN as populações classificáveis enquanto indígenas não eram povos dotados de história própria, de tradições que os singularizariam entre si, sendo a comunidade nacional brasileira deles distinta: eram brasileiros pretéritos, a comunidade imaginada se antepondo a seus componentes (SOUZA LIMA, 1995, p. 117-119).

A formação do Estado moderno trouxe consigo, ainda segundo Souza Lima (1995), a consolidação do poder tutelar e, portanto, uma nova forma de assujeitamento das populações indígenas em torno de relações de dominação que intencionavam, prioritariamente, o cerceamento da liberdade de circulação, do modo de vida independente e da diversidade histórica e cultural, posto que encerravam em si características que não condiziam com o ideal de nação que se pretendia consolidar.

A imagem do indígena residente em contexto urbano, portanto, não corresponde a este imaginário historicamente construído pelas instituições. Com base no tratamento fornecido aos povos indígenas em Boa Vista, a jurista Priscilla Rodrigues (2016) afirma que “O problema é que as mudanças legais promovidas pela Constituição não se traduziram em mudanças imediatas na prática cotidiana da administração pública e, principalmente, do poder judiciário na atuação em casos concretos envolvendo indígenas”. (p. 138). Se, para Rodrigues (2016), o Estado é inábil nas situações em que são envolvidos os indígenas, acrescento que esta inabilidade é consideravelmente maior quando se trata do contexto urbano. As consequências mais imediatas e aparentes são as manifestações de racismos que emanam das estruturas que deveriam, antes, ampará-los nas suas diferenças.

UM QUADRO MAIS AMPLO

Embora o Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE tenha apresentado alguns avanços na obtenção e divulgação de dados a respeito de povos indígenas no Brasil, é importante lembrar que estas informações precisam ser relativizadas, posto que por vezes a abordagem dos agentes censitários não são adequadas às realidades indígenas (AZEVEDO, 2010). Segundo dados oficiais do IBGE (2010), existem aproximadamente 315.180 indígenas vivendo em área urbana no Brasil. Deste número, Roraima é o segundo estado com maior população indígena.

Estes dados, porém, não são precisos e são confrontados com outras informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Boa Vista e pela Organização dos Indígenas da cidade (ODIC), que contabilizaram a existência de aproximadamente 31.000 indígenas, ou 4.600 famílias de várias etnias residentes na capital roraimense (CAMPOS, 2011). Estes números, portanto, não permitem ter uma real dimensão desta presença, mas nos fornecem uma base para refletirmos a respeito.

A quantidade de 31.000 pessoas autodeclaradas indígenas residindo no perímetro urbano de Boa Vista está em um relatório produzido no ano de 2005 no âmbito do Programa Braços Abertos, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Boa Vista.

Os estudos que levam em consideração as experiências de povos indígenas que residem em cidades vem gradativamente ganhando espaço e relevância a nível global nos centros de pesquisa e em Universidades espalhadas pelo mundo. As reflexões, de um modo geral, partem de uma perspectiva em comum: a crescente presença de povos indígenas em contextos urbanos e a escassez na literatura antropológica que dê maior amparo as análises. Para que melhor visualizemos este panorama, apresento dados levantados pelo programa Habitat da ONU (2011) que apontam que a maioria da população indígena de países como Austrália, Canadá, Chile, Estados Unidos, Noruega, Quênia e Nova Zelândia está vivendo em cidades e enfrentam os mesmos problemas que pessoas de classes sociais menos favorecidas. Ainda de acordo com os dados apresentados nesta pesquisa, a motivação da migração, para usar o termo empregado no documento, das zonas rurais para a cidade corresponde a busca por trabalho assalariado, tratamento de saúde, educação formal e participação política. Qualquer que seja a razão, esta migração é acompanhada pela violação dos Direitos Humanos, visto que situações de violência são identificadas neste processo.

É válido lembrar que esta realidade não é diferente daquela encontrada em várias cidades brasileiras. Segundo o censo demográfico realizado pelo IBGE no ano

de 2010 foram contabilizados 896.900 indígenas vivendo em todo o país, e deste quantitativo, 36,2% está situado em cidades. Este número é contrastado com o comparativo realizado por Del Popolo (2007), no qual é mostrado que quase 50% da população indígena do Brasil vive em cidades. Ao mesmo tempo, aponta que, em se tratando de América do Sul, o Brasil ocupa a terceira posição dos países com maior índice de indígenas em contexto urbano.

A nível de América Latina, há uma substancial produção intelectual acerca dos povos indígenas na Ciudad del México a partir dos anos de 1970 (BAZÁN, 2011). Tais Estudos estiveram centrados em analisar fluxos migratórios das zonas rurais para a metrópole. Mais recentemente, esta perspectiva de investigação não se alterou tanto. Na coletânea elaborada por Estrada & Hernández (2011), por exemplo, as pesquisas abordam as migrações da população indígena rumo a Querétaro, México, que classificam como cidade multiétnica. Os esforços dos autores estiveram centrados em mostrar que os vínculos étnicos permanecem também em contexto urbano. Utilizam ainda categorias como “empobrecimento” e “precarização” na referência ao modo de vida urbano dos indígenas desta localidade.

Especificamente em Boa Vista somente na década de 1990 o tema passa a ser uma tímida preocupação da academia local com a obra *Achados ou Perdidos? A imigração indígena em Boa Vista*, de Patrícia Ferri (1990), que aborda questões como a situação de moradia, trabalho e educação dos indígenas da cidade de Boa Vista por meio de dados coletados entre 1988 e 1989. Posteriormente, em 1999, Namem et al realizam um levantamento das relações de trabalho de indígenas da capital roraimense, julgadas precárias, no relatório intitulado *Trabalho e marginalização Indígena em Boa Vista*.

Ao longo dos anos 2000 há um aumento de publicações acadêmicas a esse respeito no âmbito roraimense. Azenate Braz (2010), historiadora, buscou investigar as relações interculturais vivenciadas pelos Macuxi em Boa Vista, focando nos discursos de dez lideranças indígenas estudantes da Universidade Federal de Roraima, além de levantamento de artigos jornalísticos que mencionassem a presença dos mesmos em contexto urbano, com o objetivo de captar os discursos produzidos pela população não-indígena.

O livro *Moradores da Maloca Grande* (LIMA & CIRINO 2016) reúne a produção mais recente de pesquisadores indígenas e não-indígenas sobre dados etnográficos obtidos junto às lideranças indígenas da cidade de Boa Vista. A finalidade da obra foi reunir as pesquisas que abordam sob diversos ângulos a experiência cidadina dos indígenas de Boa Vista. Assim, constam neste livro artigos de pesquisadores das áreas de antropologia, direito, psicologia, pedagogia, entre outros.

Lima & Souza (2016) no artigo Mapeamento Social dos Indígenas de Boa Vista (RR) apresentam algumas reflexões resultantes do projeto *Violação dos Direitos dos Indígenas* de Boa Vista (RR), demandado pela ODIC, cuja culminância foi o mapeamento social dos povos indígenas da cidade. Neste texto, as autoras concluem que a vivência na cidade não é constituída por relações fugazes, como se costuma pensar a construção das sociabilidades no espaço urbano. Estas relações são construídas por meio da rede de parentescos e dos significados atribuídos aos espaços frequentados.

Priscilla Rodrigues (2016) no artigo *Nem indígena nem “branco”: o dilema jurídico dos indígenas na cidade* enfatiza que os aplicadores do Direito não acompanham as mudanças sociais provocadas pela pressão de movimentos indígenas, em especial no contexto urbano, ocasionando um tratamento inadequado às necessidades daqueles que residem em cidades. Tais inadequações se apresentam, por exemplo, na concepção de que na cidade o indígena deixa de sê-lo e, portanto, o Estatuto do Índio e demais direitos diferenciados não são aplicáveis.

Nascimento (2016) analisou o discurso produzido por uma professora da rede Estadual de ensino de Roraima correlacionando-o à construção de identidades indígenas no ambiente escolar. Nesse empreendimento, o autor identifica falas discriminatórias a respeito de seus alunos pertencentes a diversos grupos étnicos, em especial Macuxi. A professora em questão ressalta que as qualidades dos alunos advêm da mistura entre homens nordestinos e mulheres indígenas, fato comum em Boa Vista, onde absorveram o modo de vida do pai. O autor ressalta que esta concepção não é um caso isolado e que em diversos momentos pôde presenciar a mesma postura em ambientes distintos.

A tese de doutorado *“Eles são indígenas e nós também”: pertencimentos e identidades étnicas entre Xypaia e Kuruyaya em Alamira/Pará*, de autoria de Francilene de Aguiar Parente (2016) e elaborada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará problematiza a reafirmação das identidades étnicas e de pertencimento de povos indígenas reconhecidos como “ressurgidos”, “resistentes” e “não-indígenas”. A autora correlaciona a utilização destas categorias aos conflitos políticos advindos com a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição almejada por este artigo foi a de trazer à luz os conflitos e tensões que ocorrem em decorrência da presença indígena em contexto urbano boavistense e o posicionamento dos agentes do Estado a este respeito.

Para a sustentação do argumento da ancestralidade como fator que legitima a presença indígena na cidade, algumas estratégias se fizeram necessárias por parte dos Macuxi e Wapichana em Boa Vista, a exemplo da institucionalização através do movimento indígena. Segundo Ortolan Matos (2006), a institucionalização dos movimentos indígenas, em especial a partir da década de 1970 evidenciou uma consciência política em que se sobressaíram o protagonismo e a capacidade de autodeterminação dos povos indígenas, ou seja, se antes o “índio” era concebido pelo Estado como membro passivo e transitório da sociedade nacional, agora o cenário se desloca para o campo do agenciamento e enfrentamento às políticas indigenistas que atendiam aos interesses assimilacionistas do governo (CARNEIRO DA CUNHA, 1994; RAMOS, 1997).

Junto ao processo de institucionalização, fez-se necessário que as lideranças que compõem as organizações indígenas se apropriassem das ferramentas burocráticas – documentos oficiais, inserção no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) - entre outros *Programas de verdade*, para tomar emprestada a expressão de Pacheco de Oliveira (2014), que o aparelho do Estado legitima enquanto canal de comunicação, configurados como crenças e saberes reconhecidos, assim como caminhos avaliados como adequados para apresentar aquilo que se idealiza. Nesta relação com agentes do Estado, as lideranças indígenas assumem o papel de sujeitos politicamente ativos na perspectiva do protagonismo indígena (BAINES, 2012).

A apropriação de uma linguagem burocratizada por parte das lideranças indígenas da cidade e demais membros das organizações indígenas, demonstra algumas das estratégias e negociações acionadas para ter o reconhecimento do argumento da ancestralidade e, portanto, do direito de permanência na cidade com pleno acesso às políticas afirmativas. Além disso, a mediação promovida pelos movimentos indígenas na interlocução com a esfera estatal aponta para o entendimento de identidade étnica como recurso político na construção de demandas.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. 2009. *Da memória cabocla à história indígena: conflito mediação e reconhecimento* (Xocó, Porto Folha/SE), in *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Editado por A. Soihet, pp 249 – 270. São Paulo: Civilização Brasileira.

AZEVEDO, M. 2010. *O Censo 2010 e os povos indígenas in Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*. Editado por Ricardo, C. A. e F. Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental.

BAINES, S. 2012. *O Movimento político Indígena em Roraima: Identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil – Guiana*. Caderno CRH 25 (64):33-44.

BAZÁN, C. 2011. *Presentación in Indios em la ciudad, vida cotidiana e inclusión social*. Editado por Estrada, A. V. e D. P. Hernández, pp. 1-5. Santiago de Querétaro: Instituto Nacional de Antropología e Historia.

BRAZ, A. 2003. *Relações interculturais: a vivência do índio Macuxi em Boa Vista*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAMPOS, C. 2011. *Diversidade socioambiental de Roraima: Subsídios para debater o futuro sustentável da região*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

CARNEIRO DA CUNHA, M. 1994. *O futuro da questão indígena*. Estudos avançados 8(20): 121-136.

DEL POPOLO, F. 2007. *Spatial distribution of indigenous peoples in Latin America: A census based interpretation*. Expert Group Meeting on Urban Indigenous Peoples and Migration, Chile.

ESTRADA, A. & D. HERNÁNDEZ. 2011. *Indios em la ciudad: Identidad, vida cotidiana y inclusión de la población indígena em la metrópole queretana*. Santiago de Querétaro: Universidade Autónoma de Querétaro. 255p.

ERIKSEN, T. H. 1991. *The cultural contexts of ethnic differences*. Man: Journal of the Royal Anthropological Institute. 26 (1): 127-144

_____. 2002. *Ethnicity and Nacionalism*. Anthropological perspective. London: Pluto Press. 199p.

FERRI, P. 1990. *Achados ou perdidos? – A imigração indígena em Boa Vista*. Goiânia: MLAL. 134p.

GONTIJO, Fabiano & MELO, Luciana M. *Povos Indígenas, Resistência e Poder no Brasil: uma síntese atualizada*. Tempo Exterior, v. XIX, p. 1, 2018

LIMA, C. & SOUZA, A. 2016. *Mapeamento Social dos Indígenas de Boa Vista (RR)*, in Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano. Editado por C. L. S. Lima e C. A. M. Cirino, pp. 19-42. Boa Vista: Editora da UFRR.

MATTOS, Izabel Missagia: *O Indigenismo na Transição para a República: fundamentos do SPILTIN*, in: FREIRE, Carlos Augusto R. (org.): *Memória do SPI – Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*, Rio de Janeiro, Museu do Índio/FUNAI, 2011, pp. 157-167.

MELO, Luciana M.: *Povos Indígenas na Cidade de Boa Vista: estratégias identitárias e demandas políticas em contexto urbano*, Tese de Doutorado, Belém, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2018.

_____. 2019. *Para além da dicotomia aldeia versus cidade: deslocamentos em um mesmo território ancestral Macuxi e Wapichana*.

NASCIMENTO, R. N. F. 2016. *Educação escolar e identidades culturais: analisando o processo de construção de identidades a partir das práticas discursivas no contexto educacional*, in *Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano*. Editado por C. L. S. Lima e C. A. M. Cirino, pp. 177-196. Boa Vista: Editora da UFRR

NAMEM, A.; E. FIORETTI; O. Carneiro & E. Silva. 1999. *Trabalho e marginalização Indígena em Boa Vista*, in PNOPG/CAPES. Relatório final. Boa Vista: UFRR.

ORTOLAN MATOS, M. H. 2006. *Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências exemplares no Vale do Javari*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Metáforas Naturalizantes e Violência Interétnica na Amazônia Contemporânea: memórias do terror e instrumentos da etnografia*, in: RODRIGUES, Léa C., SILVA, Isabelle B. P. (orgs.): *Saberes Locais, Experiências Transnacionais – Interfaces do Fazer Antropológico*, Fortaleza, ABA Publicações, 2014, pp. 73-92.

PARENTE, F.S. 2016. *“Eles são indígenas e nós também”*: pertencas e identidades étnicas entre os indígenas Xypaia e Kuruaya que vivem na cidade de Altamira/Pará. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

RAMOS, A. 1997. *Convivência interétnica no Brasil: os índios e a nação brasileira*. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. 36p.

RODRIGUES, P.C. 2016. *Nem indígena nem “branco”*: o dilema jurídico dos indígenas na cidade. in *Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano*. Editado por C. L. S. Lima e C. A. M. Cirino, pp. 133-160. Boa Vista: Editora da UFRR Roraima [Estado]. Lei Estadual nº 1.262 de 27 de agosto de 1926.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos: *Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1995.

DOSSIÉ

VENEZUELA ENTRE LA HEGEMONÍA Y LA CONTRA-HEGEMONÍA
(UNA LECTURA CONTEXTUAL PARA COMPRENDER UNA COMPLEJIDAD
SOCIO-HISTÓRICA)

Resumen

En el artículo se realiza un ejercicio de reconstrucción histórica que intenta responder a la problematización en torno al cuadro conflictivo venezolano de la contemporaneidad, el cual se ha convertido en foco de atención de los más diversos medios de comunicación que a escala mundial contribuyen en la construcción de una matriz informativa que configura lo que se conoce como “opinión pública internacional”. Se parte de la premisa de que para comprender la complejidad socio-histórica que está implicada en esa realidad es necesario considerar la condición de Venezuela como país petrolero, valorar su localización geopolítica en el contexto de la acción hegemónica de los Estados Unidos y, de igual modo, se debe reflexionar sobre los efectos de la crisis global del modelo capitalista y la emergencia de nuevos polos que van configurando nuevas hegemonías dentro de las dinámicas del capitalismo global. Finalmente, se destaca el papel de un pueblo que como sujeto colectivo se enfrentó hace 200 años a uno de los factores de poder más significativos de su tiempo como lo fue el Estado monárquico español, y que hoy está en el ojo del huracán de una confrontación que pudiera tener una peligrosa expresión a escala planetaria.

Palavras-Chave: Venezuela; conflicto político; cultura petrolera; hegemonía-contrahegemonía.

*Docente-Investigador del Centro de Experimentación Permanente (CEPAP) de Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR, Venezuela).

TEXTOS E DEBATES, Boa Vista, n.32, p. 175-198, jan./jun. 2019

Abstract

This article is an historical reconstruction exercise that attempts to respond to the problematization around the Venezuelan conflict scene of contemporaneity, which has become the focus of attention of the most diverse media that worldwide contribute to the construction of an information matrix that configures what is known as “international public opinion”. The basic premise is that in order to understand the socio-historical complexity involved in this reality, it is necessary to consider Venezuela’s condition as an oil-producing country, to assess its geopolitical location in the context of the hegemonic action of the United States and, likewise, to reflect on the effects of the global crisis of the capitalist model and the emergence of new poles that are configuring new hegemonies within the dynamics of global capitalism. Finally, it highlights the role of a people who, as a collective subject, faced one of the most significant power factors of their time 200 years ago, such as the Spanish monarchical state, and who today is in the eye of the storm of a confrontation that could have a dangerous expression on a planetary scale.

Keywords: Venezuela; political conflict; oil-based culture; hegemony; counter-hegemony.

“...Los Estados Unidos que parecen destinados por la Providencia para plagar a la América de miserias en nombre de la Libertad.”

Simón Bolívar. 1829¹

En las últimas dos décadas Venezuela, país caribeño-andino-amazónico, se ha convertido en el centro de atención de los más diversos medios de comunicación que a escala planetaria contribuyen en la construcción de una matriz informativa que configura lo que se conoce como “opinión pública internacional”². En las pautas diarias de los más reconocidos periódicos, revistas y conglomerados multimediáticos de diversos países, el tema Venezuela ocupa un lugar preponderante. Asimismo, esta temática circula con intensidad interactiva en las llamadas redes sociales electrónicas. Por ello, nos interpelamos sobre lo que ocurre en este país localizado al norte de América del Sur con una extensión territorial de 916 445 km², con una población aproximada de 32.219.521 de habitantes³ y con las mayores reservas probadas de petróleo a nivel mundial⁴, entre otras características.

¿Cómo se configura la estructura socio-económica y política de Venezuela después de lograda la independencia del dominio español en el siglo XIX? ¿Qué papel jugó la explotación petrolera en la consolidación del Estado-nación durante el siglo XX? ¿Cómo se manifiesta la condición neocolonial de un país que está en el área de influencia de los Estados Unidos como factor hegemónico? ¿Cuáles son las marcas de la cultura política que se consolida en el país en la segunda mitad del siglo XX? ¿En qué contexto emerge el proyecto de la Revolución Bolivariana? ¿Qué cambios se generaron en el despliegue del proceso bolivariano durante la primera década del siglo XXI? ¿De qué se trata la llamada crisis venezolana de los últimos años?

DE RUPTURAS Y CONTINUIDADES

Con la invasión napoleónica a la península ibérica en la primera década del siglo XIX, se crean las condiciones favorables para que algunos procesos de emancipación que se venían gestando en el vasto territorio del continente americano, coloniza-

1 Carta dirigida al Coronel Patricio Cambell, encargado de negocios del Reino Británico en Colombia, fechada en Guayaquil el 5 de agosto. Ver Pereira, Gustavo (2015). Simón Bolívar, escritos anticolonialistas. Editorial El Perro y La Rana, Caracas.

2 Para Habermas (1981) existe una estrecha relación entre las dinámicas del poder y las de los procesos políticos que está implicada en la categoría Opinión Pública.

3 Proyección de población para 2019. Proyecciones al 30 de junio de cada año, calculadas en el segundo trimestre del año 2013, con base al Censo 2011. Fuente: Instituto Nacional de Estadística, INE.

4 Según el ranking de la Administración de Información Energética de Estados Unidos (EIA).

do por el poder monárquico español, se materialicen en declaraciones de independencia. Esa ruptura formal con la dominación colonial impulsada por la clase social constituida por los blancos criollos⁵, que hacían uso de la esclavitud como modo de producción, abrirá paso a un periodo histórico de conflicto bélico que se extenderá, de manera preponderante, durante unos 14 años.

El territorio de la Capitanía General de Venezuela será uno de los epicentros fundamentales de esa confrontación que como guerra de independencia incidirá en la emergencia del Estado-Nación, en su expresión como república independiente. En ese contexto, se proyecta y consolida un liderazgo político y militar como el de Simón Bolívar, nombrado Libertador en 1813⁶, cuyo pensamiento y acción constituyen marcas fundadoras de la identidad venezolana y es referente de gran valía para varios países de América Latina.

Se podría resaltar la paradoja de que esos procesos de liberación inspirados en toda la tradición ideológica de la Revolución Francesa, en la ruptura con el Estado teocrático y con el absolutismo monárquico, en la caminata al Estado moderno propuesto por el liberalismo burgués, fueron impulsados y dirigidos por la clase social de los terratenientes y esclavistas que eran conocidos como mantuanos⁷.

Según el historiador Federico Brito Figueroa (1967) la guerra de independencia en Venezuela adquirió el carácter de una profunda guerra social por la fuerza de las luchas de la población esclavizada contra la clase de los propietarios, población rural en condiciones de servidumbre y peonaje contra terratenientes, y de violentas pugnas étnicas impulsadas por la población negra contra los blancos.

En esas dinámicas socio-históricas pautadas por el tensionamiento algunos aspectos constitutivos del orden colonial se mantendrán y otros sufrirán cambios o mutaciones significativas. En ese sentido, afirma Brito que

Estos fenómenos (sobre todo la coexistencia en la guerra nacional de Independencia de los factores específicamente nacionales y de las agudas y violentas pugnas de orden étnico y racial) repercutieron de modo profundo en los cuadros y en el status heredados de la sociedad colonial. No desaparecieron los terratenientes como clase social, económicamente

5 Los propietarios de tierra que se consolidaron como la clase dominante durante el periodo colonial porque mantenían el control del capital y, además, superaban en número ampliamente a los blancos peninsulares u originarios de la península ibérica.

6 Libertador de Venezuela fue el título otorgado por la Municipalidad de Caracas el 14 de octubre de 1813 a Simón Bolívar, quien en una campaña militar (Campaña Admirable) partió de Cúcuta, en el Virreinato de Nueva Granada (hoy Colombia), y finalizó victorioso en Caracas el 6 de agosto de 1813.

7 Mantuano deriva de la palabra manto, y era una referencia al uso exclusivo de esa indumentaria, para cubrir la cabeza en los servicios religiosos, por parte de las señoras de los aristócratas caraqueños. Desde 1571 existía una disposición dentro de las Leyes de Indias que prohibía a otras mujeres, como las mulatas y negras, el uso del manto.

privilegiada, pero este grupo perdió su carácter de casta, porque la guerra contribuyó a colocar en el mismo plano de igualdad jurídica a los blancos y a la « gente de color », eliminando de paso, en la conciencia pública, las diferencias subjetivas apoyadas en la discutible « limpieza de sangre » de los descendientes de los primitivos amos de la tierra, iniciándose un fenómeno realmente significativo en los cuadros de la Venezuela del siglo XIX, que « en la anarquía de todas las clases sociales dio empuje al movimiento igualitario que ha llenado la historia de todo este siglo de vida independiente » (BRITO, 1967, p. 350).

Sin embargo, esa democratización del orden colonial que contribuyó a desmontar una organización social basada en castas no generó una transformación profunda de la estructura social de la Venezuela de las primeras décadas del siglo XIX. La misma podría definirse como un orden estratificado en los términos siguientes: terratenientes esclavistas, burguesía comercial, capas medias urbanas (burocracia civil y militar, pequeño comercio, grupos intelectuales), población rural en condiciones de servidumbre y peonaje, esclavizados en sentido absoluto y grupos en condiciones de miseria en los centros urbanos. En lo económico coexistían formas típicas de servidumbre y un régimen de esclavitud.

Una de las principales contradicciones, en el ámbito económico, que incidió en la ruptura con el régimen colonial fue la necesidad de libre comercio exigida por la clase de los terratenientes y negada por el poder metropolitano. Una vez lograda la Independencia se abren las puertas al mercado internacional para colocar la producción agropecuaria de los hatos y las plantaciones, ese proceso se realiza con la intermediación de una burguesía mercantil. En esas dinámicas de comercialización esta clase social logra una significativa acumulación financiera que le servirá para consolidarse como un sector dominante de la economía.

La burguesía mercantil comercializaba la producción agropecuaria en el mercado internacional e importaba bienes de consumo que vendía en el mercado interno. En la actividad económica de los terratenientes ya se hacían sentir los efectos del agotamiento del modo de producción esclavista y aceleradamente se impuso un espiral de préstamos con altos intereses que contribuyó a la quiebra de muchos propietarios y al fortalecimiento de la burguesía mercantil (bancos, casas comerciales, otros) como propietaria de grandes extensiones de tierras y ganado.

Tal como lo señala Brito:

Este fenómeno es posible constatarlo sobre todo a partir de 1840, año que señala la fecha crucial de la decadencia de la agricultura de plantaciones con base esclavista. Ese año, además, debido al cierre del mercado exterior de los productos agropecuarios venezolanos, muchos amos de la tierra se arruinaron y no estuvieron en condiciones de satisfacer las

deudas contraídas con la burguesía mercantil de los centros urbanos.

En la documentación correspondiente a aquel período hay suficiente información sobre la multitud de juicios, embargos y ejecuciones de hipotecas, realizadas sobre las plantaciones por los representantes de la burguesía mercantil, que lentamente se apoderaba de la riqueza territorial agraria por vía de los préstamos y de la usura (BRITO, 1967, p. 363).

Esas características de una burguesía más dada a las transacciones financieras, a la actividad bancaria, al mundo bursátil, configuran una clase social que, distante de manera estructural de la actividad productiva primaria, será propensa a constituir una cultura de la renta como fuente principal de generación de riquezas.

El siglo XIX venezolano va transcurrir en medio de un contexto de gran inestabilidad política, económica y social, lo cual se expresa en la cantidad de confrontaciones armadas, sublevaciones y revoluciones. Sin lugar a dudas, la de mayor impacto fueron la Guerra de Independencia (1810-1824) y la Guerra Federal (1859-1863).

PETRÓLEO Y NEOCOLONIALISMO

En el año 1908 el general Juan Vicente Gómez se hizo con el poder al prohibir la entrada al país al entonces presidente general Cipriano Castro, quien había viajado a Europa por razones de salud, consumando así un golpe de Estado a quien lo había designado como presidente encargado, ya que Gómez ocupaba el cargo de vicepresidente y, además, lo había secundado en el liderazgo de la Revolución Restauradora que les permitió tomar el poder en 1899. Gómez inicia un programa que llamó de “rehabilitación nacional” con la consigna: “Unión, Paz y Trabajo”. El mismo se caracterizó por reorganización de las finanzas; reconocimiento de las deudas con empresas extranjeras; eliminación de las insurrecciones regionales y encarcelamiento de los dirigentes revolucionarios. Construyó con base en el autoritarismo una atmósfera de estabilidad política y económica que caracterizó su gobierno durante veintisiete años.

Si nos colocamos en la dimensión de la energía podemos afirmar que el siglo XX definitivamente es el siglo del petróleo. Ya que en este período el desarrollo tecnológico industrial se va a sustentar en los hidrocarburos generando gran actividad económica en torno a la explotación petrolera, la cual adquiere una importancia estratégica en la esfera de la geopolítica.

En el despliegue la primera gran guerra europea el petróleo se convirtió en un material estratégico para el accionar el transporte como camiones, tanques, buques de guerra y aeroplanos. En ese contexto se destaca una declaración casi profética del Comisario de Guerra de Francia Henri Berenger, quien afirmó que

Quien posea el petróleo será dueño del mundo, porque mandará en los mares gracias a los aceites pesados, en el aire por medio de los aceites extra-refinados y en la tierra por medio del petróleo y de los aceites de alumbrado. Y además de esto dominará económicamente a sus semejantes debido a la fantástica riqueza que derivará del petróleo: la maravillosa sustancia que es más buscada y más preciosa que el mismo oro (citado por LIEUWEN, 2016, p.37)

En la era gomecista, Venezuela le abrió las puertas a las empresas petroleras tanto británicas como estadounidenses, convirtiéndose en una fuente de suministro de vital importancia para los nortños países industrializados. En 1928 Venezuela suministraba casi una tercera parte de la producción total de la Shell y de la Gulf, y más de la mitad de la Standard de Indiana. Empresas que extraían y procesaban el crudo dentro y fuera del territorio, tal como lo explica Lieuwen

...aunque las tres cuartas partes de la producción diaria de Venezuela de 380.000 barriles era refinada, cerca de la fuente de abastecimiento solo 4% se refinaba en territorio venezolano: 10.000 diarios en San Lorenzo y 2.000 en cada una de las siguientes: Cabimas (Gulf), La Salina (Standard de Indiana) y Maracaibo (Standard de New Jersey). El resto de lo que habría podido ser la industria de refinado en Venezuela estaba situado en las Indias Occidentales Neerlandesas, en donde la planta de la Shell en Curazao refinaba 140.000 barriles diarios, su instalación de Aruba 15.000 y la incompleta de la Standard de Indiana en Aruba, 110.000 (LIEUWEN, 2016, p. 87).

La presencia de las petroleras, sobre todo norteamericanas, la centralidad económica de la explotación del hidrocarburo, el papel del estado y el marco jurídico, crean las condiciones favorables para el desarrollo de unas dinámicas en torno a la cultura de la renta con profundas implicaciones sociales, económicas y políticas que son constitutivas de las problemáticas construidas, en el campo de la ciencias sociales, por investigadores que se propusieron comprender la realidad de la sociedad venezolana del siglo XX [(BRITO,1966,1967,1972),(QUINTERO, 1968),(RANGEL, 1977), entre otros].

Por ejemplo, para Rodolfo Quintero (1968) la cultura del petróleo no es sólo un cuadro de costumbres sino un sistema de vida global signado por el atraso y la dependencia. Desde los campos petroleros en donde se instalaron las empresas norteamericanas se desplegaron dinámicas diversas que marcaron las lógicas de consumo y producción de la sociedad venezolana. Estas prácticas sociales irradian hacia otros sectores de la economía, pautan las relaciones con el Estado y configuran subjetividades que naturalizan la dominación del modelo estadounidense. Asimismo, cabe destacar el aporte de Domingo Alberto Rangel (1977) cuando indica que el efecto

del petróleo sobre la agricultura de exportación fue devastador y de igual manera afectó a las actividades agrícolas tradicionales que abastecían al mercado interno. El sector agrícola tendió a crecer a ritmo inferiores a los de otras ramas de la economía nacional, también hubo un relativo estancamiento del mundo rural que puede relacionarse con la migración masiva del campo a las ciudades.

Por otro lado, la consolidación de la actividad petrolera favoreció el establecimiento de diversas empresas estadounidenses que se presentan en su condición de grupos monopólicos que acaban controlando la vida económica del país. Señala Brito que

En 1968, la industria petrolera de Estados Unidos registra un volumen de 45.501 millones de dólares y una ocupación de 464.000 trabajadores. Las compañías petroleras norteamericanas que operan en Venezuela, directamente unas y con nombres disimulados otras, controlaban el 48% del volumen de las ventas, es decir, 21.872 millones de dólares, y el 66,6% de la ocupación, es decir, 309.200 trabajadores. Esas compañías son Standard Oil, Mobile Oil y Texaco (BRITO, 1972, p. 118).

En el desarrollo del sistema-mundo durante el siglo XX localizamos un epicentro en el cual está la consolidación de los Estados Unidos como país imperial y, bajo su influjo, se destaca una relación de dominación con Venezuela que podemos llamar de colonización contemporánea. Por ello, Brito (1972) no duda en afirmar que el país pasó a constituir el más importante arsenal colonial del imperialismo militarizado, siendo la primera y más estratégica razón los compromisos adquiridos por el país como proveedor seguro de petróleo.

El historiador enumera las condiciones que le dan soporte a la acción imperial en el territorio caribeño-andino-amazónico, de la siguiente manera:

1º) La excepcional situación geográfica, al norte de América del Sur; 2º) Fuente gigantesca y segura de suministro de petróleo; 3º) Filón colosal de mineral de hierro, bauxita, mercurio, amianto, diamantes y materias radioactivas para la industria de guerra norteamericana; 4º) Centro de núcleos estratégico-militares (Machado, 1958: 3-4) extra-nacionales, y 5º) Asociación del Estado venezolano a las necesidades de la oligarquía financiera de Estados Unidos, traición de lesa Patria realizada por quienes desempeñaron funciones de gobierno, en conjunto, en la séptima década del siglo XX y permitieron que los monopolios norteamericanos entraran en Venezuela como en una especie de tierra a déspota, para calificar el hecho con una figura jurídica del viejo derecho colonial hispánico (BRITO, 1972, p. 121).

Ese neocolonialismo del siglo XX en Venezuela tiene un reflejo multidimensional en la configuración de las más diversas dinámicas sociales, políticas y culturales.

Las agendas económicas, planes de desarrollo, la cultura política y hasta los modos de consumo responden a los dictámenes de las corporaciones de los conglomerados energéticos, financiero, mediático y del gobierno de los Estados Unidos.

DEMOCRACIA AUTORITARIA, NEOLIBERALISMO Y EMERGENCIA ALTERNATIVA

El proceso político venezolano desde la ruptura con el dominio español, como resultado de la guerra de independencia en el siglo XIX, hasta nuestros días ha estado marcado por intensas confrontaciones ideológicas, políticas y militares. Las tensiones entre las clases sociales condujeron a momentos de quiebre como la Guerra Federal, sublevaciones regionales y a tomas del poder político por la vía de los levantamientos armados. En ese contexto de consolidación del Estado-Nación que abarca casi todo el siglo XIX y parte del siglo XX se pueden visualizar dos proyectos de sociedad, que de manera amplia pudiéramos llamar a uno de conservador y al otro de liberal. Este último tomó fuerza significativa con la victoria de los federales con el liderazgo de Ezequiel Zamora⁸ en 1863, quienes reivindicaban el legado de Simón Bolívar y las causas populares (tierras para los campesinos, elecciones libres, entre otras). Sucesivos gobiernos liberales, entre los que destacan los de Antonio Guzmán Blanco⁹, van a fortalecer en el ámbito jurídico la modernización de la sociedad venezolana al establecer la educación pública, el matrimonio civil y el carácter laico del Estado.

De alguna manera, esa perspectiva doctrinaria va a permear el discurso político venezolano como enfoque dominante durante todo el siglo XX. Con mutaciones, variaciones, adecuaciones y resignificaciones, ya sea en dictadura o en democracia, la enunciación política se pautará preponderantemente desde el liberalismo, tanto en su tradición francesa como en la fuerza fundadora de la república surgida de la Guerra de Independencia.

Durante la primera mitad del siglo XX los gobiernos dictatoriales (Gómez, Lopez Contreras¹⁰, juntas de gobierno¹¹, Pérez Jiménez¹²) van a imponer una “paz

8 Político y militar venezolano, uno de los principales protagonistas de la Guerra Federal que venció al ejército conservador en la batalla de Santa Inés (1859). Es uno de los referentes del proyecto bolivariano del siglo XXI conocido con el árbol de las 3 raíces (Bolívar-Rodríguez-Zamora) en el Libro Azul de Hugo Chávez.

9 Presidente de Venezuela en tres ocasiones (1870-1877, 1879-1884, y 1886-1888). Promovió la modernización de Venezuela en materia económica, educativa y política. Fue personalista y despótico en el ejercicio del poder.

10 Militar y político venezolano, presidente de Venezuela entre 1935 y 1941.

11 Gobiernos transitorios entre dictaduras y democracias.

12 General de división del Ejército que fue designado presidente de facto de Venezuela en calidad provisional por la «Junta de Gobierno» sustituyendo a Germán Suárez Flamerich desde el 2 de diciembre de 1952 hasta el 19 de abril de 1953, en cuya fecha la Asamblea Nacional Constituyente lo proclama Presidente Constitucional

social” favorable a la inversión extranjera y van a obstaculizar la creación y funcionamiento de los partidos políticos. No obstante, es durante ese periodo se dan algunos ensayos democráticos (Medina Angarita¹³ y Gallegos¹⁴) y se fundan las organizaciones políticas que tendrán proyección histórica en la segunda mitad del siglo, también se crean sindicatos emblemáticos como el de maestros¹⁵ y el de trabajadores petroleros¹⁶, los cuales se convierten en referentes fundamentales de las luchas sociales.

Durante la década de 1950 la sociedad venezolana vive con intensidad un escenario político caracterizado por un lado por la resistencia contra la dictadura, por parte de sectores sociales organizados en algunos de los partidos que habían sido ilegalizados¹⁷, y por el otro, por una férrea represión desplegada por el gobierno del general Marcos Pérez Jiménez a través de la Seguridad Nacional¹⁸ contra cualquier manifestación de disidencia.

En 1958 se llega a un punto de quiebre con la caída del gobierno dictatorial como resultado de la confluencia varios factores. Por un lado, el agotamiento de un régimen negador de los derechos políticos y descontento de algunos sectores del estamento militar. Por el otro, presión política desde los gremios y sindicatos impulsada por Acción Democrática y Partido Comunista. De igual modo, habría que destacar el papel del gobierno de los Estados Unidos interesado en un cambio que no afectara sus inversiones económicas, sobre todo la actividad de las empresas petroleras.

La apertura democrática en Venezuela de 1958 casi coincide con el fin de la dictadura de Fulgencio Batista en Cuba (1959) como consecuencia de una revolución popular que irradiará el contexto geopolítico no solo continental, sino a escala

para el período 1953-1958.

13 Isaías Medina Angarita, político y militar venezolano. Fue presidente de la República desde 1941 hasta 1945. Fue derrocado por un golpe de Estado perpetrado por un sector golpista del ejército, alentado y aliado con dirigentes y militantes del partido Acción Democrática.

14 Rómulo Gallegos, fue un novelista y político venezolano. fue el primer mandatario presidencial del siglo XX elegido de manera directa, secreta y universal.. Su mandato duró apenas 9 meses ya que fue derrocado por un golpe de Estado.

15 El 15 de enero de 1932, en plena dictadura gomecista, un grupo de educadores organizó una asociación para defender los derechos laborales de los maestros y mejorar la educación en Venezuela.

16 El primer sindicato petrolero se crea en el estado Zulia el 27 de febrero de 1936. En el mes de abril se entregó un pliego petitorio a varias petroleras, en el cual incluían las demandas más básicas que hasta entonces les eran negadas. Ese mismo año tendrá lugar la primera huelga que marcará la historia de movimiento obrero venezolano.

17 Acción Democrática (AD) y el Partido Comunista de Venezuela (PCV).

18 Este organismo fue responsable de las persecuciones políticas durante la dictadura. La SN envió a 822 venezolanos acusados de ser militantes adecos (AD) y comunistas al campo de concentración de Guasina, en el Delta del Orinoco, el cual funcionó hasta diciembre de 1952. Posteriormente deportó a estas personas a las diferentes cárceles venezolanas.

planetaria. Es un hecho histórico, que subirá la temperatura de la Guerra Fría a pocas millas náuticas del territorio de los Estados Unidos. Por ello, la injerencia del gobierno norteamericano en los países de la región durante ese periodo se profundizará como parte de la política de los bloques de poder (MICHELENA, 1977). En el caso de Venezuela se inicia capitulo histórico que estará marcado por el “pacto de Puntofijo”¹⁹ y que se extenderá por cuatro décadas.

El gobierno de Acción Democrática (AD) con Rómulo Betancourt inaugurará una experiencia política que podría definirse como democracia autoritaria. De hecho, Betancourt gobernará durante todo el período con suspensión de las garantías constitucionales, ilegalización de los partidos de izquierdas, represión a las luchas sociales, fortalecimiento de un aparato policial que ejerce la tortura en los términos recomendados y aprendidos en la Escuela de las Américas²⁰, entre otras prácticas represivas se inicia la desaparición física de personas por razones políticas²¹. Como reacción a ese autoritarismo los partidos de izquierda optan por la lucha armada, la cual se mantendrá oficialmente hasta 1969 cuando se establece un acuerdo de pacificación con el presidente Rafael Caldera²². Paradójicamente, este gobierno social-cristiano que acordó la paz con la dirigencias del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y Partido Comunista de Venezuela (PCV), continuará con las prácticas de una democracia autoritaria al ocupar militarmente el campus de la Universidad Central de Venezuela (1970) e intervenir política y administrativamente en esa casa de estudios como respuesta a un proceso interno de Renovación Universitaria. De igual modo, se reprime con las fuerzas policiales cualquier expresión de lucha social. El sector estudiantil de educación media sentirá el peso del aparato represivo con la muerte de decenas de estudiantes. Trabajadores, campesinos y pobladores de los barrios populares también obtendrán respuestas de fuerza ante sus demandas sociales.

En 1974 resulta electo Carlos Andrés Pérez (AD), con una agresiva campaña de marketing político que se propuso cambiar la imagen de este actor político, quien había tenido la responsabilidad de ministro de relaciones interiores del represivo gobierno de Rómulo Betancourt (1959-1964). Pérez levanta las banderas de un populismo nacionalista que se concreta con la nacionalización de las industrias del petróleo (1975) y del hierro (1976). Estas decisiones fueron cuestionadas como acciones

19 Fue un acuerdo de gobernabilidad entre los partidos políticos venezolanos AD, Copei y URD, firmado el 31 de octubre de 1958, el cual excluyó al Partido Comunista. El mismo se extenderá durante cuatro décadas.

20 Centro de entrenamiento del ejército estadounidense ubicado en las áreas del Canal de Panamá.

21 A partir de 1964 desaparecen dirigentes y militantes revolucionarios como Alberto Lovera, Felipe Malaver, Andrés Pasquier, Noel Rodríguez, entre muchos otros, que han sido registrado por la Comisión de la Verdad.

22 Político social-cristiano, fundador del partido COPEI.

formales no integrales, porque aspectos medulares de esos procesos productivos continuaron en manos de las corporaciones extranjeras²³. En el plano internacional intentó construir un liderazgo desde la OPEP, el Movimiento de Países no Alineados, la Internacional Socialista, también reabre las relaciones diplomáticas con Cuba y da apoyo a los sandinistas en la última fase de la guerra revolucionaria para derrocar a Anastasio Somoza en Nicaragua. Esa línea de acción en el ámbito externo podría indicar que hubo un giro político de esa gestión. Sin embargo, la política interna se mantuvo apegada al proyecto de dominación diseñado con el Pacto de Puntofijo. Es decir, que se continuó respondiendo a los intereses políticos y económicos de los sectores oligárquicos y no dando espacios para las demandas sociales ni a las luchas de los sectores populares. Durante ese gobierno se fueron acumulando los efectos de la crisis energética internacional²⁴, que en un primer momento generó significativos ingresos producto de la actividad petrolera pero que llegó a su punto crítico en el gobierno social-cristiano de Luis Herrera Campins (1979-1984), quien se eligió con una campaña de denuncia sobre la corrupción e ineficiencia que se pusieron de manifiesto al final del gobierno de Pérez. Durante el periodo social-cristiano el cuadro económico se deteriora con incremento de la deuda externa, devaluación monetaria²⁵ e inflación en los precios de los alimentos y de los servicios. Consecuentemente, hay un aumento de la conflictividad social que es respondida con represión, en coherencia con la tradición autoritaria de los gobiernos anteriores. En esa gestión se destaca una acción policial-militar contra un grupo insurgente que quedó registrada para la historia como la “masacre de Cantaura”²⁶. La desproporción en el uso de la fuerza en ese caso fue tema de debates en el espacio público, animado por organismos de defensa de los derechos humanos, gremios y partidos políticos.

23 El artículo 5 de la ley de nacionalización petrolera establecía que importantes procesos tecnológicos continuarían bajo el dominio de las empresas petroleras norteamericanas.

24 La crisis del petróleo de 1973, comenzó el 16 de octubre, a raíz de la decisión de la Organización de Países Árabes Exportadores de Petróleo (que agrupaba a los países árabes miembros de la OPEP más Egipto, Siria y Túnez) con miembros del golfo pérsico de la OPEP (lo que incluía a Irán) de no exportar más petróleo a los países que habían apoyado a Israel durante la guerra de Yom Kipur (llamada así por la fecha conmemorativa judía Yom Kipur), que enfrentaba a Israel con Siria y Egipto. Esta medida incluía a Estados Unidos y a sus aliados de Europa Occidental.

25 El día 18 de febrero de 1983 representa un hito que cambió la historia económica del país y quedó registrado como el “Viernes Negro”. Desde entonces la devaluación constante del bolívar, complicaciones con el pago de la deuda externa, el acelerado deterioro del poder adquisitivo y la implantación de un control de cambio hicieron desaparecer la estabilidad cambiaria de la moneda venezolana.

26 En octubre de 1983, en las proximidades de la población de Cantaura, en el oriente del país, se realizó un ataque con fuerzas combinadas (tierra-aire) del ejército y de la policía política que dejó un saldo de 23 insurgentes fallecidos. Se trataba de un campamento de la organización Bandera Roja.

El deterioro de la situación socio-económica de la población se profundizó en el gobierno de Jaime Lusinchi (1984-1989), cuya gestión estuvo marcada por escándalos de corrupción, crisis financieras, quiebre de bancos. El aparato represivo continúa con su tarea de reprimir a los movimientos sociales en sus luchas por reivindicaciones y mejoras en los servicios públicos. De igual modo, muestra su fuerza al reprimir a la disidencia política con la puesta en práctica de procedimientos tácticos conocidos como “falsos positivos”²⁷. Tal fue el caso de dos masacres emblemáticas como la del Amparo²⁸, en el estado Apure que es fronterizo con Colombia, en donde murió un grupo de 14 pescadores que fueron presentados como guerrilleros de la insurgencia colombiana. La otra fue la de Yumare²⁹, en el estado Yaracuy en el centro-occidente del país, donde fueron asesinados líderes sociales por su supuesta vinculación con grupos guerrilleros.

En ese cuadro de descomposición social y política, se lanza la candidatura de Carlos Andrés Pérez para un segundo mandato. El foco de su campaña fue la supuesta bonanza de su primer gobierno, cuando el aumento del precio del petróleo tuvo sus efectos durante los primeros años de ese período. La mayoría de la población en su imaginario colectivo anida esperanzas de encontrar soluciones a los graves problemas sociales y económicos, por ello favorece con sus votos a Pérez, aun cuando era el candidato del mismo partido que estaba en el poder y por tanto responsable de la crisis que se estaba viviendo. Cabe destacar que en ese momento en el contexto latinoamericano el proyecto neoliberal ya venía tomando cuerpo desde la mitad de la década de los años 70³⁰. El neoliberalismo fue convalidado por los regímenes constitucionales que sucedieron a las tiranías del Cono Sur. Esta continuidad

27 Se trata de la manipulación de hechos para lograr un objetivo político o militar. También se conoce como acción de falsa bandera.

28 Ocurrió en la población El Amparo (estado Apure) el 29 de octubre de 1988. En el sector conocido como Caño La Colorada efectivos del Comando Específico “José Antonio Páez” (CEJAP) fueron los autores. Se trataba de un bloque compuesto por miembros de las Fuerzas Armadas, entre otros. El pretexto fue la lucha contra la guerrilla colombiana en esa zona fronteriza. El suceso fue conocido gracias a los testimonios de Wolmer Gregorio Pinilla y José Augusto Arias, dos pescadores que lograron escapar de la emboscada.

29 Operación militar contra civiles realizada el 8 de mayo 1986, que tuvo lugar en el sector Barlovento, caserío La Vaca del actual municipio Manuel Monge, en el estado Yaracuy. Fue dirigida por el jefe de la Dirección de los Servicios de Inteligencia y Prevención (DISIP), Henry López Sisco, para amedrentar y erradicar a los grupos de izquierda. Las víctimas fueron nueve dirigentes sociales asesinados por su supuesto vínculo con la guerrilla. Eran sus nombres: Rafael Ramón Quevedo Infante, Ronald José Morao Salgado, Nelson Martín Castellano Díaz, Dilia Antonia Rojas, Luis Rafael Guzmán Green, José Rosendo Silva Medina, Pedro Pablo Jiménez García, Simón José Romero Madriz, y Alfredo Caicedo Castillo.

30 Ese paradigma se forjó en Chile bajo Pinochet, con el asesoramiento económico ortodoxo de Hayek y Milton Friedman. Allí se experimentó la doctrina que posteriormente aplicaron otras dictaduras de la región. Estos ensayos no se extinguieron con el fin de los gobiernos militares.

afianzó las transformaciones estructurales introducidas por el modelo derechista. La prioridad del neoliberalismo en la región fue desterrar la influencia alcanzada por la izquierda y el nacionalismo radical al calor de la revolución cubana (KATZ, 2014).

A tono con la corriente neoliberal, Carlos Andrés Pérez inicia su segundo gobierno con el anuncio de un paquete de medidas económicas, el cual consistía, entre otras, en el aumento de los servicios básicos como transporte, combustible y hasta los alimentos de la canasta básica a cambio de un préstamo del Fondo Monetario Internacional (FMI), ya que el déficit fiscal había llegado al 8% del PTB, las divisas efectivamente disponibles alcanzaban apenas a 300 millones de dólares, las tasas de interés reales negativas impedían el ahorro interno y estimulaban la fuga de divisas, mientras que los compromisos de la deuda – ya renegociada – resultaban casi imposibles de satisfacer.

El “paquete de medidas” destinado a inaugurar una nueva política económica que se le llamó como el Gran Viraje diseñado por los discípulos de Friedman y de la Escuela de Chicago, que en Venezuela se reunían en el IESA³¹, se convirtió en el detonante de uno de los estallidos sociales más importante ocurridos en América Latina, durante el siglo XX, el cual quedó conocido como El Caracazo.

El 27 de febrero de 1989 entraron en vigor las medidas económicas con el aumento del pasaje del transporte público y ese mismo día se inició una ola de protestas que comenzó en la ciudad periférica de Guarenas al este de Caracas, la cual rápidamente se extendió a toda la capital y a algunas ciudades de interior del país. De forma masiva se realizaron saqueos a todo tipo de establecimientos comerciales, principalmente los que vendían alimentos. El gobierno en respuesta a esa reacción popular respondió no solo con los organismos responsables de mantener el orden público (Policía Metropolitana y Guardia Nacional), sino que activó a tropas de las Fuerzas Armadas, específicamente del ejército, para realizar una gigantesca operación represiva jamás vista en el país. Contingentes de soldados tomaron por asalto el centro de la capital y también la periferia en donde están localizados los barrios populares y marginales. Con un despliegue impresionante de armas de guerra (fusiles automáticos, transporte militar y demás parafernalia bélica) “castigaron” de manera desproporcionada a ese pueblo que se atrevió a reaccionar ante el paquete de medidas que se pretendía imponer. El gobierno de Carlos Andrés Pérez suspendió las garantías constitucionales e impuso el toque de queda, la represión se mantuvo hasta el día 5 de marzo. Se informó oficialmente que el número de personas fallecidas sería

31 Instituto de Estudios Superiores de Administración (IESA) es una escuela de gerencia, a nivel de postgrado, con sede en Caracas, que forma profesionales para la gestión de organizaciones públicas o privadas.

de unas 300, en contraposición a la información suministrada por los organismos de defensa de los derechos humanos, los cuales denunciaron que la cifra letal sería superior a 3 mil muertos e innúmeros desaparecidos. La represión que en un primer momento fue masiva e indiscriminada, luego se tornó selectiva hacia dirigentes de movimientos sociales y de grupos de izquierda que fueron responsabilizados de la acción colectiva de los sectores populares. Muchos de estos dirigentes denunciaron que habían sido sometidos a torturas por parte de los organismos de seguridad. En la ruta neoliberal del gobierno de Pérez continúa su gestión con un pueblo reprimido y en el año 1991 se concretan la privatización de importantes empresas públicas como la telefónica CANTV³² y la línea aérea VIASA³³.

El 4 de febrero de 1992 tiene lugar una rebelión militar, posteriormente los alzados declararon que se trataba de un intento por dar un freno al colapso en el que las clases dominantes habían sumergido al país. Los uniformados, miembros del ejército, se identificaron como el Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (MBR-200), grupo político clandestino fundado a lo interno de las fuerzas armadas en 1983 bajo el pensamiento de Simón Bolívar, Simón Rodríguez y Ezequiel Zamora. El asalto al palacio presidencial de Miraflores, en Caracas, se inició a las 12 de la madrugada del 4 de febrero. Al mismo tiempo se asaltaron la residencia presidencial (La Casona) y otras importantes instalaciones militares en varias ciudades del país. Los enfrentamientos fueron intensos en algunos casos. Una vez frustrado el intento de toma de la ciudad capital, los insurgentes se rindieron y las guarniciones del interior del país fueron recuperadas por las fuerzas leales al gobierno de Carlos Andrés Pérez. A la cabeza de ese movimiento se encontraba el Teniente Coronel Hugo Rafael Chávez Frías quien en una transmisión de televisión pidió a sus compañeros de armas desistir de la acción por no haber logrado “por ahora” los objetivos propuestos. Al mismo tiempo, Chávez asumió ante el país la responsabilidad política y moral de la frustrada tentativa.

Los sectores populares se identificaron plenamente con la acción insurgente. De igual modo, algunos intelectuales, periodistas y hasta políticos tradicionales³⁴ ex-

32 CANTV fue privatizada el 15 de diciembre de 1991 en el Banco Central de Venezuela, cuando el Estado le otorgó la concesión de la empresa al Consorcio VenWorld, que ofreció US\$ 1885 millones por el 40% de las acciones de la empresa.

33 VIASA fue privatizada el 9 de septiembre de 1991. Un consorcio formado por la línea estatal española Iberia, el Banco Provincial y la Sociedad Financiera Provincial se adjudicó 60% de las acciones al ofrecer 145 millones de dólares.

34 Rafael Caldera argumenta a favor de las razones que llevaron al grupo de militares a realizar la acción frustrada. Ese argumento le rendirá saldo político ya que para las elecciones de 1994 lanza su candidatura sin el apoyo de su propio partido, la cual lo lleva a un segundo mandato como presidente de la república montado en una coalición de pequeños partidos, inclusive de izquierda.

presaron opiniones favorables sobre las motivaciones del movimiento. El grupo de oficiales comprometidos en la acción fueron detenidos y procesados por la justicia militar. Ese mismo año el 27 de noviembre se realiza otra tentativa también frustrada, esta vez con participación significativa de la fuerza aérea.

El gobierno de Carlos Andrés Pérez terminó con un año de anticipación ya que fue separado de sus funciones por el Congreso Nacional, el 21 de mayo de 1993, por el delito de malversación de fondos públicos, de esta manera se convirtió en el único presidente en ejercicio en la historia de Venezuela en ser destituido por una acción judicial. El abogado Ramón J. Velásquez fue designado como presidente para culminar el período que dio paso al segundo mandato de Rafael Caldera quien logró una victoria electoral con la promesa de resolver la crisis económica y social que vivía el país. Además, en su campaña se comprometió a conceder la amnistía a los militares comprometidos en los alzamientos de febrero y noviembre de 1992, quienes se encontraban en prisión. Entre ellos, el comandante Hugo Chávez tenía gran destaque público (mediático) y la Cárcel de Yare, en la cual cumplía su condena, se convirtió en lugar de visita de militantes revolucionarios e intelectuales que ya prefiguraban en él un liderazgo trascendente.

El gobierno de Caldera deberá lidiar con serios desajustes en el mercado bursátil, los cuales a la postre propiciaron una severa crisis en el sistema bancario venezolano en 1994. Dicha crisis produjo el derrumbe y posterior intervención de una decena de instituciones bancarias privadas y culminó con una multimillonaria fuga de capitales por concepto de auxilios financieros otorgados por el Estado a la banca, afectando a decenas de miles de ahorristas y un provocando un grave desequilibrio en la economía de Venezuela.

En el año 1996 se comienza a implementar la Agenda Venezuela³⁵ que previó el incremento de los impuestos, suspensión de los controles de cambio, liberación de las tasas de interés y reducción del gasto público, entre otros aspectos. El paquete tenía como objetivo a corto plazo la implementación de ajustes macroeconómicos para intentar sanear la economía y reducir el déficit fiscal, en un escenario en el que el precio del petróleo se hallaba en mínimos históricos. Su principal premisa era liberalizar la economía, los precios y el empleo, además de privatizar empresas públicas deficitarias.

Desde su salida de la cárcel en 1994, Hugo Chávez se dedica a recorrer todo el país, entra en contacto con la población más necesitada, con organizaciones sociales,

35 Programa económico de corte neoliberal impulsado durante la segunda parte de su periodo, entre 1996 y 1998, con la finalidad de obtener recursos del FMI para hacer frente al escenario económico derivado de la crisis bancaria de 1994.

con grupos políticos de izquierda, atiende invitaciones internacionales a varios países de la región, especial atención merece su visita a Cuba y su encuentro con Fidel Castro. En medio de un contexto de crisis económica y social, con el agotamiento de los partidos tradicionales, Chávez lanza su candidatura en las elecciones presidenciales de 1998 y obtiene la victoria el 6 de diciembre con el 56% de los votos.

SOCIALISMO DEL SIGLO XXI Y LA ESTRATEGIA DE DOMINACIÓN DE ESPECTRO COMPLETO

La campaña electoral del movimiento bolivariano que participó con la figura del partido V República se centró en la necesidad de la “refundación de la Patria”, lo cual se iniciaría con el impulso de un proceso constituyente. El mismo día de la toma de posesión el presidente Hugo Chávez firma un decreto para la realización de un referéndum consultivo que condujera a la convocatoria para elegir una Asamblea Nacional Constituyente que elaborara y sometiera a la aprobación de la población un nuevo marco jurídico, una nueva constitución. Acto seguido, se inicia el proceso que llevó al referéndum consultivo en donde el voto popular favoreció a la convocatoria para la Asamblea Nacional Constituyente, a los comicios para la elección de diputados y diputadas que integraron el cuerpo legislativo y, también, al despliegue de un amplio proceso de consulta nacional y debate que recogió miles de propuestas para integrar el texto constitucional. El resultado de ese proceso fue sometido a un referéndum aprobatorio de la Constitución el 15 de diciembre de 1999.

De ese proceso hay que destacar como se proponen y se aprueban cambios de las reglas del juego de la democracia liberal dentro de la misma dinámica democrática. De hecho, se da una ampliación del concepto de democracia al entenderla como participativa y protagónica dándole sentido concreto a lo que Marx y Engels (1979) llamaron la socialización de la política. En el nuevo texto jurídico se define al Estado venezolano como multiétnico y pluricultural dándole visibilidad y reconociendo a los pueblos indígenas originarios, a las poblaciones afro-venezolanas, destacando la fuerza cultural de la mistura y del sincretismo como marcas de resistencia a la dominación colonial y neocolonial. La nueva constitución renovó todos los poderes, le da carácter de poder público al organismo electoral (CNE) y crea el poder moral con la institución de la Defensoría del Pueblo. Asimismo, se eliminó la estructura bicameral del parlamento creando la figura de la Asamblea Nacional, estableció 6 años para el período presidencial e incorporó la figura del referéndum revocatorio aplicable a todos los cargos de elección popular, incluyendo al de presidente o presidenta de la república.

Los primeros 4 años de gobierno de Hugo Chávez fueron bastante turbulentos. Comenzando por un desastre natural conocido como la Tragedia de Vargas³⁶, como consecuencia de un prolongado periodo de lluvias que el día 15 de diciembre de 1999³⁷ alcanzó un punto crítico con un deslave de grandes proporciones, el cual causó muchas víctimas fatales y afectó a miles de personas que quedaron sin viviendas. Esto implicó el despliegue de todo un plan de emergencia nacional para atender a la población afectada. En ese contexto Chávez rechazó un ofrecimiento de ayuda por parte del gobierno de Estados Unidos que incluía la movilización de personal y equipo militar para labores de rescate.

Con la aprobación de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela se abre el camino para la creación de leyes orgánicas que se correspondan con el espíritu de equidad y justicia social recogido en el marco jurídico fundamental de la nación. Es así como se aprueba en 2001 la Ley de Tierras, la cual tocaba los intereses económicos de tradicionales familias de la oligarquía venezolana que por más de 100 años consolidaron sus riquezas con la práctica del latifundio. A partir de ese momento se agudizan las contradicciones entre los grupos de poder (cúpulas de los partidos tradicionales, organizaciones de empresarios, cúpula de la iglesia católica, conglomerados mediáticos) y el gobierno bolivariano. Desde los medios de comunicación se desarrollan campañas sistemáticas contra las acciones del gobierno retomando un agresivo discurso anticomunista, propio del período de la Guerra Fría. El vocero del gobierno es el propio presidente Chávez a través del programa semanal de radio y televisión “Aló Presidente”. Esas tensiones llevan a los hechos del golpe de Estado del 11 de abril de 2002 que colocó en el Palacio de Miraflores a Pedro Carmona, quien era presidente de la organización de empresarios FEDECAMARAS. En 48 horas esa acción es revertida por la movilización popular y por la participación de militares que se pronunciaron por el respeto al marco constitucional. A finales de ese mismo año se inicia un paro en la industria petrolera con el objetivo derrocar al gobierno. Después de 2 meses de conflicto, con gran afectación a la población por la falta de gas y gasolina, el movimiento fracasa y el presidente Chávez lleva a cabo una reestructuración general de la estatal petrolera PDVSA. La oposición continúa su presión sostenida lo cual lleva a la activación de la figura del Referendum Revocatorio contra el presidente. Los comicios para el revocatorio se realizaron el 15 de agosto de 2004, después de una intensa campaña donde los bolivarianos optaron por

36 El estado costero de Vargas está localizado al norte de la ciudad de Caracas, en ese territorio están el principal puerto y aeropuerto del país.

37 Ese mismo día fue aprobada la Constitución Nacional a través de un referéndum.

el NO, el cual obtuvo una abrumadora victoria que superó los votos obtenidos por Chávez en las elecciones del año 2000.

En el plano internacional la política bolivariana se pauta en el establecimiento de alianzas económicas, comerciales y políticas de carácter estratégicas con países como China y Rusia, en reactivar y reimpulsar a la OPEP como paso fundamental para fortalecer el mercado petrolero y elevar los precios, en animar y motorizar procesos de integración en la región América Latina y el Caribe. Chávez incorpora las categorías de mundo multipolar y pluricéntrico para cuestionar la Hegemonía de los Estados Unidos y sus aliados europeos. En el año 2004 el presidente Chávez se declara antiimperialista y en el 2005 afirma el carácter socialista de la Revolución Bolivariana. Se argumenta que se trata de un socialismo contemporáneo, del siglo XXI, que diferenciándose del Socialismo Real del este europeo e incorporando la fuerza histórica y cultural de América Latina se presenta como una alternativa civilizatoria frente al decadente modelo del Capital.

El fortalecimiento de la OPEP llevó a un alza en el precio del petróleo, lo cual se reflejó en un significativo aumento de la renta que le permite al gobierno bolivariano impulsar importantes programas sociales en educación, salud, alimentación, vivienda, entre otros, que se proponen saldar una pesada deuda de exclusión social acumulada durante décadas. Al mismo tiempo, en el ámbito latinoamericano se logran grandes avances en los procesos de integración con la creación de ALBA³⁸, UNASUR³⁹, CELAC⁴⁰, PETROCARIBE⁴¹, que van de la mano de la emergencia de gobiernos populares que cambian el mapa geopolítico con un giro a la izquierda y en esos procesos la experiencia de la revolución bolivariana y el liderazgo de Hugo Chávez son referentes significativos.

Todo este flujo de cambios y reordenamientos socio-políticos en la región y particularmente en Venezuela va a provocar una reacción de confrontación por parte del gobierno de los Estados Unidos porque afecta directamente una hegemonía construida por más de 100 años de injerencia, influencia y dominación continental. Cabe destacar, que un aspecto central de la política exterior estadounidense es la de-

38 Creada en 2001 la Alternativa Bolivariana para América Latina y el Caribe o ALBA, es un proyecto de colaboración y complementación política, social y económica entre países de la región, promovido inicialmente por Cuba y Venezuela como contrapartida del ALCA, impulsada por Estados Unidos

39 El organismo surgió en 2008 con la firma del Tratado constitutivo de Unasur, el cual entró en vigor en 2011. Estuvo integrado originalmente por los doce Estados independientes de Suramérica.

40 La comunidad de estados latino-americanos y caribenhos quedó constituida en la Cumbre de Caracas (Venezuela), realizada los días 2 y 3 de diciembre de 2011.

41 Fue en 2005, en el Primer Encuentro Energético de Jefes de Estado y de Gobierno del Caribe sobre Petrocaribe, realizado en la ciudad de Puerto La Cruz en Venezuela.

fensa y preservación del sistema de organización social capitalista, el cual está sustentado en la competencia en la consecuente negación del otro, es un sistema en el que la guerra es un rasgo inmanente y la contrainsurgencia, aunque sea subliminal, es una marca permanente de su accionar pretendidamente disciplinador. En esa perspectiva de preservación de la hegemonía por parte de los Estados Unidos ha ido tomando otras dimensiones y ampliando su alcance, tal como lo señala Ceceña

Desde la última década del siglo XX, el Comando Conjunto de las fuerzas de seguridad estadounidenses, como figura representativa del sujeto hegemónico, echó a andar una iniciativa que se ha ido refinando sobre la marcha, llamada *dominación de espectro completo* (Joint Chiefs of Staff, 1996 y 2000). La pretensión consiste, ni más ni menos, en controlar cielos, mares, tierra y subsuelo en todos los lugares y así abarcar en un panóptico total a todos los habitantes del planeta. De esta ambiciosa pretensión, puede inferirse que el espectro es geográfico, espacial, social y cultural simultáneamente, y cuenta para ello con el trabajo combinado de la National Aeronautics Space Administration (NASA) y del Departamento de Defensa con sus laboratorios tecnológicos.

La dominación del espectro completo que se hace a través de una estrategia de guerra preventiva ha sido una característica de la dominación. Sin embargo, la concepción de prevención ha cambiado. No estamos hablando de una guerra contra un enemigo específico. Esta es contra todo signo, real o imaginario, de vida y pensamiento independiente o disidente (CECEÑA, 2018, p. 197)

Bajo esa orientación la posición del gobierno de los Estados Unidos ha sido de confrontación permanente a la Revolución Bolivariana. Ello se ha ido agudizando y pasando del discurso mediático, impases diplomáticos, la orden ejecutiva del presidente Barack Obama en 2015, en la cual se decreta que Venezuela representaría una amenaza inusual y extraordinaria para la seguridad de ese país norteamericano, a las sanciones económicas y financieras implementadas y reforzadas durante la administración de Donald Trump.

Después del fallecimiento del presidente Hugo Chávez en marzo de 2013, a 5 meses de haber logrado una contundente victoria electoral para un cuarto mandato presidencial, se inicia una fase de grandes presiones políticas y económicas hacia el gobierno venezolano del presidente Nicolás Maduro, quien fue electo el 14 de abril del 2013 con el apoyo del Polo Patriótico (PSUV, PTT, PCV, MEP, UPV y Tupamaros, entre otros partidos y movimientos sociales). A partir de ese momento los partidos de la Derecha se articulan en torno de la plataforma Mesa de la Unidad Democrática (MUD), la cual reúne a los partidos tradicionales AD y COPEI, además las nuevas agrupaciones de derecha como Primero Justicia y Voluntad Popular. Estas últimas van a encabezar una serie de acciones callejeras de carácter violento

que se conocen como “guarimbas”. Las principales expresiones de este tipo de acciones se dan en abril del 2013, el mismo día de las elecciones al desconocer los resultados favorables a la candidatura bolivariana, la misma dejó un saldo de heridos y fallecidos entre los militantes bolivarianos. En febrero y marzo del 2014 con una estrategia violenta que se conoció como “la salida”, la cual tuvo un saldo de heridos y fallecidos (funcionarios de orden público, militantes bolivarianos y militantes de la oposición) y también se causó gran daño al patrimonio público. Nuevos episodios violentos se presentarán en los años 2015, 2016 y 2017, siendo los de este último año los de mayor impacto porque se mantuvieron los focos de violencia, con el uso de armas de fuego y explosivos, por 100 días en la ciudad de Caracas y en otros estados del interior del país. En medio de ese contexto violento el presidente Nicolás Maduro convoca a la realización de comicios para instalar una Asamblea Nacional Constituyente, los cuales se realizaron a final del mes de julio y se puso fin ese capítulo violento en concreto.

El conflicto no sólo es de violencia directa, de enfrentamientos callejeros, sino que tiene un punto neurálgico en el ámbito económico. En el plano internacional se presentó una caída en los precios del petróleo a partir del 2014 que tendrá un fuerte impacto en un país en donde el producto de la renta petrolera es su principal fuente de ingresos. En lo interno se sienten los efectos de una hiperinflación en el precio de los alimentos y los servicios, la misma va de la mano de la manipulación monetaria, contrabando de los billetes y la consecuente falta de circulante, el fortalecimiento de un mercado paralelo de divisas que acaban imponiendo una dolarización de facto a la economía doméstica. A ello se suma el incremento en el contrabando de alimentos y de gasolina principalmente hacia Colombia.

En lo político las contradicciones internas se agudizan luego de las elecciones para la Asamblea Nacional en diciembre de 2015, en las cuales la MUD logró una significativa victoria al obtener la mayoría significativa de los escaños del parlamento unicameral. Desde el discurso de toma de posesión de la nueva directiva de la Asamblea en enero de 2016, su presidente el diputado Henry Ramos Allup (AD) anunció que se establecían un lapso de 6 meses para que Nicolás Maduro dejara la presidencia de la república. De ese modo, se instala el conflicto en el ámbito de los Poderes Públicos, llevando a la postre al órgano legislativo a una situación de desacato al tratar de decidir sobre materias que no serían de su competencia. Luego de electa la Asamblea Nacional Constituyente, en julio de 2017, se crea un paralelismo al tener un parlamento constituyente en funciones y otro que es un foro político y plataforma de la oposición con el principal objetivo de sacar al presidente de la república.

Con ese paño de fondo, se convocaron y realizaron las elecciones presidenciales en mayo de 2018, en ella participaron varios candidatos de la oposición (ya sin la MUD que fue desactivada por los mismos opositores) y Nicolás Maduro como candidato bolivariano, resultando electo con más del 60 por ciento de los votos. Un sector de la oposición con el partido ultraderechista Voluntad Popular a la cabeza abre otro escenario al desconocer la legalidad de las elecciones presidenciales y del presidente Maduro, este episodio se inicia con la autoproclamación, el 23 de enero de 2019, del diputado Juan Guaidó (presidente de la Asamblea Nacional) como presidente interino ante la supuesta ausencia de un presidente legítimo. La puesta en práctica de esa estrategia por parte de la oposición se va a redimensionar por el apoyo inmediato del gobierno de los Estados Unidos con un efecto de cascada de otros gobiernos latinoamericanos que están bajo su influencia y, también, contando con el apoyo de sus aliados europeos.

Esta situación ha llevado a un intenso debate en el ámbito diplomático ya que países aliados de Venezuela como Rusia y China, así como otros de la comunidad internacional han fijado posición sobre el peligro de un desenlace bélico en el territorio de América Latina y el Caribe y han llamado la atención sobre la presión injerencista que se ejerce sobre Venezuela, con la aplicación del bloqueo económico y financiero, la confiscación de recursos venezolanos por parte de bancos europeos, la apropiación de la empresa petrolera Citgo, filial de PDVSA, que funciona en los Estados Unidos, entre otras medidas punitivas. Todo ello genera un gran impacto que afecta a la mayoría de la población de Venezuela que enfrenta grandes dificultades para vivir su cotidiano en condiciones de gran adversidad. En esas circunstancias que llevan a un cuadro de asimetría económica, si es comparada con otros países vecinos o del norte global, en los últimos 3 años se ha incrementado un flujo migratorio de una parte la población venezolana hacia otros países, lo cual quiebra la tradición de ser un país receptor en esta materia. Por su lado, el gobierno bolivariano mantiene las políticas sociales en educación, vivienda, salud y distribución de alimentos subsidiados a través de la estructura de los Clap y se han realizado sucesivos y sostenidos aumentos de salarios y asignación de bonos, como medidas de protección a la clase trabajadora. De igual manera, se mantienen las principales actividades culturales (festivales de música, teatro, cine y las ferias de libros). En estos tiempos en Venezuela nada es normal, todo es extraordinario, tantos los graves problemas que se viven como las alternativas que se despliegan para enfrentarlos, para resolver las problemáticas, no solo desde el Estado sino, sobre todo, desde las comunidades que en las últimas dos

décadas han desarrollado una sólida estructura comunitaria (Consejos Comunales, Comunas) que les ha permitido moverse en esta contingencia.

Comprender la complejidad socio-histórica que está implicada en la realidad venezolana pasa por considerar su condición de país petrolero, valorar su localización geopolítica en el contexto de la acción hegemónica de los Estados Unidos, reflexionar sobre los efectos de la crisis global del modelo capitalista y la emergencia de nuevos polos que van configurando nuevas hegemonías dentro de las dinámicas del capitalismo global. Finalmente, en hacer una lectura profunda de la historia de un país, de un pueblo que como sujeto colectivo se enfrentó hace 200 años a uno de los factores de poder más significativos de su tiempo como lo fue el Estado monárquico español, y hoy está en el ojo del huracán de una confrontación que pudiera tener una peligrosa expresión a escala planetaria.

REFERENCIAS

BRITO, F. *Historia económica y social de Venezuela*, FACES, UCV. Caracas, 1966.

_____. *La población y la estructura social de Venezuela en las primeras décadas del siglo XIX*. In: Bulletin Hispanique, 1967, tome 69, n°3-4. pp. 347-364;

_____. *La colonización integral de la Venezuela contemporánea* (Venezuela contemporánea: ¿país colonial? (p.113-128). [et al.] ; Antología del pensamiento crítico venezolano contemporáneo, compilado por Alba Carosio ; Anaís D. López Caldera ; Leonardo Bracamonte, 2015, - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, .Libro digital, PDF

CECEÑA, A. E. *Contrainsurgencia, control territorial y emancipación en el siglo XXI* (p.195-226) In: SANUDO, María Fernanda y LEAL, Jorge (Editores) 2018. Aproximaciones críticas a la relación estado y territorio en contextos de globalización Neoliberal. CLACSO, Buenos Aires.

HABERMAS, J. *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: G. Gili, 1981.

KATZ, C. *Transformaciones de la era neoliberal*. Realidad Económica, n 284, mayo-junio, Buenos Aires, 2014.

LIEUWEN, E. *Petróleo en Venezuela, una historia*. Editorial El Perro y La Rana. Caracas, 2016.

MARX, C; ENGELS F. *La Ideología Alemana*. Editora Política, La Habana, 1979.

PEREIRA, G. *Simón Bolívar, escritos anticolonialistas*. Editorial El Perro y La Rana, Caracas, 2015.

QUINTERO, R. El Campo petrolero... [et al.] ; *Antología del pensamiento crítico venezolano contemporáneo*, compilado por Alba Carosio ; Anais D. López Caldera ; Leonardo Bramonte, 2015, - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Libro digital, PDF

RANGEL, D. A. *El eclipse de la agricultura: el mercado interno Capital y desarrollo: el rey petróleo*, Tomo II, FACES. UCV, Caracas, 1977.

SILVA MICHELENA, J. A. *Crisis del bloque capitalista*. Política y bloques de poder (México: Siglo XXI) 9ª edición, 1991.

DOSSIÊ

O HORIZONTE COMUNICATIVO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NA CIDADE DE BOA VISTA - RORAIMA

Resumo

A cidade informa. Esta afirmação que está no centro da escrita do presente artigo é direcionada para refletir o processo migratório de venezuelanos para o Brasil, no cenário de Boa Vista, capital de Roraima. A abordagem se baseia em duas questões fundamentais: o que os estímulos visuais da cidade comunicam? E como os migrantes venezuelanos constroem e significam essa experiência em ruas, esquinas, praças e outros espaços públicos? Sob a forma caminante, organizam-se as apropriações simbólicas entre o que diz o olhar mais panorâmico sobre a urbe e as narrativas dos migrantes. Um campo analítico, baseado em algumas situações concretas, onde a percepção visual e a vivência dos sujeitos se amalgamam na elaboração de uma interpretação possível a partir desses fluxos e tensões culturais.

Palavras-chave: migração; comunicação urbana; Boa Vista.

Resumen

La ciudad informa. Esta afirmación que está en el centro de la escritura del presente artículo está dirigida a reflejar el proceso migratorio de venezolanos hacia Brasil, en el escenario de Boa Vista, capital de Roraima. El enfoque se basa en dos cuestiones fundamentales: ¿qué comunican los estímulos visuales de la ciudad? ¿Y cómo los migrantes venezolanos construyen y significan esa experiencia en calles, esquinas, plazas y otros espacios públicos? Bajo la forma caminante, se organizan las apropiaciones simbólicas entre lo que dice la mirada más panorámica sobre la urbe y las narrativas de los migrantes. Un campo analítico, basado en algunas situaciones concretas, donde la percepción visual y la vivencia de los sujetos se amalgaman en la elaboración de una interpretación posible a partir de esos flujos y tensiones culturales.

Palabras clave: migración; comunicación urbana; Boa Vista.

* Professora adjunta do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: vangela.morais@ufr.br

** Docente do curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Estácio da Amazônia. E-mail: damiao.lima@estacio.br

INTRODUÇÃO

Existem diferentes formas de ler a cidade, mas na partilha trivial, os seus residentes deixam de evidenciar alguns aspectos, internalizam suas formas, trajetos, dispostivos e, impulsionados pelos ritmos e práticas cotidianas, embotam suas vistas.

A presença migratória de venezuelanos alterou essa ordem do olhar em Boa Vista, capital de Roraima. O estado é a parte do território brasileiro que faz fronteira com dois países latino-americanos, a Guiana e a Venezuela. Nos principais corredores da cidade, no ano de 2015, as vestes coloridas das indígenas da etnia Warao¹ acenderam as interações comunicativas no espaço público urbano, entre expressões de acolhimento e de rejeição.

Essa perspectiva mais dilatada de comunicação se projetou ainda mais com a chegada de outros grupos não indígenas e a intensificação, desde final de 2016, desse processo.² A profusão dos novos signos em circulação passou a ser percebida na caminhada matinal, nos afazeres cotidianos, nos passeios pela cidade e, em muitos momentos, pela perspectiva efêmera das janelas dos automóveis.

São venezuelanos que miraram o Brasil como lugar de destino, impelidos pela urgência humanitária em sobreviver, mediante a escassez de alimentos e remédios, a inflação estratosférica e a insegurança que solapam o país vizinho. Este fenômeno tem se configurado o processo migratório mais representativo no Brasil, considerando a quantidade de solicitação de refúgio. Do total de 79 mil solicitações oriundas de diferentes nacionalidades no período de 2015 a 2018, a Venezuela representa 77% dos pedidos dirigidos ao Comitê Nacional para Refugiados (Conare).³ Nesse contexto, Roraima assume a disparada liderança em requerimentos de refúgio.

Com isso, os imigrantes venezuelanos deram à cidade diferentes protocolos de comunicação, por meio da presença marcante dessas pessoas em vias públicas, a polifonia no encontro de idiomas e seus diferentes sotaques, os intercursos sofridos de rejeição e xenofobia, os modos de resistir e lutar por uma oportunidade de inserção social, especialmente pela via do trabalho e acesso aos serviços institucionais.

Diante disso, o objetivo dessa abordagem é promover uma aproximação reflexiva sobre as faces de Boa Vista a comunicar um modo particular de expressão do fe-

1 O grupo étnico Warao constitui um dos povos mais antigos da região Delta do Orinoco, nordeste da Venezuela.

2 O arrefecimento do fluxo migratório se deu entre 21 de fevereiro a 10 de maio de 2019, período em que a fronteira permaneceu fechada, por decisão do presidente venezuelano Nicolás Maduro, em retaliação à decisão do governo brasileiro de apoiar o que ficou conhecido na mídia como “ajuda humanitária”, coordenada pelos Estados Unidos.

3 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-crise-humanitaria-na-venezuela-pedidos-de-refugio-no-brasil-beiram-os-80-mil-numero-saltou-em-tres-anos-23598187>. Acesso em: 14 mai 2019.

nômeno migratório internacional, unindo as características visuais e dispersas dessa fisionomia urbana com as narrativas particulares de alguns imigrantes.

O antropólogo italiano Massimo Canevacci, em sua obra “A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana”, apresenta a cidade de São Paulo na década de 1980 como um arranjo complexo de diferentes sons, onde a comunicação urbana se estabelece nas relações sociais e culturais que enseja. Em alguns pontos, a compreensão das experiências contemporâneas vivenciadas em Boa Vista com a migração venezuelana indica a polifonia caracterizada pelo autor.

[...] significa que a cidade em geral e a comunicação urbana em particular comparam-se a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, relacionam-se, sobrepõem-se umas às outras, isolam-se ou se contrastam (CANEVACCI, 1997, p. 17)

Todavia, reconhece-se, de antemão, os desafios que cercam a tarefa de compreender, em pleno curso do processo e nele imerso, um viés do que está acontecendo. Longe da expectativa de encerrar diagnósticos, o presente texto forja-se na descrição e análise de elementos visuais que dinamizam a cidade associados a notas cotidianas das experiências desencadeadas pela diáspora venezuelana em Boa Vista. Para tanto, é indispensável o auxílio de enfoques de natureza multidisciplinar, com destaque para os estudos da comunicação.

1. NA ROTA BRASIL: O FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO EM RORAIMA

O estado de Roraima, tomando em conta a sua posição geográfica, torna-se, nesse processo de dispersão dos venezuelanos para outros países, a principal porta de acesso ao Brasil. A fronteira seca demarca fisicamente o município venezuelano de Santa Elena de Uairén e Pacaraima, sede do município indígena do lado brasileiro.

A forma de entrar no país por Roraima expõe os sacrifícios de algumas situações vivenciadas pelo migrante venezuelano. Os que chegam à fronteira sem recursos para pagar transportes, valem-se de caronas ou enfrentam a pé o percurso de 215 km entre Pacaraima e a capital de Roraima, Boa Vista. Esta caminhada pode durar até dez dias.⁴

Roraima é o estado com a menor densidade demográfica do Brasil, com 2,01 habitantes por quilômetro quadrado. Todavia, conforme estimativas divulgadas pelo

4 Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/rota-da-fome-o-caminho-dos-venezuelanos-que-enfrentam-perigo-falta-de-comida-e-de-agua-para-chegar-a-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 15 abr 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2017 para 2018, o estado teve o maior crescimento demográfico do país. Com o acréscimo de 10,31% da população, Roraima totaliza 576.568 habitantes. No mesmo levantamento, o município de Pacaraima e a capital Boa Vista também se destacam pelo crescimento demográfico. Esses dados estão diretamente relacionados ao processo de intensificação da migração venezuelana. A prefeitura de Boa Vista estima a presença de mais de 40 mil venezuelanos na cidade.⁵

As construções dos relatos a seguir obedecem duas orientações metodológicas de partida: a forma caminhante das narrativas elaboradas no encontro entre os observadores e os migrantes e o desafio ambivalente de pensar dentro e fora da cidade, ou como sugere Canevacci (1997), realizar a imersão e o “saltar da cidade” para, nesse ritmo controverso, procurar os sentidos do urbano nos sujeitos centrais do processo migratório, os venezuelanos em Boa Vista.

2. (RE)NASCE ABRAÃO

Um dos traços dessa experiência de utilização dos espaços públicos da cidade, numa teia de lugares e relações, é a forma encontrada pelos migrantes venezuelanos de dizerem que necessitam de trabalho e de estabelecerem contato com o outro. São concisos anúncios escritos em pedaços de papelão onde se ler, na fadiga da espera, os serviços de pedreiro, jardineiro, eletricitista e faxineira, dentre outros.

A estética diferenciada e a forma criativa do anúncio se somam ao estado de vulnerabilidade dos seus portadores, um tanto deles posicionados em praças, semáforos, nas portas dos estabelecimentos comerciais, canteiros centrais e esquinas das vias mais movimentadas de Boa Vista. A mensagem em papelão também revela relativa dificuldade com a língua portuguesa. Mas os deslizos de fricção cultural com a ortografia não chegam a comprometer a comunicação com os passantes.

Com o desenvolvimento dos processos de interação, alguns migrantes passaram a buscar trabalho utilizando-se de aplicativos de mensagens pelo celular. Foi por essa via que obtivemos nosso primeiro contato com Yorgelis.⁶ A jovem venezuelana é mãe de três filhos e veio sozinha para o Brasil em 2017. Em seu primeiro mês de permanência na nova nação, ela conta que morou nas ruas de Boa Vista e chegou a ocupar durante a noite, um dos cômodos do antigo e abandonado Teatro Carlos

5 Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/prefeitura-decreta-emergencia-social-em-boa-vista-em-razao-da-imigracao-de-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: 10 mai de 2019.

6 Optou-se pelo uso de pseudônimos neste artigo, uma vez que assim se evita vincular o migrante venezuelano e sua narrativa ao estado de vulnerabilidade que a situação momentaneamente oferece.

Gomes, no centro da cidade. Yorgelis trabalha como faxineira e já conseguiu reunir parte de sua família em Roraima. Todos têm, mesmo que precariamente, uma casa para morar.

Em nosso contato naquela manhã de sábado, a faxina realizada por ela foi mediada pela alegria em nos contar sobre o nascimento do seu sobrinho na única maternidade pública de Roraima, situada na capital. E sintetizou com ênfase: “Él es un brasileño”. Perguntamos o nome da criança que acabara de nascer: “El nombre es Abraham”, respondeu-nos. A inspiração vem de Abraão do antigo testamento da Bíblia? Quisemos saber. “Sí, sí!”, concordou com pressa.

A licença interpretativa leva-nos a dizer que não soava na escolha do nome da criança somente um gosto, uma sonoridade. Mas uma espécie de DNA teológico e histórico a acolher esperanças baseada num forte cruzamento entre a cosmovisão cristã da família, de filiação evangélica, e as condições de vida na Venezuela a impo-rlhes um deslocamento de sua nação em direção a algo que creem ser melhor e divinamente prometido.

A metáfora Abraão (em hebraico “pai de muitos”) - tendo sido a ele atribuído o papel de patriarca de grandes religiões universais - guarda o sentido da viagem, do deslocamento, do êxodo, base preliminar a assentar os processos migratórios em uma das simbologias mais antigas da humanidade, pela narrativa bíblica.

A considerar o relato de Yorgelis e as subjetividades que reelaboram a nova terra e a cidade que passaram a habitar, as dimensões religiosas que se unem a essa experiência migratória alimentam a mobilidade e a esperança. Não parece ser desproporcional pensar que, em alguns casos concretos, esses indicadores de crença ajudem a compreender a resistência e a tenacidade no enfrentamento diário de uma série de delicadas situações, tais como: o afastamento de seus parentes e a ruptura com o cotidiano conhecido, o desamparo psíquico, os estranhamentos culturais, as dificuldades de comunicação pelo manejo com a língua portuguesa, a privação de recursos financeiros, a xenofobia e o elevado grau de incertezas sobre o futuro.

3. O QUE HABLA A CIDADE

Boa Vista concentra o maior número da população de Roraima, com cerca de dois terços dos habitantes do estado. A cidade é o principal destino dos imigrantes que acessam o Brasil por via terrestre. Assim como o estado, sua capital é fortemente constituída por práticas migratórias internas, com habitantes oriundos de todas as regiões do Brasil, especialmente nortistas e nordestinos. Todavia, o fenômeno da expressiva migração internacional é um fato especialmente novo.

Segundo Rodrigues (2006), em pesquisa sobre migração transfronteiriça, o trânsito maior de mobilidade era de brasileiros para a Venezuela. Um fluxo que considerava a possível atuação de brasileiros nas atividades de “[...] mineração, no comércio local e no setor de transportes, além das atividades ilegais, como tráfico de mulheres, contrabando de combustível, câmbio ilegal de moeda”⁷.

Nessa inversão dos deslocamentos, o processo de chegada dos venezuelanos demonstra o caráter reativo da sociedade local e uma demorada resposta dos poderes públicos constituídos. Enquanto isso, a cidade fala sobre a presença desses novos atores sociais no seu cotidiano, de modo especial pelas vias públicas, estabelecimentos comerciais e serviços institucionais: desde a formação de longas filas na sede da polícia federal para dar entrada na documentação brasileira, em alguns postos de trabalho, nas escolas, hospitais, praças e esquinas, nos abrigos improvisados sob a sombra rarefeita de árvores nos canteiros centrais, em vendas informais de produtos e na limpeza dos para-brisas de carros nos semáforos, na ocupação de áreas da cidade por profissionais do sexo e até em situação de mendicância.

Essa percepção panorâmica nos comunica simultaneamente a omissão dos entes políticos e administrativos da cidade, do estado e do país e as dificuldades de articulação de estratégias de acolhimento e inserção social dos imigrantes venezuelanos. O governo brasileiro somente passou a dar sinais de maior presente a partir da criação da denominada “força tarefa” no primeiro semestre de 2018, sob a coordenação das Forças Armadas e a colaboração de várias organizações não-internacionais, com a atuação expressiva do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Para além da comisseração com o sofrimento dos migrantes, onde voluntários e representantes da sociedade civil buscam, em vários pontos da cidade, amenizar as necessidades dessas pessoas, uma onda xenofóbica avança sobre esse cenário. São discursos de intolerância e ódio que circulam principalmente pelas redes sociais, por vezes em ressonância à cobertura midiática, com acelerado espalhamento pelos numerosos grupos de aplicativos de mensagens.

O conteúdo dessas mensagens se apresenta, basicamente, em cinco linhas de interpretação que são interdependentes nesse esforço em rechaçar os imigrantes: uma reclamação do comprometimento estético da cidade, agora “poluída” pelos cenários da miséria humana; a ideia de que os serviços institucionais de saúde e educação estariam com capacidade esgotada de atendimento por conta do fenômeno migratório; a ameaça aos brasileiros pela “tomada” de postos de trabalhos, aumentando

7 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200015. Acesso em: 29 mar de 2018.

o desemprego entre os nacionais; os riscos alardeados pela reaparecimento de casos de sarampo e o aumento dos casos de malária e HIV no Brasil, numa perspectiva de culpabilidade do imigrante venezuelano; e principalmente, mensagens que vinculam a presença dos venezuelanos com o crescimento da violência urbana.

O medo e o preconceito, continuamente ressignificados por esses dispositivos midiáticos, alimentam em circularidade permanente de produção e recepção das mensagens as ações xenofóbicas na cidade. A exemplo de uma explosão deliberada em uma residência, em fevereiro de 2018, onde estavam famílias venezuelanas, causando queimaduras graves em alguns moradores, inclusive atingindo uma criança.⁸

No mês seguinte, após uma briga que resultou nos assassinatos de um brasileiro e de um venezuelano na cidade de Mucajaí, a 53 Km de Boa Vista, moradores daquele município expulsaram os venezuelanos de um abrigo, queimaram os seus pertences e fecharam a rodovia em protesto. Esse clima de repulsa se ramificou inspirando manifestações em outras cidades, organizadas a partir das redes sociais, objetivando afugentar a presença dos imigrantes também na capital.

Uma dessas manifestações para pedir o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela ocorreu nas proximidades da praça Simón Bolívar, zona oeste da capital, local onde viviam mais de mil migrantes, acomodados precariamente sob barracas ou camas de papelão, até o dia 31 de março de 2018. Nessa data, a Prefeitura de Boa Vista interditou a praça com o argumento de realizar uma reforma que precedia invariavelmente da retirada dos migrantes venezuelanos do logradouro público.⁹ No contexto do protesto de brasileiro naquelas imediações ou no cenário dos tapumes que isolam a espaço, o nome da praça reverbera contraditórias memórias. Simón Bolívar foi um líder militar e político que atuou de forma decisiva nas revoluções em favor da independência de vários países da América Espanhola, a começar por seu próprio país, a Venezuela. O símbolo da liberdade do século XIX dramaticamente se atualiza com o êxodo recente dos seus compatriotas num logradouro da cidade de Boa Vista.

Na esteira desse ato de salvaguardar a cidade de problemas estéticos e de segurança, a interpretação trazida pelo antropólogo colombiano e pesquisador da comunicação na América Latina, Jesús Martín-Barbero (1998, p. 5), reflete os processos

8 Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/loraima/noticia/video-mostra-homem-causando-explosao-com-gasolina-em-casa-onde-vivem-31-venezuelanos-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 24 mar de 2019.

9 A obra de manutenção na praça Simon Bolivar demorou nove meses. Uma das mudanças mais observadas foi a inclusão de grades de ferro no seu entorno, além da determinação da prefeitura de que o espaço público fosse fechado durante a noite.

urbanos como processos de comunicação, onde os “meios têm se convertido em parte constitutiva do tecido urbano, mas também pensar como os medos têm sido incorporados ultimamente nos novos processos de comunicação”.

Essa relação entre meios e medos no cenário das cidades e que se aplica em muito ao contexto de movimentos migratórios, é trazido pelo autor como resultado de uma nova configuração do espaço público, das transformações nos modos urbanos de comunicação. “[...] as mudanças no espaço público, nas relações entre o público e o privado, que produzem uma ‘nova cidade’ feita cada dia mais de fluxos, de circulação e informações, mas que são cada vez menos de encontro e comunicação” (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 5).

Assim, além de destacar esse aspecto da sociedade contemporânea em que os encontros são frequentemente intermediados pela mídia, resguardados no espaço do privado, Jesús Martín-Barbero se volta a considerar o medo como indicador de erosão das socialidades. Para ele, o medo não pode ser refletido unicamente pelos índices de violência, criminalidade e insegurança nas cidades. “Pois os medos são chaves dos novos modos de habitar e de comunicar, são expressão de uma angústia mais profunda, de uma angústia cultural” (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 5).

Para explicitar os termos desse estado de angústia, o autor enumera três principais fatores: a perda do enraizamento coletivo nas cidades, onde o urbanismo se apoia em outra lógica, de ênfase formal e comercial, ao tempo em que se compromete a paisagem de familiaridade de suporte à memória coletiva; em segundo lugar, a angústia é produzida pelo modo como a cidade normaliza as diferenças, uma vez que a sua homogeneização também compromete as expressões das identidades coletivas; e a angústia oriunda da ordenação da cidade, que mesmo precária é eficaz. Uma ordem, segundo Martín-Barbero, construída sobre as bases da incerteza que produz o contato com o outro, pela desconfiança com aquele que passa ao nosso lado na rua.

E eu me pergunto se esse outro, convertido cotidianamente em ameaça, não tem muito a ver com o que está acontecendo com a nossa cultura política, com o crescimento da intolerância, com a impossibilidade desse pacto social de que tanto se fala, isto é, com a dificuldade de reconhecer-me na diferença do que o outro pensa, no que o outro gosta e no que o outro tem como horizonte vital, estético ou político (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 5-6).

Todavia, há outras cenas nesse processo migratório venezuelano para o Brasil que não se apoiam sobre o medo, e sim, na capacidade de destacar outros sentidos positivos e possibilitados pelos fluxos e trocas, configurando formas de resistir e de propor importantes mudanças. Como assinala Nestor Garcia Canclini (2013, p. 16), as fronteiras não somente separam um território nacional de outro. As fronteiras “[...] también pueden ser zonas de intercambio y solidaridad”.

A promoção de uma agenda cultural na cidade de Boa Vista tem se tornado recorrente, notadamente pela apresentação de bandas musicais do país vizinho; exposições de artesanato de etnias indígenas venezuelanas; a crescente oferta na cidade de uma gastronomia típica; o contato cotidiano com outro idioma/dialetos e os acréscimos linguísticos e culturais dessa polifonia; enfim, um conjunto de ações que se fundam sobre a égide de novos movimentos urbanos, a misturar a experiência cotidiana e a engendrar formas próprias de comunicação.

Sobre os movimentos com essa fisionomia, Jesús Martín-Barbero atribui a capacidade de darem “forma a tudo aquilo que uma racionalidade política que se achou toda poderosa na compreensão da conflitividade social, não está sendo capaz de representar hoje” (1998, p. 8). O reordenamento em termos culturais do processo migratório venezuelano, como cena cotidiana da cidade, mobiliza outras subjetividades e imaginários, criando uma moldura social de “re-territorialização das lutas”, por meio das diferenças comunicadas em outros campos de ações. Uma voz que concorre, ainda desproporcionalmente, com a sonoridade da grita xenofóbica. Mas uma voz.

Assim, a luta contra a injustiça é por sua vez a luta contra a discriminação e as diversas formas de exclusão, que é afinal, a construção de um novo exercício da cidadania, que torna possível a cada homem reconhecer-se nos outros, condição indispensável da comunicação e única forma ‘civil’ de vencer o medo (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 9).

4. A CASA: IMAGENS DE ENRAIZAMENTOS EM OUTRO “CANTO DO MUNDO”

O filósofo e poeta Gaston Bachelard ilumina as complexidades em torno da virtude primeira de habitar. Mesmos que seus escritos sobre a casa não tenham se voltado a refletir a ótica circunstanciada dos imigrantes, diante da perspectiva da moradia como um cosmo, o nosso lugar e vínculo no universo, sua obra é presente e atuante como forma de compreender especificidades nos processos de mobilidade humana e suas narrativas.

Na travessia das fronteiras, o imaginário, a memória e as imagens se associam às diferentes maneiras de habitar no país estrangeiro, signos a comunicar de forma, quase sempre aguda, as rupturas que se instauram num processo migratório de causa humanitária, desencadeado por situações adversas e indesejáveis.

A casa dos venezuelanos no Brasil, a partir do cenário da capital de Roraima, geralmente, tem a medida da urgência, movida pelo desejo de aqui chegar. Nessa perspectiva mais panorâmica, a cidade é a casa, num ajustamento possível entre as

necessidades essenciais dos imigrantes e os dispositivos da urbe. Nesse formato, os venezuelanos vivem em condições de rua ou ocupam espaços desativados.¹⁰

Outra forma de habitar dos imigrantes na cidade de Boa Vista, tem sido os abrigos públicos. No momento, são doze estruturas na capital. Outros padrões que já indicam um relativo grau de inserção na sociedade local são as casas cedidas por brasileiros, o acolhimento direto em suas próprias residências, habitações alugadas pelos imigrantes, em formatos de famílias nucleares ou mesmo em modelos mais coletivos, provocados pela necessidade de rateio das despesas.

Buscamos nesse cenário elástico algumas frestas como estratégia de aproximação dessas moradas e seus sentidos, por meio de observações de duas situações concretas. Em comum, as experiências da casa em outro “canto do mundo” partilham o imaginário de que “as moradias do passado são em nós imperecíveis” (BACHELARD, 2005, p. 26).

A primeira situação observada de morada deu-se na praça de um dos bairros nobres de Boa Vista. O casal Daniela e Jose, provenientes de Caracas, chegaram à cidade brasileira com a prioridade de reunir algum recurso para enviar aos filhos, a fim de repor emergencialmente a necessidade alimentar dos que deixaram na Venezuela. Submetidos a incerteza da oportunidade de trabalho, quase sempre sob a forma temporária (bicos), não restou recursos para o aluguel de um imóvel. A casa foi a praça e nela, Daniela e Jose passaram a ocupar durante a noite uma guarita da guarda municipal, pela aparência, desativada.

Ela, enfermeira, e ele do ramo de restaurante. Em nosso primeiro contato, Daniela recordou os filhos e a sua casa na Venezuela, um vínculo inevitavelmente associado à sua desguarnecida condição no Brasil. Essa lembrança acionou afetividades e emoções. De ímpeto, disse: “Necesito ser fuerte.”

Além de nos mostrar algumas fotografias, um comportamento comum verificando junto a outros imigrantes, talvez como forma de reiterar elos com suas experiências anteriores, o cotidiano de suas relações e suas moradas, Daniela destacou como marca da experiência na praça, o sentimento da desproteção.

Durante o dia, os signos visuais se contrapõem a intimidade representativa do lar. São bancos, calçadas e corredores, luminárias, árvores, quadras de esportes e lanchonetes. À noite, a praça torna-se mais movimentada, e os elementos visuais externos comunicam diversão, principalmente para os jovens. É frequente a formação de pequenos grupos que utilizam o local para o consumo de bebidas alcoólicas e a

10 Disponível em <https://g1.globo.com/tr/roraima/noticia/desempregados-e-sem-teto-venezuelanos-ocupam-predios-publicos-abandonados-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 29 mar de 2018.

escuta de sons amplificados. Cada grupo tem um estilo musical próprio e a proximidade dessas mixagens cria ruídos já reclamados na imprensa pelos habitantes da região, antes mesmo da chegada dos moradores venezuelanos. No dia seguinte, os migrantes limpam a sujeira deixada para trás. “Aqui es donde vivimos. Debemos velar y agradecer”. Complementa Daniela.

Por certo, a casa na praça se distancia dos valores de intimidade, proteção e acolhimento, uma constatação inspirada na forma como Bachelard qualifica a habitação, a concha, na ordem do vivido.

[...] a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem [...] A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma (BACHELARD, 2005, p. 26).

Mesmo com a solidariedade de alguns brasileiros, o sentimento é de que, nesse abrigo circunstancial, Daniela e Jose foram “atirados ao mundo”. Os dispositivos que aprofundam esse sentimento são exatamente a memória e a imaginação de quem já viveu as virtudes desse vínculo com sua própria casa.¹¹

A segunda situação também se refere às formas de habitar ou, mais precisamente, às formas de acionar imaginários que recuperem a noção de casa. No entroncamento entre os bairros dos Estados e Paraviana, zona leste e norte da cidade de Boa Vista respectivamente, um grupo de venezuelanos, sob a sombra de árvores, evocam referenciais de uma morada; a intervenção pode ser tanto uma maneira distinta de representar as suas presenças no circuito urbano, quanto uma síntese da memória e imaginação sobre as casas de suas histórias.

Alguns aspectos são sugestivos dessas “paredes imaginadas” e das transformações que operam no espaço: a limpeza parcial do terreno no entorno das árvores; uma cadeira plástica, sacolas e mochilas penduradas pelos galhos e um quadro (afixado em uma árvore) que retrata uma paisagem urbana, marcada por um conjunto de casarões.

11 No início de 2018, Daniela e Jose conseguiram acolhida num projeto vinculado a uma igreja cristã e moraram em seu pátio por aproximadamente três meses. Na atualidade, vivem com os filhos em casa alugada no bairro Cauamé, zona norte, e dividem as despesas com outros integrantes da família que passaram a morar no Brasil.



Ilustração 1: Instalação usada por migrantes venezuelanos no entrocamento de avenidas que ligam os bairros dos Estados e Paraviana, em Boa Vista – Roraima, em 2018. Fotografia: Vângela Morais.

Infere-se ser a instalação da casa um campo semântico, eminentemente informativo, uma maneira diferenciada de trabalhadores venezuelanos dialogaram com as pessoas que transitam pelo local, oferecendo seus serviços. Outro enunciado interpretativo dessa mesma inscrição no espaço da cidade sugere haver o que Bachellard (1978) denomina de interpenetração das diversas moradas de nossas vidas, a ação dos referenciais e das reminiscências que conduzem à reconfiguração atual dos registros do que é uma casa, em nós.

O pequeno grupo apenas ocupa esse espaço em alguns momentos durante o dia.¹² O que se ler e traduz é uma mensagem profundamente conflitiva e em choque com os nossos próprios referenciais.

Bem perto dali outros grupos de venezuelanos se posicionam nas esquinas e em outras sombras de árvores também com o propósito de, no fluxo de carros, conseguir o aceno de motoristas que demandem serviços temporários, quase sempre em limpezas de terrenos, pinturas de imóveis e jardinagem. Essas pessoas criam uma rotina espacial como forma de serem localizadas novamente. Há uma ordem elementar negociada entre eles, uma classificação em que os que chegam mais cedo ao ponto são os primeiros a responder às eventuais solicitações de serviços. Soubemos de um

¹² Optamos em fazer o registro fotográfico em uma dessas ausências, em fevereiro de 2018. Hoje, o ponto ainda existe e os migrantes seguem ocupando estrategicamente este espaço. Mas o quadro na árvore já não há mais.

deles, que a sua chegada à esquina ocorre por volta de 1h30 da madrugada. Interrogamos como ele sabia precisar o horário já que alguns não dispõem de celulares e relógios. A tradução dos signos públicos da cidade, a sua estrutura e o olhar de quem vive a céu aberto oferecem a resposta: “Observo cuando el avión pasa a Manaus”.

Nesse contexto de práticas de ocupação urbana, as localizações dos trabalhadores venezuelanos em Boa Vista são estratégicas. Como assevera o sociólogo Pierre Bourdieu (2008, p. 229) são “[...] lugares a defender e conquistar em um campo de lutas”. Esse recorte reitera a inteligibilidade sobre a tentativa de aproximação com o real da “casa” entre árvores, descrita anteriormente. O “corte radical” das convenções, onde muitos buscam o mesmo (oportunidade de trabalho), pode exprimir certa distinção, aguçar a percepção da diferença, marcar o extraordinário no ordinário.

Muito embora Bourdieu reflita sobre outra realidade social, a “casa” imaginada pelos venezuelanos em um ponto da cidade não é um enunciado neutro. Comunica, promove trocas culturais e elabora uma intenção estética emaranhada a outros grupos de compatriotas. Mesmo que muitos estejam imersos em situações de vulnerabilidade social, os deslocamentos culturais sublinham diferenças, deslocam o fixo, alteram um status, na situação particular, pela maneira de engendrar um senso estético e promover uma comunicação com os moradores da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Boa Vista como palco de comunicação no processo migratório venezuelano emite um conjunto fragmentado de mensagens e uma pluralidade de sentidos. As vias largas centrais, os monumentos, as residências, as instituições públicas, os logradouros, o comércio, a rodoviária e aeroporto, o tráfego, os abrigos, enfim, os signos da urbe se alteram com o fenômeno migratório. Todavia, a comunicação se sobressai ainda mais porque a cidade é permeada de pessoas. É preciso estabelecer conexões com as representações elaboradas pelos sujeitos que nela vivem ou que para ela olham. Ou como destaca Canevacci, neste cenário é preciso considerar “[...] outras coexistentes que se misturam, se unem e se separam entre si” (1997, p.37).

No caso do presente estudo, optamos por ter em conta os significados construídos a partir do diálogo cotidiano estabelecido com o próprio migrante em torno das circunstâncias vivenciadas por esse sujeito central. O que esse recorte de análise nos proporcionou foi um apanhado de situações que tanta acusam o estado de vulnerabilidade quanto a resistência dos migrantes venezuelanos, em momentos de apropriação da cidade pela recondução constante dos sentidos. Logo, o que se demonstra de mais relevante nesse breve estudo é a condição cidadã do migrante ser, ele mesmo, um tradutor desse processo.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, B. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: RS: Zouk, 2008.

CANCLINI, N. G. *Las fronteras dentro de los países, las naciones fuera de su territorio*. Março de 2013. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/diversitas/article/download/.../61371> Acesso em 12 mai de 2018.

CANEVACCI, M. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Nobel, 2004.

CERTEAU, M. de, GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HALL, S. (2003). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil.

HANNERZ, U. (1997, abril). *Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional*. Mana, vol.3, n.1. Rio de Janeiro.

MARTÍN-BARBERO, J. *Entre meios e medos*. São Paulo: ECA/USP, Revista Novos Olhares, Número 1, primeiro semestre de 1998. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos.

_____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

RODRIGUES, F. (2006, maio, agosto). *Migração transfronteiriça na Venezuela*. Estudos Avançados, S. Paulo: USP, vol. 20, n. 57, p. 197-207.

RESENHA

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. *Roraima: da colonização ao estado*. (Tomo I), Boa Vista: Editora da UERR, 2017. 76 p.

Em 2017 foi publicado a obra *Roraima: da colonização ao estado*, livro significativo para o estado de Roraima ao contribuir amenizando o hiato na literatura sobre nossa formação Geo-histórica. O autor, Lúcio K. A. Galdino é Mestre e Doutor em Geografia, graduado em História, Filosofia e Geografia. É professor doutor na Universidade Estadual de Roraima. A obra apresenta um amplo estudo sobre o estado de Roraima agregando informações à incipiente literatura sobre este rincão. A descrição da história envolve os povos indígenas em cada um dos seis períodos geo-históricos propostos. O texto é convidativo e induz à reflexão, sobretudo pela qualidade de sua textura. O recorte temporal inicia-se em 1639 com a expedição de Pedro Teixeira e finaliza em 1988 com a criação do estado de Roraima pela Carta Magna do Brasil.

No primeiro capítulo a obra explica a formação etimológica do nome Roraima que carrega consigo significado linguístico indígena: Roro-Imã, “mãe dos ventos”. As primeiras linhas ambientam o leitor quanto aos aspectos geográficos de Roraima, e conceitua termos que estarão presentes no decorrer dos capítulos. Introduce sucintamente de que modo ocorreu a - violência contra os indígenas nativos das Américas por meio da trágica conquista do “Novo Mundo”, efetuada pelos povos europeus. O primeiro capítulo descreve o período de 1639 a 1778, com a criação do Forte São Joaquim

O autor exemplifica barbáries ocorridas para sufocar as revoltas indígenas, citando fatos que envolveram os Tupinambá, Goitacá, Caeté, Potiguará, Pataxó, Tupiniquim. O capítulo finaliza com uma crítica a respeito do processo de colonização.

*Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Há uma revisita na história na qual ficou registrado por diversas vezes o quanto os colonizadores agiram com truculência contra os indígenas tentando forçar um projeto de civilização forçada, por meio da escravização e muitas vezes do extermínio.

Na tese de doutorado que origina o livro, e ainda de forma mais contundente no livro, o autor diz que naquela época havia a ideia de que o estado brasileiro deveria dar a oportunidade aos índios de constituir uma sociedade civil organizada e catequizada, essas ideias se materializam na Constituição de 1823 e influenciam o Regulamento das Missões de 1845. Também, era pertinente uma necessidade de defesa do território nacional, em especial a imensa região amazônica. Em 1909 foi realizado em São Paulo e Rio de Janeiro um debate público sobre o futuro dos índios e da colonização no Brasil, e foi nesse contexto que surge o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPLTN, sendo que em 1918 esse serviço passou a chamar-se Serviço de Proteção aos Índios - SPI, nomenclatura que perdeu até 1967 quando é criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que iria gerir as questões indígenas daí por diante.

O segundo capítulo aborda o período de 1778 a 1830. Apresenta uma imersão profunda na história da colonização da região do Rio Branco e sua formação territorial convidam o leitor a uma viagem pela história, em que nações estavam em busca da hegemonia política. Interessante conhecer um pouco da terceira década do século XVII quando da expedição do Capitão Pedro Teixeira na Bacia do Rio Negro, de onde surgem os primeiros relatos sobre o Vale do Rio Branco, banhado pelo rio Queceuene nome dado pelos indígenas, ou Rio Branco como batizou o próprio capitão.

O autor segue historiando, mostra-nos o Forte São Joaquim junto à confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, edificado pela Coroa Portuguesa por medida de proteção das terras conquistadas. O livro relata a formação das Fazendas Nacionais, sendo três com maior importância: São Bento (1789), São Marcos (1794) e São José (1799), fala das tentativas de aldeamentos, onde por maus tratos ou desrespeito aos costumes culturais os indígenas apresentaram resistência. Com a Fazenda Boa Vista ao comando do oficial Inácio Lopes Magalhães, a migração do nordestino, o aumento de indígenas no aldeamento e desenvolvimento da criação bovina, surge o embrião do que seria futuramente a cidade de Boa Vista.

No terceiro capítulo há os principais eventos dentro da linha do tempo entre (1830-1890), assim é que por meio deste capítulo apresenta-se uma divisão tripartite. Na primeira fala-se da Fazenda de Boa Vista (1830). Na segunda relata-se o

surgimento da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (1858). Na terceira (em 1890) descreve-se a criação do Município de Boa Vista. Nesse momento o Brasil estava sentindo os efeitos da Proclamação da República (1890).

No quarto capítulo, o autor remonta a construção dos caminhos da formação de Roraima. O período descrito começa no ano de 1890 discorrendo desde a criação do município de Boa Vista e encerra em 1943 com a criação do Território do Rio Branco. O texto fala sobre o período dentre 1890 e 1920. Nesse período houve grande produção de borracha no estado do Amazonas, assim a pecuária foi a principal atividade econômica local e responsável por abastecer o estado vizinho.

O quinto capítulo apresenta o período de 1943 a 1962 que foi marcado no cenário mundial pela II Guerra, e no contexto doméstico pelo período do Estado Novo com Getúlio Vargas. Foi nesse período que houve uma forte política nacionalista de povoamento da Amazônia com o fim de desenvolver a região e protegê-la. O Capitão Ene Garcez foi o primeiro governador nomeado, responsável pelos primeiros passos do novo ente federativo, o Território Federal do Rio Branco. O capítulo relata também sobre a urbanização da cidade de Boa Vista, e em especial sobre o seu traçado urbanístico, feitos pelo arquiteto Darcy A. Derenusson.

O sexto e último capítulo descreve o período de 1962 a 1988. O contexto histórico nacional era o do governo de regime militar. Nesse período a Amazônia é inserida no processo de intensificação em prol da integração nacional, e o Território do Rio Branco muda de nome para, *território de Roraima*. O autor apresenta alguns dados demográficos e, também, sobre a origem e emancipação dos municípios, bem como o crescimento das cidades. O capítulo aborda sobre alguns projetos do Governo Federal direcionados para colonização e integração da Região Norte e em Roraima. No Projeto de Assentamento Dirigido (PAD Anauá) ao longo da BR-174, foram assentadas 1.690 famílias no ano de 1981, no Projeto de Colonização do Apiaú foram assentadas 2.000 famílias do Centro-Sul com experiência agropastoril, houve ainda o Projeto de assentamento Jatapú e Projeto de Assentamento Rápido (PAR) em Baraúna e Jauaperi, estes dois últimos com cerca de 1.744 assentados.

As letras distribuídas no livro com generoso bom gosto conduzem o leitor a uma vantajosa compreensão sobre a temática. Ciente de que buscar saberes é um passo acertado e deleite para mente, eu recomendo a leitura do livro *Roraima - da colonização ao estado (tomo I)*.